

CAMILLA FERREIRA LOBINO

**AS ENTIDADES ASSOCIATIVAS NÃO-
GOVERNAMENTAIS E O MONOCULTIVO DO
EUCALIPTO NO ESPÍRITO SANTO**

**Rio de Janeiro
2008**

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

CAMILLA FERREIRA LOBINO

**AS ENTIDADES ASSOCIATIVAS NÃO-
GOVERNAMENTAIS E O MONOCULTIVO DO
EUCALIPTO NO ESPÍRITO SANTO**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Planejamento Urbano e Regional.

Orientador: Prof. Dr. Henri Acelrad
Doutor em Economia / Universidade de Paris I

Rio de Janeiro
2008

- L797e Lobino, Camilla Ferreira.
As entidades associativas não-governamentais e o monocultivo do eucalipto no Espírito Santo / Camilla Ferreira Lobino. – 2008.
201 f. : il. color. ; 30 cm.
- Orientador: Henri Acelrad.
Tese (mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2008.
Bibliografia: f. 176-188.
1. Eucalipto – Aspectos ambientais. 2. Eucalipto – Cultivo – Espírito Santo. 3. Organizações não-governamentais. 4. Conflito social. 5. Territorialidade.
I. Acelrad, Henri. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional. III. Título.
- CDD: 333.7

CAMILLA FERREIRA LOBINO

**AS ENTIDADES ASSOCIATIVAS NÃO-
GOVERNAMENTAIS E O MONOCULTIVO DE
EUCALIPTO NO ESPÍRITO SANTO**

Dissertação submetida ao corpo docente do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Planejamento Urbano e Regional.

Aprovado em:

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Henri Acselrad – Orientador
Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional – UFRJ

Prof. Dr. Frederico Guilherme Bandeira de Araujo
Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional - UFRJ

Prof. Dr. Carlos Frederico Bernardo Loureiro
Programa de Pós-Graduação em Educação - UFRJ

Dedicatória

Aos movimentos dos movimentos sociais
camponês, indígena,
quilombola e ambientalista.
E aos seus lugares na construção da história do nosso estado.

Ao Márcio, e toda a nossa história.
(E a corda Mi do cavaquinho).

Agradecimentos

Em especial à minha família. Pelo incondicional apoio, preocupação e carinho, mesmo nos piores momentos do cansaço.

Ao meu orientador, Henri Acselrad: Das reflexões sociológicas ao processo de investigação, do processo de investigação às reflexões sociológicas. Obrigada pelo aprendizado e ajuda.

Ao IPPUR, pela privilegiada experiência em compartilhar de uma instituição pública, de qualidade e referência em abordagens sobre o regional e o urbano em sua amplitude pedagógica. Agradeço aos professores do Instituto, em especial: À Ana Clara Torres Ribeiro, por sua paixão à sociologia e impagável generosidade. Ao Carlos Vainer, pelas envolventes aulas e inúmeras provocações. E Frederico Araújo, pelas valiosas pistas.

Do mesmo modo agradeço aos funcionários do IPPUR. Pelo cuidado com que nos recebem e a seriedade para com o espaço público, em especial: Zuleika, Josimar, Dona Zezé, Paulo e Kátia.

Devo agradecimento aos professores Alfredo Wagner Berno de Almeida, pelas observações no início do trabalho e Frederico Loureiro, pela importante ajuda.

E ao CNPq, que me concedeu a bolsa durante os 24 meses.

Aos meus amigos com quem pude contar sempre, desde os primeiros passos desta empreitada: Fábio Araújo, Sandro Juliati, Fabiana Pires, Luanna Merigute, Thiago Carminati pelas discussões e minhas intermináveis lamentações. Ao incansável Igor Vitorino, que tem a “ciência como vocação”, sempre disposto a ouvir e dividir suas impressões. Dani Barros e Léo Bueno, Cíntia Braga pelas questões (e crises) socializadas.

Dani Barros e Mari de Moraes, pela amizade! E às horas de conversas, gargalhadas, cerveja nos fins de tarde junto aos companheiros do “Cine Motim”: Marcella D`agosto, Júlio Dias, André Rangel e Marcelo Matheus. Sou grata pela ajuda, cumplicidade e o prazeroso convívio com Guilherme Soninho e Fernanda Rath. Aos amigos companheiros de campo: Marilda Maracci, Sandro Juliati, Dudu Moreira e Adilson Pereira.

Ao César Musso, pela paciência durante as longas conversas, Cal, Emil, Mário Camilo, Lígia, Toninho Guarani, Wonibaldo e Valmir Noventa pelas ajudas durante o campo. Sou profundamente grata à comunidade de Linharinho, pela enorme hospitalidade com que fui recebida. Às trocas de informações com Marilda, Gilsa, Simone e Helder, foram singularmente importantes. Geise e Marcelo pela disponibilidade. A Lia e Ademilson, por abrirem as portas de sua

casa. A todos que se aceitaram em contar parte de suas experiências e a oportunidade de conviver e aprender com os movimentos sociais. Muito obrigada!

Agradeço aos professores: Cláudio Zanotelli, Thimoteo Camacho, Paulo Scarim, Hiran Pinel, Lillian DePaula, Marta Zorzal e Antonia Colbari, por toda e qualquer manifestação de solidariedade. Aquele abraço!

Resumo

Este trabalho discute o processo de ocupação de partes do território do Espírito Santo por monocultivos da celulose e a reação de entidades não governamentais ante as estratégias empresariais de plantio de árvores. A substituição das florestas nativas pelos plantios industriais do eucalipto, iniciada em fins dos anos 1960 no norte do estado, gerou resistências em um certo número de organizações da sociedade local. São aqui discutidas, em particular, as características da ação de duas coalizões de entidades associativas não-governamentais: o Fórum das ONGs Ambientalistas do ES e a Rede Alerta Contra o Deserto Verde. Através da análise de documentos, observação de reuniões e de depoimentos de membros de entidades que constituem tais redes, buscou-se compreender as estratégias que lhe são próprias no debate e nas disputas em torno da legitimação ou deslegitimação das monoculturas de eucalipto no território capixaba.

Palavras-chave: Monocultura. Território. Conflitos ambientais. Não-governamental.

Abstract

This research identifies the process that made possible the occupation of the territory of Espírito Santo by the mono culture of cellulose and its relation with the federal politics for the eradication of coffee production and, later, with the forest politics. That was the moment when the great industrial projects were implemented in Espírito Santo, by the end of the 1960's. The substitution of the native forests by the planted ones, in the north of the state, generated resistances that progressively were embodied, from a organizational point of view, by different social actors creating what we can call a field. We are going to describe the differences between two non-governmental organizations (NGO) that are part of this field: The "Forum of the Environmental NGO of Espírito Santo" and the "Warning Against the Green Desert Network". Through the speech of members of these groups we tried to understand their specific strategies in the debates and in the conflicts that relate to the legitimation or not of the eucalyptus plantations. Thus it was possible to identify different perspectives about the "environmental" dimension linked to the issue of the eucalyptus mono culture project.

Key-words: Monoculture. Territory. Environmental conflicts. Non-governmental

LISTAS DE ILUSTRACOES

- | | |
|--|--------|
| 1 – “Marcha Popular pela Terra e pela Vida” | p. 101 |
| 2 - Reunião Asambiental | p. 128 |
| 3 - Núcleo de difusão das espécies nativas da Mata Atlântica | p.139 |
| 4 - Ocupação do Portocel | p. 156 |

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - As escalas das ações dos agentes envolvidos no campo do conflito ambiental no Espírito Santo p.153

Tabela 2 – Comparação geral das características entre o Fórum das ONGS ambientalistas do Espírito Santo e da Rede Alerta Contra o Deserto Verde. p.169

Abreviaturas e Siglas

- ABC – Associação Barrense de Canoagem.
- ACAPEMA – Associação Capixaba de Proteção ao Meio Ambiente.
- ACP – Ação Cível Pública.
- ACODE – Associação Colatinense de Defesa Ecológica.
- AGB – Associação de Geógrafos Brasileiros.
- AITG – Associação Indígena Tupiniquim e Guarani.
- AMIP – Associação dos Amigos do Piraquê-açu em Defesa da Natureza e do Meio Ambiente.
- APALCB – Associação de Pequenos Agricultores e Lenhadores de Conceição da Barra.
- APTA – Associação de Programas em Tecnologias Alternativas.
- AIA – Avaliação de Impacto Ambiental.
- AVIDEPA – Associação Vila- Velhense de Proteção Ambiental.
- ASAMBIENTAL – Associação de Entidades Não-governamentais Ambientalistas do Espírito Santo.
- BNDE – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico.
- BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.
- BRACELPA – Associação Brasileira de Celulose e Papel.
- CEPAL – Comissão Econômica para América Latina e o Caribe.
- CESAN – Companhia Espírito Santense de Saneamento.
- CIMI – Conselho Indigenista Missionário.
- COFAVI - Companhia Ferro e Aço de Vitória
- CONAMA – Conselho Nacional de Meio Ambiente.
- CONAC - Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais e Quilombolas.
- CONSEMA – Conselho Estadual do Meio Ambiente.
- CONREMA – Conselho Regional de Meio Ambiente.
- CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito.
- CPT – Comissão Pastoral da Terra.

CREA – Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia.
CST – Companhia Siderúrgica de Tubarão.
CUT – Central Única dos Trabalhadores.
CVRD – Companhia Vale do Rio Doce.
DCE – Diretório Central dos Estudantes.
EIA/RIMA – Estudo e Relatório de Impactos Ambientais.
ESCELSA – Espírito Santo Centrais de Elétricas S.A.
ECOTEC – Economia e Engenharia Industrial S.A.
FAMOPES – Federação das Associações de Moradores e Movimentos Populares do Espírito Santo.
FAO – Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura.
FASE – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional.
FETAES – Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Espírito Santo.
FINDES – Federação das Indústrias do Espírito Santo.
FSC – Forest Stewardship Concil.
FUNAI – Fundação Nacional do Índio.
GANC – Grupo Ambientalista Natureza e Cia.
GERCA – Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura.
IBAMA – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis.
IBC – Instituto Brasileiro do Café.
IBDF – Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal.
IDAF – Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal.
IEMA – Instituto Estadual do Meio Ambiente.
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
INSTITUTO ORCA – Instituto Organização Consciência Ambiental.
IPEMA – Instituto de Pesquisa da Mata Atlântica.
ITCF – Instituto de Terras Cartografias e Florestas.
MDB – Movimento Democrático Brasileiro.
MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores.
MPE – Ministério Público Estadual.
MPF – Ministério Público Federal.

MMA – Ministério do Meio Ambiente.
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.
OEA – Organização dos Estados Americanos.
OIT – Organização Internacional do Trabalho.
ONG – Organização Não-governamental.
ONU – Organização das Nações Unidas.
PIFFR – Programa de Incentivos Fiscais ao Florestamento e Reflorestamento.
PND – Plano Nacional de Desenvolvimento.
PNMA – Política Nacional do Meio Ambiente.
PNPC – Programa Nacional de Papel e Celulose.
RPPN – Reserva Particular do Patrimônio Natural.
SEAMA - Secretaria do Estado do Espírito Santo para Assuntos do Meio Ambiente
SINTICEL – Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Papel e Celulose.
SNUC – Sistema Nacional de Unidade de Conservação.
STF – Supremo Tribunal Federal.
SUDAM – Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia.
SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste.
TAC – Termo de Ajustamento de Conduta.
UFES – Universidade Federal do Espírito Santo.
UFF – Universidade Federal Fluminense.
WRM – Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais.

Sumário

INTRODUÇÃO	18
CAPÍTULO I - DOS CAFEZAIS ÀS CHAMINÉS.	30
1.1. O ESPÍRITO SANTO E AS POLÍTICAS REGIONAIS	30
1.2. A POLÍTICA DE ERRADICAÇÃO DOS CAFEZAIS	31
1.3. A ARTICULAÇÕES LOCAIS E A VINDA DA INDÚSTRIA PARA O ESPÍRITO SANTO	34
1.3.1 A MÃO VISÍVEL DA FINDES	36
1.4 AS MOVIMENTAÇÕES INTERNACIONAIS E CHEGADA DA INDÚSTRIA DA CELULOSE NO BRASIL	38
1.4.1 A INDÚSTRIA DA CELULOSE NO BRASIL	39
1.4.2 AS JOINT VENTURES DA CELULOSE	42
1.5 OS GRANDES PROJETOS INDUSTRIAIS NO ESPÍRITO SANTO	43
1.5.1 A CHEGADA DA AGROINDÚSTRIA DA CELULOSE NO ESPÍRITO SANTO	47
1.5.2 O MONOCULTIVO DA CELULOSE E AS “TERRAS TRADICIONALMENTE OCUPADAS” NO ESPÍRITO SANTO	53
CAPÍTULO II – NEM EMPRESA, NEM ESTADO: O CAMPO DO “NÃO-GOVERNAMENTAL”	60
2.1. A CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DAS ONGS	60
2.2. O “NÃO-GOVERNAMENTAL” NO BRASIL	66
2.2.1 OS ANOS OITENTA	68
2.2.2 DÉCADA DE 1990	71
2.3 ONG, UMA CATEGORIA DIFUSA	73
2.3.1 VERDE OU MADURO?	76
2.3.2 OS FINANCIAMENTOS	78
2.3.3 EM NOME DE QUEM?	80
CAPÍTULO III – AS ENTIDADES ASSOCIATIVAS NÃO-GOVERNAMENTAIS CAPIXABAS: A REDE ALERTA CONTRA O DESERTO VERDE E O FÓRUM DAS ONGS AMBIENTALISTAS DO ESPÍRITO SANTO	85
3.1 A RELEVÂNCIA DE AUGUSTO RUSCHI	85
3.2 A REDE ALERTA CONTRA O DESERTO VERDE	88
3.2.1 A ORGANIZAÇÃO DA REDE ALERTA	89

3.2.2 A ORIGEM DO COLETIVO	89
3.2.3 CAMPO E CIDADE	92
3.2.4 CONFLITOS CONTRA O “DESERTO VERDE”	93
3.2.5 ANTES E DEPOIS DO “PROGRESSO”	96
3.2.6. “A TERRA É O CENTRO”	98
3.2.7 INTERPRETAÇÕES ACERCA DO ESTADO	101
3.2.8 A PARTICIPAÇÃO DOS MANDATOS	105
3.3. O FÓRUM DAS ONGS AMBIENTALISTAS DO ESPÍRITO SANTO	107
3.3.1 OS PRIMEIROS PASSOS DO AMBIENTALISMO CAPIXABA	107
3.3.2 A CONSOLIDAÇÃO DOS GRUPOS AMBIENTALISTAS NO ES	110
3.3.3 OS ANOS 90: A MUDANÇA	111
3.3.4 A “SETORIZAÇÃO”	114
3.3.5 OS ÓRGÃOS AMBIENTALISTAS	115
3.3.6 O FÓRUM E OS CONSELHOS	117
3.3.7 INTERPRETAÇÕES ACERCA DO ESTADO	119
3.3.8 O RECUO NA PARTICIPAÇÃO DOS CONSELHOS	120
3.3.9 O ACORDO ENTRE O FÓRUM E A EMPRESA DE CELULOSE	123
CAPÍTULO IV – ENCONTROS E DESENCONTROS NO CAMPO NÃO- GOVERNAMENTAL.	130
4.1 OS CAMINHOS DAS ENTIDADES E SEUS AGRUPAMENTOS	130
4.2 OS COLETIVOS E O “FOMENTO FLORESTAL”	140
4.3 OS PADRÕES ORGANIZACIONAIS DOS COLETIVOS	145
4.3.1 AÇÕES ENTRE AS ESCALAS	151
4.3.2 AS RELAÇÕES PARA ALÉM DO TERRITÓRIO CAPIXABA	157
4.3.3 PROXIMIDADES ENTRE OS COLETIVOS	160
4.4 QUAL MEIO AMBIENTE?	165
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	170
REFERENCIAS	176

ANEXOS

INTRODUÇÃO

Um processo de “ambientalização”¹ de práticas sociais vem sendo observado ao longo dos últimos 30 anos, como sugere Lopes (2004), com maior ênfase a partir da Conferência do Meio Ambiente promovida pela ONU, em Estocolmo, no ano de 1972. A partir de então foi possível observar uma diversidade de construções simbólicas, que trouxeram a noção de preservação do meio ambiente para as arenas públicas nacionais e internacionais. Inicialmente, há considerável peso na idéia de colapso ambiental, consolidado através da perspectiva neo-malthusiana de oposição entre crescimento econômico e limites físicos da disponibilidade dos recursos naturais. Configurava-se o debate hegemônico sobre o meio ambiente, que identifica os recursos ambientais como estoque finito de matéria e energia, justificando a urgência de uma administração sensata que evite o desperdício. Tal concepção a respeito dos “recursos ambientais” tem restringido em grande parte o debate ao plano técnico, na forma de discursos competentes formulados pela ciência.

Uma segunda abordagem problematiza os modos de uso e os fins atribuídos aos recursos naturais, ressignificando a idéia de crise da oferta de recursos ambientais. Nesta ótica, não está em causa apenas a escassez futura de meios que se anuncia, mas a natureza dos fins que norteiam a própria vida social. Isto porque os processos de reprodução das sociedades pressupõem relações sociais específicas que produzem formas de técnicas de ação² e apropriação social do mundo material. As formas técnicas se realizam no interior do processo

¹ Leite Lopes refere-se ao termo “ambientalização” como um neologismo utilizado nas ciências sociais para designar novos fenômenos ou nova percepção dos fenômenos da interiorização das diferentes facetas da questão pública do meio ambiente (LOPES, 2004 p.17).

² Podem ser entendidas com um conjunto de saberes que também formam a base de experimentação na construção de novos conhecimentos. As técnicas de ação são: “[...] referenciadas aos contextos históricos, que condicionam não só os padrões propriamente tecnológicos da ação, mas também as categorias de percepção, julgamento e orientação que justificam/legitimam tais práticas” (ACSELRAD, 2004b, p. 16). Através delas é que decorrem os processos de apropriação do mundo material, configurando dinâmicas de diferenciação entre os indivíduos e os grupos sociais por meio de estruturas desiguais de distribuição, acesso, posse e controle dos territórios e dos recursos naturais.

de diferenciação social dos grupos e indivíduos, que por sua vez, se apresentam através de estruturas desiguais de distribuição de acesso, posse e controle de territórios, fluxos e estoques dos recursos ambientais (ACSELRAD, 2004).

Nesse sentido, os recursos não são apenas estoques calculáveis de energia e matérias úteis a serem racionadas, mas materialidades carregadas de sentidos culturais e históricos, não podendo ser compreendidos descolados dos usos que lhes são atribuídos. Uma diversidade de sentidos atravessa a percepção que os diferentes atores sociais têm sobre seus ambientes.

A problemática investigada no presente trabalho, incorpora as distintas representações dos atores envolvidos nas disputas territoriais no norte do capixaba há quase quarenta anos. São distintos, por exemplo, os entendimentos constituídos pelos indígenas Tupiniquim e Guarani – localizados no município de Aracruz (ES) - e a empresa Aracruz Celulose S.A. constroem em relação aos recursos naturais e aos territórios em que disputam: para os últimos significa parte dos investimentos na produção e exportação da polpa de celulose branqueada. Já para os primeiros, espaço de construção identitária e reprodução sócio-cultural: “a natureza nos fortalece e nós fortalecemos a natureza. Um não pode dominar o outro”, afirma uma liderança indígena da região (informação verbal)³.

A diversidade das representações em relação ao território deflagra conflitos que polarizam projetos sobre o território. As representações sociais a favor dos monocultivos do eucalipto, por exemplo, são apoiadas por forças de grupos empresariais, meios de comunicação e poderes públicos em nome do “desenvolvimento” e do progresso. A disputa posiciona, por um lado, o território como instrumento na reprodução do processo industrial e, por outro, lugar de

³ Informação fornecida pelo cacique Guarani Toninho, 44 anos, membro da Comissão de Caciques, integrante da Rede Alerta Contra o Deserto Verde. Segundo quem Deus fez a mata, os córregos, os rios, o ar, os animais; devendo os homens cuidar da natureza (em junho de 2007).

existência dos indígenas, quilombolas e camponeses do norte do Espírito Santo, parte deles expulsos de suas terras no início da década de 1970.

Parcelas destas comunidades resistiram e, apesar das pressões, permaneceram no território mesmo em áreas restritas. Como revela um membro de uma das comunidades quilombolas de São Mateus, Nova Vista:

[...] Vou fazer meio que uma brincadeira, mas é realidade. Soltar o camarada no meio do eucalipto e mandar ele andar 30km pra ver se ele vai achar água de qualidade pra beber, se vai achar um pé de mamão pra comer... Você passa na roça de um camponês, você olha de longe e tem um cacho de banana maduro lá. Você pode estar com fome mas, já abasteceu ali! Você olha mais pra frente tem um pé de mamão (informação verbal) ⁴.

Estão envolvidos no conflito ambiental referente aos monocultivos do eucalipto no Espírito Santo, movimentos sociais, ONGs, empresas, meios de comunicação, o Estado, deputados, senadores, vereadores, grupos tradicionais, o sistema judiciário e a polícia. O conflito é flexionado por determinações internacionais, medidas provenientes dos conselhos locais de meio ambiente, acordos entre grupos diferentes, rupturas, parcerias, programas, propaganda empresarial, de governo, marchas, ocupações, manifestos, passeatas, representações ambientalistas, órgãos públicos especializados – em terras e meio ambiente – centros de pesquisa e Universidade⁵.

Um campo de disputas se configura onde diferentes atores envolvem-se em lutas práticas e simbólicas pela apropriação do território. Neste campo de forças manifestam-se as percepções dos atores, os confrontos, alianças e estratégias que apresenta uma diversidade de arenas políticas envolvidas⁶. Nele veremos

⁴ Antônio, 23 anos, agricultor, Comissão Quilombola Sapê do Norte, REDE ALERTA CONTRA O DESERTO VERDE, em julho de 2007.

⁵ É necessário reconhecer os limites dessa pesquisa que não permitem esgotar toda a complexidade do campo de disputa, mesmo reconhecendo a importância de todos os atores na construção da arena pública que envolvem os conflitos ambientais em torno dos monocultivos do eucalipto no estado. A utilização do Campo nesta pesquisa corresponde a parte dos agentes, bem como suas classificações sociais e projetos, enfatizando as posições da Rede Alerta Contra o Deserto Verde e o Fórum das ONGs Ambientalistas do Espírito Santo.

⁶ “[...]Se o mundo social com suas divisões, é algo que os agentes sociais têm a fazer, a construir, individual e coletivamente, na cooperação e no conflito, resta que essas construções

ações tanto dos oponentes à expansão das monoculturas de eucalipto, como o MPC – Movimento Paz no Campo – criado em 2007 em São Mateus, tendo como objetivo a defesa dos interesses dos proprietários rurais da região que questionam a titulação de terras quilombolas, onde estão situadas suas propriedades.

Os diversos atores sociais, representados por: extrativistas, pescadores, empresas siderúrgicas, camponeses, pecuaristas, quilombolas, mineradores, indústrias agro-exportadoras e indígenas transformam o meio biofísico através de suas práticas de apropriação do meio material. Essas práticas são integralmente condicionadas por motivações sociais e culturais, mediadas pelas técnicas da ação ali desenvolvidas, não correspondendo simplesmente a determinações do meio.

Não se pode compreender o meio ambiente enquanto uma objetivação da “realidade dada”, e sim como resultado das construções materiais e simbólicas dos atores localizados no interior do Campo de forças sociais que interagem e confrontam-se. Os entendimentos do meio ambiente, enfim, estão relacionados às formas de apropriação do mundo social:

[...] A *questão ambiental* deixa de ser vista como produto entre o *Homem* – categoria genérica que remete à noção estritamente biológica de espécie – e a *Natureza* – categoria que, nada naturalmente, resulta de um complexo processo de elaboração, para situar-se no campo das relações que diferentes grupos entrecem no espaço social, bem como as diferentes estratégias que elaboram com vistas ao embate pela apropriação, controle e uso de território e recursos territorializados (VAINER, 1995, p.556-557, grifo do autor).

O meio ambiente corresponde a um espaço intrinsecamente conflitivo. Conforme nos lembra Vainer (1995), conceituar o meio ambiente é, antes de tudo: “Tomar

não se dão no vazio social, como parecem acreditar alguns etnometodólogos: a posição ocupada no espaço social, isto é, na estrutura de distribuição de diferentes tipos de capital, que também são armas, comanda as representações desse espaço e as tomadas de posição na luta para conservá-lo ou transformá-lo” (BOURDIEU, 1996, p.27).

partido num processo social conflituoso que coloca em foco (*enjeu*) os modos de apropriação do ambiente (inclusive do ambiente construído)” (ibid).

A partir dessas considerações sobre as representações e as questões que delimitam a discussão ambiental, buscamos neste trabalho a identificação das práticas e dos discursos elaborados no conflito ambiental em torno do monocultivo do eucalipto, envolvendo dois coletivos de entidades associativas não-governamentais: a “Rede Alerta Contra o Deserto Verde⁷” e o “Fórum das ONGs Ambientalistas do Espírito Santo⁸”. Trata-se de duas coalizões de entidades associativas que desenvolvem estratégias diferenciadas e culturas políticas distintas, que se cruzam historicamente no descrito campo. Discutimos o modo como estes dois coletivos configuram os debates e disputas territoriais em torno da monocultura de eucalipto no território do Espírito Santo.

⁷ No Espírito Santo, esta coalizão é formada pelas seguintes entidades: MST – Movimento dos Sem Terra, MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores, ABG – Associação de Geógrafos do Brasil, CPT – Comissão Pastoral da Terra, FASE - Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional, RACEFFAES – Escolas Família Agrícola, DCE – Diretório Central dos Estudantes, Brigada Indígena, Comissão Tupiniquim-Guarani, AITG – Associação Indígena Tupiniquim Guarani, Comissão Quilombola Sapê do Norte, Fórum de Mulheres do Espírito Santo, APTA – Associação de Programas em Tecnologias Alternativas, CDDH – Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Igreja de Confissão Luterana/ Brasil (Sínodo do Espírito Santo a Belém), Movimento Anarko-Punk. Somando as entidades e pessoas que reforçam a Rede Alerta nos outros estados: Minas Gerais, Bahia, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul em um número que ultrapassa 100 grupos que define este coletivo.

⁸ O Fórum das ONG Ambientalistas do Espírito Santo é formado pelas entidades: Associação dos Amigos da Bacia do Rio Itapemirim, Associação dos Amigos do Parque da Fonte Grande, Associação Barrense de Canoagem, Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental, Associação Amigos do Caparaó, Associação Capixaba de Proteção ao Meio Ambiente, Associação Colatinense de Defesa Ecológica, Ave da Mata Atlântica Reabilitada, Associação Pró-melhoramento Ambiental da Região do Caparaó, Associação dos Amigos do Piraquê-açu em Defesa da Natureza e do Meio Ambiente, Associação Produtiva de Arte, Artesanato e Produtos Agroindustrial Rural Artesanal de Alegre, Associação de Produtores e Moradores da Área de Influência da Reserva Augusto Ruschi, Associação Pró-melhoramento Amigos do Mochuara, Associação Vila-velhense de Proteção Ambiental, Associação Garra Ambiental, Sociedade Civil dos Bombeiros Voluntários de Santa Tereza, Centro de Desenvolvimento Sustentável Guaçu-Virá, Associação de Certificação de Produtos Orgânicos, Comissão do Meio Ambiente de Manguinhos, Família de Assistência e Socorro ao Meio Ambiente, Associação Ecológica Força Verde de Guarapari, Grupo de Apoio ao Meio Ambiente de Anchieta, Grupo Ambientalista Natureza e Cia, Instituto da Biodiversidade, Instituto de Vivência Ambiental, Instituto de Pesquisa da Mata Atlântica, Movimento Vida Nova Vila Velha, Organização Não Governamental Amigos do Lameirão e Organização Consciência Ambiental.

Na delimitação do objeto da pesquisa, foi necessário iluminar o campo do “não-governamental” enquanto categoria sociológica, para que assim fosse possível pensar a sua especificidade no contexto capixaba. O “não-governamental” não será compreendido como categoria “dada”, mas como resultado de tensões entre grupos e agentes que o constituem. Entenderemos, pois, o “não-governamental”, em acordo com Fischer (1997) como um campo fragmentado de ações e discursos onde as entidades se definem e diferenciam por suas práticas umas em relação às outras, assim como em relação às esferas de governo e do mercado.

Cabe esclarecer que o que identificamos como “entidades associativas não governamentais” não se refere ao termo comumente entendido como “Organizações Não-governamentais – ONGs”. No contexto dessa pesquisa a categorização “não governamental” aponta as diferentes relações estabelecidas entre determinados sujeitos que não estão localizados diretamente nem no Estado nem no mercado. Sendo assim, se faz necessário distinguirmos as categorias elaboradas pela “sociologia espontânea” – as categorias sociais - que ora identifica o princípio de categorização das “ONGs” denunciando interesses políticos imorais, ora coloca em jogo a idéia de que estas forças sociais contribuem para a melhora de um ambiente para todos.

A noção “apriorística” do mundo social demonstra que os indivíduos estão presos ao que Bourdieu e outros (2007) identificam como “sociologia espontânea” que se referem às categorias sociais, e não as sociológicas. Em função destes princípios de categorizações é que se faz necessária a “ruptura”, já que a análise nunca se reduz à simples leitura do real: pressupõe uma ruptura com o mesmo e as configurações que ele propõe à percepção (ibdi). Em função disto, as impressões elaboradas *a priori* sobre os fatos sociais apresentam-se como uma coletânea sistematizada de julgamentos morais. A categoria “não governamental” aqui utilizada é mais do que uma descrição do objetivada do mundo social e sim uma categoria analítica que busca servir como instrumento

na compreensão das lutas políticas em que se desenvolvem os diferentes atores e seus projetos de mundo:

[...] numerosos sociólogos [...] agem como se bastasse adotar um objeto dotado de realidade social para deterem, ao mesmo tempo, um objeto dotado de realidade sociológica: sem falar as inúmeras monografias de aldeia, poderíamos citar todos os temas de pesquisa que têm como única problemática a pura e simples designação de grupos sociais ou problemas percebidos pela consciência comum em determinado momento do tempo (ibdi, p.147).

Estabelecer diferenças entre a percepção direta e a ciência requer um considerável esforço de abstração, trata-se, sobretudo de uma “atitude mental” em relação ao contexto da pesquisa. Na constituição deste contexto, foi necessário reconstituir um histórico da categoria, criticando o senso comum que percebe as referidas organizações como associação de voluntários voltados à construção do bem comum, no fornecimento de serviços assistenciais de desenvolvimento ligados ao chamado “terceiro setor”⁹, dissociado do mercado e do Estado, desinteressadas com relação ao lucro ou à política. Foi particularmente importante superar a abordagem de Crespo (1995) que classifica as entidades não-governamentais ambientalistas cariocas como “maduras” - capazes de se profissionalizar e realizar parcerias com empresas -

⁹ O termo “terceiro setor”, expressa o entendimento de uma “americanização” da sociedade civil. Segundo Loureiro (2003), é a expressão utilizada para diferenciar o espaço público e privado e onde se efetiva a participação do cidadão, por meio de estratégias de parcerias e cooperação. O primeiro, segundo e terceiro setor, são vistos como esferas autônomas “[...] Idealmente concebido a partir de uma sociedade tripartite, composta por setores independentes (o político – Estado; o econômico – mercado; e o social – terceiro setor) em que as formas associativas e voluntárias se organizam nos moldes da cultura política individualista e liberal” (ibid, p.124). Apesar de o terceiro setor ser utilizado como sinônimo de “sociedade civil” expressa sentidos diferentes. A sociedade civil, entendida por Gramsci (1991), é representada pelos mecanismos de participação política e organizações responsáveis pela elaboração e difusão das ideologias, como: escola, partidos políticos, sindicatos, igrejas, organizações profissionais, entre outras. Tanto a sociedade civil, quanto a sociedade política – “estado-coerção” -, servem na manutenção ou transformação de determinada base econômica. Segundo Gramsci a autonomia material da sociedade civil, por meio do consenso ativo e organizado, ampliaria os mecanismos de socialização política e estruturas próprias de relações sociais hegemônicas sobre a sociedade política. Dessa forma, o “estado-coerção” gradualmente perderia espaço até que se afirmam as funções do estado-ético, ou sociedade civil. O terceiro setor, se comparado com o conceito de sociedade civil em Gramsci (1991), possui “praticamente nenhuma ênfase na luta para superar as contradições do capitalismo, enfocando a urgência na resolução dos problemas imediatos” (LOUREIRO, 2003, p. 124).

ou “amadoras”, “ideológicas” e “sectárias”, inabilitadas a um “ecologismo de resultados”, o que a autora define como “verdes”.

Analisar as entidades associativas não-governamentais envolvidas no conflito ambiental pelos territórios capixabas exigiu, primeiramente, investigar o processo que originou a ocupação pelos plantios dos eucaliptos no território do Espírito Santo. Além disso, o modo no qual a ocupação e apropriação do espaço pela indústria agro-exportadora gerou as mais variadas formas de resistências no Espírito Santo. Em determinados momentos estas formas de resistências foram se coagulando organizacionalmente em torno de dois eixos principais: A Rede Alerta Contra o Deserto Verde e o Fórum das ONGs Ambientalistas do Espírito Santo. Como estes coletivos expressam concepções do mundo e suas práticas? Houve ao longo do tempo movimento de entidades entre os dois eixos? Há diferenças que envolvem concepções sobre o meio ambiente, de que modo se dão essas remissões? São estas as questões que este estudo comparativo se propôs.

Sendo assim, o primeiro caminho foi a realização da pesquisa bibliográfica acerca não só da categoria sociológica do campo do chamado “não-governamental”, mas sobre a problemática dos monocultivos de eucalipto no estado. Além disso, levantamos depoimentos dos componentes e lideranças das entidades que participam dos dois coletivos: do Fórum das ONGs e da Rede Alerta. As entrevistas seguiram, no geral, um roteiro semi-estruturado. Grande parte dos interlocutores da pesquisa são confrontantes diretos dos monocultivos, membros das comunidades dos grupos locais¹⁰ que habitam os municípios

¹⁰ No sentido utilizado neste trabalho, compreendemos a noção de “grupos locais” como designação geral utilizada para identificar os grupos que possuem relações específicas com os recursos naturais existentes em seus territórios. Esta categorização não pretende eliminar a diversidade de formas de existência coletiva e fatores culturais intrínsecos aos atores envolvidos no conflito. O termo é utilizado para identificar os grupos indígenas, quilombolas, camponeses, trabalhadores rurais sem terra, pescadores a partir do conflito com o monocultivo espacializado no território capixaba. Grupo local, então, expressa inclusive o que é enquadrado juridicamente como “povo tradicional” em suas relações com as “terras tradicionalmente ocupadas”, categorias trabalhadas cuidadosamente por Almeida (2006), através de suas remissões e tensões

maciçamente ocupados pelos plantios ou atores localizados “fora” das áreas de conflito, mas envolvidos com o mesmo.

As mediações sociais estabelecidas com atores já envolvidos no conflito facilitaram, por um lado, o percurso pelo campo. Devido ao contexto de desconfiança – associado a perseguição de manifestantes, ameaças e processo judiciais, por exemplo - os conhecimentos acumulados e a sensibilidade para com a condição de “estigma” e “criminalização” dos participantes dos movimentos sociais tiveram de ser considerados¹¹. A aproximação com o Fórum das ONGs deu-se através do contato chave com um dos participantes, a partir do qual permitiu o acesso a outros ambientalistas. E que se dispuseram a falar de suas experiências no Espírito Santo. Algumas das tentativas iniciais de aproximação foram frustradas, o que foi superado posteriormente através da consolidação das relações de confiança. A percepção dos interlocutores de que a pesquisa se dirigia na compreensão das formas em que se materializam as desigualdades de poder na sociedade local, foi importante elemento na abertura de um diálogo entre pesquisadores e sujeitos da pesquisa.

Os discursos dos interlocutores da pesquisa foram organizados levando em consideração a faixa etária, gênero e a ocupação que pode nos revelar o conjunto de experiências dos atores. Informações essas que fundamentam as diferentes formas constituição das representações materiais e simbólicas sobre o mundo social.

conceituais. A palavra “camponês” - assim como as comunidades de “povos tradicionais”, na construção do processo de “territorialização”, mesmo não fazendo uso de terras de uso comum - aciona o sujeito da ação politizada pelas denominações de uso local: “Seu uso cotidiano e difuso coaduna com a politização das realidades localizadas, isto é, os agentes sociais se erigem em sujeitos da ação ao adotarem como designação coletiva as denominações pelas quais se auto-definem e são representados na vida cotidiana” (ibid, p.18). Os critérios de classificação que fundamentam a existência do grupo são decorrentes da construção de um repertório de ações coletivas e representações frente a outros grupos. Este princípio é próximo ao que é demonstrado por Bourdieu (2006), quando descreve a história do conceito de “Região”.

¹¹ Nesse momento destaco as observações em aula da professora Ana Clara Torres Ribeiro que, vez por outra, nos atentava para a clareza da distinção entre o papel do pesquisador da área das ciências sociais e o trabalho do investigador policial.

O segundo caminho percorrido contou com a participação de uma reunião do conselho técnico do Conselho de Regional de Recursos Hídricos no qual o Fórum das ONGs representava a “sociedade civil organizada” e uma visita de reconhecimento de um dos projetos executado por esta organização. Além de várias reuniões da Rede Alerta Contra o Deserto Verde ao longo de diferentes conjunturas¹². Desde o primeiro contato foi possível perceber a ocorrência de “momentos rituais”, junto à produção mais imediatamente discursiva dos membros das entidades.

O critério de escolha dos depoimentos foi o papel relevante do indivíduo e sua entidade na história dos coletivos. Através dos depoimentos, selecionamos o conteúdo da narrativa que apresentavam informações e caminhos que poderiam ser tomados. Cabe lembrar que as versões apresentadas por meio das entrevistas correspondem à localização específica que interlocutor ocupa no campo, fazendo com que as histórias dos coletivos – ou algum evento em especial - fossem aproximadas pelas diferentes e olhares dos atores envolvidos.

No terceiro caminho da pesquisa, realizamos uma pesquisa documental no Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Desse modo, além das entrevistas semi-estruturadas e conversas informais: documentos, fotos, reportagens foram utilizadas como fonte de pesquisa. Como quarto caminho foi a experiência vivida

¹² Neste trabalho não estaremos levando em consideração as possíveis abordagens teóricas que incorporaram “Rede” enquanto conceito sociológico. Segundo Ana Clara Torres Ribeiro (2000), o uso genérico, já consensual, da noção de “Rede” tem sido responsável pela incorporação de elementos do pragmatismo nas Ciências Sociais. Por sua vez, estimula as transposições a-críticas de mudança e técnicas, economia e sociedade, decorrentes do pensamento único: “De fato acontecem nestas transposições imbricações entre projetos de modernização, cujas origens tantas vezes permanecem desconhecidas, e conceito, cujo aprimoramento é contido pela polissemia, possibilitando que a sedução da técnica contemporânea seja transferida à análise da ação social” (ibid, p.17). A autora finaliza que a super-valorização das relações econômicas estabelecidas através da “mundialização” do capitalismo, dificulta a apreensão da natureza do sistema social, em gestação, que consolida de forma questionável a idéia de sociedade global: “Esta idéia surge do imbricações entre escala do mercado e escala alcançada por práticas sociais, sendo salientadas e analiticamente valorizadas tendências à padronização cultural e à homogeneização dos costumes (ibid)”.

por nós através da participação efetiva no contexto do conflito, como a ocupação de parte do território quilombola de Linharinho, em Conceição da Barra, durante uma semana. A imersão no contexto dos interlocutores foi possível através de outros 7 dias acompanhando o cotidiano vivido pelos confrontantes diretos dos monocultivos em diferentes localidades nos municípios de São Mateus e Conceição da Barra. Os resultados destas experiências foram articulados à investigação bibliográfica, realizada desde o início da pesquisa e durante o momento da análise.

Esta dissertação está estruturada em quatro capítulos. O primeiro descreve a chegada dos grandes projetos industriais no estado: siderúrgicos, para-químicos e portuários, no final dos anos de 1960. A indústria da celulose insere-se no contexto das políticas desenvolvimentistas sustentadas pelo governo federal, pelas políticas estaduais de infra-estrutura – realizadas sobre interferência da FINDES (Federação das Indústrias do ES) – e os interesses empresariais internacionais. As políticas desenvolvimentistas decorrem dos impactos da política de erradicação dos cafezais no estado. No segundo momento, caracterizamos o processo de instalação da indústria da celulose no território capixaba, como também os reflexos da ocupação territorial pelos monocultivos para os grupos locais que são obrigados a conviverem com os plantios;

No segundo capítulo, é apresentada uma revisão bibliográfica sobre a categoria “não-governamental”, problematizada em função dos processos históricos que delimitaram seus sentidos e usos;

No terceiro capítulo, percorremos o histórico dos dois grandes agrupamentos de entidades associativas não-governamentais capixabas, de seus processos constitutivos até suas mais recentes formas de organização;

No quarto e último capítulo são identificados os momentos de encontro e de “ruptura” entre entidades dos diferentes coletivos. Foi possível levantar

proximidades em algumas dimensões organizativas, a despeito da diferenciação entre os agrupamentos.

I DOS CAFEZAIS ÀS CHAMINÉS.

Neste primeiro capítulo contextualizamos o processo de industrialização no Espírito Santo, iniciado nos anos 1950 e intensificado com a chegada dos grandes parques industriais dos setores siderúrgico, químico e portuário, no final da década de 1960. A indústria da celulose é instalada no estado no ano de 1967 com a introdução dos primeiros plantios do eucalipto no município de Aracruz. Assim como as demais políticas de industrialização no Brasil, no estado do Espírito Santo elas foram efetivadas graças aos estímulos governamentais associadas ao capital estrangeiro. A vinda da indústria da celulose ao Espírito Santo coincide com os reflexos das políticas de erradicação dos cafezais e as florestais, efetivadas pelo governo federal, que viriam a modificar a paisagem rural do estado e o centro da economia alicerçada na lavoura cafeeira. Descrevemos, em seguida, as formas nas quais a indústria da celulose interferiu através de sua produção destinada ao mercado externo, na organização do território do norte capixaba.

1.1. ESPÍRITO SANTO E AS POLÍTICAS REGIONAIS

Na década de 1950, momento em que as desigualdades regionais eram tratadas como centrais na pauta das políticas nacionais de industrialização, o Nordeste e o Norte do país apresentavam limitados índices de produtividade quando comparados aos da região Sudeste, que concentrava elevados percentuais de produção industrial, desenvolvimento humano e urbanização.

Em face disto, os técnicos da CEPAL¹³ argumentavam sobre a necessidade de intervenções nas políticas econômicas, com o objetivo de alterar a dinâmica do

¹³ Comissão Econômica para América Latina e o Caribe. Para uma análise sociológica das políticas de desenvolvimento regional, os paradigmas correspondentes (suas abrangências e limites teóricos), a problemática das regiões (e seus conceitos), as intervenções do Estado

desequilíbrios inter-regionais no Brasil, estimulando o progresso técnico no Norte e no Nordeste. Através do estímulo ao capital privado e provendo obras de infra-estrutura o Estado brasileiro orquestrou o que alguns estudiosos denominam como “industrialização planificada”¹⁴.

O Espírito Santo é um caso *sui generis*. Apesar de situar-se formalmente na região sudeste - que detinha uma estrutura produtiva avançada -, se aproximava aos estados nordestinos devido a baixa produtividade da economia mercantil exportadora do café. Mesmo assim, o Espírito Santo não foi contemplado pelos critérios das políticas de desenvolvimento regional e chegou a ser reconhecido como o “Nordeste sem a Sudene”¹⁵ (ROCHA; MORANDI, 1991, p.32).

1.2. A POLÍTICA NACIONAL DE ERRADICAÇÃO DOS CAFEZAIS

A Política Federal de Erradicação dos Cafezais do ano de 1962 gerou sérios impactos no estado, uma vez que extinguiu 53,8% dos cafezais considerados anti-econômicos, pouco produtivos e de baixa qualidade (GOMES, 2002). Por tratar-se de uma economia predominantemente agrária, sustentada pelo café, a erradicação desestruturou toda a rede de relações econômicas alimentadas por esta cultura. Apesar de não ser produzida por meio de tecnologias apuradas, e em pequenas propriedades ocupadas por imigrantes europeus - graças à ação

brasileiro e as relações políticas locais, ver Francisco de Oliveira: “Elegia para uma Re(li)gião: SUDENE, Nordeste. Planejamento e Conflitos de Classes” (1978).

¹⁴ São esses princípios que fundamentam as medidas oficiais do governo federal que deram origem à SUDENE - Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste, a SUDAM - Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia, o Banco do Nordeste e o DNOCS (Departamento Nacional de Obras Contra a Seca). Em decorrência da implantação dessas políticas são institucionalizadas: “as regiões atrasadas” em relação as mais “desenvolvidas”, fortalecendo representações pejorativas destinadas aos territórios-alvos desses programas (ROCHA; MORANDI, 1991).

¹⁵ Durante seu mandato (1967-1971), o Governador Cristiano Dias Lopes tentou articular a inclusão do Espírito Santo na SUDENE. No entanto o próprio IBC/GERCA, sendo um programa destinado também à “diversificação”, realizou levantamentos sobre a especificidade da condição capixaba: agora, por intermédio do Governo do Estado que projetos de infra-estrutura e financiamento das atividades produtivas: “Assim o acordo com o IBC-GERCA ajudou, de um lado, a consolidar algumas tendências já latentes na “economia capixaba” e, do outro, a sair do “sufoco” imediato da crise, propiciando um espaço de tempo para recomeçar as forças perdidas” (ROCHA ; MORANDI, 1991, p.40).

do Estado - a produção cafeeira foi o centro da economia capixaba até os anos de 1970 (DALCOMUNI, 1990). O modelo da produção cafeeira no estado era caracterizado pela utilização da mão de obra familiar – conjugada às parcerias – e realizada em pequenas propriedades rurais. De acordo com Rocha e Morandi (1991), o tamanho das unidades produtivas e o reduzido número de trabalhadores disponíveis limitavam a expansão da produção cafeeira¹⁶.

Desde a metade do século XIX até meados do século seguinte, os “ciclos econômicos estaduais estavam umbilicalmente ligados à atividade cafeeira” (ibid, p.34). Os autores salientam que a importância do café para o Espírito Santo, toca até a ocupação do interior do estado, realizada através da cultura desse produto. Isso porque, ao derrubar matas, criar povoados e abrir estradas, em sua expansão, caracterizou a “marcha do café” (ibid, p.35). De acordo com Dalcomuni (1990), apesar do pouco dinamismo das atividades econômicas e a baixa expressividade política do estado, a cultura do café capixaba, introduziu certa integração do estado à economia regional a partir dos anos de 1930. Revertendo relativamente a condição de isolamento do Espírito Santo das circulações econômicas nacionais.

Durante a primeira metade dos anos de 1950, o mercado cafeeiro sofre uma queda estrondosa de seus preços. Não seria a primeira crise de produção, no entanto, a especificidade estaria na interferência do Governo Federal: que criou em 1961 o GERCA – Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura, ligado

¹⁶ Segundo esses autores até os anos de 1960, 75% dos estabelecimentos rurais, tinham o café como sua principal atividade, ocupando 14,6% da área total desses estabelecimentos. Os dados ilustram a dependência econômica estadual à lavoura cafeeira, visto que 50,4% da renda total capixaba provinham das atividades agrícolas e, 64,25% eram gerados diretamente pelo café, somando 32,4% da renda estadual em 1950. De acordo com Salomão (2006, p.46-47) a desestruturação da base econômica cafeeira, reflexos da política de erradicação, gerou “imensas repercussões sociais” no Espírito Santo: o alto índice de desemprego no campo – cerca de 150.000 a 180.000 pessoas liberadas – produz o êxodo em massa para os núcleos urbanos: “A incapacidade destes setores de absorverem tal contingente humano fez conseqüências tais com a favelização das cidades, o aumento do desemprego urbano e a expulsão de mão-de-obra para fora do estado”.

ao IBC, Instituto Brasileiro do Café, e efetiva o “Plano de Erradicação dos Cafezais Improdutivos”.

O programa de erradicação executado entre junho/62 e maio 67, atingiu mais da metade do cafezal capixaba, liberando 71% da área plantada com café, deixando praticamente 60 mil pessoas sem emprego na área rural. As conseqüências desse programa foram, de imediato, uma profunda crise social, devido principalmente ao problema do desemprego no setor agrícola, que provocou êxodo de famílias para as cidades, especialmente para a Região da Grande Vitória, que não dispunha de infra-estrutura urbana suficiente para abrigar número elevado de pessoas que se descolaram e, muito menos, oferecia empregos para essa massa de trabalhadores desempregados (ROCHA; MORANDI, 1991, p.36).

O Plano Diretor do GERCA constituía-se não somente das ações de erradicação dos cafezais “anti-econômicos”, mas também da “renovação racional” da lavoura, e o programa de diversificação econômica das áreas envolvidas. Por isso, fora lançado o “Plano de Diversificação Econômica das Regiões Cafeeiras”, com o objetivo de fomentar a implementação da agroindústria e a alocação de infra-estrutura necessária para os setores da pecuária, açúcar, reflorestamento e beneficiamento da lavoura cafeeira, que buscava reduzir “a vulnerável dependência em relação à monocultura do café” (ibid, p.160), já que o setor agrícola absorvia 70,35% da mão de obra capixaba no início da década de 1960.

Por mais que o argumento que legitimasse a implantação do GERCA fosse o da racionalização da produção cafeeira de modo a evitar as supersafras - aumentando a produtividade do café brasileiro -, algumas interpretações apontam outros interesses. A queima dos excedentes do café atendia aos anseios das políticas desenvolvimentistas de setores das elites (nacionais e locais) que centralizavam no modelo industrial a escalada para o progresso do país. Assim, os complexos industriais absorveriam o contingente de trabalhadores recém-chegados do interior do estado sob a forma de mão de obra desqualificada, necessária à fase de implantação dos grandes projetos industriais no Espírito Santo.

Maria da Penha Siqueira (2001), Marta Zorzal e Silva (1995) e Sônia Dalcomuni (1990) sustentam a interpretação de que a política federal de erradicação dos cafezais não foi a única responsável pela “alternativa” da industrialização e urbanização no estado. Segmentos da elite capixaba apostaram na superação da condição de “inferioridade” do estado através do desenvolvimento da industrial local (DALCOMUNI, 1990, p.160). Gomes (1998) aponta que a indenização dos cafeicultores pelas plantações queimadas resultou na transformação de ativos anteriormente imobilizados. Muitos agricultores perderam o crédito utilizado na rolagem das dívidas com financiadores e comerciantes, acarretadas pelas anteriores baixas dos plantios e “muitas famílias que constituíam a leva de pequenos proprietários não tiveram outra alternativa a não ser a migração para centros urbanos em busca de novas oportunidades” (ibdi., p.32).

1.3. AS ARTICULAÇÕES LOCAIS E A VINDA DA INDÚSTRIA AO ESPÍRITO SANTO

Como vimos, a chegada dos grandes projetos industriais no Espírito Santo foi, em parte, viabilizada pelos reflexos da Política Federal de Erradicação dos Cafezais no ano de 1962. A medida extinguiu considerável parte da lavoura cafeeira capixaba e fortaleceu a argumentação em favor da instalação de parques industriais no Espírito Santo. Tal “projeto modernizador” facilitou a entrada de certos segmentos do setor produtivo no país, como é o caso da agroindústria da celulose.

Partimos do princípio de que houve uma consonância de interesses: internos – de segmentos da elite local - nacionais e internacionais, na fixação das plantas indústrias em território capixaba durante a década de 1970, principalmente no que tange à indústria da celulose. Cabe lembrar que os representantes de parte desta elite que apresentavam aspirações ideológicas “urbano-industriais”, disputavam a administração do estado do Espírito Santo há algumas décadas. A

“hegemonia” do modelo desenvolvimentista sobre as políticas públicas no estado ganhou força e expressividade na arena pública durante o governo de Jones dos Santos Neves, correligionário de Getúlio Vargas, no início da década de 1950¹⁷.

As disputas eleitorais, as articulações, as constituições e os desmanches de coligações político-partidárias, compõem o quadro da história política do Espírito Santo, descrito por Marta Zorzal e Silva (1995). A dinâmica orquestrada pelo jogo de interesses políticos no estado trouxe à baila diferentes aspirações e projetos político-econômicos de governo, representados por determinados grupos: “urbano-industriais”, “agro-fundiárias”, “mercantil-exportadoras”, “populistas” e “clientelistas”. Na dinâmica onde estava em jogo o poder estadual registra-se até forças políticas “numa linha mais à esquerda” (ibid., p.414) que, no entanto, atenderiam ao mesmo tempo segmentos agrofundiários conservadores, caracterizando o “populismo” do governo Lacerda de Aguiar de 1963 até 1966.

A autora ao perceber as transformações ocorridas no espaço sócio-econômico e político no estado descreveu a temporalidade necessária a estas transformações e resumiu o quadro de mudanças, anunciados pelos projetos políticos em curso no Espírito Santo a partir dos anos de 1950. De acordo com sua análise, aspirações modernizadoras - tanto do ponto de vista econômico, como no âmbito político-ideológico - possibilitaram efeitos desagregadores de práticas políticas oligárquicas dominantes até então. Contrastando o passado onde os valores políticos “tradicionais” imperavam, com o futuro “modernizador” marcado pelas indústrias.

Em meio à correlação de forças entre as coalizões políticas capixabas destaca-se o importante papel da FINDES – Federação das Indústrias do Espírito Santo,

¹⁷ O Governador durante uma ocasião solene no ano de 1952, chegou a dizer que os galhos dos cafezais eram por demais frágeis para sustentar o desejo de progresso dos capixabas, conforme os autores Rocha e Morandi (1991).

e seu Conselho Técnico, que consolidou e implementou os interesses de classe no Espírito Santo, influenciando, na maioria das vezes o direcionamento no Aparelho de Estado desde sua criação em 1958¹⁸.

1.3.1 A MÃO VISÍVEL DA FINDES.

A FINDES negociou obras de infra-estrutura para os projetos industriais junto ao Governo Federal e, articulou a aprovação de legislações que beneficiaram a indústria no Espírito Santo auxiliando no desenvolvimento de plano de diversificação agrícola e diagnósticos de planejamento. Sem contar os incentivos fiscais à produção industrial, sob a forma de isenção tributária durante três anos (GOMES, 1998).

A Federação também financiou - e até inaugurou - institutos de pesquisa e desenvolvimento, relatórios técnicos sobre os problemas regionais no estado, e articulou, inclusive, a mudança da CVRD para a cidade de Vitória em 1961. Foi também responsável pela criação do CODEC – Conselho de Desenvolvimento Econômico do Espírito Santo, em 1959, durante o segundo Governo Lindenberg. Helder Gomes (1998) indica a expressividade do poder político deste grupo através da articulação da elite capixaba: “Este Conselho presidido pelo governador, era composto por representantes da FINDES, Federação do Comércio, das associações rurais e das secretarias de Estado” (ibid, p.42).

Com o passar do tempo, a Federação das Indústrias, hegemoniza as arenas decisórias do período de planejamento e conformação dos grandes projetos industriais, principalmente durante os mandatos de Cristiano Dias Lopes (1967-71) e Gerhardt Santos (1971-75), impedindo as performances dos demais

¹⁸ De acordo com Silva (1995) durante o período de fundação da FINDES a entidade era presidida pelo industrial Américo Buaiz, e tinha dentre seu conselho técnico: Eliezer Batista, futuro superintendente da CVRD, Alberto Strange, Arthur Carlos Gehardt Santos, Humberto Pinheiro Vasconcelos, Aloísio Simões, Jorge Faria Santos e Bolívar de Abreu. A entidade atuava, dentre outras frentes, financiando estudos de reconhecimento, diagnósticos e seminários sobre a situação sócio-econômica do estado.

grupos de interesse. Um dos relatórios financiados pela FINDES, realizado pelo INED - Estudos para o Desenvolvimento Social e Econômico – o “Diagnóstico para o Planejamento Econômico do Estado do Espírito Santo”, que orientou o “Plano de Governo” de Dias Lopes e definiu o projeto de desenvolvimento no período da instalação da Aracruz Florestal em território capixaba. Do diagnóstico:

Foi extraída a concepção de que as atividades ligadas à agricultura tradicional capixaba (açúcar, café, madeira, cacau) não apresentavam grandes perspectivas, exigindo uma reorientação de políticas. Estas, deveriam estimular atividades mais dinâmicas, vinculadas ao processamento do minério-de-ferro (pelotização e siderurgia) e à agro-indústria de abastecimento, dentro de uma estratégia de construção de um centro industrial na Capital (ibdi, p. 38).

Os personagens da história do “desenvolvimentismo” capixaba formam um grupo de pessoas que tiveram, durante determinado momento da vida política, passagem pela FINDES. Exemplo emblemático desta rede de poder e influência é ilustrada pela figura de Arthur Carlos Gerhardt Santos. Antes de atingir o cargo de governador indicado pelos militares de 1967 até 1971, foi orgânico representante da FINDES, assessor do governador Carlos Lindenberg. Além disto, presidiu o CODES - Conselho de Desenvolvimento do Espírito Santo – convertido em BANDES – Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo e, depois de substituir Dias Lopes no Governo do Estado, assumiu a diretoria da Aracruz Celulose S/A e, por fim, a presidência da CST. Desse modo, compreendemos que existiu uma massiva concentração de poder nas mãos de um seletivo grupo, indicando também que os fundos criados pelo Estado e destinados ao “desenvolvimento regional”, atendiam e foram geridos por essa mesma facção política.

Ainda no bojo da discussão a respeito da clara imbricação de interesses privados e a utilização da máquina pública na realização das condições objetivas do “progresso”, destaca-se o projeto CIVIT – Centro Industrial de Vitória. Conforme correlaciona Gomes (1998) tal projeto pressupunha a criação da Secretaria do Planejamento. Este empreendimento ocasionou a criação da COPLAN - Coordenação de Planejamento, em 1969, que tinha (novamente)

entre seus componentes: “Arthur Carlos Gerhardt Santos (presidente da CODES), Jones Santos Neves Filho (presidente da FINDES - sucessor de Américo Buaiz a partir de 1968) e Marcus Viana (chefe da Divisão Industrial da CVRD)” (GOMES, 1998, p. 42).

Segundo demonstra o economista, o regimento interno da COPLAN fora elaborado pelo conselho técnico da FINDES ao firmar um convênio “[...] segundo o qual as partes se responsabilizariam pelo suporte financeiro dos estudos voltados à elaboração das diretrizes de implantação do CIVIT e, à CODES, caberia a contratação de funcionários” (ibdi). Demonstrando, mais uma vez, o poder de determinados grupos, em especial da FINDES, na elaboração e execução de políticas públicas em nome do “desenvolvimento capixaba”¹⁹.

1.4. AS MOVIMENTAÇÕES INTERNACIONAIS E A CHEGADA DA INDÚSTRIA DA CELULOSE NO BRASIL

Os anos de 1970 foram o período da “redefinição geográfica” da indústria mundial da celulose. De acordo com Dalcomuni (1990), o Brasil não adentra o rol dos maiores produtores mundiais da celulose por acaso. E sim devido à ampliação do consumo do mercado mundial, das condições favoráveis endógenas-climáticas, além das pressões populares nos países do hemisfério norte, contrárias aos impactos ambientais das monoculturas. Os

¹⁹ Como ilustra mais esse fragmento do trabalho de Gomes: “Em agosto de 1971 foi criado o Instituto de Desenvolvimento Industrial do Espírito Santo (IDEIES), entidade da FINDES, que contaria com a participação direta em seu Conselho de representantes do BANDES, do CODEC, do GERES, da ESCELSA, da UFES e da CVRD, além do pessoal da própria Federação das Indústrias. A posição da Federação, entretanto, se dividia entre manter e se possível avançar a partir do aparato institucional já existente e, por outro lado, apoiar a nova prioridade do governo no sentido da implantação dos *grandes projetos*. Na primeira posição, a FINDES conseguiu colher a garantia de que 50% dos retornos financeiros dos financiamentos via FUNDAP não retornassem ao Tesouro Estadual, mas que fossem colocados à disposição de projetos de seus associados. Na segunda, os dirigentes da entidade apostavam nos efeitos multiplicadores, previstos pelos quadros técnicos do governo, que resultariam das demandas das novas unidades industriais em sua fase operacional” (ibdi, p.56).

principais produtores da celulose até então eram o EUA, Canadá, Suécia, Japão, URSS, Escandinávia, Finlândia, China e África do Sul.

Somam-se a esses fatores, o apoio de instituições multilaterais, como a FAO, que subsidia projetos de expansão do reflorestamento baseado na preocupação com a geração de excedentes desse produto para uso na indústria no Brasil: “Onde havia condições ecológicas favoráveis para o rápido crescimento das florestas, disponibilidade de terras, abundância de mão de obra barata e políticas econômicas de governo que privilegiavam o setor” (FERREIRA, 2002, p. 93).

O deslocamento desta produção e do tipo específico de empreendimento para os países latinos, deu-se em parte por conta do desenvolvimento técnico e de condições políticas oficiais favoráveis, desde o “Plano de Metas”. A busca por matérias primas foi fator importante, já que as condições climáticas dos países do Norte exigiam longo tempo para o corte e o conseqüente uso industrial, caracterizando o processo como “pouco produtivo” em relação aos países localizados abaixo do Equador²⁰.

1.4.1 A INDÚSTRIA DA CELULOSE NO BRASIL

A atividade do reflorestamento já era direcionada à indústria no Brasil e no Espírito Santo, em função do uso do carvão vegetal e lenha para uso na siderurgia e construção civil²¹. As atividades de reflorestamento começam a ser

²⁰ Dados trazidos pelo BNDES (apud DALCOMUNI, 1990) revelam os custos de produção da celulose que no Brasil chegava a 50, 60 dólares, devido ao tempo de maturação de 6 a 7 anos. Ao passo que na França o tempo de maturação de 30 a 40 anos, computava um investimento de 130 dólares. Já na Suécia o custo é de 160 dólares, num período de 60 anos do corte ideal para o processo industrial. A decisão pelo plantio do eucalipto, esteve ligado ao rápido e linear crescimento da espécie, seus poucos galhos que otimizam o espaço e o tempo de plantação para o uso industrial. A redução de quase 50% do ponto de corte do eucalipto, antes em 15 anos, deu-se em função das técnicas de manipulação genética (FERREIRA, 2002).

²¹ É importante indicar o papel da CVRD no início do desenvolvimento das atividades de reflorestamento no Espírito Santo. De acordo com Ferreira (2002), a CVRD utilizava de empresas subsidiárias na captação de incentivos destinados à exportação de “cavacos de

vistas como alternativas ao desmatamento. Ademais, os espaços destinados ao reflorestamento eram vistos como “ordenamento organizado” do espaço, segundo Salomão (2006). E às custas da expansão da “ocupação ordenada” do território as áreas de “florestas plantadas”, entre 1960 e 1975, aumentaram 15 vezes e nessa proporção cresceu, também, o desmatamento das espécies nativas (FERREIRA, 2002).

A indústria da celulose no Brasil, de acordo com Dalcomuni, apresentou, durante as décadas de 1960 e 1980, contínuo crescimento, contrariando até mesmo as conjunturas marcadas por crise econômica. A literatura identifica duas fases na evolução desse segmento industrial²². A primeira, iniciada no final dos anos de 1940, perpassando o final dos anos 50, quando se constituiu a indústria, no período do “Plano de Metas” (1956-60)²³, inclui o desenvolvimento da indústria de base e obras de infra-estrutura, resultante da ação do Estado direcionando o desenvolvimento. A formação da indústria da celulose no Espírito Santo foi estimulada de forma indireta pelo “Plano de Metas”. A influência nos investimentos viabilizava o referido projeto por meio da instalação de “ferro-rod-

madeira” e celulose, fomentou a criação em alguns lugares do país, deste tipo de empresas. Na década de 1970 a “Vale” possuía 56 mil ha em áreas de reflorestamento apenas no Espírito Santo.

²² “O setor de papel e celulose é atualmente composto por empresas produtoras exclusivamente de celulose, por firmas integradas produtoras de celulose e papéis e por fabricantes exclusivos de papéis” (DALCOMUNI, 1990, p.130). Simone Ferreira indica outra atividade econômica baseada na indústria da celulose: as carvoarias. Que utilizam o não aproveitado na produção da celulose, como: raízes e tocos, para a produção do carvão. “Desta forma, o complexo celulósico estrutura toda uma cadeia produtiva, que atinge da agroindústria às carvoarias, dos grandes acionistas aos carvoeiros, que são contratados pelo gato como mão-de-obra barata, estabelecendo-se novas relações sociais na esfera produtiva, vivenciadas também pelo morador local, proprietário de terra ou não” (FERREIRA op. cit., p. 107). Atualmente os resíduos dos eucaliptos são dificilmente encontrados, devido à utilização de maquinaria especializada pela empresa que tritura o “resto” e impede a “retirada do facho”, realizada por pessoas das comunidades quilombolas. A descrita situação gerou conflito por parte dos grupos quilombolas em São Mateus que paralisaram atividades de corte durante 3 dias em março de 2007.

²³ Dalcomuni (1990) ilustra o início das atividades de produção da celulose no país, em 1947 com as atividades das Indústrias Klabin de Papel e Celulose S.A, no estado do Paraná. Já o Espírito Santo é inserido no surto “industrialisante”, como resultados das estratégias das forças políticas locais, na realização de obras de infra-estrutura.

portuários” e distribuição de energia elétrica, exibindo aos investidores vantagens locacionais.

A primeira fase da indústria da celulose no país, que vai até o início dos anos 60, recebeu US\$ 17.419.095,00 de aporte do capital estrangeiro - que provinha do Canadá, EUA e Finlândia, dentre outros - e US\$ 12.133.000,00 de investimentos e financiamentos do BNDE entre os anos de 1956 a 1960. Durante os dez anos, de 1955 até 1965, registrou-se o crescimento maior do que 100% do setor, mesmo sendo produzida em pequenas unidades de produção que atendiam o mercado interno.

Em sua segunda fase, o II PND – Plano Nacional de Desenvolvimento (1974-79) marca um ponto alto da produção da celulose no país e a auto-suficiência da produção, invertendo a balança comercial brasileira neste ramo. Nesse período o mercado brasileiro viveu o surto do crescimento econômico favorecido pela alta da produção industrial e “adoção de políticas econômicas expansivas e de atração de investimentos estrangeiros, fatores que em conjunto suscitam expectativas otimistas de ampliação do mercado interno e externo de celulose” (DALCOMUNI 1990, p.78).

Inserido no II PND destaca-se o I PNPC – Programa Nacional de Papel e Celulose - estabelecendo uma série de medidas de financiamentos e fomentando a instalação dos parques industriais destinados à produção e exportação de celulose, permitindo considerável mudança na organização estrutural da indústria nesse segmento. No mesmo ano, inicia-se o Fiset - Fundo de Investimentos Setoriais -, para “empreendimentos florestais”, alimentado pelo Imposto de Renda.

Foi o momento de “transnacionalização” da produção brasileira, com a indústria da celulose não foi diferente. O Estado brasileiro, neste momento, participou não apenas através de financiamentos, incentivos e subsídios, como também

através de sua participação direta enquanto acionista nesses empreendimentos através do Sistema BNDES e CVRD (ibid, p. 130).

1.4.2. AS JOINT VENTURES DA CELULOSE

O projeto da indústria de papel e celulose no Brasil expressa a associação de capitais, sob a forma de fusão de empresas transnacionais ativas no ramo, aproveitando o momento do *boom* industrial nos países da América Latina. As “joint ventures internacionais” são caracterizadas por uma organização empresarial, como resultado da reunião de capitais transnacionais (ou de origem local), fracionando a origem dos investimentos envolvidos no processo. Nas palavras da autora, os modelos “joint ventures” significam: “Um escoadouro ao potencial de acumulação, visando assegurar o suprimento de insumos e penetrar nos mercados nacionais protegidos” (ibdi, p.117).

[...]Significa um escoadouro para seu potencial de acumulação, uma forma de assegurar o suprimento de insumos e de penetrar em mercados nacionais protegidos. Características esses compartilhadas pelas filiais de firmas estrangeiras com 100% de capital externo. Além disso, pode representar uma forma de prevenção contra sentimentos nacionalistas e de mais fácil acesso a especificidades do país hospedeiro no que se refere a fontes oficiais de financiamento e habilidades locais na área da produção, administração e sistema de comercialização (ibdi).

A definição de “joint ventures” na organização empresarial das agroindústrias da celulose no Brasil permite o desenho da articulação dos interesses e alianças formados na implantação da Aracruz Celulose no ES, caso que toca a pesquisa aqui pretendida²⁴. A viabilidade da consolidação desse tipo organização industrial no território capixaba, costurou segmentos da elite local, nacional - a aparelhagem pública de Brasília e do Espírito Santo - às necessidades dos produtores e investimentos originários de outros países²⁵.

²⁴ A Aracruz Celulose S.A e a Cenibra são casos de *joint ventures* no Brasil (DALCOMUNI, 1990).

²⁵ Firms e consultorias realizaram em 1967, estudos de viabilidade dos projetos das fábricas de celulose como Sandwell, canadense, ligada à Billerud (sueca) que se tornaria num período futuro acionista da Aracruz Celulose S.A. Em 1971 a Jaakoo Pöyri, da Finlândia, reafirma a viabilidade do projeto, indicando aumento das escalas de produção (ibdi).

1.5. OS GRANDES PROJETOS INDUSTRIAIS E O ES

Como vimos, a efetivação da economia industrial no Espírito Santo iniciou-se de modo tímido, por volta dos anos de 1950, inserido no contexto nacional do já citado “Plano de Metas”, aumentando nas décadas depois. Além da pressão observada pelos reflexos da erradicação dos cafezais, as articulações da elite industrial local, majoritariamente representada pela FINDES, permitiram a reunião de fatores favoráveis à vinda dos grandes projetos industriais para o Espírito Santo. O contexto político nacional permissivo à industrialização que sucedeu e acompanhou a ditadura militar, foi também de grande importância para a mudança de rumos dos setores produtivos no território capixaba.

A Industrialização, então, é apresentada como a saída para a então crise econômica no Espírito Santo. O crescimento da indústria era o foco de todos os incentivos, fundos e financiamentos realizados pela máquina pública Estadual e Federal²⁶. A vindas dos Parques Industriais para o estado, como em diversas regiões do país, foi possível graças à maciça entrada de capital estrangeiro, associado aos investimentos estatais que contemplaram a estruturação do setor produtivo capixaba através dos complexos industriais siderúrgico, para-químico e portuário.

Para autores como Rocha e Morandi (1991), há dois momentos da indústria no estado. O primeiro, dentro do contexto da década de 1950 que representa o crescimento fomentado por capital local de pequeno porte, estruturado por medidas provenientes do Governo do Estado. Esta fase é identificada por baixa diversificação econômica, com manutenção das formas políticas “tradicionais”,

²⁶ Dentre as várias medidas públicas de investimentos industriais, destacam-se algumas. A primeira gerada pelo IBC-GERCA que criou o FUNDEC – Fundo de Diversificação Econômica da Cafeicultura, resultando no CODES – Companhia de Desenvolvimento Econômico do Espírito Santo. Já o Decreto Lei 880 de 1969, que facilitaria do ponto de vista tributário, para pessoas físicas e jurídicas, atividades de pesca, turismo, ações e indústrias em território capixaba. Para isso foi criado o FUNRES – Fundo de Recuperação Econômica do Espírito Santo, como resultado das articulações do setor privado capixaba sobre o Governo do Estado e Federal.

conforme a leitura de Silva (1995). No segundo momento, os autores identificam a diversificação econômica baseada em atividades não tradicionais, comandada, em sua maioria, por grandes capitais privados e estatais.

No “segundo momento” a industrialização do território capixaba recebe com maior intensidade os investimentos estrangeiros e nacionais. A “segunda fase”, a partir de 1974, diferencia-se da anterior pela subordinação da dinâmica de acumulação realizada no estado às determinações do poder centralizado do Governo Federal, retratando o momento em que determinadas relações capitalistas hegemônicas o território nacional (DALCOMUNI,1990; SIQUEIRA, 2001; GOMES ,1998). É o período em que os grandes parques industriais da CVRD, CST, ARACRUZ CELULOSE S.A e SAMARCO, instalam-se definitivamente e consolidam a produção e exportação de matérias primas, e ao mesmo tempo, auxiliam na integração do Espírito Santo ao mercado nacional por meio de seus pólos industriais.

Araujo e Vainer (1992) problematizam a natureza da relação entre os “pólos” do desenvolvimento com as regiões. Para os autores, as “regiões” perderam para as “localidades” o foco como espaços-alvo para os projetos de investimentos. O território é percebido “como um somatório de recursos mais ou menos acessíveis”, reordenando a ação do Estado que “não tem mais em vista a captura das regiões (em verdade já concluída), mas a viabilização da apropriação de recursos localizados ao largo do território” (ibdi, p.29).

De acordo com estes autores, os Grandes Projetos de Investimento (GPIs), definem e geram as novas regiões, uma vez que o pólo industrial designa as novas regionalizações, e não ao contrário. O território estaria sob a “jurisdição do empreendimento” (ibdi, 1992, p.38). Os GPIs podem ser reconhecidos de uma maneira geral como:

[...] Projetos que mobilizam em grande quantidade elementos como capital, força de trabalho, recursos naturais, energia e território. Em geral trata-se de grandes unidades produtivas, a maioria das quais para o desenvolvimento de atividades básicas, como arranque

ou início de possíveis cadeias produtivas, para a produção de aço, cobre e alumínio, outras para a extração de petróleo, gás e carvão, dedicadas a sua exploração em bruto e/ou transformação e refinarias ou centrais termelétricas... Grandes represas e obras de infraestrutura associadas ou não aos exemplos anteriores... Complexos industriais portuários e, em outra escala, usinas nucleares, geotérmicas, etc... (LAURELLI, 1987 apud ARAUJO; VAINER, 1992 p.30).

É legítimo, dessa forma, identificar os empreendimentos industriais instalados no final dos anos 1960 e durante a década seguinte, no Espírito Santo, como Grandes Projetos de Impacto. Os GPI's foram distribuídos em cinco grandes áreas, conforme apresenta Klítia Loureiro (2006). A nova etapa do "progresso" do Espírito Santo ancorada nos discursos favoráveis aos GPI's, tem como base as indústrias de transformação de matérias primas, como o caso da agroindústria da celulose e a da "transformação de mercadorias em trânsito", da siderurgia e pelotização (GOMES, 1998); (LOUREIRO, 2006); (SALOMÃO, 2006)²⁷.

Os GPI's são caracterizados pela natureza exógena, haja visto que não são resultado do "desenvolvimento" da região, e sim processados de acordo com os interesses externos (DALCOMUNI, 1990). Silva (1995) entende o período da instalação dos Grandes Parques industriais no Estado como uma "pré-globalização". Tal entendimento ilustra os interesses de determinados conglomerados empresariais estrangeiros, corporificados nas estratégias de um grupo local e mediado pela oficialidade das políticas federais de investimentos. Que possibilitou a ocupação de parte do território capixaba por essas organizações industriais inseridas no mercado internacional.

O discurso a favor dos GPI's e do "desenvolvimento" do território capixaba, ao mesmo tempo em que atraíram pessoas para a capital do Estado, inviabilizou, através da agroindústria e da erradicação dos cafezais, a permanência no campo de grande contingente da população. De acordo com Ana Maria Doimo (1984) as propagandas de governos demonstraram "empenho ideológico" a fim

²⁷ Ver Anexo.

de canalizar a migração em direção à cidade. Essa foi, para a autora, a estratégia utilizada para aumentar o contingente de trabalhadores com mão de obra desqualificada, resultando na hipertrofia de moradores nas periferias dos centros urbanos²⁸. Até a década de 1970, de acordo a autora, a indústria absorvia apenas 7,9% da composição da renda do Espírito Santo. Já em 1977, a população urbana já superava a rural.

Ao analisar os movimentos populares urbanos na Grande Vitória, durante os anos de 1970, esta autora sustentou que o Estado capixaba aplicou recursos públicos na reprodução do capital, em detrimento da reprodução ampliada da força de trabalho. Assim, a ausência de serviços públicos e de infra-estrutura urbana na recém formada Região Metropolitana capixaba foi gravemente vivenciada pelos moradores dos bairros periféricos, originados do interior do estado e de algumas regiões de Minas Gerais e Bahia.

Os movimentos migratórios como resultado das interferências dos GPI's mobilizaram expressiva quantidade da população na busca por empregos, principalmente para Grande Vitória. No caso da agroindústria da celulose, alocou-se mão de obra em funções que, posteriormente, passaram a ser desempenhadas por máquinas e onde o trabalho manual perdeu espaço para os avanços da tecnologia²⁹.

²⁸ As propagandas traziam o seguinte conteúdo: “Temos agora um grande plano. Vamos pontilhar de chaminés a nossa paisagem...” e “O Espírito Santo trocou o seu complexo de inferioridade pelo Complexo Industrial” (ibdi, p.42).

²⁹ A literatura sugere que a erradicação dos cafezais no Espírito Santo e o processo de consolidação da agroindústria acionaram o fluxo migratório para os centros urbanos. No entanto, os antropólogos Leite e Palmeira (1998) enfatizam que o êxodo rural é anterior à modernização da agricultura, tanto em termos objetivos - como a simples leitura dos dados censitários sugere -, quanto em termos de sua percepção pela sociedade como um problema. Os autores provocam que o marco temporal que define o êxodo rural indica o processo migratório ocorrido na década de 1930, no início da conformação dos primeiros centros urbano-industriais. O processo aqui descrito vai de acordo com o que sugerem os autores, pois se aproxima do que traduzem como “expropriação do campesinato”: quando a reprodução das relações sociais começa a ser ameaçada para as seguintes gerações, devido à compressão espacial e temporal promovida pela agroindústria. A “expropriação do campesinato”, seria, segundo os autores, não de: “[...] seus meios de produção, pois destes, de alguma maneira, já haviam sido ou sempre estiveram expropriados, mas de sua expropriação de relações sociais, por eles vividas como *naturais*, que tornaram viável sua participação na produção e sobre as quais, por isso mesmo, exercem algum

Ferreira (2002) localiza alguns dos postos de trabalhos antes desempenhados pela mão de obra local, ligados ao serviço de implantação dos monocultivos, como. A derrubada das árvores, a capina e exterminação de formigas, além das atividades no viveiro e o plantio eram vistos por essa população como ato de “bondade” por parte da empresa³⁰. A autora descreve a transformação de técnicas utilizadas nos monocultivos do eucalipto que atendeu ao aumento da produção. O machado utilizado na derrubada da mata dá lugar ao “correntão”, a capina e o coroamento dos pés, passa a ser realizado por produtos químicos e a motosserra, é trocada pelo maquinário finlandês que sozinho arranca a árvore, descasca e corta em tamanho padrão para uso industrial³¹.

1.5.1. A CHEGADA DA AGROINDÚSTRIA DA CELULOSE NO ESPÍRITO SANTO

controle que se traduz num certo *saber fazer*” (ibidi, p. 110). Há para Palmeira e Leite uma relação entre “expropriação do campesinato” e a chamada modernização da agricultura.

³⁰ Ao registrar depoimento de um ex-empregado de uma empresa terceirizada da Aracruz Celulose, a PLANTAR, Ferreira (2002) descreve a condição da mão de obra barata de um dos componentes de uma comunidade quilombola de Conceição da Barra: “Nos períodos chuvosos, o efeito dos herbicidas fica prejudicado e então a capina é feita manualmente com foice, quando cada funcionário tem a quota de 1.500 pés de eucalipto para roçar por dia e ganha R\$ 0,01 (um centavo) por cada pé roçado que passe desta meta. Seu depoimento afirma ainda que o manuseio destes produtos acontece por cerca de 9 horas diárias e que mesmo os funcionários recém-admitidos se queixam de dores de cabeça e tonturas, chegando mesmo a desmaiar em campo, com a bomba de veneno nas costas. Contudo, a empresa não se responsabiliza pelos exames de saúde feitos pelos funcionários e não paga o adicional por insalubridade na demissão. No ano de 2001, um funcionário da PLANTAR com 40 anos e morador de Conceição da Barra, morreu no campo nestas circunstâncias. Seu corpo foi levado pela empresa a Linhares e retornou com o laudo médico que atestava parada cardíaca, sem citar suas possíveis causas” (ibidi, p. 137).

³¹ Dados apresentados por De'nadai e outros (2005) mostram a queda dos postos de trabalho na Aracruz Celulose e mostra que em 1989 cada trabalhador produzia 378 ton/ano; em 2001, cada funcionário produzia 804 ton/ano. Já em 2002 com a inauguração da “Fábrica C”, cada funcionário passou a produzir 1.052 ton/ano. Os autores indicam os acidentes de trabalhos com os transportes de carretas, intoxicação por agrotóxico e mutilações. Até os dados que apontam os níveis de salários, confrontam com os de Valverde que defende: “A importância do setor florestal para o país, pois ele pode proporcionar melhorias nos indicadores macroeconômicos de bem-estar social, bem como o aumento na produção, na geração de empregos e renda, na arrecadação de impostos, na formação de divisas e na melhoria das contas nacionais” (ibidi, p.105-106).

A vinda da indústria da celulose ao Espírito Santo, como descrito anteriormente, contou com junção de duas variáveis, de acordo com Dalcomuni (1990). Em primeiro lugar, para a autora, a concentração de poder no executivo federal e o peso do autoritarismo das instituições públicas especializadas em planejamento, não transmitiam clareza a respeito dos critérios que definiram os estados “anfitriões” dos Parques Industriais. Isto nos encaminha para a segunda questão trabalhada pela mesma autora, que se refere aos enlances políticos construídos de acordo com os interesses dos grupos capixabas, inseridos na disputa pela vinda dos investimentos nacionais e estrangeiros, somados às “disponibilidades de recursos naturais e de suas possibilidades diferenciadas de influenciar no ‘jogo político’ definido a nível federal” (ibidi, p. 89)³².

Outra importante entidade fundamental no contexto da definição do território capixaba como um futuro território do monocultivo da celulose, é a ECOTEC. A empresa de consultoria, articulada a um grupo de empresários locais, realizava desde a segunda metade do século XX, estudos técnicos e projetos de infraestrutura relacionados à indústria no estado. Em 1966 a ECOTEC assinou estudos técnicos, liderado por Leopoldo Brandão, com o intuito de estruturar uma empresa no ramo da celulose. Ao encontrem as condições propícias no norte do Espírito Santo, depois de procurarem em outros lugares do país, o estudo foi apresentado a um grupo de empresários³³ de São Paulo e Rio de Janeiro.

De acordo com tais estudos, foi selecionado o município de Aracruz, alegando-se condições edafo-climáticas favoráveis ao desenvolvimento de florestas e eucalipto, por representar uma região de atividades economicamente inexpressivas, topografia plana

³² “O Plano de Diversificação e Desenvolvimento Agrícola do Estado” realizado durante o governo de Dias Lopes em 1968, discutia os reflexos do programa de erradicação dos cafezais, propondo ampliação imediata de diversas culturas e atividades econômicas: “Isto porque, aceito o caminho proposto, deve-se-lhe conferir prioridades quanto a decisão de investimentos público e alocação de estímulos a inversões privadas... As análises de ecologia, agronomia, economicidade revelam de um lado, claras oportunidades materiais não aproveitadas; e de outro, a baixa tecnificação existente, traduzidas em baixo custo de capital e insumos, e em altos coeficientes unitários de empregos ou mão-de-obra” (PLANO DE... p.11-12)

³³ “[...] assinaram contrato de imediato com a ECOTEC: Antonio Dias Leite Jr., Erling Lorentzen, Otávio Cavalcanti Lacombi, Oliva Fontenelle de Araújo, Fernando Machado Portella, Eliezer Batista, João Maciel Moura, Álvaro Soares, Afonso Soares, José Chaldas e Renato Grajiollo” (DALCOMUNI, op. cit, p.187-188).

favorável à mecanização, privilegiada localização quanto ao sistema viário, próximo ao principal pólo de desenvolvimento de estado, Vitória, e próximo ao mar, o que facilitaria a construção de porto para a exportação do produto (ibdi p.188).

Um outro importante vetor para a alocação da indústria da celulose no estado é o vértice da política florestal no Brasil, o Código Florestal de 1965 (Lei nº. 4.771) que isentou de tributação, segundo Dalcomuni, áreas reflorestadas e ofereceu vantagens. Desmembrando a abrangência do Código Florestal, inicia-se o PIFFR – Plano de Incentivos Fiscais ao Reflorestamento - no ano seguinte (ANDRADE, 2001).

Ainda no ano de 1967, registra-se como importante aliado à fixação do reflorestamento no estado e no Brasil o IBDF – Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal -, representando as reformas na máquina pública: criação de órgão governamental específico para o desenvolvimento do setor industrial da celulose. Podemos destacar a relevância neste mesmo ano da inserção no mercado de trabalho da primeira turma formada de engenheiros florestais no país, graças um acordo entre a FAO e o IBDF (DALCOMUNI, 1990), fomentando a qualificação de mão de obra especializada para este setor.

E por base nesses pressupostos e em conformidade aos desejos e articulações políticas provenientes de diversas escalas, é fundada em 1967 a Aracruz Florestal, no município de Aracruz, que de imediato arremata 10 mil ha de terras anteriormente pertencentes à COFAVI³⁴. As terras entregues à COFAVI pelo Governo do Estado, são vendidas por preço irrisório à Aracruz Celulose (CICCARONE 2001, apud LOUREIRO, 2006), e negociadas através do apoio de

³⁴ De acordo com Ciccarone e Scarim (2003), na década de 1940 a COFAVI, recebe do governo Estadual “10.000 ha de floresta do território indígena à Companhia de Ferro e Aço Vitória (COFAVI) para produção de carvão vegetal, tinham contribuído, entre outros, para legitimar o consenso sobre a versão oficial de que ‘não havia índios no estado’, abafando a divulgação, na imprensa local e em boletins acadêmicos, da presença dos indígenas no norte do Espírito Santo” (p. 02). Klítia Loureiro (2006) em seu trabalho analisa que a região de Aracruz, é nesse contexto definida por uma “região habitada por uma população ‘invisível’ aos olhos do Estado”(p.79). O “invisível” aos olhos do Estado, define, também, terras “improdutivas” e conseqüentemente, “desabitadas” segundo a ótica empresarial.

Eliezer Batista, então presidente da CVRD, sócio inicial da Aracruz Florestal e ligado à Findes.

As análises de Dalcomuni (1990), Gomes (2000) e Salomão (2006) indicam que a criação da Aracruz Florestal faz parte de uma estratégia empresarial para que fossem utilizados os incentivos fiscais destinados às empresas de reflorestamento, beneficiado pela Lei nº 5.106/66³⁵. Aperfeiçoada através do Decreto-Lei nº 1.134, transformaria os descontos em um fundo de recursos cuja liberação de projetos seria aprovados pelo IBDF, junto ao Banco do Brasil. Dessa forma, os empreendimentos florestais poderiam usufruir do desconto de até 50% do Imposto de Renda.

A mesma Lei inicia uma série de outras e é por isso considerada um marco das políticas de reflorestamento e da indústria da celulose no país. Junto a isto, em 1974 o I PNPC e o II PND, já citados anteriormente, foram de extrema importância na expansão dos projetos de silvicultura, estimulando o mercado interno e a ampliação das exportações do papel e celulose (LOUREIRO, 2006).

A empresa Aracruz Celulose desde a instalação construiu uma história de crescimento de sua produção e ampliação das áreas do monocultivo do eucalipto no Espírito Santo, principalmente nos municípios de Aracruz, Conceição da Barra e São Mateus³⁶. O grupo empresarial Aracruz Celulose S/A ao iniciar suas atividades em território capixaba no ano de 1967, conjugou o ânimo em relação à reintegração da região norte do estado à nova esfera da produção industrial através da expansão do reflorestamento, e dos incentivos

³⁵ Segundo consta esta lei fora influenciada pela ECOTEC (DALCOMUNI, 1990).

³⁶ “Nesta época, algumas áreas da região já continham plantios de eucalipto, como as de propriedade da OURO VERDE, da ACESITA Energética e das FLORESTAS RIO DOCE. As áreas desta última, na década de 80 foram vendidas para a BAHIA SUL (originária da sociedade entre a CVRD e a Cia. Suzano de Papel e Celulose), que se instala no Extremo Sul da Bahia” (FERREIRA, 2002, p. 101).

públicos do Governo Federal, além da expansão da atividade agropecuária (ANDRADE, 2001).

A Aracruz Celulose holding de um amplo sistema de produção é subdividida em outros segmentos empresariais: Aracruz Florestal (que controla os serviços florestais), Aracruz Internacional e Aracruz Trading (atuante das relações internacionais das exportações), Portocel (Parceira da CVRD, encarregada do terminal portuário da Barra do Riacho) e Aracruz Corretora de seguros (SALOMÃO, 2006). Segundo a própria empresa ela seria a “maior produtora mundial de celulose branqueada de eucalipto, vendida globalmente para fabricantes de papéis sanitários, de imprimir e escrever, e papéis especiais” (GOMES, 2000, p. 4).

Esta empresa passou por várias composições acionárias “mas sempre com a presença dos grupos Lorentzen, Safra e do BNDES. Atualmente, o controle das ações da Aracruz é exercido pelos grupos Lorentzen, Safra e Votorantim (28% do capital votante cada) e pelo BNDES (12,5%)” (FANZERES, 2005, p.45). O balanço do primeiro trimestre de 2008, expõe a capacidade de produção em 3 milhões e 300 mil ton/ano, fazendo com que o território capixaba concentre a maior unidade de produção do mundo, fixada no município de Aracruz, situada ao litoral norte da Grande Vitória.

No que tange às áreas ocupadas pela empresa os números trazem imprecisão e são alvos de muitas polêmicas. Os dados apresentado pelos órgãos públicos estão defasados e são discrepantes em relação aos apresentados pelos movimentos de resistência ao plantio (FASE, 2003)³⁷.

³⁷ Segundo matéria do Jornal “Século Diário” do dia 10 de outubro de 2007, a Comissão de Meio Ambiente da Assembléia Legislativa publicou que a empresa possui área referente a 462 mil hectares no Espírito Santo, contrastando com os 279 mil ha segundo a empresa. Os dados não constam com as áreas arrendadas pelo Programa Fomento Florestal, que, segundo a Comissão formada pelos deputados estaduais, são 81, 7 mil há divididos em 156 municípios: 69 deles capixabas, 14 baianos, 39 mineiros, 8 cariocas e 26 gaúchos, numa área média de 24,4 ha.

A instalação da indústria da Aracruz Celulose em 1978 foi acompanhada por inúmeros desdobramentos em variadas escalas. Questões sobre as plantações de eucalipto, seus impactos, ausência dos licenciamentos e a maneira através da qual a empresa apropria-se das terras para o plantio são, até hoje, alvo de polêmicas por parte da opinião pública no Espírito Santo. A concentração fundiária e o modelo de ocupação utilizado pela empresa – além de denúncias de grilagem de documentos e requerimento indevido de terras devolutas – fazem parte das críticas dos grupos que convivem diariamente com a eucaliptocultura.

Durante toda a história de ocupação pelos monocultivos, houve protestos políticos, passeatas, ocupações, “auto-demarcações” de terras, investigações científicas, denúncias em nível internacional, manifestações de grupos locais e internacionais que questionavam a legitimidade da ocupação das terras pelos eucaliptais. Isto sem contar os processos judiciais movidos por entidades ambientalistas, estudos e levantamentos por parte da FUNAI e INCRA, proibições de expansão de plantios em terras próprias (tanto por parte da SEAMA quanto pela “Lei Nasser”)³⁸.

Estas medidas acionadas por diversas entidades envolvidas – grupos de camponeses, indígenas, quilombolas, ambientalistas e outros – exigiram, por sua vez, mecanismos de “interlocução” direcionados à opinião pública em resposta aos questionamentos apresentados, dentro do quadro paradigmático do “ambientalismo corporativo”³⁹. O Grupo empresarial Aracruz Celulose S.A

³⁸ Andrade (2001) descreve que o trabalho da consultora Jakko Poyri apontou necessidade de mitigação dos impactos, para a duplicação da fábrica: “O parecer técnico deste EIA/RIMA apontou para a necessidade da mitigação dos impactos sócio-ambientais causados pela eucaliptocultura praticada pela Aracruz. Isso fez com que a Secretaria do Estado do Espírito Santo para Assuntos do Meio Ambiente (SEAMA) condicionasse, em 1988, a duplicação da capacidade instalada da empresa a não expansão das suas plantações de eucalipto em terras próprias” (ibdi, p.8). Dando origem ao Programa Fomento Florestal, da Aracruz Celulose S/A.

³⁹ O chamado ambientalismo corporativo, em voga a partir da década de 1990, pode ser interpretado como resultado do aumento do poder político de segmentos do movimento ecológico, nacional e internacional, e das exigências internacionais do mercado aos padrões ambientais. Essas exigências resultam em estratégias empresariais baseadas em controle ambiental do ponto de vista técnico, fazendo com que as empresas procurassem consolidar suas imagens “abertas ao diálogo” com as “partes interessadas”, a fim de garantir os licenciamentos e

acionou não apenas a justiça comum em sua defesa, mas utilizou propagandas, pesquisas que comprovavam a “sustentabilidade” dos plantios do eucalipto, acordos com algumas dessas entidades e o poder público. Buscou as certificações ambientais desejadas, desenvolveu programas “sócio-ambientais” de diversas naturezas, atuando em variadas frentes com o objetivo de melhorar sua imagem em níveis local, nacional e internacional. Mesmo em meio ao cenário de conflito, a empresa garantiu o alto índice de crescimento de suas produções, ampliando o seu complexo industrial e atingindo a liderança mundial de produção de polpa de celulose de fibra curta branqueada.

1.5.2 O MONOCULTIVO DO EUCALIPTO E AS TERRAS TRADICIONALMENTE OCUPADAS NO ESPÍRITO SANTO

Hector Alimonda (2005) relata que durante a década de 1940, Henry Ford negociou com o governo brasileiro uma concessão para o plantio homogêneo de seringais na floresta amazônica, na perspectiva industrial de organização florestal visando o abastecimento da indústria automotiva. O modelo disciplinador fabril utilizado por Ford – tanto das plantações, quanto das relações de trabalho - culminou na resistência por parte dos trabalhadores e fez com que o empresário abandonasse tal projeto. A posterior disseminação das monoculturas permitiu que fossem associadas à noção de “deserto”. Pois, além de favorecerem a concentração da terra em vinculação aos poderes da indústria globalizada, os monocultivos exercem pressões sobre os ecossistemas nativos e os grupos locais.

Foi através de questões como essas, sobre a ocupação do território capixaba pelo monocultivo, que parte dos participantes da Rede Alerta Contra o Deserto Verde começaram a articular pressões políticas em favor da instalação de uma

as certificações dos projetos, buscando pulverizar os possíveis conflitos (BORGES, 2001) e (ANDRADE, 2001).

“CPI da ARACRUZ” na Assembléia Legislativa do Espírito Santo em 2002⁴⁰. A CPI não desencadeou as disputas em torno às terras ocupadas pela indústria da celulose no estado. Ao contrário, ela foi a “ponta do iceberg”, já que tornou público os conflitos envolvendo os territórios no norte capixaba.

A Comissão Parlamentar de Inquérito ouviu depoimentos de pessoas pertencentes às comunidades locais, funcionários públicos e da empresa, que narram a chegada dos plantios nos municípios de Conceição da Barra, São Mateus e Aracruz, contrastando narrativas históricas, que revelam relações sociais efetivadas para além do discurso oficial.

Um dos mais importantes questionamentos dá-se em relação à legitimidade dos territórios ocupados pela empresa na década de 1970. O período das ocupações das terras do norte do estado por plantios de eucalipto foi concomitante à definição da legislação estadual, que conceitua “terras devolutas” - bem como o processo de legitimação dessas – em vigência nas Leis 617/51, 16/67 e no Decreto 2.688/68 (GOMES, 2002). Tais leis sustentavam o entendimento de que “[...] eram consideradas terras devolutas aquelas que passaram para o domínio patrimonial do Estado e não se incorporaram ao domínio particular nos casos em que a Lei específica (art. 1º, da lei 617/51)” (p.27). Por se tratarem de “terras devolutas”, não poderiam ser comercializadas, e, sim, adquiridas por pessoas físicas, junto à comprovação de que o requerente fosse “lavrador ou criador, ou se dedicar a atividades agropecuárias”. Ainda de acordo o mesmo autor, a Lei Delgada de 16/67, designava como devolutas as terras:

- II - as que não servirem a nenhum uso público do Estado;
- III- as dadas em sesmarias e sob outras condições, incursas em comissão por não haverem sido revalidadas;

⁴⁰ A Comissão Parlamentar de Inquérito, “apuraria as possíveis irregularidades no licenciamento das atividades, da empresa conforme resolução nº 2.2.08, de 13 de março de 2002. Compunham a CPI como membros efetivos os deputados Luiz Pereira (PFL), Nasser Youssef (PSDB), Avílio Machado (PPB), Juca Gama (PDT), Gil Furieri (PMDB)” (LOUREIRO, 2006, p.80). Os trabalhos da CPI foram paralisados em novembro daquele ano, devido a liminar expedida pelo desembargador Antonio Miguel Feu Rosa, mesmo que a Comissão havia sido extinta por decurso de prazo.

- IV - as que não foram objeto de posse legitimada nos termos da lei;
- V - as que se acharem ocupadas por posse que, embora processada de acordo com a lei, ainda não tiver sido julgada ou não se basear em título legal;
- VI - as ocupadas por posse sujeita à legitimação pela presente lei;
- VII - as que se acharem no domínio particular por qualquer título legítimo; (ibdi, p.27).

A aquisição, medição, verificação e legitimação das terras devolutas caberiam aos órgãos competentes. A mencionada Lei exigia, ainda, para legitimação da posse, a existência de uma cultura efetiva, moradia habitual do posseiro por um período mínimo de três anos, além de manter a quinta parte do terreno em exploração, conforme enfatiza o mesmo autor. Em contraste com essas exigências, na primeira acareação realizada pela “CPI da Aracruz”, no dia 02 de abril de 2002, João Batista Marré, representante do MPA - Movimento dos Pequenos Agricultores, provou que requerentes de áreas no norte do estado foram funcionários da Aracruz Celulose, que não sabiam sequer da localização das terras. Depois de legitimadas as posses, a empresa se beneficiava dessas mesmas terras para plantação de eucaliptos⁴¹.

[...]O requerente sempre é o agricultor, nunca tem outra atividade profissional, mas, infelizmente, esse mesmo agricultor em sua maioria são profissionais liberais com curso superior, funcionários da empresa, alguns, advogados, outros engenheiros florestais, outros industriais, todos requerentes dos anos de 1974 e 1975... No mesmo ano todas as áreas que eram posses foram automaticamente transferidas para Aracruz Celulose (ASSEMBLÉIA... 2002, p.157).

Levando em conta apenas os documentos entregues por ele à mesa da CPI, Marré relacionou 29 ex-funcionários e empregados. A empresa se apropriou de vinte dois mil hectares de terras devolutas transferidas em seu nome, sem pagar pelas terras⁴². Já em relação aos posseiros que ali habitavam há algumas gerações, não havia a preocupação em relação à titulação da terra. Segundo

⁴¹ Os funcionários que participaram desse processo, informaram à Comissão Parlamentar de Inquérito que não receberam por tal serviço. Um dos depoentes disse que a pedido da empresa realizaram os requerimentos, pois pensou ser legítimo ajudar a empresa que iniciava atividades no estado. Quando perguntados se sabiam da existência de posseiros, aldeias indígenas ou comunidades remanescentes de quilombos na região, os depoentes diziam que não acessos a estas informações.

⁴² De acordo com Ferreira (2002) no ano de 1977, 27% da área total do Espírito Santo eram de terras devolutas.

Salomão, que investigou a migração de famílias do Sapê do Norte⁴³ ocasionadas pela indústria da celulose para a periferia de Vitória, muitos acreditavam ter as escrituras, mas não possuíam nada além da posse. Mesmo o Recenseamento de Imóveis Rurais do Estado de Espírito Santo, nos anos de 1920, demonstrou que algumas das famílias descendentes de escravos conseguiram a regularização da propriedade. A autora indica que a “confusão” por parte dos ex-ocupantes dos territórios quilombola exprime a importância do uso da terra para a reprodução social, em detrimento das utilidades dos títulos e registros em cartórios.

Dados trazidos por Ferreira (2002) relativos ao ano de 1990, demonstram a estrondosa diminuição da Mata Atlântica, que ocupa área de 8,34% do território capixaba, sendo que a floresta nativa já correspondeu a 86,88% da área do Espírito Santo. A fixação dos plantios do eucalipto re-configurou profundamente as relações sociais nos territórios em que se fixaram. De acordo esta autora, os modos de ocupação dos plantios e as técnicas utilizadas na manutenção destes ocasionaram o fim das “terras de uso comum” das comunidades quilombolas do município de Conceição da Barra.

A intensificação das técnicas utilizadas na manutenção dos plantios agravou as dificuldades das íntimas relações dos grupos locais com os recursos naturais, impossibilitando a estes grupos um tipo específico de subsistência e reprodução social. A redução da fertilidade da terra; reações alelopáticas (que intoxicam os microorganismos no solo); processos de erosão, decorrente da ausência de cobertura vegetal do solo; desaparecimento e envenenamento de cursos d’água

⁴³ O território quilombola do Sapê do Norte abrange por cerca de 40 comunidades remanescentes de quilombos situadas nos municípios de São Mateus e Conceição da Barra. Este território pode ser explicado a partir do que Alfredo Wagner Berno de Almeida, descreve como resultado do processo de “territorialização”, já que “o acesso aos recursos naturais para o exercício de atividades produtivas, se dá não apenas através das tradicionais estruturas intermediárias do grupo étnico, dos grupos de parentes, da família, do povoado ou da aldeia, mas também por certo grau de coesão e solidariedade obtido face a antagonistas e em situações de extrema adversidade e conflito, que reforçam politicamente as redes de solidariedade” (ibdi, p.03).

– brejos, lagoas e córregos, em função dos plantios em larga escala para fins industriais, ocorridas nos territórios das comunidades quilombolas, bem como suas terras vizinhas, são empiricamente comprovados pelas comunidades locais (FERREIRA, 2002).

Consta que a empresa utilizou-se de artifícios de coerção para que as terras por ela pretendidas fossem legitimadas em seu nome. Um dos casos mais conhecidos é do “Pelé”, originário de uma comunidade quilombola do norte do estado que realizou a intermediação entre os negociadores da empresa e os quilombolas, argumentando junto às famílias que a cidade ofereceria melhores condições de vida, por isso melhor seria se “vendessem” suas terras. “Tenente Merçon” era outro responsável por esse tipo de tarefa; utilizava-se da patente, em plena ditadura militar, coagindo os ocupantes a se retirarem da terra⁴⁴. Em depoimento à “CPI da Aracruz”, o Sr. Domingos Firmino do Santos, conhecido como “Chapoca”, juntamente com o Sr. Jorge Brandino, ambos pertencentes às comunidades quilombolas do norte do estado, ficaram frente a frente com “Pelé”, na acareação do dia 20 de agosto de 2002, na Assembléia Legislativa. Em seu depoimento o Sr. Domingos relata o isolamento das comunidades negras, remanescentes de quilombos, em relação aos “brancos”, por isso a importância da função exercida por “Pelé”⁴⁵.

⁴⁴ “Pelé”, Benedito Braulino, foi um dos depoentes na acareação da “CPI da Aracruz”, disse desconhecer a existência de “comunidades quilombolas”, na região. O depoente confirmou a mesa da CPI que fora aposentado pela Aracruz Celulose S/A, como “comprador de terra”, tendo trabalhado na empresa por 25 anos.

⁴⁵ “O negro não tinha o costume com o capital, com a espécie, com o dinheiro. Eles colocaram um tenente para comprar as terras. Imagine, nos anos sessenta, nos anos setenta um tenente comprando terras na região a repressão que não seria, a manipulação, a influência. Eles usavam várias estratégias para adquirir a terra. Em minha casa foi assim, o Sr. Benedito Braulino sabe disto, porque foi em minha casa com esse tenente perguntar à minha mãe se ela queria vender sua terra. Ela respondeu que não vendia a terra. A maioria das terras naquela região, são terras livres. Porque as terras antigamente pertenciam ao Estado, não a Nação. E a maioria delas não possuía documentação. Grande parte das propriedades não possuíam documentação. As pessoas usavam as terras para se manterem, criar seus animais. Na realidade, as pessoas realmente foram forçadas a vender. Muitas vezes por um preço simbólico, porque eles não estavam acostumados com o capitalismo. As terras eram irregulares e passavam a mão mesmo, era assim que funcionava. Tem tantas pessoas que perderam terras ali, tantas pessoas lá no Norte que perderam terras. Trago vinte pessoas aqui. (ASSEMBLEIA... 2002, p.1083).

As pressões sofridas pelas comunidades indígenas não foram diferentes⁴⁶. Depoimentos colhidos através de pesquisas científicas e dos relatos dos indígenas ilustram o violento processo de apropriação das terras nos territórios indígenas. Klítia Loureiro (2006) apresenta números das aldeias Tupiniquins existentes no município de Aracruz antes dos maciços plantios de eucaliptos. Conforme a autora, eram 37 aldeias antes dos anos de 1970, restando hoje por volta de 2.000 indígenas.

A autora se utiliza de um dos depoimentos das lideranças indígenas fornecidos à CPI, Sr. Lauro Martins, Cacique Tupiniquim, e Antonio dos Santos, da aldeia Pau Brasil, no dia 21 de maio de 2002. Loureiro (2006) mostra que o depoimento corrobora com as narrativas que descreverem as práticas violentas que transformaram as terras indígenas em espaços do plantio de eucalipto:

Em primeiro lugar, era dar um prazo pra sair de dentro de casa e, caso não saísse, eles botavam fogo com a gente dentro de casa, então a pessoa a era obrigada a sair dentro daquele prazo, vinte e quatro horas [...] Isso foi o começo da invasão do Major Orlando com sua equipe, garantindo a expulsão dos povos indígenas nesse território (ibdi, p. 95).

O conjunto de experiências acima relatadas evoca o conflito de temporalidades na fronteira (MARTINS,1997): “A história contemporânea da fronteira, no Brasil, é a história das lutas étnicas e sociais” (ibdi, p.149). Nesse sentido, podemos contextualizar o processo de apropriação das terras do norte capixaba ocupadas pelos grupos locais - e hoje em poder da empresa - como momento de definições de fronteiras. Processo capaz de impor a adaptação de códigos de atualização, empurrados através da modernidade a um ritmo que reproduz desigualdades principalmente temporais. É o momento em que o embate torna claras as diferentes apropriações do espaço no Brasil: do índio e do europeu, os latifundiários e os camponeses, da multinacional e dos quilombolas, por

⁴⁶ Em depoimento prestado à “CPI da Aracruz”, no dia 23 de abril de 2002, o Sr. Fábio Martins Villas, então membro do CIMI – Conselho Indigenista Missionário, também relaciona pessoas que pressionavam os indígenas ao abandono do território: Major Orlando e Sr. José Rebuzi.

exemplo. Por isso, o tempo da fronteira é o espaço da alteridade, enquanto “a diversidade de relações sociais marcadas por tempos históricos diversos e, ao mesmo tempo, contemporâneos” (ibid, p.157).

Assim é que foram estabelecidas as relações entre os grupos locais do norte do Espírito Santo e a Aracruz Celulose por meio de seu “potencial modernizador”. Aí se confrontam o sistema de classificação “tradicional” e o princípio “missionário” da modernidade, que tende a “amansar” o território desejado por meio da força para que este assimile a nova simbologia trazida pela temporalidade externa.

As “benesses do progresso” são assim mediadas pelo Estado autoritário e corporificadas pelas políticas florestais, ordenando o território em moldes industriais, difundindo significações e hierarquias que legitimam o modelo de desenvolvimento por meio de seu paradigma técnico-científico.

“A confusão, a alguém interessa”.
Francisco de Oliveira

II NEM EMPRESA, NEM ESTADO: O CAMPO DO “NÃO-GOVERNAMENTAL”.

Neste capítulo procederemos a uma revisão bibliográfica sobre a categoria “não-governamental”, em sua considerável diversidade no que concerne às justificações e usos dos agentes envolvidos. Tal revisão fez-se indispensável para o entendimento do contexto da pesquisa, em que entidades associativas não-governamentais se movimentam e relacionam-se frente ao monocultivo da celulose no Espírito Santo.

2. 1. A CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DAS ONGS.

As deficiências do setor público, a estagnação dos orçamentos relativos às políticas sociais, o papel tido por menos “eficiente” do Estado, além das desilusões que sucederam os “milagres econômicos” localizam as ONGs como atores do desenvolvimento social e econômico em escala global. Ademais, os programas implementados por estas organizações geralmente se focam na redução da pobreza e no desenvolvimento “auto-sustentado” de comunidades localizadas nos países periféricos, fundamentando-se no discurso democratizador que ganha força nos últimos 30 anos do século XX.

Essas entidades situam-se em meio a relações complexas, que vão desde as intenções das agências financiadoras até às comunidades (com as quais as entidades trabalham), como também os interesses políticos que as ajudam a moldar o discurso da promoção social⁴⁷.

⁴⁷ A multiplicidade dos interesses que fundamentam a implementação dos programas desenvolvidos pelas ONG vão desde a ajuda na intermediação entre os grupos de base, com os governos, às redes de solidariedade, aos interesses pragmáticos e instrumentais dos doadores

O termo ONG começa a ser socialmente construído a partir do pós-guerra – 1945 - e se relaciona desde então às tentativas de reativação econômica em países capitalistas do Ocidente⁴⁸. O papel dessas entidades atenderia às redes de acordos de cooperação dos países “desenvolvidos” que criaram organismos internacionais e agências multilaterais financiadoras - Banco Mundial e a Organização das Nações Unidas, por exemplo -, interessados no “desenvolvimento econômico” dos países periféricos.

A ordem do “desenvolvimento econômico” manteve-se hegemônica e, durante décadas, os projetos das ONGs do “desenvolvimento” o tinham como meta. Foi nos anos de 1960 que algumas vozes latino-americanas deram início às críticas ao modelo de desenvolvimento - como foi o caso da CEPAL -, incluindo os indicadores econômicos devido à limitação impossibilidade em se medir a insatisfação das populações marginalizadas.

Foi no contexto de críticas aos modelos e métodos de análises como esses que o Relatório de Desenvolvimento Humano/ PNDU (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) do ano de 1991 buscou reformular o índice de mensuração do desenvolvimento. O argumento pela instituição foi de que o desenvolvimento é feito por e para as pessoas e, deve, por isso, servi-las e não as transformar em instrumentos (TIMPSON, 1992).

Na busca em avaliar o descontentamento humano e o enfraquecimento do tecido social, as ONGs seriam peças chave na realização de projetos, elaboração de assistência e estratégias de planejamento apropriadas às circunstâncias específicas dos países ditos periféricos, valorizando os peritos

(bilaterais e multilaterais), que ajudam a compor o amplo espectro do campo do “não-governamental”. Além de fortalecerem sua legitimidade: “Apoiar o setor privado, incluindo aí as ONGs, é parte integrante na nova ortodoxia de desenvolvimento da ajuda comunitária: a sabedoria do mercado. O setor privado é considerado mais eficiente na prestação de certos serviços públicos. As ONGs tem mostrado uma vantagem comparativa na satisfação das necessidades humanas básicas” (BRODHEAD, 1992 p. 123).

⁴⁸ Pereira (2003); Teixeira (2001); Fraga (1995) e Fernandes (1994).

locais, que estivessem fora da esfera do governo. O argumento era de que o apoio fornecido pelas ONGs incidiria sobre os países em desenvolvimento, na recuperação das forças de suas próprias comunidades. Assim, “o intercâmbio entre os países adquiria nova importância” (ibdi, p.178).

A “cooperação” torna-se palavra de ordem. Tratar-se-ia da construção de um diálogo que enfatizasse a dimensão humana do desenvolvimento, alcançando os setores mais pobres e vulneráveis dos países do Sul⁴⁹. Para tanto, dada a relevância das iniciativas de ajuda “com base na comunidade e no diálogo com a sociedade civil e o governo” (ibid), as ONGs seriam os instrumentos necessários a percepção do processo de descentralização do poder nas escalas local e global.

A atuação das organizações não-governamentais nos países latino-americanos priorizaram o “fortalecimento da sociedade civil” e procuraram gerar canais institucionais que incorporam reivindicações de outras instâncias⁵⁰. Os movimentos sociais, de modo geral, durante anos de história adquiriram maior institucionalização e foram transmutando-se em organizações formais, o que ajudou a consolidar o que alguns autores passaram a definir como “terceiro setor” (WOLFE, 1992). As ONGs são vistas como importantes mediadores das relações do Estado com alguns setores da sociedade, movimentos e organizações internacionais para atender às necessidades locais, organizadas em formas de “redes” (SCHERER-WARREN, 1994).

Apresenta-se as ONGs como instrumentos da democracia devido a sua suposta capacidade de provocar denúncias internacionais nos meios de comunicação

⁴⁹ Conforme as palavras de Sarah Timpson (1992) na “Declaração” do “Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, no 1º Encontro Internacional de ONGs e o Sistema de agências das Nações Unidas”. IBASE/PNDU, Rio de Janeiro.

⁵⁰ Através das formas institucionais e institucionalizadas de expressão das identidades coletivas e as demandas sociais na América Latina, as relações entre os movimentos sociais, ONGs e partidos políticos, bem como e seus papeis específicos no processo de construção democrática latino-americana, ver Jelin (1994). A autora identifica, por exemplo, o reconhecimento político de determinadas violações dos direitos das mulheres têm penetrado instituições como sindicatos, Igrejas e o próprio Estado.

independentes, pelas redes de solidariedade com movimentos sociais, por iniciativas de cooperação internacional.

[...] Constituem um amplo e difuso espectro de manifestações sociais com capacidade de influir sobre os Estados. Ao mesmo tempo que, além disso, coexistem com a apatia, a privatização, o individualismo, o consumismo que operam em direção contrária (JELIN 199, p. 106).

Francisco de Oliveira ao problematizar as “ONGs da democratização”, as entende como locus fundamental na resistência durante o período ditatorial no Brasil e diferencia as atuações subsequentes frente à democracia formalizada. Depois de identificar o “paradigma da continuidade”, questiona as funções destas entidades na conjuntura da liberalização econômica. O paradigma em questão sustenta o “neoliberalismo” enquanto momento da aparência, do privado, que reduz tudo a porcentagens. Capaz de reduzir a própria realidade à distribuições estatísticas. É o momento da calculabilidade, dos resultados ditos realistas, da aceitação da pobreza como algo inevitável e a distribuição da renda a ser enfrentada com gradualismo.

As ONGs da democratização foram engolfadas pela onda reducionista, mas sofrem de uma incomoda consciência de capitulação. Por trás do ‘realismo’ insinua-se um movimento intenso de privatização da vida, das instituições e das políticas. Aparece, agora, sans ambages, uma especial de corolário dessa privatização: o Estado não necessita ser desmontado institucionalmente, mas sim politicamente (OLIVEIRA, 2002 p.57).

As ONGs são, para Oliveira (2002), as administradoras do consenso, do “realismo gradualista”, da “utopia do possível”, brindadas pela vitória semântica da direita e pelo Banco Mundial. No entanto, ao desenvolver sua análise, Oliveira define que: na garantia do privado, se faz necessário o Estado.

Pelo fato de serem identificadas, a princípio, pela negação (o “não governamental”) e definirem-se como entidades privadas de fins públicos, sem fins lucrativos, as ONGs são vistas como tendo por finalidade “melhorar ou fortalecer a própria sociedade civil, objetivando provocar micro-transformações, locais ou no cotidiano ou macro-transformações, mais globais ou sistêmicas” (SCHERER-WARREN, 1994, p.02). Suas ações explícitas objetivam, de modo

amplo, a superação das violências de gênero, étnicas, etárias, a desigualdade econômica e exclusão da participação política. Entre os escopos temáticos destas entidades estão: o “meio ambiente”, os “direitos humanos”, a “saúde”, tudo o que no geral constitui as discussões do “modelo de desenvolvimento” e da “cidadania”. Tais entidades foram, aos poucos, ocupando um relevante espaço no processo de democratização de países como o Brasil, independentemente dos fins e temáticas que abordam.

Na interpretação de Francisco Weffort⁵¹ (1992), estas organizações justificam-se pelas crises nas quais se encontram as instituições modernas, principalmente os estados latino-americanos. Florescem em meio aos discursos sobre as dificuldades dos partidos na representação pública e no cumprimento das funções governamentais, os fracassos dos governos de transição, a perda do prestígio da atividade política das tensões entre presidentes e os congressos. A “crise de governabilidade” exprime as dificuldades das instituições políticas, inclusive dos partidos, em assegurar condições de governabilidade colocando em questão o sistema democrático, sustentou a consolidação do campo do “não-governamental” (ibdi).

A dita “obsolescência econômica do Estado” traz o questionamento dos instrumentos de que o Estado iria se valer para atuar como agente de modernização da economia, numa circunstância que se caracteriza pela redefinição da ordem econômica mundial. A “crise do Estado Nação” como forma política, residiria na incapacidade estatal de controlar algumas funções clássicas da economia: a moeda, a segurança dos indivíduos e a coesão da sociedade. O Estado nesse sentido estaria ausente da conformação de um legítimo conjunto da sociedade nacional fazendo com que os projetos políticos se restrinjam aos grupos, setores e regiões.

⁵¹ Artigo publicado no livro-resumo do Primeiro Encontro Internacional de ONGs e Agências das Nações Unidas, no Rio de Janeiro, em 1992.

Para o autor reforça-se o dualismo entre os que participam dos benefícios da prosperidade econômica e os que estão destinados à miséria. Desse modo, uma outra grande questão emerge: já que a transição para a democracia nos países latinos americanos não inaugura automaticamente a fase do exercício da cidadania, devido às limitações dos direitos econômicos e sociais.

Frente à realidade da exclusão e da polarização, a ampliação de espaços de participação cidadã se converte em um desafio cada vez urgente. Como sabemos a transição da democracia não acaba instantaneamente com as violações de direitos humanos por parte das instancias do Estado. As necessidades insatisfeitas da pobreza e do desemprego se agregam a então, a diversas manifestações de violação de direitos, são estes os civis (Caldera, 1992; Gingold, 1994) os novos direitos ligados ao meio ambiente (JELIN, 1994, p.105).

Virginia Fontes (2006) destaca a vigência de uma conversão mercantil-filantrópica de movimentos sociais de base popular. Para a historiadora, a financeirização do mundo favoreceu que os movimentos sociais, de modo geral, experimentassem a execução de serviços assistencialistas através da realização de projetos financiáveis, refletindo no “apassivamento” das lutas sociais.

Um conceito tratado por Fontes e fortemente disseminado entre as ONGs é o de “autonomia”, que para ela, sofre um deslizamento no que se refere aos recursos imediatos das reivindicações como moradia, água, saneamento, discriminações diversas, o ambiente e outros. Usa-se o conceito como sinônimo do “protagonismo” da comunidade: ela seria a grande responsável pelo desenvolvimento social do grupo “alvo”, é a “autonomia” o resultado da circulação do “capital social” entre a entidade e o grupo que compõe o objetivo dos projetos. A autora retoma o conceito enquanto “capacidade de produzir uma contra-hegemonia, de forjar uma visão de mundo para além dos limites corporativos” (ibdi, p. 345), no sentido gramsciano de sociedade civil. Autonomia, dessa forma, contém o teor “organizativo e pedagógico” do “príncipe moderno” algo que remete a outra forma de sociabilidade.

Ao resumir o percurso histórico da categoria ONG, Assumpção (1993, p. 394) refere-se a uma banalização do termo, dadas as fronteiras diluídas que essas entidades traçaram durante seu percurso histórico, como veremos a seguir, no caso do Brasil.

2. 2. O NÃO-GOVERNAMENTAL NO BRASIL

A história das entidades não-governamentais no Brasil não deve ignorar como assinala Landim (2003), as influências da cultura política patrimonialista, autoritária e corporativista de uma sociedade “criada” e subordinada ao Estado. As organizações voluntárias e sem fins lucrativos, desde o início de século XIX, presentes nos campos da assistência social, saúde e educação mostraram-se, desde então, comprometidas com o Estado. Os anos varguistas (pós-1930) foram marcados pela industrialização, a consolidação da classe trabalhadora brasileira e a existência de um Estado centralizado, que presta ele próprio serviços sociais como: saúde, educação, habitação e cultura. O autoritarismo dos anos de 1930 conjugou o paradigma corporativista estatal, no qual os sindicatos e as organizações previdenciárias exprimiam a imbricação das relações entre sociedade e Estado.

As entidades sem fins lucrativos proliferaram em número e colaboraram com as políticas estatais neste contexto histórico. De braços dados com o Estado centralizador, representavam as alianças do Estado varguista com a Igreja Católica, e foram “responsáveis pela prestação de serviços a amplas camadas da população que ficavam à margem das políticas sociais corporativas, da ‘cidadania regulada’” (LANDIM, 2002, p. 24).

Foi a partir da Revolução de 1930 que as organizações sem fins lucrativos⁵², tornaram-se formalmente regidas pelo Código Civil Brasileiro (1935). As

⁵² Termos que identificava o que seriam hoje as Organizações Não-governamentais, de acordo com Pereira (2003).

organizações sem fins lucrativos formam um heterogêneo campo – igualando universidades privadas, hospitais particulares, a associações populares, aos mesmos benefícios governamentais, isenções tributárias e subsídios públicos de diversos fins e entidades, que podem ser agrupadas com base em diferentes critérios. São consideradas como tais as fundações beneficentes, educacionais, assistenciais, entidades religiosas - conduzidas por missões igrejas ou de qualquer credo -, associações esportivas, recreativas, de empregados e empregadores, sindicatos, federações, confederações entre outras (PEREIRA, 2003).

Vários estudos demonstram a diversidade que o termo ONG abriga. No Brasil uma denominação recente carrega, sobretudo, a polifonia dos diversos contextos em que atuam. A terminologia tem origem nas declarações da ONU do período pós-guerra, em 1945⁵³. O conceito ganha maior utilização durante a ditadura militar e até hoje responde a um amplo espectro de entidades dependendo de recursos da cooperação internacional, mas também de recursos públicos para a realização de seus projetos (PEREIRA, 2003).

No Brasil, o termo se difunde durante os anos de 1960, mas se fortalece em seu conteúdo décadas depois. As análises iluminam os anos de 1970 com a caracterização dos chamados “novos movimentos sociais”. É o período em que se consolidam as ONGs, na medida em que se forma e fortalece o amplo e diversificado campo dessas associações na sociedade brasileira (LANDIM, op. cit., 2002). Para Jacobi (1987) é o momento privilegiado do caráter “anti-estatal”⁵⁴ dos movimentos e de sua autonomia, negando o papel do Estado como indutor das demandas: “Isto decorre do fato destes movimentos se

⁵³ Ver Assumpção (1993) e Timpson (1992), este último, representante do PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – no 1º Encontro Internacional de ONGs e o Sistema de Agências das Nações Unidas, ocorrido no Rio de Janeiro, paralelo a ECO – 92.

⁵⁴ Durante o período que antecede o golpe de 1964, os movimentos associativos têm uma influência estatal, mesmo tratando da experiência de conflito e repressão com o Estado autoritário. A partir do golpe militar e o fim do “pacto populista” (LANDIM 2002), e as transformações na sociedade em suas formas de relação com o Estado, dão condições para o surgimento de organizações coletivas autônomas em relação ao poder estatal.

constituírem numa resposta à própria violência institucional do Estado que afetava principalmente os moradores dos bairros periféricos na esfera do seu cotidiano” (ibdi, p. 12).

2.2.1 OS ANOS OITENTA.

Os trabalhos de assessoria e educação popular junto aos movimentos sociais, o papel de mediador desempenhado pelas ONGs estiveram associados à emergência de novos atores na esfera pública (FRAGA, 1995 p.121). Ao longo da crise econômica da década de 1980, do difícil processo de abertura política e da ebulição das lutas sociais, uma enorme variedade de organizações populares, tradicionalmente submetidas à severa repressão (assassinatos de lideranças, obstáculos e proibições diversas, interdição ditatorial), tornaram mais complexos os processos de organização social e de direção política (Fontes, 2006, 342)⁵⁵.

Durante esse período, percebeu-se que determinada linha da produção intelectual, ao brindar a “chegada da democracia no Brasil”, apostou na condução dos demais intelectuais brasileiros pelo abandono das expectativas revolucionárias, e, assim, compreendendo o seguro caminho da política institucional como horizonte insuperável da racionalidade do “possível”. Não à toa a produção sociológica desse período, dedicada aos movimentos sociais, revela o esvaziamento da totalidade (sobretudo da concepção teórica das classes sociais) em função de análises “mais empíricas”, reforçando definições identitárias – descoladas do mundo do trabalho – como sendo doravante os “urbanos”, os “novos”, os “pobres”.

Os setores populares enfrentavam a repressão (política, policial e cotidiana) e sentiram na carne a seletividade social dos serviços públicos, agudizada sob a ditadura. Eram triplamente instados, de forma paradoxal, a permanecerem no terreno de suas reivindicações mais imediatas: pela repressão, pelas carências históricas e, finalmente, por tendências intelectuais, que se disseminaram (ibdi, p.342).

⁵⁵ Em conformidade com a historiadora, englobava-se internamente a esses movimentos setores empresarias: “Alguns já endossando as novas roupagens neoliberais” (ibid, p.342).

O período de maior efervescência da atuação das ONGs no Brasil é, segundo a maioria dos autores consultados, o dos anos 1980. Estas entidades tinham, nesse período, entre seus quadros vários ex-exilados políticos e, pelo fato de serem financiadas por agências internacionais – supunha-se provar não estarem ligadas a partidos políticos – limitavam suas atuações a demandas específicas. A filantropia internacional apoiava diretamente as ONGs, assim como a grande maioria de seus projetos (ibdi, p. 343).

Foram as CEB's – Comunidades Eclesiais de Base, uma das maiores responsáveis na construção e reprodução das associações e movimentos populares no geral durante a resistência contra a ditadura militar. Aliavam duas concepções simultaneamente: o comunitarismo redentor e a politização da experiência cotidiana, baseada na Teologia da Libertação, o que contribuiria tanto para a filantropização da questão social no Brasil, quanto para a generalização do tema da pobreza, alçado o problema social central (ibdi, p.343).

Com os avanços democráticos dos anos de 1980, as entidades liberam-se da clandestinidade, mas ainda desempenham um importante papel na assessoria aos movimentos sociais. A simbiose entre as entidades de assessoria e os movimentos populares é a realidade concreta naquele momento. No léxico das publicações das ONGs estavam o partidos políticos, as classes sociais, os sindicatos, a conjugação entre o marxismo e a Igreja (ASSUMPCAO 1993; FRAGA 1995). A criação da CUT (Central Única dos Trabalhadores) e do PT (Partido dos Trabalhadores) é parte dessa conjuntura⁵⁶.

⁵⁶ O Partido dos Trabalhadores funcionou nesse período como uma espécie de vértice que abrigou a diversidade de tendências no campo popular, contribuindo para a não fragmentação total das lutas. Além de possibilitar contatos interinstitucionais entre as CEB's, ONGs, associações anti-racistas, de defesa dos direitos humanos, de "gênero", configurando um pano de fundo direcionado pelo princípio das classes sociais (FONTES op. cit, 2006).

As ONGs identificadas por Assumpção como “assessoria e apoio”, se “forjam” na distinção das práticas assistencialistas das entidades cristãs que dominavam o campo da filantropia em um passado não muito distante. Aquelas entidades se colocavam na busca pela politização de projetos localizados, influenciados pelos conteúdos da pedagogia libertadora de Paulo Freire⁵⁷. A “vocação natural⁵⁸” pelo popular e pela “sociedade civil” aproximou as ONGs de “assessoria e apoio” de alguns segmentos da sociedade brasileira. A década de 1980 se caracteriza pela auto-avalia o dos pap eis sociais das ONGs e na constru o de suas identidades, as organiza oes buscaram autonomia em rela o aos espaços como igrejas, sindicatos, tendências políticas e movimentos sociais. Para Assump o (1993) as ONGs se constituem na distin o entre estes espaços e, ao mesmo tempo, estabelecem com eles fronteiras ambíguas.

Oliveira (2003) sustenta que as ONGs foram canais que conectaram a realidade brasileira a processos e dinâmicas do conflito social temáticas como g nero e meio ambiente, sobretudo.⁵⁹ Os intelectuais militantes ligados às ONGs teciam críticas aos partidos políticos, ao isolamento da universidade, e a “concep oes de vanguarda”. Cumpriram o papel de “educadores dos movimentos”, educando e consolidando as lutas locais, porém cristalizando-as e favorecendo sua manuten o naqueles formatos, maneira inclusive de assegurarem sua própria reprodu o enquanto ONGs “a serviço de” (FONTES, 2006, p. 345).

⁵⁷ O que não significou, segundo os trabalhos de Assump o (1993) e Fraga (1995) o desaparecimento das “pastorais populares”, de carisma ecum nico. A seculariza o dessas entidades, não rompeu, por sua vez, com alianças fundamentais com a Igreja. Grande parte das agências internacionais financiadoras das ONGs brasileiras possuíam cunho religioso, como também demonstra Fernandes (1994).

⁵⁸ A no o a respeito das a oes das ONGs consolidou a percep o idealizada por algum tempo, a prática do “fazer o bem” (FISCHER, 1997), presente ainda hoje. A expressão “sem fins lucrativos”, cunhada no período pós-guerra representa as institui oes civis que não objetivam o lucro, e voltam suas a oes para setores marginalizados do ponto de vista econômico. Kothari (1989) aponta a pertinência da no o de neutralidade das a oes das ONGs indianas respaldada por seus quadros técnicos. Esse entendimento em rela o às a oes das ONGs tem o poder de “distanciar” os interesses políticos.

⁵⁹ Algo que as Universidades não tinham “autonomia” para fazer devido ao período repressivo da ditadura e pela dificuldade de incluir novas atividades campos de pesquisa nas universidades, as categoriza oes teóricas, metodologias e currículos: “Isso não   um defeito, mas um campo no sentido de Bourdieu, que   próprio da Universidade como produtora de conhecimentos, e na sua fun o docente na área da reprodu o” (OLIVEIRA, 2002, p. 54).

A partir de meados da década de 1980 dos movimentos sociais, o processo da Constituinte contou com a participação de algumas entidades não governamentais nos encaminhamentos políticos do país. Foi instituído o mecanismo da *Emenda Popular*, “Anteprojeto de 15 de junho de 1987, que permitia a qualquer entidade da sociedade civil propor ementas aos projetos encaminhados pelas mesas temáticas, desde que apresentadas por três entidades associativas e obtendo o apoio de mais de 30 mil cidadãos” (FRAGA, 1995, p. 71).

No em torno dos movimentos sociais formou-se uma trama associativa, multifacetada e descentrada, articulando grupos de base, ONGs, Igrejas, profissionais liberais, sindicatos e universidades: “capazes de trazer ao debate, temas silenciados que integram campo de conflito que é também de disputas pelos sentidos de modernidade, cidadania e democracia” (TELLES ; PAOLI, 2000, p. 114).

2.2.2.A DÉCADA DE 1990

Apesar de o termo ter sido definido pela ONU na década de 1940, nos anos de 1990 generaliza-se. Sobretudo no Brasil, país-sede da Eco-92, que aconteceu paralelamente ao Fórum Internacional de ONGs, reunindo 14 mil ONGs de todo mundo. Na década de 1990 que as ONGs estabelecem a função de tradução e rearticulação dos interesses e demandas nas arenas institucionais de negociação e confronto.

Segundo os trabalhos de Assumpção (1993), Fraga (1995) e Fernandes (1994), nos anos de 1990 a legitimidade das ONGs se baseou marcadamente na especialização em áreas temáticas (meio ambiente, negros, mulheres, prevenção DST/AIDS, direitos humanos), que garantiam maior visibilidade na esfera pública, participação em fóruns temáticos e ocupação de espaços de

representação⁶⁰. Diferentes frentes de trabalhos se consolidaram, devido a “clientelas específicas” à variedade de atores sociais. Percebeu-se um processo de “profissionalização” das entidades em detrimento das ideologias. É o momento no qual, para Fontes (2006) desaparece o que havia de contraditório e é introduzida a separação entre o assessor e sua base. Os militantes falavam, agora, em nome da própria ONG, consolidando assim, a profissionalização da assessoria prestada aos movimentos populares. Mas não se descartou o cunho moral do “apoio” a uma cidadania e uma sociedade transformada.

Acelerando a rotação que transformava militância em emprego, os serviços profissionais prestados poderiam – e deveriam – ser remunerados conforme o mercado, segundo as condições de pagamento dos movimentos sociais ou, caso mais freqüente, através da orientação de recursos junto a agencias financiadoras (ibid, p.347).

As críticas mais agudas em relações às ONGs concentram-se em suas implicações na dissolução das questões de classe (HERCULANO, 2000). Percepções sobre as ONGs mostram certa aproximação as praticas e discursos empresarias, tais como no uso de categorias originadas no mercado: “demanda”, “público alvo”, “metas”, “eficiência” e “produtividade”. Sem contar que nesse período o Estado se torna menos “antagonista” das entidades, como nos anos anteriores, para se transformar em parceiro declarado suas políticas relativamente pouco assistidas poder público.

Relacionando estratégias democráticas à realização de serviços, favorecer-se-ia a legitimação do “Estado mínimo”, diminuindo a ênfase na disputa por hegemonia. Esta seria uma das diferenças entre a “sociedade civil” e o “terceiro setor”, muito embora sejam tratadas comumente como sinônimos. De acordo com algumas interpretações, em meio a esta reflexão é possível compreender a importância dada às ONGs agentes como o Banco Mundial e a ONU. Visto que

⁶⁰ As ONGs não possuem caráter representativo: “[...] diferença dos sindicatos, das associações de moradores ou mesmo de movimentos sociais, as ONGs não podem falar ou agir em nome de terceiros. Fazem-no somente em nome próprio” (FERNANDES, 1994, p. 66). O mesmo autor, ainda nos chama atenção à relativa liberdade dessas entidades em relação aos complexos e usuais sistemas representativos na legitimação das suas decisões. A legitimidade dessas entidades se dá principalmente, através dos serviços que oferecem aos seus variados públicos.

aparentemente, tornaram-se a “menina dos olhos” das instituições financeiras multilaterais e bilaterais, assim como de agências de cooperação internacionais” (TEIXEIRA, 2003, p. 11). Para os financiadores os projetos desenvolvidos pelas ONG serão fundamentais na construção da qualidade de vida, do desenvolvimento econômico e da conversão dos setores populares à cidadania.

Na maioria dos países onde originam-se os financiamento das ONGs brasileiras, predomina a cultura protestante: “onde o individualismo é o valor maior” (FERNANDES, 1994, p.81). Muitas agências de cooperação refletem as tradições civis dos países: os financiamentos estadunidenses das ONGs brasileiras chegaram apoiados na cultura filantrópica empresarial de fontes como as fundações Ford, Rockefeller, Kellogg, McCarthur (FRAGA, 1995, p.80)⁶¹. Na continuação das análises sobre as agências financiadoras, este autor aponta que isso influencia de alguma forma os projetos desenvolvidos pelas ONGs no Brasil.

2.3. ONG, UMA CATEGORIA DIFUSA.

A ABONG (Associação Brasileira de ONGs) argumenta que o termo ONGs exprime diversas interpretações, já que a definição contém uma negação - o “não governamental”. A sigla abrangeria, assim, toda e qualquer entidade de natureza não-estatal, o que contribui para a imprecisão do termo:

[...] Do ponto de vista formal, uma ONG é constituída pela vontade autônoma de mulheres e homens, que se reúnem com a finalidade de promover objetivos comuns de forma não lucrativa. Nossa legislação prevê apenas três características – associação, fundação e organização religiosa. Por não ter objetivos confessionais, juridicamente, toda ONG é uma associação civil (ABONG...)⁶².

⁶¹ Ao exemplificar as relações burocratizadas entre as agencias financiadoras, o Estado e as ONGs nacionais de Moçambique, Eyes (2002) observou que as entidades nacionais obedecem aos programas de entidades estrangeiras, com intervenções de curto e médio prazo; com o final do programa, as comunidades ficam abandonadas. Os projetos buscam atingir metas e prazos: “dificilmente haverá lugar para um dialogo aberto com as comunidades e para uma colaboração com caráter de parceiros. O critério de sucesso será o cumprimento das atividades preestabelecidas no programa estatal.” (ibdi, p.157).

⁶² Ver site oficial da entidade.

Ainda no sítio eletrônico da ABONG, Associação Brasileira de ONGs, encontra-se o resultado de um estudo do ano de 2002, dizendo haver então 276 mil fundações e associações sem fins lucrativos no Brasil, empregando mais de 1,5 milhão de pessoas⁶³. A pesquisa não deixa de registrar a “[...] a heterogeneidade dessas organizações sem fins lucrativos: igrejas, hospitais, escolas, universidades, associações patronais e profissionais, entidade de cultura e recreação, meio ambiente, de desenvolvimento e defesa dos direitos”. De acordo com essa entidade, as ONGs representam algo que “historicamente identificou e identifica um campo político de organizações com uma perspectiva comum de transformação social”⁶⁴.

Se nem toda associação civil é uma ONG, qualquer ONG pode ser identificada como associação civil. A ABONG porém esclarece que “o nome Ong não é mais revelador, como era” sustentando que organizações desprovidas de semelhanças entre elas utilizam o mesmo termo durante os anos 1990. Para alguns especialistas que integram o campo das ONGs elas contêm uma “positividade política”, no “objetivo fundamental de desenvolver uma sociedade democrática” com “ações de solidariedade no campo das políticas públicas em proveito de populações excluídas”⁶⁵.

Melo (2002) identifica o “não governamental” como um campo de interrogações. Mesmo não expressando valor identitário das organizações elas foram por um

⁶³ Em parceria com o Instituto de Pesquisa Aplicada (IPEA) Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e a ABONG e o Grupo de Fundações e Empresas (GIFE).

⁶⁴ (ABONG.. op. cit).

⁶⁵ No final da década de 1990, durante o governo FHC que se dá início ao programa Comunidade Solidária, que chama “a alternativa ao terceiro setor”. O documento do programa inclui organização sem fins lucrativos e organizações da sociedade civil de caráter público, veio sanar os entraves no qual estaria sofrendo o terceiro setor ao gerar projetos, assumir responsabilidades, resguardando autonomia nas iniciativas numa política nacional estratégica, na mobilização de recursos necessários ao desenvolvimento do país. O governo tucano apostou, nesse sentido, nas OSCIP’s (Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público). A Lei 9790/99 permite qualquer ONG tornar-se uma OSCIP ao cumprir exigências prescritas nessa legislação, para assim, usufruir as facilidades e incentivos fiscais previstos, resguardando a “eficiência” do chamado terceiro setor.

tempo, para alguns autores, a alternativa ao exercício da cidadania no mundo contemporâneo⁶⁶. Gohn (1994), por exemplo, entende as ONGs enquanto um novo espaço organizativo da sociedade civil brasileira:

[...] De forma mais espontânea, menos burocratizada. Poderão ser mecanismos fundamentais de construção da cidadania brasileira, podendo atuar como agentes de fiscalização da sociedade civil sobre a sociedade política, no gerenciamento da coisa pública (ibdi, p. 07)⁶⁷.

Compreensão não muito distante é relatada pelo sociólogo Betinho (HERCULANO, 2000, p.144), defendendo as ONGs como “modelos de eficiência, honestidade, espírito público e compreensão das necessidades do povo, em oposição a um Estado ineficiente, corrupto, corporativo e impermeáveis aos interesses populares”. Falconi e Beteta (1999) tratam das organizações sem fins lucrativos em dois tipos: as ONGs ambientalistas e associações populares, que através de suas características e funções desenvolvem trabalhos de educação ambiental, gestão e conservação de áreas protegidas, desenvolvimento sustentável com as populações locais, além dos programas de assessoria e o manejo de recursos naturais.

Nos últimos anos a capacidade de interlocução e parcerias com o governo por parte das organizações sem fins lucrativos de meio ambiente tem se incrementando, algo que parece mais como uma consequência das tendências internacionais atuais do que uma atitude consciente das autoridades nacionais (ibdi, p. 12).

Contudo, para estes autores, essa parceria não significa maior possibilidade das organizações sem fins lucrativos interferirem nas decisões governamentais. Já o Estado, por sua vez, pode incorporar os critérios técnicos utilizados pelas referidas entidades para decidir os rumos de suas políticas.

Falconi e Beteta (1999) procuraram identificar os elementos motivadores dos trabalhos desenvolvidos pelas entidades não governamentais: a escala local das

⁶⁶ Fisher (1997) cita autores que defendem a importância das ONGs. Um deles chega inclusive, a comparar a importância do Estado Nação, séculos atrás.

⁶⁷ Muito embora a autora aponte a problemática sobre a possibilidade das ONGs serem lócus de grupos de pressões e lobbies para alcançarem as verbas pública, em nome das minorias.

atuações; o trabalho conjunto com a população organizada, a relação permanente com outras entidades e a própria consolidação da entidade. Já os elementos percebidos como entraves foram: a insuficiência de recursos econômicos; a cultura organizacional das organizações sem fins lucrativos; a capacidade técnica dos seus profissionais, as condições e exigências das entidades financiadoras; a capacidade de disposição para gerar propostas políticas que permitam transformações sociais, a dependência dos beneficiários dos programas desenvolvidos pelas entidades; o centralismo e a ausência de avaliações externas administrativas e de gestão.

No plano escalar, algumas análises sugerem que a diplomacia deixa de ser privilégio dos Estados. As ONGs seriam agentes da promoção da “translocalidade”, pois mediam e traduzem processos políticos nacionais/locais, para assim interagirem com as dinâmicas da esfera global, como agente da “glocalização” (ROQUE, 1997). Para este autor “[...] as ONGs estariam cumprindo, no interior do sistema das Nações Unidas, o papel de ‘politizador’ do ambiente das negociações, introduzindo nos debates as lutas e os processos políticos locais” (ibid, p.5). Ao analisar a especificidade das entidades ambientalistas cariocas, Loureiro (2003) destaca a importância de programas localizados que, a despeito do caráter pragmático das ações, apostam na abrangência das questões apresentadas e na conseqüente possibilidade de inserção de novos atores no debate.

2.3.1. VERDE OU MADURO?

A diversidade no campo das ONGs está presente nas interpretações do que sejam as mesmas. Samira Crespo (1995) pretende analisar as entidades do movimento ambientalista, polarizando as entidades como ‘verdes’ ou ‘maduras’, numa classificação que peca pela construção da categoria “entidade ambientalista”. As ONGs que se “profissionalizam”, no sentido atribuído por ela, ao efetivarem programas financiados por empresas, mesmo poluidoras

mostram-se mais efetivas na obtenção de resultados, ao contrário das entidades “ideológicas”.

[...] Há um expressivo setor de “verdes”, na forma de “INGs” ou “ONGs” que amadurecem e conseguem dar respostas aos desafios colocados pelas rápidas mudanças. Ainda assim, o movimento ambiental vai mal. Hegemonizado por um setor “ideológico” em crise, o movimento não acompanha o dinamismo da sociedade do ambientalismo internacional que está o tempo todo colocando pautas que os recursos, a desarticulação e o sectarismo não permitem acompanhar (CRESPO, 1995, p. 31).

Quanto às ONGs “ideológicas”, a revista EXAME de outubro de 2006 converge, denunciando: “ONGs: os novos inimigos do capitalismo: as organizações não governamentais ocuparam espaço das antigas esquerdas no combate ao agronegócio, a globalização e a economia de mercado”.

A reportagem questiona atuações de certas ONGs ambientalistas contra os “grandes projetos industriais”: os monocultivos da soja, da celulose, do etanol, incluindo a indústria dos transgênicos e os projetos estatais de infra-estrutura. Ao mesmo tempo, demonstra papel positivo de outras entidades do chamado “terceiro setor” responsáveis por políticas compensatórias relegadas pelo Estado: “O problema é que, dentro desse tremendo “balaio de gatos” que se transformou o universo das ONGs, há entidades sérias e misturadas a associações oportunistas e radicais, algumas delas com objetivos políticos” (SEIBEL ; GIANINI, 2006, p. 24).

Conforme indica a matéria, existe uma percepção polarizada sobre as entidades: “[...] Há quem busque soluções para os problemas graves do planeta. Há quem queira apenas destruir as empresas e o progresso”. A reportagem caminha no sentido da acusação das entidades “verdes” – no sentido próximo a Crespo (1995) - como negligentes e “fundamentalistas”. Guiadas por uma espécie de racionalidade, uma vez que as críticas às empresas esbarram na necessidade da evolução ancorada no progresso técnico, algo é irreversível e inquestionável. Principalmente quando as taxas de crescimento da empresa incorporam os princípios da “responsabilidade social”.

A matéria sublinha as contradições das ONGs que recebem financiamento de mecenas, e deveriam, por isso, agradá-los a todo custo. Ao mesmo tempo a matéria sugere que as ONGs apresentariam em comum com as empresas: da obsessão do departamento de marketing até a falta de transparência em tornarem suas contas públicas.

Matéria publicada no endereço eletrônico da RITS – Rede de Informação do Terceiro Setor - enfatiza a desconfiança com a qual a população percebe as ONGs ambientalistas, e cita o caso de uma entidade estadunidense “Amazon Conservation Team”, objeto de audiência pública realizada no dia 18 de maio, pela CPI da Biopirataria. Esta ONG desenvolve um trabalho com a comunidade indígena do Parque Xingu e está sendo investigada pelo Ministério Público, acusada de praticar biopirataria e receber financiamentos de empresas dedicadas à produção de cosméticos. Assinala-se que a articulação das entidades em Fóruns e Redes, como é a da ABONG, evitaria possíveis “difamações”. Se, por um lado, muitas das entidades são funcionais a empresas e governos, a natureza contestatória de algumas delas explicaria, por certo, o interesse de certos setores políticos e econômicos em desacreditar o trabalho de ONGs em geral.

2.3.2. OS FINANCIAMENTOS

O Banco Mundial enfatiza a participação das ONGs latino-americanas no cumprimento dos “Objetivos de Desenvolvimento do Milênio” (ODM)⁶⁸, assinalando que a ONG

⁶⁸ Observação pertinente de Jelin (1994) a respeito das cooperações internacionais entre as ONGs: “No plano internacional, nas últimas décadas, tem surgido e vão fortalecendo as redes de ajuda internacional (do Norte em relação ao Sul), destinadas e intervirem nas situações de exclusão econômica e opressão política no Sul (também crescente no Leste Europeu). Mesmo que essas sejam muito assimétricas os doadores do Norte definem os temas e elegem aos receptores do Sul os caminhos), outras começam a mostrar uma maior reciprocidade e simetria, não em termos dos recursos, mas de idéias e prioridades” (p.103). Os programas internacionais

Desarma conflitos e constrói consenso em torno de programas participativos de desenvolvimento; Faz com que as vantagens comparativas de cada setor são melhor aproveitadas e canalizadas; Melhora o desempenho operacional dos projetos através de execução mais ágil e maior sustentabilidade; Gera maior envolvimento e controle social, permitindo iniciativas mais focalizadas e diminuindo a possibilidade de irregularidades (BANCO MUNDIAL...) ⁶⁹.

A União Européia também compreende as ONGs como parceiras na cooperação e implementação dos programas pela melhoria das condições de vida das comunidades situadas em países “do Sul”. As ONGs seriam portadoras de uma espécie de “capital social” por conhecer os movimentos, as necessidades e as peculiaridades das comunidades dos países em desenvolvimento, levando em conta saberes e potencialidades locais: “As ONGs do desenvolvimento possuem o objetivo de fornecer a capacidade de ação das estruturas locais, afim de possibilitar a autonomia e auto-organização democrática” (PARTENAIREES...).

As ONGs brasileiras não têm atraído recursos apenas do Banco Mundial, mas também o BNDES e do governo brasileiro. O BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento – entende que as ONGs podem ser frentes institucionais importantes, assegurando um modelo de desenvolvimento “efetivo e sustentável” na esfera local.

As diferentes posições das ONGs expressas através de suas práticas e discursos, revelam o tipo de relação com as agências de financiamento. Após uma minuciosa análise das interfaces de seis ONGs da região Sudeste do Brasil com o Estado, Teixeira (2003) identificou os modos pelos quais essas organizações sociais influenciam, pressionam e se comprometem com o Estado. Na falta de laços formais entre as partes, através do que Teixeira chama de “encontro-pressão”, as ONGs gozam de maior liberdade para criticar e influenciar os rumos das políticas adotadas pelo Estado. Os “encontros-prestação de serviço” acontecem quando o Estado contrata a organização para

de assistências utilizam as ONGs como canais de transferências de recursos, em detrimento dos órgãos de governos dos países do Sul.

⁶⁹ Pagina eletrônica do Banco Mundial: www.bancomundial.org.br

a realização de uma consultoria ou efetivar um serviço específico. Nesses casos, submete-se os projetos à avaliação do órgão financiador:

A participação fica restrita a execução do projeto, o que não exige tanto da atividade de mobilização social. Exige-se da ONG que ela tenha um conhecimento específico, que pode ser obtida de várias formas, não necessariamente advindo dos vínculos com os movimentos sociais (ibid p. 197).

Nos “encontros-participativos”, “a elaboração de projetos num país marcado por um Estado tradicionalmente privatizado, as dinâmicas de pactos políticos e de busca de consenso podem levar a uma esfera pública efetivamente democratizada” (ibid). Desse modo, percebemos como o ajuste estrutural do Estado – características neoliberais – esforça-se em tingir-se com as cores da descentralização e da democratização.

2.3.3. EM NOME DE QUEM?

No complexo campo nacional e internacional das ONGs – cuja diversidade se expressa nos mais variados discursos e práticas – encontram-se algumas entidades que se apresentam como habilitadas a resolver conflitos. Luis Tadeu Assad⁷⁰ define o objetivo dos trabalhos da ONG que dirige – Instituto Ambiental Brasil Sustentável (IABS) – como o de produzir “soluções de desenvolvimento em áreas de conflito”: “Transformamos o conflito em oportunidade de desenvolvimento para todos”. A organização não-governamental em questão busca intervir nos desentendimentos para que as partes integrantes possam chegar a um consenso:

O que fizemos foi buscar alternativas com o poder público e o setor privado. Hoje alguns agricultores já estão produzindo mel e renovando seus plantios. Por outro lado a empresa passa a ter uma imagem melhor perante a sociedade. Um melhor relacionamento entre as partes, ainda por cima, protege a área de exploração predatórias.

⁷⁰ Em entrevista “Transformando conflitos em oportunidades”, concedida a Revista do Terceiro Setor, RITS (em setembro de 2007, capturada no endereço eletrônico: www.rits.org.br).

Saragoussi, coordenadora da Fundação Vitória Amazônica – FVA, destaca a importância em compensar os moradores vizinhos as áreas identificadas como Unidades de Conservação, criadas sem a participação da comunidade local ou mesmo sem que elas sejam informadas da existência do parque:

Pelo abandono ou diminuição da intensidade de certas práticas, é preciso propor outras atividades geradoras de renda. Nessas interações precisamos de interlocutores, isto é, pessoas que possam falar em nome do coletivo, dialogar com as instituições públicas (SARAGOUSSI; LÉNA, 2001, p. 295).

Muitas vezes a “necessidade de formação de grupos locais⁷¹” esbarra na condição de carência desses grupos⁷². “É todo um processo de organização, de discussão, de representação, de construção de legitimidade, que precisa ser levado em frente” (SARAGOUSSI e LÉNA, 2002, p.295-296). O representante da ONG defende os espaços de educação para a cidadania, a importância em fortalecer os hábitos de reuniões, “em formar liderança que tenham linguagem clara”, incentivar a participação e promover a cidadania: “temos uma realidade sócio-ambiental e se atuarmos em apenas um de seus componentes, estaremos sendo incompletos, não cumprimos nossa missão como instituição” (ibid, p.296). Os representantes das ONGs enfatizam a construção do aprendizado por vias dialógicas, como um trabalho “sério e responsável”. Elas são por excelência o “espaço de inovação e agilidade de respostas, de busca e experimentação de novas ideias, até a utopia florescer” (ibid, p.302).

Ronaldo Lobão (2006) que analisa as Reservas Extrativistas Marinhas do litoral brasileiro, no quadro de política pública e conflitos envolvendo ONGs, estas reservas compõem um campo no qual novas percepções sobre o tempo e do espaço são acionadas, condicionando os grupos locais a uma posição de

⁷¹ Robert Putnam (1996) relaciona as organizações de caráter locais como um dos importantes espaços de circulação do capital social, terreno favorável à cooperação espontânea, a confiabilidade mútua, as regras de participação democráticas, que aumentam a “eficiência” da sociedade. O capital social, entendido aqui, constitui-se como uma espécie de bem público, que permite o “desempenho institucional da comunidade”. Fazendo frente à ineficiência do Estado.

⁷² O entrevistado cita que a maioria das pessoas em determinada região da Amazônia, não tinha nenhum tipo de documento, pois viviam enormemente isolados.

subalternidade. Destacou também a necessidade de mecanismos de interlocução com outras instancias de poder, principalmente a da política institucional. Para o autor, estas novas formas de organização comporiam uma “cosmologia política do neocolonialismo” sob uma roupagem institucional externa à realidade local. Os locais, através do contato com as ONGs, buscam a obtenção de resultados específicos⁷³, reafirmando a presença do Estado, mesmo em tratando-se do campo “não governamental”.

O autor discute a introdução de termos e formas de organização, tais como “empoderamento”, “protagonismo”, “gestão participativa”, “autonomia”, que compõem o vocabulário da maioria das associações e/ou entidades não governamentais. Disseminados de forma intensa, estas categorias mostram-se inquestionáveis, o mesmo acontecendo com o termo “desenvolvimento sustentável”: duvidar dele, seria um “pecado mortal” (ibdi)⁷⁴.

Lobão também refere-se ao termo “projetismo” como uma importante ferramenta da “cosmologia política do neocolonialismo”, base dos programas desenvolvidos por ONGs. O “projetismo” é ele próprio indicador das diferentes temporalidades e interesses entre as comunidades locais e as ONGs. Nele o sucesso projetado de antemão e trazido ao presente é “usado para inculcar sentidos e valores nos grupos locais”. Nesta relação uma das partes participaria com o passado e a outra, com o futuro.

⁷³ Carregando consigo os princípios da democracia, da valorização da participação, do princípio educativo, das ações nas pequenas escalas, “small is beautiful”, mas ao mesmo tempo permitindo a conexão de financiadores em redes (inclusive internacionais), que sustentam a ONG e seus interlocutores. De forma que o “poder de agência está nas ONGs e não nos grupos locais” (ibdi, p. 241).

⁷⁴ Para James Petras as ONGs enfatizam os “projetos”, em detrimento dos movimentos e das condições estruturais que mantêm a vida cotidiana. O autor provoca ainda uma análise a respeito da incorporação dos códigos formulados pela esquerda, como: “desenvolvimento sustentável”, “igualdade de gênero” e “poder popular” pelas ONGs semantizadas pelos interesses dominantes e agências governamentais que subordinam as atividades das entidades, ancorado a uma política que preze pelo consenso.

Esses valores estão ligados à “estrutura de mercado, centrado em uma lógica econômica”. Os projetos têm as ações como metas, eventos como indicadores de projetos e resultados indicando o sucesso: “Na cosmologia política do neocolonialismo, há uma precedência da técnica sobre a política, o que elimina do horizonte das interações os anseios legítimos dos grupos locais” (ibdi, p. 233)⁷⁵. Manifestando compreensão não muito distante, Kothari (1989) sugere que as ONGs constituem agentes da modernização:

[...] Descobre-se que o setor das ONGs são o mais efetivo instrumento para a promoção causada na liberação de constrangimentos aos Estados do Terceiro Mundo ao integrarem-se na nova e global era do homogêneo e efetivo mundo da economia da liberalização e privatização, para que assim, possa ser efetivamente estabelecido (ibdi, p. 74).

Junto com o “empreendedorismo”, a transferência da técnica e *know how* das empresas privadas do “primeiro mundo” e os fluxos do capital financeiro para os estados recém-democráticos (ibdi), as organizações não governamentais consagrariam o paradigma do trabalho barato, do mercado competitivo e do Estado em sua nova fase. O autor ainda chama atenção para a fragilidade da categoria “ação voluntária” ao discutir a polarização das vertentes políticas da ONGs, entre as “combativas” e as “cooptadas”. Esta reflexão demonstra preocupação em relação à conjuntura da Índia, devido às influências transnacionais nas políticas estatais que passam pelas corporações até os movimentos sociais, bem como o destino das políticas baseadas na justiça e na “não violência” das organizações inspiradas no líder pacifista Mahatma Gandhi, questionando o papel dessas entidades frente às dinâmicas do capitalismo mundial.

⁷⁵ Segundo Lobão (2006) o processo de formação de lideranças, resultado dos instrumentos pedagógicos dos projetos das ONG, pode resultar na construção de um discurso “para fora”, próximo ao vocabulário utilizado pelas instituições públicas e outras esferas de relações externas, contudo, distante das “bases” da comunidade local. Pode-se até vislumbrar que a formação de lideranças pode reforçar a exclusão de uma maioria, já que segmenta de certa forma o grupo local.

Analogamente, Fischer (1997) sublinha o modo como a “indústria do desenvolvimento” evidencia o sentido mitificado da dissolução do poder dos Estados Nacionais, apontando para a expressividade dos organismos multilaterais, da cidadania planetária, das redes internacionais de entidades não governamentais. O autor destaca a complexidade das políticas e anti-políticas dessas organizações e a importância de situá-las como um campo de relações em constante processo, o que buscamos fazer nos capítulos que seguem.

III AS ENTIDADES ASSOCIATIVAS NÃO-GOVERNAMENTAIS CAPIXABAS: A REDE ALERTA CONTRA O DESERTO VERDE E O FÓRUM DAS ONGS AMBIENTALISTAS DO ES.

Neste terceiro capítulo serão apresentados os históricos dos coletivos envolvidos no conflito ambiental do monocultivo da celulose: o Fórum das ONGs Ambientalistas do ES e a Rede Alerta Contra o Deserto Verde. Recorreremos à trajetória dos grupos através de depoimentos coletados e de pesquisa documental para identificar como os dois agrupamentos interpretam a presença dos monocultivos de eucalipto no estado.

3.1. A RELEVÂNCIA DE AUGUSTO RUSCHI

A figura marcante do cientista Augusto Ruschi, de certa forma, orienta uma geração de “ambientalistas” capixabas. Tal referência se constitui não só pela notoriedade que o pesquisador adquiriu junto ao campo científico mas, devido a seus posicionamentos em defesa dos ecossistemas nativos existentes no estado.

Pensar o histórico do “movimento ambientalista” no Espírito Santo, de acordo com os relatos dos participantes do Fórum das ONGs Ambientalistas, requer resgatar as intervenções públicas deste cientista como um dos primeiros estímulos a seus participantes, pois foram as polêmicas provocadas por ele que, ao mesmo tempo, influenciaram a própria Rede Alerta Contra o Deserto Verde⁷⁶.

⁷⁶ “Foi ele, Augusto Ruschi, sem dúvida o grande inspirador pelo nascimento da Rede Alerta Contra o Deserto Verde, uma articulação que envolve hoje mais de 100 entidades dos movimentos sociais e ambientais nos estados de Minas Gerais, Espírito Santo, Bahia e Rio de Janeiro” (KOOPMANS, 2005, p.136).

Uma das principais críticas feitas por Ruschi direcionava-se ao crescimento desordenado do monocultivo de eucalipto, no início da década de 1970⁷⁷. O pesquisador atentava para o fato de que o norte do Espírito Santo se transformaria, dentro de pouco tempo, em um “Deserto Verde” e chegou a essa constatação ao identificar a baixa existência de diversidade biológica onde havia plantações de eucalipto. Em meio a dezenas de publicações e resultados de investigações científicas, Augusto Ruschi (apud KOOPMANS, 2005) relacionou, por exemplo, a capacidade de absorção de água da espécie de eucalipto utilizada pela agroindústria da celulose, *Ecucaliptus Saligna*:

[...] Não estamos na região amazônica onde ocorrem médias acima de 3 e 4.000mm. ano e a temperatura está fora de cogitação para tais espécies, e nem na região Sul do país, onde médias ainda maiores que 4.000mm ano e onde já a temperatura média anual é mais condizente e tolerável para tais espécies. Infelizmente o que poderá então ocorrer com essa insistência aqui em Santa Cruz é que o sistema radicular das citadas espécies irão buscar água mais profundamente e isso levará, sem dúvidas ao empobrecimento de umidade dos solos (ibdi, p. 134-135) .

O pesquisador indicava que o desmatamento da “vegetação primitiva” traria maior degradação ambiental, aliada à substituição de espécies exóticas, possibilitando um processo de desertificação. Ruschi defendia a preservação das florestas nativas do norte do estado conhecidas como “Matas de Tabuleiros”, por tratarem-se de um dos tipos mais férteis em biodiversidade vegetal e animal. Conforme indica Ferreira (2002), o pesquisador catalogou mais de 250 árvores nativas nessas florestas, 478 espécies de aves, 70 mamíferos, 41 répteis, 31 anfíbios e 37 espécies de insetos que seriam dizimados pelos avanços das plantações da indústria de celulose. Ao problematizar publicamente o crescimento dos plantios de eucaliptos e pinus, e a suposta promessa de desenvolvimento trazido por eles, Augusto Ruschi indicava alternativas:

Esta espécie exótica da Austrália, o eucalipto, não é aceito pelos animais daqui, sob o eucalipto nada pode nascer. Acho que estamos

⁷⁷ De acordo com Andrade (2001), Ruschi, um dos primeiros ambientalistas “conservacionistas” brasileiros, já advertia em 1949 sobre os impactos socio-ambientais da substituição de florestas nativas no norte do Espírito Santo, por espécies exóticas de rápido crescimento, como o caso do eucalipto, para a fabricação de dormentes e carvão vegetal.

destruindo mais do que deveríamos. Se em vez de eucaliptos cultivássemos plantas agrícolas, o Brasil enriqueceria muito mais. As leis de incentivos florestais foram feitas para arrasar com nossas florestas, para que não sobrasse nada e tudo fosse de eucalipto (ESPÍRITO SANTO..., 1972).

As conclusões que o “velho Ruschi” apresentava eram resultados de pesquisas baseadas e desenvolvidas por ele desde os anos de 1930, segundo seu filho, o ecólogo André Ruschi, interlocutor desta pesquisa. Ele mesmo resgata a importância dos trabalhos desenvolvidos por seu pai que resultaram no reconhecimento internacional do cientista:

Sou um especialista que acompanhou os primeiros passos desses paradigmas espaciais, territoriais, geográficos, ambientais, a uma discussão científica... Então a formação da ciência, da discussão científica de várias teses propostas para se discutir hoje, na atualidade, se originam nas teses de Augusto Ruschi. Ele começou a apresentar essas teses 1936, 37, 38... Ele foi o primeiro sujeito a juntar varias coisas, como: geologia com geometria, botânica, sistemas florestais, ele integrou essas informações, inclusive paleo-ecologia, da história, da evolução desse ecossistema, mostrando que havia formações de deserto semi-árido, que tinha presença de semi-árido do ES, embora tivesse uma formação distinta do semi-áridos, ele mostrou: ‘Está ocorrendo formação de semi-árido’. Já existe uma formação de fauna exclusiva de semi-árido. E qual a razão disso? O desmatamento! Ele identificou essas coisas todas (informação verbal)⁷⁸.

Ao inovar nos estudos dos impactos dos monocultivos, as teses de Ruschi ganharam reconhecimento internacional. Em seus trabalhos, deixava claro a preocupação com a “intolerância” do monocultivo da indústria de papel em relação à diversidade biológica local, a alta concentração de água, terra e dos investimentos públicos: “Ruschi não é contra a indústria. Sente-se apenas temeroso por ter-se destruído uma floresta natural, para plantar uma artificial: ‘podia ser artificial, mas com nossas essências, mas nós escolhemos o eucalipto que, tecnicamente, é a pior celulose que existe’” (ESPÍRITO SANTO... 1972, p.24). Respondendo as críticas endereçadas a ele quando fora acusado de ser contra o “progresso”.

⁷⁸ Informação verbal fornecida por André Ruschi, 54 anos, biólogo, Acapema, Fórum das ONGs em novembro de 2008.

Também era questionado pelo cientista, junto a isso, o processo de concentração fundiária pela empresa de celulose no estado: “As áreas de minifúndios tornaram-se latifúndio, a área entre Santa Cruz, Aracruz, Linhares até São Mateus. Na ocasião da implantação, disse o Marechal Linderberg, que o interesse da empresa é obter o máximo de lucro” (ESPIRITO SANTO... 1972 p. 23)⁷⁹. Ferreira (2002) levanta as conclusões do cientista e compara-as aos dados e projeções de produtividade e geração de emprego “benfeitorias” realizadas pela empresa produtora de celulose. Segundo a geógrafa:

[...] Amplia a questão da produtividade, comparando a produção de biomassa animal em tipos diferentes de vegetação: na floresta natural, a biomassa animal atinge 1.300 kg de vertebrados/km²/ano, sendo 400kg de mamíferos e 900 kg de aves; nas florestas nativas de eucalipto da Austrália, a biomassa chega a 600 kg/km²/ano em mamíferos e 210kg/km²/ano em aves; nos desertos chega a 100kg/km²/ano; e no eucalipto plantado, a biomassa animal chega a apenas 20kg/km²/ano em mamíferos e 8kg/km²/ano em aves, portanto, menor mesmo que a dos desertos (ibid, p. 126).

Portanto os questionamentos trazidos por Augusto Ruschi, resultado de suas investigações, denunciavam a concentração fundiária por uma única empresa, os processos de desmatamentos que estariam implicados nos monocultivos do eucalipto, além da subserviência do Estado aos interesses das elites locais e de fora do Espírito Santo. Em função destas manifestações foi considerado como um ícone da preservação de espécies da fauna e da flora capixaba, além de atuar publicamente questionando os poderes econômicos e políticos que definiram a destinação dos recursos ambientais do estado.

3.2 A REDE ALERTA CONTRA O DESERTO VERDE

⁷⁹ Explicitando a subserviência do Estado na consolidação dos Grandes Projetos Industriais no Espírito Santo e o descaso do poder público para com as aldeias indígenas, localizadas ao norte do estado: “Como está acontecendo em Comboios e as demais, sempre para atender interesses econômicos da Companhia Vale do Rio Doce e da Aracruz Florestal, com as quais esses grandes foram complacentes e diante das quais sempre se mostraram servis – Dias Lopes, Gerhardt Santos e Elcio Álvares” (MEDEIROS 1983, p.39). Na ocasião, Ruschi posicionou-se contra a troca do espaço da reserva biológica de Santa Teresa por uma plantação de palmitos, dizendo que dali só sairia morto.

3.2.1. A ORGANIZAÇÃO DA REDE

A Rede Alerta é formada por uma ampla gama de entidades, numa coalizão dos movimentos sociais organizados, como o MST, MPA, Via Campesina, Comissão de Caciques Tupiniquim e Guarani e Comissão Quilombola do Sapê do Norte. Esses movimentos se conectam em “rede” também com algumas ONGs como a FASE, além de ativistas individuais⁸⁰. Configura, portanto, na Rede, a reunião de diversos atores apresentando como principal projeto o questionamento dos impactos gerados pela ocupação territorial da eucaliptocultura, nos territórios baiano, mineiro, capixaba e carioca, bem como seus desdobramentos. Na Rede Alerta uma diversidade de discursos revelam diferentes narrativas que se encontram num mesmo espaço de intersecção: a crítica ao modelo de desenvolvimento e dos usos preferenciais que seus protagonistas fazem do território.

3.2.2. A ORIGEM DO COLETIVO

Em meio à discussão entre os membros da Rede Alerta, um dos participantes, mencionou certa imprecisão a respeito da origem do coletivo: “[...] a Rede nasce sem certidão de nascimento!”, demonstrando certa dificuldade ao identificar o momento preciso em que se deu o encontro das entidades. As lembranças sobre o início da Rede não são unânimes entre os participantes. A polifonia das narrativas sobre a Rede abrangia inclusive a sua origem⁸¹.

⁸⁰ Os “avulsos”, conforme auto-representação de alguns desses indivíduos pelo fato da ausência de retaguarda institucional.

⁸¹ Nesse sentido o relato de uma ativista da Rede Alerta resume rapidamente as diversas movimentações ocorridas no período dos “primeiros passos” da consolidação da arena pública direcionada à problematização do monocultivo do eucalipto: “A origem a Rede é difícil precisar, as articulações, os movimentos e as ações, que a Rede se dispôs a fazer, é novo... Pessoas foram entrando, entidades e movimentos... Fala-se do momento FSC, em 1999; aliás, a Aracruz começa entrar com o pedido de certificação da FSC. Aglutinação com os movimentos na Bahia... A questão indígena já estava na segunda auto-demarcação” (Informação verbal C., 35 anos, geógrafa, FASE, REDE ALERTA, maio de 2008).

Na visão de alguns dos depoentes participantes da Rede Alerta, o “ponta pé” inicial que deu origem ao coletivo foi a ação com o objetivo de impedir que a empresa monocultura Aracruz Celulose S.A. certificasse seus plantios baianos com o “Selo Verde” em 1999⁸². Foram então reunidas variadas provas de irregularidades contra a multinacional por parte das entidades envolvidas, o que resultou em um dossiê entregue à certificadora FSC (Forest Stewardship Council). Os dados incluíam questionamentos dos índices de desenvolvimento econômico, social e ambiental trazidos pelas florestas plantadas na região onde atua a empresa. Isto resultou na inviabilização da certificação da Aracruz Celulose⁸³ perante o FSC.

[...] O que podemos dizer que foi um marco da fundação da Rede, ali se formou uma Rede, reunindo os arquivos, em 1999... Foi uma coisa imensa. A sala 10 da UFES lotou uma grande roda, tinha gente em pé, e tudo mais... De portas fechadas, não podia abrir... Nessa época tinham os índios, os carvoeiros, reuniram-se trabalhos científicos em cima da monocultura do eucalipto, e os geógrafos... Foi uma reunião de diversidade, juntou movimentos ali que não sentavam juntos, teve o projeto de lei na assembléia pra ter ação do plantio... Pra ampliar o plantio. E o processo de certificação que a empresa tava movendo, tava articulando com a madeira e do plantio pra venda de celulose certificada. A idéia era construir esse dossiê para fazermos uma grande denuncia internacional para barrar o processo de certificação. Essa foi uma vitória! Isso demorou 15 dias. Entrou em rede internacional de denuncias, e a pressão em cima da FSC, fez com que se interrompesse o processo (Informação verbal. M., 48 anos, geógrafa, AGB, REDE ALERTA, maio de 2008).

⁸² Esse momento histórico é registrado no trabalho de Ferreira (2002), e citado em Koopmans (2005). A primeira reunião das entidades envolvidas com os impactos do monocultivo da celulose foi no Sul da Bahia, onde a Aracruz Celulose S.A desejava certificar suas plantações, conforme recordam os participantes da reunião.

⁸³ “A unidade brasileira da FSC veio ao Espírito Santo, uma organização internacional de condicionantes, com representação de ONGs, que tinha muitas ONGs e empresas travestidas de ambientalistas, que entra no fórum pra interferir nos condicionamentos. Ai sentamos todos da Rede pra debater, as condicionantes e alguns critérios, porque não tava previsto essa coisa do território continuo de plantio. Ai o pessoal da Bahia tava junto com a gente, CEPEDS, tinha pessoas e entidades, juntou um dossiê. Foi feito um grande levantamento, mapa, fotografia, então pra mim a Rede nasce aí e faz o primeiro grande seminário publico em 2000” (ibdi). Outra entrevistada complementa: “Foi uma maneira de pressionarmos, também, a certificadora: - Vão certificar? Como? Tínhamos reunido materiais, provas, documentos... Como ficaria o prestígio de uma certificadora internacional?” (Informação verbal. S., 37 anos, geógrafa, REDE ALERTA, agosto de 2008). No entanto, a empresa argumenta ter decidido pela suspensão do processo de certificação, por ele ter sido transformado em um “processo político”, em detrimento dos pressupostos técnicos (ANDRADE, 2001) e (FANZERES, 2005).

Por mais que exista alguma “imprecisão” nas narrativas ao localizarem o início da Rede Alerta, a mobilização contra a certificação da Aracruz Celulose S.A. é destacada como uma das mais importantes mobilizações ⁸⁴.

No ano seguinte, foi realizado o primeiro seminário sobre o monocultivo da celulose na UFES (Universidade Federal do Espírito Santo), organizado pelo coletivo que respondia pelo nome de “Movimento Alerta Contra o Deserto Verde”⁸⁵. O seminário contou com a participação de alguns ambientalistas capixabas, além de representantes de entidades, lideranças das comunidades impactadas e de movimentos organizados. Pesquisadores, especialistas em políticas públicas ambientais e representantes de mandatos legislativos fizeram parte do evento que contou, ainda, com a participação do professor Aziz Nacib Ab’ Saber e do hoje Senador da República Renato Casagrande. O livro resultante do seminário intitulava-se “Os danos socioambientais da monocultura do eucalipto no Espírito Santo e na Bahia” e iniciava-se uma crítica do discurso do tipo de desenvolvimento em curso:

[...] E o que esse discurso esconde até hoje no Espírito Santo e no sul da Bahia? O desemprego, o arrocho salarial, o acobertamento do alto índice de acidentes de trabalho, a migração para as grandes cidades, as ameaças de inquérito policiais, de processos contra ativistas e sindicatos, e, particularmente, a exclusão social; resultados que não aparecem em documentos oficiais, nos artigos da grande imprensa que somente reproduzem o discurso da glorificação dos grandes projetos e dos fantásticos lucros obtidos. Isso sem falar na devastação das matas, da destruição da cultura local, das tradições, da identidade das populações que viviam próximas dessas matas, e aqui destacamos os quilombolas, os índios Guaranis/Tupiniquins e os pequenos produtores rurais (MOVIMENTO..., 2000, p.8).

Os documentos produzidos pela Rede Alerta reúnem dados sobre a forma pela qual a empresa de celulose adquiriu as terras nos municípios da região norte

⁸⁴ Também para outra componente da Rede, o coletivo é resultado dessa movimentação, reflexo da ação da empresa: “Momento que se percebe que a empresa também se articula, para se colocar de forma muito visível, como uma empresa sustentável, com compromisso, a busca do selo... Então a Rede se articula nesse momento porque as várias lutas que eram fragmentadas necessitam de uma densidade maior. E nesse momento se convergem” (Informação verbal. A., 49 anos, professora, FASE, REDE ALERTA, maio de 2008).

⁸⁵ Quatro anos mais tarde foi produzido o documentário: “Cruzando o Deserto Verde: um filme denúncia”, dirigido pelo cineasta Ricardo Sá.

capixaba, tratados como boatos até então. Os manifestos da Rede Alerta, as mobilizações dos grupos locais, assim como a realização da “CPI da Aracruz⁸⁶” na Assembléia Legislativa do Espírito Santo, auxiliaram no debate público sobre a incorporação de terras pela empresa, as relações de trabalho do sistema industrial da Aracruz Celulose e as mudanças ambientais associadas aos plantios de eucaliptos na região norte. Os depoimentos de camponeses, quilombolas e indígenas foram importantes para ilustrar a resistência à agroindústria da celulose e denunciaram irregularidades por parte da empresa, muitas anteriores à constituição da Rede Alerta.

3.2.3. CAMPO-CIDADE

Ao buscar compreender a origem da Rede Alerta, uma interpretação atraiu a nossa atenção. Um dos depoimentos retomou uma passagem da história dos movimentos sociais no Espírito Santo, sugerindo sua ligação com a Rede Alerta. O “Movimento Campo-Cidade” era uma junção de entidades da “sociedade civil”, que articulava reivindicações dos movimentos sociais rurais e urbanos no estado. O “Movimento Campo-Cidade” havia sofrido, de acordo com o depoimento, uma “baixa” no final dos anos de 1990 e, de alguma forma, a criação da Rede foi uma forma de re-estabelecer esse “encontro”:

[...] E esse movimento sofreu uma queda, se não me engano na década de 90, as articulações se fragilizaram bastante, e aí fica um

⁸⁶ A diversidade das estratégias presentes no interior da Rede Alerta possibilitou a discussão interna e democrática sobre a participação nos trabalhos da referida CPI. Alguns problematizavam, por um lado, a relevância que teria atingido o debate público animado pelo movimento; outros questionavam a estrutura viciada do Estado brasileiro que sempre tratou de modo negligente (e violento) os direitos reivindicados pelos grupos minoritários, e por isso não compreendiam na CPI com uma arena legítima. Assim, problematizou-se, inclusive, o utilitarismo eleitoral de certos segmentos do legislativo para com as propostas do movimento. Por fim, os participantes de Rede, movidos por algumas das entidades e pessoas envolvidas, compreenderam o momento político oportuno das investigações encabeçadas pela comissão, já que traria à tona irregularidades nos licenciamentos ambientais, ilegalidade na apropriação das terras e ilegitimidade na utilização dos recursos ambientais no estado, em especial, por parte dessa empresa. Alguns dos componentes da Rede participaram das acareações da comissão e, das audiências públicas do Zoneamento Agro-ecológico que discutiriam a viabilidade dos novos plantios. Alguns dos entrevistados indicaram que a participação da Rede em alguns espaços da CPI comprometeu a “origem” anárquica das mobilizações do coletivo que se perdeu meios aos meandros burocráticos e eleitorais da Assembléia Legislativa do ES.

vácuo. Esses movimentos e essas organizações atuam, de forma fragmentada. A Rede surge como uma necessidade de se rearticular essas forças de resistências que estavam fragmentadas... Havia situações econômicas caóticas dos agricultores, do MST que sofria um processo de clandestinidade, assassinatos de lideranças... Quando naufraga o “Campo e Cidade”, surge a Rede... Surge uma resistência com um foco, à empresa de monocultivo, que no momento era (e é) a Aracruz. Surge da potencialização dessa empresa no estado, cada vez maior, nacionalmente, no estado e internacionalmente, e a fragmentação dos movimentos... Uma fragilidade que tem necessidade de se encontrar (Informação verbal. A., professora, FASE, REDE ALERTA, maio de 2008).

Assim, os entendimentos das complexas relações estabelecidas em ambas espacialidades, campo e cidade, figura como uma das principais características da Rede, ao ligar nós urbanos ao do campo, com o mesmo objetivo⁸⁷.

3.2.4. CONFLITOS COM O “DESERTO VERDE”

O início da Rede Alerta Contra o Deserto Verde foi precedido por variadas formas de resistência ao chamado “Deserto Verde”⁸⁸. Grupos locais indígenas, camponeses e quilombolas, que ajudam a compor a Rede Alerta, confrontavam-se já diretamente aos modos de ocupação das florestas plantadas, desde o final da década de 1960 quando iniciou-se o plantio de eucalipto para a produção de celulose na região⁸⁹. A luta pela terra, vivenciada pelos indígenas Tupiniquim e

⁸⁷ Embora a ampla e complexa abordagem sociológica entre as delimitações entre o “rural” e o “urbano”, trata-se categorias dotadas de sentidos históricos, que foram ao longo deste processo sendo transformadas em seus conteúdos. A princípio, remetem a dimensões dicotômicas uma vez que elaboram sociabilidades específicas, devido à diferenciação da divisão do trabalho. Esta diferença condicionou a subordinação do agrário à dimensão industrial representadas pelas cidades. No entanto é com o alcance do processo de industrialização nos últimos 40 anos, que se permitiram leituras que exprimem a continuidade entre os dois espaços, devido às mudanças no rural, cada vez mais “urbanizado”. O urbano, neste sentido, é visto como um “modo de vida” que reproduz a funcionalidade do sistema capitalista tanto na esfera da produção, como no tecido social (LEFEBVRE, 2001).

⁸⁸ Um dos depoentes identificou que no início da década de noventa, um grupo de pessoas sensibilizadas aos problemas ambientais do Espírito Santo, artistas “ambientalistas” que, realizaram um evento no centro da capital do estado denunciando os impactos ambientais gerados pelos monocultivos da celulose. O evento contou com a participação do músico Jorge Mautner.

⁸⁹ Que vivem em Conceição da Barra, São Mateus, Aracruz, Pancas, Pinheiros, Linhares. No geral os municípios que formam a região Norte do estado.

Guarani do município de Aracruz, por exemplo, coloca-os como antagonistas da empresa desde o período de sua instalação⁹⁰.

O emaranhado nos laços de poder entre as esferas estatais e a empresa, permitiu que este fosse o lado mais forte da disputa pelos territórios do norte capixaba, contra os grupos locais. De acordo com Ciccarone e Scarim (2003), nos anos de 1970 a FUNAI foi orientada a omitir a existência de índios na região, na tentativa de controlar (e contornar) os protestos dos indígenas. Os apoios políticos de várias instâncias que a empresa monocultora de celulose concentrou, possibilitou que esta instituição favorecesse o esvaziamento das aldeias. Além de dificultar as reivindicações indígenas, baseadas, principalmente, na documentação histórica de uma sesmaria datada de 1610 e demarcada pela Coroa brasileira em 1760. Os indígenas de Aracruz realizaram em 1979 a primeira “auto-demarcação” de seus territórios (LOUREIRO, 2006). No que se refere à luta contra o monocultivo do eucalipto, para alguns participantes da Rede Alerta, os indígenas foram os pioneiros:

[...] A lutas dos índios iluminam as outras lutas, é a grande referência, em resistência ao monocultivo, isso vem dos índios... E vêm penetrando de diferentes formas em outras entidades... E hoje é uma rede de alianças muito mais forte. Com outros grupos, entidades, povos, a questão vai se aproximando e fortalecendo a luta do outro. Perpassa outros grupos na terra, pela extensão que tem o grande projeto do monocultivo... (Informação verbal. D., 35 anos, geógrafa, FASE, REDE ALERTA, maio de 2008).

⁹⁰ A empresa tentou dentre outras estratégias, deslegitimar o direito dos Guaranis às terras do município de Aracruz, em função de suas práticas nomadistas argumentando que estes indígenas “não eram dali”. Segundo depoimentos, eles foram mandados pra outros lugares, como Minas Gerais, pelo prefeito, governadores, a pedido da empresa. Mas retornaram. Na compreensão de um cacique Guarani: “O lugar revelado nunca pode deixar de chegar nessa revelação, tinha que assumir uma missão que ela teve [TatatinWuareté, líder espiritual dos Guarani da aldeia Boa Vista], de formar uma aldeia ali... É lugar sagrado... Deus fez pra nós, a mata, o rio, Deus fez pra nós viver e os animais... A caça também fez pra nós... Pra nós ter e cuidar do meio ambiente, cuidar do rio, cuidar da mata, então como TatatinWuareté, era uma líder espiritual guardião da mata, da natureza, ela tinha uma proteção divina pra ter força de estar protegendo o meio ambiente a natureza, os guardião das montanhas, o raios, os relâmpagos, que dava força que apoiava TatatinWuareté” (Toninho, 44 anos, Comissão de Caciques Tupiniqum/Guarani, Rede Alerta). Alguns dos entrevistados, narram, por exemplo, o acontecimento no ano de 1992 quando o Greenpeace atraca no porto de Vitória em protesto contra as empresas exportadoras de matéria prima da celulose. A ação criou questionamentos e debates a respeito dos impactos da indústria da celulose.

Ainda segundo Ciccarone e Scarim (2003), o ano de 1979 deu visibilidade ao que consideram um etnocídio praticado pela Aracruz Celulose, assim como seus aliados, compreendendo que a monocultura de eucalipto inviabilizava a sustentação e o modo de vida tupiniquim. As práticas agrícolas estavam condenadas, além da caça, pesca e exploração de recursos naturais para a coleta de plantas medicinais; até mesmo a distribuição espacial de grupos familiares organizadas em aldeias, fundamentais na constituição das redes de aliança e sistemas de trocas⁹¹.

Já os Guarani cercados por um pequeno trecho de Mata Atlântica, onde enfrentaram ameaças de morte e ação de militares acionados pela empresa, resistiram, apesar dos percalços: desertificação, ressecamento de córregos e rio, alto grau de acidez do solo – prejudicando as atividades de subsistência, como coleta de ervas medicinais, matérias primas utilizadas na fabricação de artesanatos, armadilhas e construção de casas. Sem contar as doenças pulmonares, devido a crescente poluição do ar e mortes por desnutrição.

Os relatos dos indígenas, quilombolas e camponeses ilustram a maneira na qual a principal empresa de monocultivo da celulose fixou-se na região. As narrativas mencionam os mais variados instrumentos de coerção: às ameaças, expulsões, perseguições e incêndio de casas, além de outras estratégias utilizadas pela empresa, como a “contratação” de indivíduos que gozassem de pleno trânsito nas comunidades locais. Registra-se também métodos de “convencimento” policial, especialmente tratando-se do contexto da ditadura militar, com o

⁹¹ O jornal local A Gazeta em 06 de dezembro do ano de 1979, publicou a matéria do jornalista norueguês Jon Sleirbak, que acusa à empresa Aracruz Celulose como responsável por liberar nos rios e praias da região o componente cloro-soda. O jornalista enfatiza a palavra genocídio contra os índios, ao se referir a empresa: “Reduzem-lhes cada vez mais as possibilidades de sobrevivência, inicialmente pela ocupação de suas terras agricultáveis com eucaliptos e mais recentemente pela poluição dos mangues onde eles extraem mariscos, que são a única fonte de renda atualmente”. Jon aprofunda a denuncia ao relacionar as alianças políticas que constituem a empresa: “Sem dúvida alguma pode ser classificado como genocídio contra uma minoria racial, esbulhada em seus direitos sobre a grande área territorial por um poderoso grupo econômico que é presidido por um norueguês, Erling Lorentzen, casado com a filha do rei Olav V da Noruega” (p. 8).

objetivo de que os moradores locais desistissem de suas terras. Os poucos que resistiram, apesar das variadas pressões tiveram receio de abandonar a terra, devido a memória e a relação de pertencimento ao território⁹².

3.2.5. O ANTES E O DEPOIS DO “PROGRESSO”

Ao chegar era já grande o poder a empresa de celulose e seus aliados, posto que a multinacional contava com o apoio do aparato institucional do Estado (Federal, Estadual e Municipal). Um dos depoentes ilustra uma das estratégias a que a empresa recorreu com o auxílio de seus aliados locais:

[...] A empresa tinha uma tática militar e uma tática política, a tática militar... Que era o quê? Ela tinha dois coronéis, que faziam o papel sujo da empresa, ameaçava pessoas, ameaçava de morte, militares profissionais, essa era uma tática que a empresa usava. Que essa tática... Aliás, a empresa primeiro usava a tática política. Que era através do Pelé. Se a tática através do Pelé que era de convencimento, não funcionasse, então ela usava a tática militar. Ai era força (Informação verbal V., 40 anos, camponês, MPA, Rede Alerta, junho de 2008).

São muitos os depoimentos fornecidos pelos membros das comunidades tradicionais, que confirmam a forma em que a empresa foi introduzida na região norte do Espírito Santo: “Nós criança, quando ouvia barulho de carro, nós escondia no mato...” (Toninho, 44 anos, Comissão de Caciques Tupiniquim-Guarani, REDE ALERTA). Relatos de casos de abusos de poder, violência de variados tipos não se restringem ao período de implantação da indústria. A

⁹² É o que demonstra o depoimento de uma das entrevistadas, ao fazer uma comparação entre a vida no campo, mesmo cercado por plantações de eucalipto, e uma possível vida na cidade: “E quando eu era criança, eu saía com minha mãe, pescava, fazia muito dendê... a gente não conhecia nem o que era esse negócio de óleo. Tinha uma infância muito tranquila... Plantava e colhia mesmo! A gente tinha tanta coisa, tudo que plantava, colhia. Hoje planta, mas não colhe. Todo mundo aqui planta mandioca, cadê? Nem a cana nasceu. Porque o eucalipto chupa a água todinha, sola assim, não sei... Puxa tanto da terra que a gente não consegue mais, não tá conseguindo nascer nem mandiba, que era a mandioca que a gente é acostumado, né? Desde tradições, desde nossos antepassados, desde que trabalhavam nas grandes produções de Rita Cunha, na plantação de mandioca, ou café. Hoje não tem nada, porque não dá mais. Terra boa a gente não... Ficamos aqui porque tinha que ficar mesmo. Com medo de sair pra rua e lá ser pior, se a gente fosse pra rua a gente nem estaria aqui. Tava pior lá. Quem foi tá sofrendo, alguns já morreram, já tão mortos, os filhos morrem, chega lá entra numa vida de droga, não tem o que comer, não tem trabalho, não tem nada [...] (Informação verbal. M., 52 anos, agricultora, Comissão Quilombola, REDE ALERTA, junho de 2008).

coexistência de indígenas, camponeses e quilombolas com os plantios de eucalipto foi marcada por acidentes de trabalho (mutilações, cegueiras), contaminações (envenenamento por pesticidas) e déficits de recursos ambientais (desaparecimento de córregos, nascentes e grande dificuldade nas atividades da agricultura), identificados pelos moradores locais como resultado da presença das florestas plantadas⁹³.

É comum a referência às modificações no território entre o “antes” e o “depois” dos monocultivos de eucalipto na região. Relatos como os descritos acima são encontrados nos autos da CPI do Eucalipto da Assembléia Legislativa do Espírito Santo (2002), Koompans (1999), Ferreira (2002) Fazeres (2005) e no relatório DESCA⁹⁴ (FASE, 2002).

A compreensão da violência como algo que fere princípios, e que não se limita ao corpo físico, é explicitada por um jovem quilombola, por exemplo, ao narrar a estratégia da empresa, que se recusa a negociar com a Comissão Quilombola, preferindo a Associação de Lenhadores de Conceição da Barra⁹⁵.

⁹³ Até caso de transposição de um rio, segundo um dos depoentes, para o abastecimento do complexo industrial da Aracruz Celulose S.A. Essa situação é descrita por Ferreira (2002) que indica a abertura do canal “Caboclo Bernardo”, numa extensão de 42 km de águas do Rio Doce, em Linhares, para ser utilizado pelas fábricas da Aracruz: “A construção do Canal interfere ainda mais no já prejudicado volume d’água do Rio Doce e acontece com o aval da Secretaria de Estado para Assuntos do Meio Ambiente – SEAMA, como tantos outros projetos da Aracruz Celulose”(ibid, p.136). Segundo informações do jornal o Século Diário, (COIMBRA, 2007) a empresa economizou 2,3 milhões devido à ausência de EIA/RIMA – Estudo e Relatório de Impactos Ambientais. A Ação Cível Pública, ACP, movida pela ACAPEMA em 2002, encaminhada ao Ministério Público Federal, MPF, aponta que tal obra foi concedida ilegalmente, sob a conveniência dos Secretários Estaduais, Pedro Burnier (agricultura) e Almir Bressan (meio ambiente).

⁹⁴ Relatório encaminhado à OEA – Organização dos Estados Americanos – sobre a violação dos Direitos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais praticados pela Aracruz Celulose S.A. no Espírito Santo.

⁹⁵ O acontecido é narrado pela: “Mesmo que ela tenha negócio com a associação APALCB, que ela faz até hoje, ela não quer quilombola, associação quilombola, nem também nós queremos negociar! Nossa briga é a terra, nós queremos o que é nosso direito, nós queremos todos os nossos direitos” (M., 54 anos, agricultora, Comissão Quilombola, REDE ALERTA, junho de 2008). Os direitos das comunidades dos remanescentes de Quilombos constam no Artigo 68 da ADCT/CF/1988, que tem sua regulamentação com o artigo 4887 do ano de 2003 e, na Convenção 167 da OIT, do ano de 1989.

[...] Você só vai participar da Associação Cata-facho se você negar que é Quilombola. Isso é uma violência. Isso tem que ser denunciado. O cara não tá tendo direito, de identificar, de falar da identidade dele. A infiltração, ela tá a todo o momento infiltrado aí (Informação verbal A., 23 anos, agricultor, Comissão Quilombola do Sapê do Norte, REDE ALERTA, junho de 2008).

As variadas histórias narram o cerceamento do espaço e a exclusão sócio-espacial. Os grupos locais vivem ilhados pelos plantios, o que limita e organiza o espaço segundo a racionalidade industrial da produção. Os quilombolas viviam a organização do território identificado por eles como “terra rola”, o espaço utilizado sem cercamentos - de organização coletiva – diferente da propriedade privada disseminada pelo Estado. Foram, então, com a ocupação das terras pela Aracruz Celulose, constrangidos pelo loteamento industrial do território. Atravessar as estradas que ligam as comunidades ilhadas pelos plantios era um ato visto com suspeição pelo serviço de segurança da empresa. Apanhar os resíduos dos galhos, para cozinhar no fogão à lenha, ou para conseguir renda com o carvão, virou atividade a ser perseguida.

Vê às vezes um companheiro lá, tentando às vezes tirar um pau de lenha, alguma coisa e já denuncia o camarada. Faz essa agressão, vários caras já saíram algemados, ficou no DPJ, cara pai de família, por causa de lenha, questão do facho (ibid).

Casos como esses são relatados ao coletivo da Rede Alerta que encaminha denúncias sob a forma de cartas e manifestos.

3.2.6. “A TERRA É O CENTRO”.

Apesar das diferenças existentes entre as entidades que formam a Rede, é em torno da terra dela que os discursos, práticas, ações e projetos se encontram. Denuncia-se sua expropriação, reivindicam o direito a ela, questiona-se o uso que lhe é dado, a concentração de sua posse pela empresa de celulose, os tipos de propriedade e o desrespeito á “função social da propriedade”.

Todo o movimento do campo, gira entorno da luta principal é a questão da terra. A terra é o centro! E a empresa controla grande parte do território, então... A disputa é a terra, essa questão ambiental... A

questão ambiental só ganha espaço maior nesse debate a partir da década de 90. Nesse período a questão ambiental não era mais forte, não era... Essa preocupação com a água, com os venenos, não se tinha isso muito visível... Mas a questão da terra era o centro... E a questão do desemprego. Por que a partir do início da década de 80, a empresa começa a demitir... Na década de 70 ela empregou muita gente... (Informação verbal. V., 39 anos, camponês, MPA, REDE ALERTA, junho de 2008).

Tanto o território, para os indígenas e os quilombolas, e quanto a terra para os camponeses e os sem-terra, evocam de modos distintos a relação de pertencimento e, ao mesmo tempo, dependência com o ambiente. Enquanto que para os sem-terra é reivindicada por meio do projeto de reforma agrária que, no contexto do norte capixaba apontando os monocultivos do eucalipto como latifúndios, questionando o destino destas produções. Como sabemos, a terra é reivindicada como meio de produção e reprodução social, impedida pela ocupação territorial estabelecida pelos eucaliptais. É elemento central na ação coletiva as organizações da Via Campesina. Principalmente devido à expansão do monocultivo do eucalipto que elevou o preço das terras e aumentou o custo – econômico e político - das áreas para a reforma agrária:

O INCRA passa a ter dificuldades de comprar áreas para a reforma agrária e passa a ter dificuldades de desapropriar, porque o custo da terra passa a ficar muito alto. Os fazendeiros passam a não vender terra para o INCRA, eles vendem as terras pra Aracruz, ou pra empresas. Claro que de uns anos pra cá nós conseguimos a lei que proibiu a expansão da compra de terras pela Aracruz no estado do Espírito Santo. Mas aí eles vão buscando outros mecanismos, que é o fomento florestal, é o arrendamento, se falam de muitas terras que foram compradas pela Aracruz por laranjas, são na verdade compradas em nomes de outras pessoas ou até de outras empresas, que a Aracruz é acionista (Informação verbal, A., 43 anos, assentado, MST, REDE ALERTA em junho de 2008).

Internamente à Rede a terra articula diferentes linguagens e unifica distintas trajetórias políticas. A garantia de acesso à terra tem sido parte importante do trabalho político de unificação dos diferentes atores.⁹⁶ A Rede é o espaço de socialização das diferentes lutas.

⁹⁶ “Difícilmente os estudantes ou outras organizações urbanas ou camponesas estavam envolvidos na luta indígena ou na luta quilombola, se não fosse através do coletivo da rede. Se

Outro fator importante é que a Rede tem sido um espaço de socialização da experiência de luta entre os movimentos; então o movimento quilombola faz uma luta, o movimento dos índios, movimento camponês, movimento estudantil, faz luta e dentro da Rede então socializa essas lutas, permite avaliação, e permite a produção de novas lutas coletivas (Informação verbal, W., 56 anos, CPT, REDE ALERTA, em junho de 2008).

As ações evocam a experiência coletiva anteriores às plantações de eucalipto, o resgate das plantações das roças de mandioca, do milho, do feijão, “das lavouras brancas”: “Queremos nosso território de volta e comida na mesa!” (Informação verbal, A., 23 anos, agricultor, Comissão Quilombola, Rede Alerta). Além da relação identitária dos grupos quilombolas que centralizam o território em sua cosmologia, os entraves para a realização de políticas no campo mais democráticas estão presente no discurso da Rede Alerta. Já os Guarani, por exemplo, o território atravessa o sagardo.

[...] Nossa luta vem através das coisas sagradas, a luta da gente... A natureza... Estamos ligados à natureza, nós temos a força da natureza. Os olhos da águia nunca são queimados pelo raio do sol, então a luta da gente tem a força da natureza... Nós ajudamos, nós fortalecemos a natureza e a natureza fortalece a gente. Nem a águia pode dominar o sol, nem o sol pode dominar a águia... Quando vamos lutar, essa causa tem que ser justa, a causa não pode ser injusta... (Informação verbal. Toninho., 44 anos, Comissão de Caciques, REDE ALETA).

Composta por diversas entidades a unidade é estabelecida em função de um mesmo antagonista e da crítica ao modelo de desenvolvimento que impulsiona a ocupação territorial pelos monocultivos. Anos de mobilizações em resistência à ocupação industrial dos plantios do eucalipto, a empresa na busca pela

fosse individualizado, talvez os quilombolas iriam fazer lutas sozinhos, íamos ficar sabendo pela televisão, mas como tem a Rede, e dentro da Rede inclusive, a Rede influencia, na luta dos movimentos, não é só um espaço de socialização, é um espaço de influencia de produção. A Rede Alerta ela tornou-se a principal inimiga da Aracruz Celulose. Por isso é bom demais, porque a Aracruz reconhece a Rede como principal inimiga. Ruim seria se a Rede não tivesse influencia nenhuma, nesse processo todo do agronegócio” (Informação verbal, V., camponês, 35 anos, MPA, REDE ALERTA).

consolidação de sua legitimidade envolve-se em processos judiciais, propagandas e buscas por certificações ambientais⁹⁷.



“Marcha Popular Pela Terra e Pela Vida”. Rede Alerta Contra o Deserto Verde e Via Campesina (outubro de 2007). Fonte: Rede Alerta Contra o Deserto Verde.

3.2.7 INTERPRETAÇÕES ACERCA DO ESTADO

A conivência do Estado para com os monocultivos da celulose movimenta as críticas da Rede Alerta ao tipo de relação entre o público e o privado, entre a Aracruz Celulose e o espaço da política institucional. O Estado é visto como braço da empresa na desocupação das terras habitadas pelos grupos locais – indígenas, quilombolas e camponeses. Dada a desigualdade de poder político entre a empresa agro-exportadora e os grupos locais, sem contar as adversidades características do período da ditadura militar, a coalizão entre a

⁹⁷ Um dos caciques depõe em relação aos artifícios da empresa que tentou negar os direitos dos Guaranis sobre as terras no município de Aracruz: “ Se ela quer limpar a roupa suja dela, tem que dar um jeito logo. Como toda celulose que é vendido lá fora, tá sujo com sangue indígena. Pra limpar um pouco, vai ter que entregar logo os 11 mil hectares sem choro... Aqui em Aracruz, muitas pessoas estão junto com a gente. A luta é justa, uns 75%, 80% apoiam a nossa luta... Muitas pessoas em Aracruz vêm conversar comigo, dar os parabéns.” (Informação verbal, Toninho, 44 anos, Comissão de Caciques, REDE ALERTA).

empresa e o Estado não encontrou grandes dificuldades na aquisição das terras do norte capixaba.

[...] As pessoas não tinham pra onde recorrer. Então na época, pra quem as pessoas iam procurar...? O sindicato dos trabalhadores rurais da época era controlado pelo governo. Procurar a Justiça? Que justiça...? Procurar o juiz, o delegado? Pra quê? Se todos eles eram comprados pela Aracruz Celulose... Procurar os órgãos do governo de defesa ambiental? Pra que, pois se eram eles que faziam todo o processo favorável a Aracruz Celulose? O povo sabia dos problemas, não tinha pra quem gritar... Gritar pra quem? Quem ia ouvir? (Informação verbal, V., 35 anos, camponês, MPA, Rede Alerta).

O Estado é visto como principal componente da “linha de frente” de um projeto desenvolvimentista⁹⁸. O poder estatal seria “investidor, credor e principal protetor” da empresa de celulose.⁹⁹

[...] Este projeto de implantação da Aracruz, da monocultura do eucalipto no ES, ele foi ganhando muitos adeptos, né? Nos diversos poderes públicos: os prefeitos de municípios, os vereadores, os deputados estaduais, os governos do estado. Tanto que nunca tivemos um governo, nem o Governo Vitor [Buaiz], que foi um governo democrático popular, teve coragem de enfrentar a Aracruz Celulose. Sabendo de todas as falcatruas, de todas as injustiças que a Aracruz cometeu. Bom, o resultado disso tudo foram às conseqüências sócio-ambientais que o Espírito Santo sofreu nestes últimos 40 anos. Além do êxodo rural, da expulsão do homem do campo pra cidade, pra outros estados como pra Rondônia, Mato Grosso, o inchaço da capital, da Grande Vitória. Dados aí do IBGE de 95, 96 dão conta de

⁹⁸ No âmbito da política do governo estadual, as análises acompanham o seguinte sentido: “Praticamente não tem diálogo no Governo do estado. No estado vai ter que ser na base da porrada, não vai ter outro jeito! O Governador Paulo Hartung parece que não vive no ES, não conhece o ES, não tem nenhuma sensibilidade com os problemas sociais, ambientais do ES. O que tá na cabeça do Governador Paulo Hartung é o desenvolvimento. Tudo isso é o que importa: independente de como, independente de pra quem, independente de pra quê, independente pra quando. O que interessa é o desenvolvimento. Nem que isso tenha que continuar gerando os Sem Terra, tenha que continuar dizimando os povos Indígenas, tenha que continuar tomando os Territórios Quilombolas, tenha que continuar destruindo o meio ambiente, nem que pra isso o crime organizado tome conta do Estado em definitivo. Mas, o desenvolvimento tem que tá no lugar. Essa é a postura do Governador” (A., 43 anos, assentado, MST, REDE ALERTA).

⁹⁹ A matéria publicada no jornal capixaba A Gazeta em 1979, “O governo pensa em ampliar porto na Barra do Riacho”, descreve o orçamento da ampliação do empreendimento, como “porto público”, em função dos 60% do montante dos investimentos serem oriundos do então BNDE, e a porcentagem restante, dos acionistas da Aracruz Celulose. Situação nada diferente do que ocorre com o atual governo. Através do BNDES, o PAC – Plano de Aceleração do Crescimento - implantado pelo Governo Lula em 2006, garante os investimentos em infra-estruturas que serão utilizadas pelos complexos industriais. A relação do Estado com a empresa fica clara, também, na perspectiva dos ativistas, na repressão das manifestações realizadas pela Rede Alerta: auto-demarcações, processos judiciais contra os manifestantes, ocupações, marchas através do monopólio legítimo da violência do Estado, criminalizando os manifestantes.

que 44% da população da capital são do interior do Estado, grande parte do Norte do Estado. Exatamente na região em que foi implantado esses grandes projetos (Informação verbal, A. 43 anos, assentado, MST, Rede Alerta).

Desta perspectiva, a Rede Alerta decidiu não ocupar espaços de representação em instâncias deliberativas como a dos conselhos. Algumas tentativas anteriores - frustradas - de negociação com o Estado fizeram com que a Rede mantivesse um distanciamento crítico: “Mostra-se inviável a negociação, não há acordo”. O coletivo não crê na “participação” da “sociedade civil” nos espaços decisões oficiais ¹⁰⁰. Como garante um dos militantes do coletivo:

Agora do ponto de vista da participação da Rede formalmente, nas decisões do Estado, a Rede se nega a isso, porque ela não compreende que o Estado brasileiro tenha espaços de participação efetiva. Portanto, ela se nega a participar da legitimação do Estado precisa (Informação verbal. H., 40 anos, economista REDE ALERTA).

Prevalece o entendimento da imbricação dos poderes públicos e privados - sob a forma de financiamentos de obras, de campanhas eleitorais, isenções tributárias, benefícios, suporte de infra-estrutura e flexibilidade diante das exigências da legislação ambiental.

O problema dessas multinacionais é que querem fazer o acúmulo de riquezas! Tá no domínio! A Aracruz domina aqui os meios políticos! O Governo Paulo Hartung foi financiado, soltam dinheiro em cima dele mesmo. Eu falo isso sem medo de errar, porque tá na cara! Ele não vem no campo... O povo, a população precisa saber que um governo que foi eleito pelo povo tá fazendo isso (Informação verbal, A., 23 anos, agricultor, Comissão Quilombola do Sapê do Norte, REDE ALERTA).

Além disso, há o fato de financiar a empresa e garantir incentivos¹⁰¹, onerando os cofres públicos em função dos lucros da empresa. A relação entre as esferas

¹⁰⁰ Há grande clareza da Rede Alerta em recusar a participação nos espaços destinados à “sociedade civil”: “Nossa participação assim acabaria legitimando estas instâncias. Muitos desses espaços estão sendo questionados... O Estado era o mediador, agora é o gestor, é o foco do conflito, também ele é o ator no conflito, gere o empreendimento, viabiliza os projetos, jurídico, financeiro e militar” (A., 49 anos, professora, FASE, REDE ALERTA).

¹⁰¹ O BNDES mantém uma relação estreita com a empresa. Além de ser acionista de 12,5% de suas ações, e garantiu ao setor de papel e celulose o montante de 20 bilhões de reais até o ano de 2010 (Informações no endereço eletrônico do banco: www.bndes.gov.br, no dia 20 de junho

públicas de financiamento e as empresas privadas se estabelece publicamente através dos órgãos competentes:

A rede está preocupada com o papel das instâncias públicas nesse processo - o papel do BNDES, do BANDES, todos os incentivos fiscais do ES, todo o esforço que o Estado através do INCAPER faz, do Fomento Florestal, por exemplo, que é ganhar as famílias camponesas pro projeto Aracruz Celulose (Informação verbal, H., 40 anos, economista, REDE ALERTA).

Em certa medida, alguns depoimentos distinguem a institucionalidade Estadual da Federal diante algumas problemáticas específicas. A compreensão do Estado não é padrão para todos os componentes da Rede Alerta. Há, nesse mesmo coletivo, interpretações que resumem toda e qualquer esfera pública como aliada aos interesses da empresa, como um bloco homogêneo de interesse e poder. E outras indicando que determinados grupos localizados no Estado comungam de propostas democratizadoras do espaço público. Dissensos como estes são observados na avaliação das diferentes instâncias do Estado. Alguns, por exemplo, sublinham a “seriedade” por parte do INCRA nacional - principalmente os quilombolas.

[...] Eu não to falando com você que é o dinheiro que grita mais alto? A Aracruz Celulose tem dinheiro pra jogar na mão deles, né? Banca campanha, faz tudo quanto é diabo! Dinheiro tá jogano na mão deles! A relação é: que vocês vão ter que ficar, vão imprensando eles aí, o governo diz: Vai tapiando eles e jogando eles pro escanteio. E botando dinheiro na mão deles, na mão do governo, nesse Ministério Estadual, aí, e Prefeitura e tudo. Agora, graças a Deus, no Ministério Público Federal, não... Temos uns ministérios que trabalham beleza (Informação verbal, M., 52 anos, agricultora, Comissão Quilombola do Sapê do Norte, Rede Alerta).

O relatório de financiamento das campanhas a cargos do legislativo e do executivo aponta a empresa de celulose como uma das principais

de 2006). Há pessoas na Rede que se dedicam aos levantamentos sobre os recursos de financiamento e crédito, para instituições privadas utilizando-se recursos públicos: “Existem vários outros mecanismos, o BNDES mesmo, ele entra e sai da Aracruz, que ele é o primeiro acionista ele viabiliza, depois ele vende as ações, então ele faz um processo de privatização. Depois quando ela vai ampliar ele entra como sócio de novo. Aí vende, depois volta de novo. Então ele vai e vem, nesse processo de sanfona, viabilizando negocio privado a partir de recursos públicos, com dinheiro do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador) então essa é a preocupação da Rede” (Informação verbal, H., 40 anos, REDE ALERTA).

patrocinadoras das campanhas eleitorais. O poder de financiamento da empresa funciona como “lobby” em várias instâncias políticas, de acordo com os ativistas da Rede. O poder judiciário também é posto em cheque bem como sua pretendida “imparcialidade”:

[...] Agora onde é que vai se dar de fato, o confronto de classe? Aracruz X quilombola, Aracruz X índio, Aracruz X camponês, onde vai se dar o confronto de classe? É na justiça. É no Supremo Tribunal Federal. É lá que vai se dá. Porque a instancia de fato que tem o poder de decidir tudo sobre todos é o Supremo. É a Justiça Federal. Por parte das empresas, a Aracruz... Que financiam suas campanhas... Financia carros, apartamentos, então lá é que vai se dar... Por exemplo, a questão do Linharinho... Ta lá, o presidente nacional do INCRA fez a parte dele. Criou a portaria, a Aracruz vai recorrer... Quem vai ter a palavra final desse negócio? É a justiça. (Informação verbal, V., 35 anos camponês, MPA, Rede Alerta).

Alguns membros da Rede Alerta preocupam-se com que a disputa não sejam limitadas ao âmbito legal. Para alguns, as expectativas com relação às “portarias” que reconhecem os territórios – tanto quilombolas, quanto indígenas – estavam sendo supervalorizadas em detrimento das pressões por via das mobilizações. Há uma preocupação com o fato de a luta se concentrar no campo jurídico, onde a empresa teria maior poder de fogo. Um dos interlocutores, militantes da Rede Alerta, reconhece que a força do movimento social organizado sob o signo da luta contra os monocultivos do eucalipto é pouca se comparado ao poder da empresa responsável pelos plantios: “O total apoio do Estado ao avanço das monoculturas. O Estado capitalista, Estado executivo, Estado legislativo e Estado judiciário” (Informação verbal, A. 43 anos, assentado, MST, Rede Alerta).

3.2.8. A PARTICIPAÇÃO DOS MANDATOS.

Outra questão polêmica que surge internamente no coletivo é a da participação de mandatos políticos ou de suas representações¹⁰². Algumas representações

¹⁰² Em um dos depoimentos, defendeu-se que há uma necessidade dos instrumentos da classe trabalhadora, no que diz respeito à “oxigenação”, desses instrumentos através dos trabalhos de base, de educação popular, de conscientização da população, de formação de novos quadros. “O que o PT não fez na década de 90 pra cá? Trabalho de base! O que a Igreja não fez?”

de mandatos participaram desde o início da Rede, mandatos do Partido dos Trabalhadores, sobretudo, mas que reuniam outros partidos. Alguns mandatos do Partido dos Trabalhadores na origem da Rede Alerta, tiveram um papel fundamental. O que hoje, de acordo com alguns participantes da Rede, contrasta com as posturas do partido “antes e depois” de tornar-se partido da situação. “O PT no início foi muito participativo na Rede, o partido era claramente oposição...”. Segundo alguns participantes as primeiras questões trazidas ao coletivo da Rede, em relação a sua origem, projeto e o papel que o coletivo representa, mesmo que a questão “Rede e Partido” não tenha existido como “ponto de pauta”, provoca posicionamentos.

Desde que o PT assume o governo, as relações, a relação é de grande distanciamento, da Rede em relação ao partido há uma grande cisão. A outras entidades, a gente têm diferenças, sem dúvida... Ao mesmo tempo há o entendimento da autonomia das partes, conseguimos nos juntar e administrar isso, ora as diferenças aparecem mais, há um entendimento na Rede sobre essas diferenças... Mas em relação ao partido, há uma grande cisão. Há uma grande cisão com a Rede. Os próprios movimentos em suas autonomia tomam isso de forma diferente (Informação verbal, D., geografa, 35 anos, FASE, Rede Alerta).

Ainda sobre a interpretação dos objetivos da empresa e os poderes do Estado, compreende-se o acordo de interesses. Há uma moralidade compartilhada a favor do “progresso”, em nome do “desenvolvimento”, “pelo bem do Espírito Santo” e da empresa, que soma-se ao discurso da “moralidade” política. Esse valor é incorporado, por diferentes segmentos sociais, possibilitando a aproximação de discursos, que vão se tornando cada vez mais semelhantes.

O Estado administra os grandes projetos de desenvolvimento e as políticas públicas elas não existem... Não dá conta de dar a mão a Deus e ao Diabo ao mesmo tempo, para bancar infra-estrutura para uma empresa que tem muita grana. Essa problemática penetra dentro do Estado – as secretarias na relação com as empresas – penetram em todos os setores, dentro do Estado, no final das contas é uma

Trabalho de base! O que o sindicalismo não fez? Trabalho de base! Pronto, enferrujou! Qualquer ferramenta: MPA é ferramenta, sindicato é ferramenta, CPT é ferramenta, Igreja é ferramenta, quem não faz trabalho de base, enferruja, perde o corte! Enferruja!” (Informação verbal, V., 35 anos, camponês, MPA, REDE ALERTA).

grande confusão: O que é estado? O que é empresa?... Nas secretarias, quantos dos funcionários, são ex-gerentes? Vem para os órgãos governamentais, depois voltam, absorvem as ONGs, o desafio é tremendamente maior... Isso trás, de fato, desafios maiores... (ibdi).

Uma outra perspectiva sobre as disputas dos interesses em relação aos fundos públicos, e a apropriação do Estado sobre eles, foi evidenciada por um dos participantes da Rede, compartilhado neste aspecto com um representante do Fórum de ONGs ambientalistas. Nas duas análises, o funcionalismo público apareceu como um instrumento “manejado” em favor da governabilidade do poder estadual e, conseqüentemente, em apoio aos grandes projetos da agroindústria.

3.3. O FÓRUM DAS ONGS AMBIENTALISTAS DO ESPÍRITO SANTO

3.3.1 OS PRIMEIROS PASSOS DO AMBIENTALISMO CAPIXABA

Quando questionados sobre a história do Fórum das ONGs Ambientalistas do Espírito Santo os participantes remetem às primeiras manifestações de cunho “ambientalista” no estado. Menciona-se as primeiras palavras em favor da preservação dos ecossistemas capixabas proferidas por Augusto Ruschi e o surgimento do “movimento ambientalista” no final dos anos de 1970 com a criação da Acapema:

[...] Éramos estudantes de ciências biológicas, e fizemos a denúncia do desmatamento do Pico do Forno Grande, para a produção de carvão, que abasteceria siderúrgicas em Minas Geras. O grupo compunha estudantes de outras áreas.... Fomos até lá, registramos, conversamos com o pessoal e a área era marcada como reserva florestal... Denunciamos a “A Gazeta”. Nisso, o governo foi lá e parou o processo, embargou as carvoerias... Nos motivou pra nos organizar... Começamos reuniões no prédio da biologia e, participavam profissionais de outras áreas. Recebemos o apoio e fundamos a ACAPEMA (Informação verbal, S., 53 anos, professor universitário, IPEMA, FÓRUM das ONGs Ambientalistas do ES, em agosto de 2008).

O contexto desenvolvimentista dos “anos de chumbo”, a então recente erradicação dos cafezais no estado e o êxodo rural, juntamente com a urbanização, contextualizavam a chegada dos “Grandes Projetos Industriais” ao

Espírito Santo. Os projetos dos governos militares exigiam infra-estrutura adequada e a crise energética era vista como uma das ameaças ao setor produtivo da economia brasileira. Sendo assim, a energia nuclear era apontada como alternativa à tradicional gerada pelas hidroelétricas, e o Espírito Santo foi apresentado como uma das possíveis sedes de uma usina, mais precisamente, no município de Aracruz¹⁰³. As repercussões desse projeto levantaram protestos.

A manifestação em resistência à instalação da Usina Nuclear é lembrada pela maioria dos ambientalistas como marco inicial do movimento (PASSOS, 2005)¹⁰⁴. Explicações por parte do governo estadual eram cobradas, pois as informações sobre a usina eram recebidas de modo fragmentado. Sabe-se que a empresa Nuclebrás realizou estudos e levantamentos sobre a viabilidade do projeto no município nesse município. Segundo jornais da época.

O governador era Eurico Resende uma grande manifestação por esse fato na Praça 8, isso antes, Ruschi já vinha avisando do “Deserto Verde”... Implantação da Aracruz, que era uma loucura, colocar a Vale do Rio Doce e a CST ali na zona nordeste da capital, que essa poluição iria toda pro centro de Vitória... E essas vozes nunca foram ouvidas, a história política do ES é complicada, de jagunço... Eram as jagunçadas... É a cultura política do Espírito Santo (Informação verbal, E., 55 anos, empresário, ABC, FÓRUM das ONGs, maio de 2008).

Neste contexto, a ACAPEMA realizou em uma de suas primeiras e mais marcantes ações, mobilizando diferentes segmentos da sociedade capixaba em torno do protesto contra a construção da Usina Nuclear. Entre as ações convidou o escritor e empresário Kurt Mirrow para ministrar uma palestra sobre a instalação de uma usina nuclear no Espírito Santo, devido à polêmica que se instalara.

Parece que era boato... Na verdade essas coisas na época eram feitas muito sobre sigilo. Era difícil você saber exatamente o que se planejava... Mas uma opção seria de reciclagem de lixo nuclear... Na região de Aracruz. Na verdade não era reciclagem, mas sim dar uma

¹⁰³ Segundo o Governo Estadual a energia nuclear aqui produzida supriria o estado do Espírito Santo, um município do Rio de Janeiro e outro de Minas Gerais.

¹⁰⁴ O ocorrido foi manchete, também no jornal local: “Multidão vai às ruas contra Usina Nuclear no estado”, A Gazeta, 29 de novembro de 1979.

destinação, isolar o lixo em estruturas isoladas, etc.. E armazenar.. Havia duas informações uma é de que seria uma usina nuclear mesmo. A outra que iria fazer o procedimento do isolamento desse material, dá destinação (Informação verbal, S., 53 anos, professor universitário, IPEMA, FÓRUM das ONGs).

A dúvida do ambientalista a respeito da real intenção do projeto não impediu a manifestação no centro da capital capixaba, no dia 28 de novembro de 1979¹⁰⁵. A mesma mobilização foi descrita por Passos (2005): “Oito mil pessoas portando faixas e cartazes com as seguintes inscrições: ‘ A morte ronda nosso Estado’; ‘Se a usina é tão importante, por que não construir lá em Brasília?’; ‘Viva a vida’; ‘O futuro é o homem. Por que essa loucura?’” (ibdi, p.82).

A recém-criada ONG ACAPEMA teve um papel importante na manifestação que contou com o apoio do físico nuclear Luiz Pinguelli Rosa, de outras entidades e de boa parte do movimento estudantil – universitário e secundarista. Tratou-se de uma grande mobilização no centro de Vitória: “Juntou mais gente do que nas ‘Diretas já!’”¹⁰⁶. Promovida pela ACAPEMA, ela iniciou-se com a convocação da população na Assembléia Legislativa, através da denúncia sobre os perigos trazidos à saúde da população pela possível instalação da central nuclear:

[...] Nessa ocasião, a ACAPEMA enviou um ofício aos membros da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Acordo Nuclear, no Senado Federal, solicitando informações concretas sobre a instalação da usina no Espírito Santo, tendo em vista que a população não havia sido consultada e desejava saber tudo sobre o Projeto (ibdi, p. 81).

Como extensão destas manifestações foi organizada uma marcha até o município de Aracruz, em dezembro do mesmo ano, coordenada por uma comissão composta pelo DCE/UFES, AESB (Associação Espírito Santense de Biologia), o deputado estadual Dilton Lipio (MDB) e a ACAPEMA. A marcha de Vitória até Aracruz será o ápice da campanha. Por fim, a Usina não foi instalada.

¹⁰⁵ Afirmativa recorrente no depoimento dos entrevistados participantes do Fórum das ONGs Ambientalistas do ES.

¹⁰⁶ Confirma um dos hoje participantes da Rede Alerta que presenciou o ocorrido.

Assim, desde o final dos anos de 1970, a ACAPEMA obteve considerável espaço na imprensa capixaba. O jornal “A Gazeta” do dia 24 de dezembro do ano de 1979, explicitava que a ONG ambientalista “conclama a população de atingidos por poluição na Grande Vitória, a reivindicarem soluções, usando, como porta voz, a entidade”. A publicação denunciava os casos de problemas de pele, oriundos das atividades da COFAVI no município de Cariacica, e dos resíduos de minério de ferro e carvão relacionados ao Porto de Tubarão, em Vitória, trazendo à arena pública as reivindicações relacionadas aos impactos ao meio ambiente.

3.3.2. A CONSOLIDAÇÃO DOS GRUPOS AMBIENTALISTAS NO ES

Os grandes projetos industriais chegaram ao estado acompanhados por impactos ambientais que foram percebidos pela população capixaba de diversas maneiras. Essas lutas ao tornarem-se públicas fortaleceram o discurso em favor da preservação dos recursos ambientais na arena pública capixaba. Pouco tempo depois foram criadas a ACODE (em Colatina), a ABRI, em Cachoeiro do Itapemirim e a AVIDEPA, em Vila Velha, todas atualmente componentes do Fórum de ONGs Ambientistas do Espírito Santo.

O ambientalismo no Espírito Santo consolidou-se, na compreensão dos militantes, *pari passu* à militância política no espaço urbano¹⁰⁷. No contexto da abertura política, parte dos militantes do movimento estudantil “migrou” para o que seria em pouco tempo o movimento ambientalista. A transição dos anos de 1970 para a década de 1980 no Espírito Santo foi marcada pela efervescência das manifestações dos movimentos populares urbanos que reivindicavam melhores condições de vida para os trabalhadores na região metropolitana do estado (DOIMO, 1984).

¹⁰⁷ Alguns dos ambientalistas entrevistados mantiveram ligações com o Partido Comunista e dos Trabalhadores.

[...] Eu me lembro que alguns falavam, pejorativamente, que nós éramos melancias, ou seja, tínhamos uma casca verde e por dentro éramos vermelhos, porque não tem como você descaracterizar, ser diferente, defender qualidade de vida separada de um trabalho com pensamento socialista, a questão ambiental sempre foi ligada a isso (PASSOS, 2005, p.63)¹⁰⁸.

Os membros do Fórum das ONGs consideram o contexto da década de 1970 como de ebulição dos movimentos sociais no estado, quando implantaram-se no Espírito Santo os “Grandes Projetos Industriais” como a Aracruz Celulose e a CST. Questões eram trazidas ao debate público e Augusto Ruschi foi um dos grandes críticos dos impactos destes projetos. Passos (2005), ambientalista e membro do Fórum das ONGs, define o campo de disputa que começava a se estabelecer:

Durante toda a década de 70, as manifestações contrárias e favoráveis à monocultura do eucalipto foram acirradas pelo jogo de interesses econômicos e políticos e, desse permanente conflito entre as forças antagônicas, poucas foram às vezes que se levantaram em defesa do meio ambiente e das implicações sociais que a questão suscitava (ibid, p.78).

Apesar de ser o período correspondente ao da ditadura militar, o Governo do Estado passa a responder publicamente às denúncias e críticas. O Governador Eurico Resende, segundo jornal local, pressionou a Aracruz Celulose pelo mau-cheiro, que atingia a capital oriundo do seu complexo industrial¹⁰⁹. O discurso do meio ambiente ganhara aos poucos os espaços públicos. Isso se deveu, em parte, às performances protagonizadas pelos grupos de militantes que se tornariam os que hoje participam do Fórum das ONGs.

3.3.3. OS ANOS 90: A MUDANÇA

Nos anos seguintes, o número de entidades aumentou, principalmente em função da “ECO-92” que, de acordo com um dos ambientalistas, favoreceu a

¹⁰⁸ No entanto a lógica do compromisso com o meio ambiente enquanto um compromisso humano, não esteve explícito em todos os depoimentos. Alguns ambientalistas entrevistados tratam à preservação do meio ambiente como algo sagrado. Já o humano, aparece como algo de índole duvidosa.

¹⁰⁹ “Eurico pede à Aracruz para explicar poluição”. A Gazeta, dia 20 de novembro de 1979.

consolidação da identidade deste tipo de associação. O início dos anos noventa “foi um período fértil, acompanhou uma tendência nacional; o próprio poder público começou a prestar atenção no meio ambiente... Alguns deputados utilizavam-se do discurso ambiental, mesmo que não existissem os órgãos ambientais” (Informação verbal, S., 53 anos, professor universitário, IPEMA, FÓRUM das ONGs).

A partir dos anos de 1990 o termo “desenvolvimento sustentável” é transformado em palavra de ordem. É quando se valorizam as empresas “responsáveis” do ponto de vista ambiental em resposta às exigências do mercado internacional. Assim, a Aracruz Celulose S.A, cria uma comissão interna de meio ambiente buscando integrar suas ações, investindo em mudar a sua imagem “ambiental” diante da opinião pública. Para Borges (2001), a década de 1990 é a época da remodelagem discursiva em favor da preservação e conservação ambiental, que se deve, principalmente ao:

Crescimento em nível nacional, dos movimentos ecológicos, mas, sobretudo em virtude de demandas e exigências internacionais dos mercados e de ONGs ambientalistas internacionais, vêm procurando alterar a sua imagem de empresa fechada ao diálogo. Isto representa uma mudança estratégica empresarial, centrada apenas no controle ambiental do ponto de vista técnico. Essa mudança de estratégia empresarial, centrada apenas no controle ambiental do ponto de vista técnico (ibdi, p. 13).

Além das medidas tomadas pela Aracruz Celulose, a empresa procurou também procurar “melhorar” as relações com as populações vizinhas de seus empreendimentos além dos próprios grupos ambientalistas. Foi no início da década de 1990 que a Aracruz Celulose S.A, que possui capital inglês, recebeu a visita do príncipe Charles¹¹⁰. As manifestações propiciadas pela visita do príncipe, foram registradas por Passos (2005):

Assim, munidos de cartazes e fantasias, ambientalistas e sindicalistas receberam o príncipe no aeroporto e entregaram-lhe um documento relatando a devastação, as doenças e as mortes que ameaçavam a

¹¹⁰ Os cartazes dos manifestantes diziam: “Bem vindo ao reino da poluição!” e “The Aracruz Celulose is polluting the ES”. Os manifestantes encaminharam à imprensa da Embaixada Britânica relatos de impactos negativos gerado pelas grandes indústrias: Aracruz, CST, Cofavi e CVRD. Tal documento foi assinado por 50 sindicatos, partidos políticos e entidades ambientalistas, de acordo com o jornal A Gazeta do dia 26 de abril de 1991.

população capixaba devido à violência praticada pela Aracruz Celulose contra o meio ambiente (ibidi, p. 119).

A principal empresa produtora de celulose do estado, a Aracruz Celulose S.A, desde sua instalação deparou-se com as mais variadas formas de conflito com segmentos da sociedade capixaba. São exemplos disto a crítica aos meios utilizados na apropriação das terras, as secas das bacias hidrográficas nas regiões de plantios, até o mau cheiro que chegava à capital, Vitória, e que variava com as correntes de vento.

Nos anos de 1990, com base na Constituição de 1988, são formados os conselhos municipais e estaduais de Meio Ambiente. Foi também o momento em que, no estado, atendendo a uma tendência nacional, as ONGs se “profissionalizaram” (ASSUMPÇÃO, 1993). Foi, também, o momento em que os ambientalistas pressionaram a criação dos órgãos ambientais.

[...] Tudo era novidade, a Secretaria Estadual, demos o suporte inicial pra estruturar... A própria Secretaria do Estado que hoje é o IEMA, o próprio órgão estadual e a polícia ambiental, foram conquistas do movimento ambientalista que tava começando... Na época não existia o Ministério Público, fazíamos o papel de Ministério Público, fiscalizava e encaminhávamos denúncias (na época pra Procuradoria Geral da República)... Então a gente fazia esse papel. Nós ajudamos a polícia ambiental dar os primeiros passos. Então na época tinha um envolvimento muito grande (Informação verbal, L., 51 anos, médico, Instituto ORCA, Fórum das ONGs, setembro de 2008).

Alguns ambientalistas foram convidados a compor quadros do Estado, por possuírem certa experiência, notoriedade e o discurso competente em relação ao meio ambiente. As entrevistas relatam as passagens pelo poder público:

[...] Foi uma experiência que eu achava que ao consertar o mundo mais facilmente através do segundo setor, do que do terceiro... Doce ilusão! Fiquei 6 meses e voltei pra trabalhar no terceiro setor. Ai a partir de 90 que se começa a estruturar Secretarias, Delegacia de Meio Ambiente. O Ministério do Meio Ambiente começou também a existir... Então todo esse envolvimento nosso, foi num período que acreditamos nas coisas. Acreditávamos nas instituições, acreditávamos nos órgãos municipais e estaduais do Meio Ambiente, mas a gente não enxergava o que a gente enxerga hoje: o poder que o poder econômico tem de se mobilizar... De atropelar tudo, a gente não enxergava isso na época (ibid).

Ao contrário dos anos de 1970 e 80, a década de 1990 é o momento de declínio do ativismo ambientalista no estado. Alguns atribuem esse recuo ao assassinato de uma das principais lideranças do ambientalismo no estado, o biólogo Paulo Vinha em 1993¹¹¹. O crime figura em alguns depoimentos como algo que encerra uma fase e inicia outra:

[...] A morte do Paulo foi um marco no período que a gente acreditava que poderia fazer as coisas sozinhos... Por conta própria e tal, então a morte do Paulo, foi um susto para as pessoas que estavam envolvidas com isso, e as coisas mudaram muito pouco. A morte dele resultou em pouca coisa em termos das coisas que estavam sendo feitas erradas (ibid).

Membros do Fórum das ONGs Ambientalistas do Espírito Santo relacionam o “freio” das mobilizações à própria conjuntura histórica que exigiu a profissionalização das entidades, necessária para captar recursos, negociar com as instâncias do governo, formação de equipe técnica, as certificações burocráticas diante o Ministério da Fazenda e o cumprimento de prazos e relatórios. “Houve uma involução do movimento”, declarou um dos entrevistados ao analisar as mudanças vividas pelo ambientalismo, dos anos 1980 para a década seguinte.

3.3.4. A “SETORIZAÇÃO”

Às temáticas que ocupam cada entidade, transformam-se, com o tempo, em especialização, e são alvos de crítica dos que definem o processo como de “setorização”¹¹²:

[...] Há uma setorização muito grande das ONGs, não é nem especialização do ponto de vista técnico, é cada um cuidando do seu fundo de quintal. Há uma mudança geral, total do começo do movimento, havia essa mobilização, que tinha no final da década de

¹¹¹ Assassinado em 1993, devido à luta contra as extrações ilegais das areias nas praias de Setiba (Guarapari/ES). Este local foi transformado em um Parque Estadual, que leva o nome do biólogo. Outro entrevistado ao localizar a importância do assassinato de Vinha, reforça que os assassinos continuam livres e, acrescenta: “Sabemos quem são”.

¹¹² Ao mesmo tempo em que isso ocorre, a “setorização” é a responsável pela identidade da entidade, que ajuda a reconhecer-se e ser reconhecida pelos outros.

70, no começo dos 80... Claro que nem todas as batalhas foram vencidas... Antes todo mundo falava pela essa questão difusa, não existia a institucionalização das entidades, à medida que cada entidade foi tendo chance de olhar seu umbigo, ela ficou olhando o seu umbigo (Informação verbal, C., 52 anos, médico, AVIDEPA, FÓRUM das ONGs).

A complexidade da conjuntura de institucionalização parecia exigir especialização. A “setorização” das entidades é registrada de modo unânime nos depoimentos dos membros do FÓRUM das ONGs, como “caminho inevitável” que caracteriza o perfil profissionalizado mas, ao mesmo tempo, como um fator limitante de suas mobilizações. A “setorização” seria parte do contexto político do final do século XX.

[...] A setorização, as ONGs se especializando, algumas se profissionalizando, outras sumindo... Isso foi uma tendência nacional, aconteceu no Brasil inteiro. Há uma dificuldade grande das ONGs de sobreviverem. Tem problemas de recurso, de equipe, uma pessoa dedica muito tempo de sua vida, depois de determinado momento vai trabalhar em outro lugar, não tem tempo mais pra disponibilizar sua ONG, tem todos esses processos... Outra coisa que ocorre na década de 90 foi a absorção de muitas lideranças que eram do movimento ambientalista em órgãos públicos (Informação verbal, S., 53 anos, professor universitário, IPEMA, Fórum das ONGs).

E de acordo com um dos participantes do Fórum, a incorporação de ambientalistas aos órgãos públicos, não é avaliada de maneira positiva: “Em partes esses talentos que foram absorvidos, esvaziou de certa forma o movimento, alguns foram procurados porque tinham conhecimento de causa” (ibid.). De acordo com uma representante de entidade desse coletivo, o que mantém as ONGs ambientalistas capixabas “é a persistência na causa... porque muitos dos nossos companheiros, já desencantaram” (Informação verbal, A. B., 53 anos, professora, GANC, Fórum das ONGs). A “setorização” e o cenário político dos anos de 1990 conformam, na compreensão dos participantes do Fórum das ONGs, um claro momento de mudança.

3.3.5. OS ÓRGÃOS AMBIENTAIS

A partir da criação do Conselho Estadual do Meio Ambiente, assim como da Secretaria Estadual de Meio Ambiente, foram-se construindo outros espaços de “interação e negociação”, precedidos por comissões específicas de Meio Ambiente, outrora ligados à secretaria de Saúde. Houve nesse meio tempo, em 1979, a criação do FEMA – Fundação Estadual do Meio Ambiente, que “[...] Foi considerada pela imprensa como ‘pluralista e ecumênica’, uma vez que tiveram assento em diversas organizações da sociedade civil” (PASSOS, 2005, p.84).

A FEMA foi, em pouco tempo, transformada em Superintendência de Ecossistemas e Meio Ambiente, SEAMA. E, em âmbito nacional, fora criado o CONAMA – Conselho Nacional de Meio Ambiente – em 1986: “Nessa época, foi encaminhado ao presidente João Figueredo o projeto de Lei de Política Nacional do Meio Ambiente” (PASSOS, 2005 p.85). Em pouco tempo surgiu no Espírito Santo a Secretaria e, em seguida, o Conselho Estadual do Meio Ambiente. Um dos ambientalistas que acompanharam a consolidação destes órgãos públicos no estado percebeu que, “[...] Até a Assembléia Constituinte de 88 não tinha Secretaria Estadual de Meio Ambiente... É criada em 88, tudo dentro desse processo de mobilização” (Informação verbal, E., 55 anos, empresário, ABC, FÓRUM DAS ONG).

Desde o início do funcionamento do Conselho Estadual de Meio Ambiente, boa parte das entidades ambientalistas teve passagem pelas cadeiras do Conselho, através da chamada representação da “sociedade civil”, que, em 2001, passou a ser ocupada pela organização do Fórum das ONGs, dividindo a “representação da sociedade civil” com entidades como: CUT/ES, FAMOPES, CREA/ES, entre outros. Conforme um dos entrevistados, durante o ano que precedeu a formação do Fórum de ONGs, em 2000, houve várias discussões sobre a organização do coletivo e, no desfecho de uma delas, prevaleceu a idéia de participação restrita das ONGs ambientalistas.

O Fórum das ONGs captou bem esse espírito, porque as ONGs ambientalistas têm uma característica, você se organiza mais por setor de organização. O pessoal que tá na área marinha, conversa

junto, faz coisa junto, vai pra seminário junto, tem outro tipo de relação. O Fórum das ONGs absorveu a idéia como a questão da regionalização, porque ele trabalha na questão da representação dentro do sistema estadual do Meio Ambiente.. Essa decisão vai provocar uma política que vai procurar atrapalhar o Fórum das ONGs (Informação verbal, L., 51 anos, professor universitário, AMIP, FÓRUM das ONGs).

A relação das entidades do Fórum das ONGs Ambientalistas do Espírito Santo com o Conselho de Meio Ambiente teve dois momentos. Segundo Passos (2005), ambientalista e ex-conselheira, o CONSEMA no início de sua formação não apresentava o descrédito que se revelou posteriormente. O Conselho foi palco do debate sobre a “Política Estadual dos Recursos Hídricos”, que resultou no conselho autônomo, além de ter sido espaço para a discussão da “Política Estadual do Meio Ambiente”, a “Política Estadual de Florestas”, ampliação da Samarco e da Aracruz Celulose e a redução da poluição da CVRD.

Nos últimos anos da primeira década do século XXI, as entidades participantes do Fórum vêm de forma conflituosa e desgastante os Conselhos ligados ao Meio Ambiente. As entidades do Fórum que gozaram de assento no CONSEMA conseguiam, segundo elas, discutir “em nome do bem público”, “a favor do meio ambiente”, mesmo não sendo sempre vitoriosos nos debates, pois antes havia condições para argumentações. Alguns dos conselheiros, inclusive, se deslocavam do interior para garantir a participação como voluntários. Até determinada época, era possível resistir e argumentar nas plenárias, ainda que os “conflitos e contradições” fossem freqüentes. Na compreensão de um dos ambientalistas, antigo conselheiro e membro do Fórum, “quando o Conselho não existia em 1988, já estava na proposta da criação do conselho dificultar a participação... Era o Governo empurrando as empresas goela abaixo” (Informação verbal, C., 53 anos, médico, Avidepa, Fórum das ONGs).

3.3.6. O FÓRUM E OS CONSELHOS

A criação do Fórum de ONGs Ambientalistas do ES, no ano de 2001, tem sua origem ligada à representação nos conselhos de Meio Ambiente e Recursos Hídricos. A representação encontrava-se fragmentada, segundo informação de um dos entrevistados, transparecendo certo “descompasso” entre as entidades participantes. O Fórum seria um instrumento a auxiliar a “participação do setor, como setor... Com uma posição única, de um entendimento sobre as coisas” (ibidi). O objetivo do coletivo: “era ter uma organização que pudesse sintetizar os anseios do conjunto das ONGs e representar junto às estruturas oficiais, indicar representantes em nível oficial e discutir estratégias, traçar estratégias e prioridades” (Informação verbal, L., 52 anos, professor universitário, AMIP, Fórum das ONGs)¹¹³:

Fórum das ONGs é o representante legal, responde pela representação e não é uma entidade constituída formalmente, com uma diretoria constituída. Ele é um espaço de formulação de concentração de energia pra você desenvolver determinados projetos. E ao mesmo tempo um espaço de convocação de pauta. O que interessa o movimento ambientalista, a sociedade propor ao CONSEMA (ibid).

Segundo um ambientalista entrevistado, a coalizão resolveria os contratempos da representação nos conselhos, principalmente pela necessidade das representações nos Conselhos regionais: “de 5 anos pra cá, começamos a tentar identificar as ONGs como coletivo, como terceiro setor. Existia uma demanda para esse setor. Institucionalmente o sistema começou a prever responsabilidades ao terceiro setor” (Informação verbal, C., 53 anos, médico, AVIDEPA, FÓRUM DAS ONGs). No entanto, há outras explicações sobre a origem e o objetivo do FÓRUM que sugerem o sentido do “apoio mútuo” como uma retaguarda política e institucional das ONGs ambientalistas.

¹¹³ O interlocutor da pesquisa enfatiza que a participação do Fórum das ONGs nas estruturas do conselhos, permitiu a reformulação dos espaços de representação, além de questionar o objetivo e as prioridades dos conselhos. De acordo com o ambientalista, a falta de paridade nas votações dos conselhos, que “atropelam” as representações da sociedade civil, fez com que os ambientalistas articulassem a participação da Famopes – Federação das Associações de Moradores e Movimentos Populares do ES - e da CUT – Central Única dos Trabalhadores – solidificando a contraposição aos poderes da Findes. Já a Comissão Espírito-Santense de Folclore, na visão do participante do Fórum, contribui com a amplitude da perspectiva “ambiental” nos conselhos do estado.

O primeiro regimento do coletivo assegura que, “criado em 05 de Dezembro de 2001, com o objetivo de promover o intercâmbio de informações e experiências entre as entidades filiadas, o Fórum das ONGs visa, assim, aprimorar sua atuação e coordenar a ação de apoio mútuo para a defesa do meio ambiente no Espírito Santo” (FÓRUM...) ¹¹⁴:

Aí ficou instituído o Fórum, há muitas conseqüências disso. Nunca ninguém tinha organizado a discussão coletiva e um encontro desse nível foi bom pra nós, mas começou a ser visto como um perigo da sociedade civil estava trazendo. Se alguém quisesse cooptar alguém, ia ter que cooptar as 40 entidades. Qualificou nossa representação, deu moral e democratizou a discussão (Informação verbal, C., 53 anos, médico, Avidepa, Fórum de ONGS Ambientalistas).

3.3.7. INTERPRETAÇÕES ACERCA DO ESTADO

A apreciação que as entidades do Fórum das ONGs desenvolveram a respeito do Estado deve-se, em parte, à experiência de participação nos Conselhos de Meio Ambiente e Recursos Hídricos. O Estado, em sua configuração mais abrangente, aparece como o grande vilão de todo o processo, principalmente por ser visto como negligente diante das ações de desmatamento no território capixaba. É através dele que os desejos da iniciativa privada se concretizam, devido às somas de recursos aplicados no apoio aos candidatos a cargos do legislativo e do executivo. Para um entrevistado do Fórum das ONGs, “o Estado simplesmente incorpora o discurso da empresa, e faz daquilo uma verdade,

¹¹⁴ O coletivo é composto por 30 ONGs ambientalistas, que se comunicam freqüentemente por meio dos correios eletrônicos. Desse modo elegem suas representações nos conselhos. Quando perguntados sobre a freqüência das reuniões do Fórum, os entrevistados disseram que não ocorrem há um tempo, mas que os contatos, a troca de informações e experiências entre as ONGs acontecem de forma intensa, mesmo que virtualmente. “As reuniões são convocadas dependendo do que rola. É um Fórum permanente de discussão, tem um assunto tal, liga pra um, pra outro, pra outro... quando tem muita coisa que tem que reunir, ai junta todo mundo. A “Asambiental” foi bem mais discutida, porque demorou dois anos. Praticamente todos os ambientalistas. Tudo que a gente faz o maior problema nosso, é não deixar com que o movimento crie rachaduras, entende? Tem que ouvir fulano, tem que ouvir siclano... tem que ouvir. Liga pra Conceição da Barra, fala “fulano, o que você tá achando disso”? Aí cara fala que não tem dinheiro, que todo mundo reclama, pois as ONGs necessitam de apoio” (Informação verbal, E., 55 anos, empresário, ABC, FORUM das ONGs).

como se fosse o melhor para todo mundo” (Informação verbal, D., 56 anos, engenheiro agrônomo, ACODE, Fórum das ONGs). Um outro ambientalista declara:

[...] O inimigo maior que a sociedade tem é o próprio governo. Quando na realidade o papel dele teria que ser diferente, o governo tem que ser um misto de protetor, provedor e bem feitor da sociedade. Mas ele é o maior inimigo. Porque ele se alia ao setor produtivo, que é o setor que faz o financiamento, que possibilita que ele seja governo, que o Estado seja governo. Então é difícil, pois as ONGs não se relacionam com o Estado. A relação é litigiosa ou de omissão. Ou seja, você vai pra porrada, ou você sai fora! E o setor produtivo, as empresas, são as tutoras do estado. O Estado, a gente tá falando de um momento presente, o Estado faz o que as empresas querem. Então ao invés de desempenharem a função constitucional, eles fazem a função, mafiosa, de ficar defendendo os interesses das empresas “A relação do Estado com essas empresas é de total subserviência... Ver um prefeito conversando com o presidente da empresa, é como se este estivesse conversando com Deus” (Informação verbal, M., 52 anos, empresário, ACAPEMA, Fórum das ONGs).

As entidades ambientalistas que participam do Fórum das ONGs denunciam a inoperância por parte do Estado, frente aos abusos do poder das empresas em detrimento das prioridades do meio ambiente. “A política das empresas é: dane-se o povo, o governo não faz nada mesmo” (ibid.), eis o entendimento acerca da impotência de influir nas políticas de meio ambiente, contrastando com a época em que os ambientalistas acreditavam no Estado como importante esfera de regulação das empresas no cumprimento das exigências ambientais legais.

3.3.8. RECUO DA PARTICIPAÇÃO NOS CONSELHOS

O Fórum das ONGs ambientalistas do Espírito Santo, tem como um dos seus objetivos originais: a participação nos Conselhos Estaduais de Meio Ambiente e de Recursos Hídricos. Entretanto, durante o ano de 2007 as entidades componentes do Fórum abandonaram a participação nos conselhos, alegando a “falta de paridade”. Os ambientalistas compreendem depois de suas experiências como conselheiros, que o Estado em sua estrutura oficial, serve, nas palavras de um dos entrevistados, como “lobbysta” para as grandes

empresas¹¹⁵. Segundo os representantes do Fórum das ONGs, depois de anos de atropelo sofrido pelos representantes da “sociedade civil”, a relação atingiu a “situação limite” com a aprovação da minuta do decreto encaminhado pela FINDES – Federação das Indústrias do ES – que propõe às ONGs que: “Para participarem deverão estar cadastradas no Instituto de Meio Ambiente e Recursos Renováveis”, (BERNADES, 2007) ¹¹⁶. O decreto foi, segundo os ambientalistas, referendado pelo Governador Paulo Hartung. E na compreensão de um dos participantes do Fórum das ONGs é o modo de “não aceitarem que o setor está organizado”.

Um dos ambientalistas entrevistados esclarece a participação nos Conselhos de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, diferenciando-os dos demais conselhos de outras instâncias, como o de Saúde e de Educação. O ambientalista entrevistado defende a ausência de interesses instrumentais por parte das ONGs ambientalistas nos Conselhos, já que o meio ambiente está relacionado aos direitos difusos:

[...] Nós não temos interesses... Não vamos pedir coisas para as ONGs... Você vai impor ao empreendedor melhores condições de realizar empreendimento, só que quando você faz isso, você encarece o empreendimento... O empreendedor não quer gastar dinheiro, ele quer lucro (Informação verbal, E., 53 anos, empresário, ABC, FÓRUM das ONGs).

Nesse sentido, para os ambientalistas, suas atuações nos Conselhos geram dificuldades às empresas, em virtude de requererem o respeito às exigências da legislação ambiental. A confusão na atribuição das funções, a truculência na aprovação de licenciamentos, as irregularidades nos processos e, principalmente, a ausência de paridade nas votações são as críticas mais

¹¹⁵ Ver matéria de Flávia Bernardes: “ONGs abandonam o Consema e Conselho de Recursos Hídricos”, Século Diário, dia 28 de junho de 2007.

¹¹⁶ Os ambientalistas interpretam a tentativa de tutela por parte do Estado (exigência do registro no IEMA) como resultado das mobilizações dentro dos Conselhos. Eles argumentaram que seus cadastros obedecem aos moldes do CNEA (Cadastro das Entidades Ambientalistas), ligado ao CONAMA (Conselho Nacional de Meio Ambiente). Por isso se recusam em “acender vela para a secretaria estadual”. A minuta do decreto é uma tentativa de garantir o cadastro das ONGs ambientalistas, alterando o artigo 6º, parágrafo VII do decreto nº 1447-S, de 25 de outubro de 2005.

recorrentes dos ambientalistas: “Não podemos negar a pilantragem do processo administrativo: o desgaste é muito grande”¹¹⁷. Dessa forma, confirma outro ambientalista em relação aos conselhos:

Do jeito que está o Estado funciona como lobbyista. Tudo que tem no estado hoje é pra facilitar o licenciamento. Deputado liga pedindo isso, Secretário liga pedindo aquilo, Secretário de Meio Ambiente pressiona os funcionários do IEMA para poder licenciar rápido. A pressão política é grande, e o conselho? Quando não é chamado, nos vamos ao Ministério Público. Se não fosse a gente fazer pressão... O Schettino reuniu o conselho duas vezes no ano só. Quando na lei tá escrito que ele tem que reunir 4 vezes, duas de maneira ordinária, uma a cada bimestre, de maneira ordinária, reuniões que não podem ser demarcadas. E quantas extraordinárias precisassem (ibid).

Por isso, os representantes do Fórum criaram mecanismos de resistências ao controle por meio dos aparatos institucionais. De acordo com o entrevistado, o Estado se utiliza dos Conselhos na urgência de aprovar algum licenciamento¹¹⁸. O mesmo ambientalista descreve a estratégia desenvolvida pelos “representantes da sociedade civil”, na garantia da democratização do debate:

Quando o clima tá pesado no Consema, ela empurra pro Conrema. Aí temos que deslocar nossos esforços pro Conrema. Tem o Conselho estadual de Recursos Hídricos que não julgou nenhuma hidrelétrica... Mas a hidrelétrica passou pelo Conrema. Área regional, mas o impacto não é regional... Às vezes a gente pede... negocia direto com o empreendedor... Ou senão a gente combina: ninguém vai! Porque não dá quorum, tem que marcar outra reunião. Atrasa o empreendimento, pra ter tempo de estudar melhor. Ou faz assim: hoje quem pede visto é a CUT! Pra não ficar só a chata das ONGs ambientalistas pedindo visto, gente já criou um comportamento de bancada... Mas é muito desgastante! Pra você ter uma idéia, pra mudar uma lei 5818, César foi a 26 reuniões. Pra fazer uma ementa eu fui a 11 reuniões, imagina um Conselho que você tem 3 minutos pra falar... Pra que isso? Pra sacanear a gente (ibid).

Conformados de que a tentativa de controle por parte do Estado e das empresas, deve-se ao fato de que “somos nós que damos trabalho para as

¹¹⁷ (Informação verbal. C., 53 anos, médico, AVIDEPA, FÓRUM das ONGs).

¹¹⁸ Um dos entrevistados identifica a criação do IEMA, Instituto Estadual do Meio Ambiente, no final do governo José Ignácio, como estrutura construída para “acelerar os licenciamentos”: “É o caso do IEMA, por exemplo, criado no final do governo Zé Ignácio, à toque de caixa, por Almir Bressan... O Sistema, a política Estadual de Meio Ambiente, a política mesmo, não é discutida e os projetos estão entrando um atrás do outro!” (Informação verbal, L. 51 anos, professor universitário, AMIP, FÓRUM DAS ONGS).

empresas”, o Fórum das ONGs encontra nas suas alternativas de atuação, um modo que preze “pela prática” e pelo envolvimento menos burocratizado. Na perspectiva dos ambientalistas, participar nos Conselhos é tornar-se cúmplice dos acordos entre os interesses públicos e privados, enquanto a “Política Estadual de Meio Ambiente” não se corporifica.

3.3.9. O ACORDO ENTRE O FÓRUM E A EMPRESA DE CELULOSE

Após retirar-se dos Conselhos, o Fórum considerava que “para continuar nessa guerra, a frente de batalha devia ser outra”. Com o propósito de combater o desmatamento no estado, o Fórum decide estabelecer pactos diretos com as empresas¹¹⁹.

O primeiro acordo do Fórum das ONGs Ambientalistas do ES estabelecido com uma empresa, foi com a Aracruz Celulose S.A em 2003. Segundo o entrevistado, que acompanhou a aproximação por parte da empresa, ela demonstrou interesse no diálogo com as entidades ambientalistas alegando que as tentativas de negociação com a Rede Alerta contra o Deserto Verde haviam sido frustradas. Ao aceitarem o diálogo, o ambientalista enfatizou que primeiro buscariam informar a Rede Alerta sobre a proposta da empresa, preocupados como as repercussões do possível acordo entre o Fórum e a Aracruz nas mobilizações da Rede.

Os caras da Aracruz vieram dizer que a tentativa de diálogo com a “Rede Alerta” foram frustradas: “Estamos precisando dialogar com a sociedade organizada”. Dissemos que essa alegação que vocês fazem é o impedimento que tínhamos de superar. Não vamos abrir um

¹¹⁹ A desconsideração do Sistema Estadual de Meio ambiente e a “instrumentalização” dos espaços públicos para a autorização de licenciamentos ambientais, tem o mesmo significado de uma “falha estratégica”, de acordo com os ambientalistas: “... Infelizmente o Sistema Estadual do Meio Ambiente não está discutindo a recuperação da Mata Atlântica. A discussão da política ambiental mesmo, não está podendo ser feita. Por que ela poderia ser feita se o CONSEMA fosse um só, e não seis com os regionais. Se fizesse, por exemplo, uma reunião mensal pra discutir licença ambiental, e uma reunião quinzenal pra manter um diálogo, uma discussão sobre a política do Meio Ambiente... Então tivemos que criar um processo paralelo à discussão (Informação verbal, E., 55 anos, médico, ABC, FORUM das ONGs).

diálogo com a Aracruz pra com isso a Aracruz não precisar dar satisfação à Rede Alerta. Nós estaríamos sacaneando a mobilização da Rede Alerta. Então reunimos as entidades do Fórum e, em 2002, expusemos a situação e chegamos a essa conclusão: que antes de dar qualquer retorno à Aracruz, se abríamos qualquer diálogo com ela, nos procuraríamos a “Rede” pra expor essa situação... (Informação verbal C., 53 anos, médico ACAPEMA, Fórum das ONGs).

Ainda segundo o mesmo entrevistado, ao procurarem a Rede Alerta, por meio de um de seus representantes, foram informados de que o Fórum era livre para fazer o que entendesse por legítimo. A empresa demarcou, então, uma diferença entre os dois coletivos:

Então o que foi colocado pela Aracruz, é que como a Rede Alerta Contra o Deserto Verde trabalha muito o foco social, o sócio-ambiental, mais o foco social... A Aracruz quis abrir um diálogo para tratar uma discussão ambiental, independente das questões sociais.

A separação entre o “social” e o “ambiental” veio fundamentar a possibilidade do acordo do Fórum com a empresa, legitimando os propósitos da empresa:

Mas a questão indígena e toda repercussão sobre os índios é uma coisa, e outra coisa, por exemplo, é o Programa do Fomento Florestal tá fazendo hoje e possa contribuir (ou não), para a recuperação da Mata Atlântica é uma coisa que pode ser discutida em paralelo... Claro que você tem que ter essas coisas em mente, mas se você ficar travado na questão indígena e não evoluir com ações pró-conservação da Mata Atlântica, por exemplo, e não evoluir nas críticas aos programas que não tem a ver com a questão indígena.... Diz respeito a Aracruz nas áreas que a Aracruz ocupa nos seus plantios próprios, mas a Aracruz interfere com a questão ambiental e social no ES difusamente pelo estado todo, ao distribuir eucalipto pelo estado todo dentro do programa de fomento florestal.

O entrevistado expõe a necessidade de tratar as duas questões separadamente, já que elas encontram fundamentos e atuações em espaços distintos. Ao fragmentar os entendimentos “sociais” e “ambientais” nas ocupações territoriais do monocultivo, o representante do Fórum das ONGs exprime o cuidado com o que em seu entendimento, delimita os fundamentos dos campos de atuação. Um destinado à problemática “social” e o outro à “ambiental”.

Qual seria uma forma de não misturar as duas discussões? Se nós discutíssemos com Aracruz fomento florestal e não plantios próprios e ocupação terra indígena, estaríamos abrindo um outro diálogo para a questão abrangente difusa no estado todo sem prejuízo de toda

discussão que estiver sendo feita nos plantios próprios e na interferência sobre a sociedade ali naquele lugar (ibid).

A “conversa” do Fórum das ONGs com a Aracruz Celulose, inicia-se, de acordo com o mesmo entrevistado, de modo que o coletivo de entidades resguarda sua autonomia enquanto “entidades ambientalistas”. A empresa não teria tido chance de impor prioridades e projetos e, por isso, o coletivo de ambientalistas identificou o programa de fomento florestal, como o principal foco de atuação que carecia urgentemente de intervenção, principalmente no que tange às Áreas de Preservação Permanente (APP) e Reserva Legal:

[...] Isso vai interferir difusamente no estado, se tiver problemas e quanto mais cedo a gente corrigir, melhor para o ES. A área que vocês estão fazendo plantio próprio, a área da fábrica os problemas estão focados e concentrados ali... Então é muito mais fácil com pequenas mudanças no Fomento Florestal ter pequenos resultados ambientais, do que querer falar: 'eu quero que você reduza 0,2 de tal tipo de poluente'... Mas isso também foi uma estratégia que a gente adotou, para justamente a gente não se meter, inicialmente, com as coisas que dissesse respeito à Rede Alerta Contra o Deserto Verde. Claro que a Rede Alerta, o fomento tem haver, mas pelo que a gente houver falar é muito mais crítica sócio-ambiental do ponto de vista da ocupação de terras indígenas, de plantio concentrado, de expansão da fábrica coisa e tal. Então nossa relação com a Rede Alerta, parou por aí.

O acordo do Fórum das ONGs ambientalistas do Espírito Santo com a Aracruz Celulose realizado em 2003 é justificado como reflexo da ausência do poder público na atribuição de suas funções. A política de reflorestamento, discutida entre as ONGs e as empresas, deverá ser implantada com recursos, vontade política e capacidade técnica tanto da empresa, quanto das entidades ambientalistas envolvidas. Seria o resultado da negligência do Estado em suas funções, da ausência de atribuição de responsabilidade e da ineficiência dos órgãos públicos do Meio Ambiente em suas medidas fiscalizadoras e punitivas de práticas poluidoras:

O que nós queremos? Nós queremos usar o potencial técnico científico industrial instalado nessas empresas, com a capacidade da obrigação da lei. Por que elas próprias já tomaram isso como condicionante, portanto, elas têm que ter provisão de gasto, de recurso no orçamento, de recursos financeiros, nos orçamentos dessas empresas, o quanto elas não fazem por que na sociedade não

há uma representação técnica científica, dos interesses sociais, então a geração de muda da Aracruz... O que ela faz? Ela distribui... De repente o gerente dá pro amigo não sei das quantas, mas não obedece a uma política de reflorestamento dentro do que seria interessante para recompor a cobertura vegetal, obedecendo a critérios técnicos científico e políticos associados à geração de madeira a recuperação de ecossistemas deteriorados... (Informação verbal, L., 52 anos, professor universitário, AMIP, Fórum das ONGs).

A parceria do Fórum das ONGs com a Aracruz Celulose S.A. incide sobre as áreas destinadas ao fomento florestal. O Programa Fomento Florestal, implantado em 1990, assim como outros projetos que apresentam objetivos próximos, aglutinam diferentes formas de atuação pelo reflorestamento¹²⁰, que sofrerão críticas dos ambientalistas, que apostam no sucesso do acordo com a Aracruz Celulose no que se refere à falta de recursos, de capacidade técnica, ausência de vontade política, de seriedade e motivação: “A gente percebia em tudo isso, que o principal problema era a falta de integração política” (Informação verbal, E., 55 anos, empresário, ABC, Fórum das ONG).

O acordo entre o Fórum das ONGs e a Aracruz Celulose contempla a distribuição e o plantio das mudas de essências nativas nas propriedades fomentadas, como atribuição dos ambientalistas: “Antes a Aracruz tinha medo de fazer isso e não conseguir adesão para fazer o fomento” (ibdi.).

A falta de fiscalização e de exigência rigorosa em relação às políticas ambientais, assim como a dificuldade de negociação nos espaços dos Conselhos justificaram a atuação das entidades ambientalistas do Fórum das ONGs na negociação com a iniciativa privada. O Fórum ampliou o diálogo com

¹²⁰ “O Programa Produtor Florestal, da Aracruz Celulose, foi sempre criticado por arrendar terras de pequenos agricultores, tirando a independência do pequeno agricultor, que é praticamente obrigado a parar de produzir alimentos devido ao intenso uso de agrotóxico em sua propriedade e por ter que vender o eucalipto exclusivamente à transnacional” (BERNARDES, 2007). Nessa mesma matéria do Jornal Século Diário, a entidade participante do FÓRUM das ONGs, ACAPEMA, denuncia a falta de informação sobre o pacto e questiona a aliança de ambientalistas com empresas poluidoras.

a Aracruz em relação ao fomento, incorporando outras empresas de grande porte no estado e criando o “Pacto pela Revitalização da Mata Atlântica”.

Passou a ter como participantes desse diálogo a Samarco, a CST, o Ministério Público Estadual, a Cesan. Então estamos, ampliando a quantidade de personagem e isso resultou que nos redigíssemos um documento inicialmente, só com a Aracruz, assumindo a necessidade de rever os conceitos e a prática em relação ao fomento florestal e assumindo a necessidade de rever as estratégias de conservação da Mata Atlântica (ibdi).

O Fórum das ONGs cria, então, a Asambiental, uma entidade formada por vários representantes de ONGs ambientalistas. Como “braço executivo do Fórum para a captação de recursos”, ela tem como seu primeiro projeto o “Pacto Revitalização da Mata Atlântica”, já que o desmatamento é um dos principais problemas do ponto de vista dos ambientalistas. A Asambiental, de certa forma, substitui a frente de atuação que seria a dos órgãos ambientais: “(...) Todo o controle é da sociedade civil. Quem decide e quem gere é a sociedade civil” (ibdi).

Já o termo Meio Ambiente, é associado ao conceito de “interesse difuso” superando a tão falada “setorização” numa ação conjunta contra o desmatamento, em que “todos participassem, e que beneficiasse todo mundo num sentido mais difuso, porque recuperar a Mata Atlântica, ao mesmo tempo em que recupera o espaço do falcão, recupera a água, recupera tudo... A floresta está ligada diretamente a todos os nichos...” (ibid.).



Reunião da Asambiental. Fonte: César Musso

O “Pacto”, todavia, não é percebido da mesma forma por todas as entidades componentes do Fórum das ONGs Ambientalistas do ES, e nem todas as entidades que compõe o Fórum farão parte da Asambiental. Outros ambientalistas, que participam do Fórum, percebem o acordo das empresas como algo que dá margem a questionamentos sobre a relação do ambientalismo e a iniciativa privada.

O próprio entrevistado indica, ainda, as proximidades dos “ambientalistas” com o setor produtivo: “A geração ambientalista hoje e a que trabalha pro setor produtivo, é a mesma. O que eu fico meio assim preocupado... é que todo mundo quer formar em biologia hoje em dia pra trabalhar pra empresa”. Segundo ele as atuações e os interesses das empresas e das ONGs ambientalistas dificilmente podem ser comuns. Na compreensão do entrevistado, as empresas “trabalham buscando o lucro pra lá, e nós pra cá, tentando fazer com que se adeqüe ambientalmente e socialmente”:

Onde houver capital e trabalho, tem litígio! Onde houver indústria, tem litígio! Indústria e meio ambiente, então, essa relação sempre foi conflituosa, isso é uma coisa natural... Então, você não consegue

conceber que a galinha se dê bem com o lobo dentro do galinheiro. Alguém vai ser comido ali, e fatalmente, vai ser a galinha. Não tem outro jeito. Eu não sou exemplo, porque tenho um pensamento mais radical: Gato é gato, cachorro é cachorro e papagaio é papagaio! (ibid).

Não somente no que diz respeito ao “Pacto”, as entidades que compõe o Fórum das ONGs ambientalistas do Espírito Santo, apresentam divergências em relação alguns aspectos relacionados ao Estado e os interesses da iniciativa privada em relação a Política Estadual do Meio Ambiente. Isto demonstra a diversidade que constitui este coletivo, como acontece com a Rede Alerta, mesmo o Fórum das ONGs sendo composto apenas por ONGs ambientalistas.

IV ENCONTROS E DESENCONTROS NO CAMPO DO “NÃO-GOVERNAMENTAL”.

Neste capítulo, apresentaremos algumas das proximidades e distanciamentos entre as duas entidades associativas não-governamentais aqui estudadas. Como afirmamos anteriormente, a ocupação de parte do território do Espírito Santo pelos monocultivos de eucalipto, ao longo de um processo histórico, foi apropriada por dois conjuntos a partir de diferentes entendimentos sobre o “meio ambiente”. Descreveremos os padrões organizacionais dos dois grupos e suas relações externas em diferentes escalas (local, nacional e internacional). Identificados alguns dos termos que marcam o distanciamento entre as entidades, apontaremos como podem ser visualizadas também semelhanças entre elas, evidenciando, por fim, os diferentes significados que a noção de “meio ambiente” expressa nos discursos e práticas dos dois distintos coletivos.

4.1 OS CAMINHOS DAS ENTIDADES E SEUS AGRUPAMENTOS.

O processo judicial movido por André Ruschi em 1989, através da entidade ACAPEMA, transformou-se em Ação Cível Pública contra a Aracruz Celulose S.A, o IBAMA e o Governo do Estado¹²¹. Na compreensão de Ruschi, os principais problemas ambientais resultavam da ausência de um arcabouço legal que permitisse enquadrar as empresas poluidoras: “Meu pai morreu em 86 nunca conseguiu processar uma grande empresa, porque não existiam leis” (Informação verbal, A., 54 anos, ecólogo, Acapema, Fórum das ONGs).

¹²¹ A empresa foi acusada de expandir os plantios de eucalipto sem o planejamento de “demanda social”. Segundo conta André Ruschi, os “pacotes de eucaliptos” estavam sendo usados, da mesma forma que se “utiliza remédio para dor de cabeça”. As denúncias de irregularidades da empresa, encaminhadas à Procuradoria Geral da República foram as seguintes: “1. Utilização de áreas de preservação permanente (APPs) para cultivo do eucalipto; 2. Plantio inadequado e por processo impactante de espécies exóticas em áreas tombadas; 3. Falta de EIA/RIMA; 4. Falta de fiscalização dos projetos do APPs; 5. Produção insuficiente de madeiras para atender às demandas do estado; 6. Não produção de essências nativas e a utilização apenas de eucalipto; 7. Propaganda enganosa; 8. Ausência de educação ambiental específica” (FERREIRA, 2002, p.111).

O referido processo judicial ficou conhecido como o primeiro embate entre uma empresa multinacional e uma entidade ambientalista capixaba. Segundo Andrade (2001), a ação indicava que a empresa e as institucionalidades públicas citadas, eram responsáveis por “induzirem a criação de um deserto verde e descumprirem dispositivos constitucionais – entre eles, a não realização de EIA/RIMA - pelos Programas de Fomento e Extensão Florestal” (2001, p.09).

O Governador José Ignácio¹²² (PSDB), cumprindo seu programa de campanha, em 1999 encaminha decreto de expansão das áreas de eucalipto em até 50%. O decreto do Governador buscou compensar a mitigação dos impactos da duplicação da fábrica da Aracruz Celulose S.A, em 1988, que resultou na proibição pela Seama de expansão dos plantios em terras próprias da empresa, acatando as indicações compensatórias descritas no relatório da consultora Jakko Poyri no ano 1986¹²³ (ANDRADE, 2001).

Com isso, em 1988, a empresa adquiriu 48.000 ha de terras no Sul da Bahia e foi isso também o que a levou a implantar em 1990 o programa “Fomento Florestal”, quando passaria a arrendar terras de pequenos e médios proprietários mineiros e capixabas. Conforme Andrade (2001), no ano em que o processo judicial foi transformado em ACP o referido programa teve suas licenças de operação embargadas mais uma vez pela Seama. Esta segunda proibição resultou tempos depois no compromisso entre a Aracruz Celulose e a Seama e, posteriormente, na suspensão da liminar que proibiu a execução do Fomento Florestal.

¹²² Administração marcada por envolvimento com o crime organizado e casos de corrupção.

¹²³ “Quando a Aracruz recebeu a licença pra ampliar, tinha uma condicionante de 88, que ela não podia plantar áreas novas no Espírito Santo e só poderia adquirir áreas que já estivessem plantadas e que fossem de pessoas jurídicas, de empresa. Então ela ficou sem plantar de 88 até 2000. Fez o fomento... O fomento normalmente é assim: 20 hectares, 30 hectares. Aquela lei Nasser foi inclusive por causa disso” (Informação verbal. Tião, 54 anos, advogado, REDE ALERTA).

O “ganho de causa” da ACP deu origem a um inquérito civil que avaliou o comportamento da empresa, desde “a questão indígena, até a poluição marinha. E fez com que o Ministério Público Federal, mediasse um acordo entre a Aracruz Celulose, o IBAMA e o Governo do Estado” (Informação verbal. A., 53 anos, Acapema, Fórum das ONGs). Como resultado de todo o processo, foi firmado no final do ano de 1998, o “Termo de Ajustamento de Conduta”.

No contexto do “Plano de Melhorias Ambientais”, resultado da ACP e do Termo do Ajustamento de Conduta supervisionado pelo Ministério Público, a empresa buscou a certificação dos plantios baianos, em 1999, através da certificadora FSC¹²⁴. É o momento em que entidades baianas e capixabas envolvidas de algum modo com a questão dos monocultivos de eucalipto, articulam informações, documentos e provas que questionam a “sustentabilidade” dos plantios da Aracruz Celulose S.A, e tentam impedir o processo de certificação. É preparado um “dossiê”, enviado a ONGs internacionais envolvidas com temáticas sócio-ambientais. Foi então criado o “Movimento Contra o Deserto Verde”, como resultado da vitória da mobilização das entidades questionadoras do monocultivo do eucalipto, ante a tentativa de certificação dos plantios da Aracruz Celulose.

Apesar da assertiva da Aracruz Celulose que afirmou ter abandonado o processo de certificação pelo fato de que fatores políticos teriam se sobreposto às questões técnicas e científicas, para o Movimento Alerta, a empresa amargou grande derrota, ficando sem o desejado “Selo Verde”.

¹²⁴ Formada por um grupo de ONG ambientalistas internacionais, dentre elas a WWF – Word Wild Fund - em conjunto com empresas florestais internacionais, que visam promover o manejo florestal sustentável através das atividades de certificações florestais (ANDRADE, 2001). Segundo os informantes da pesquisa, o FSC na época descrita, levava em consideração em suas certificações os manejos comunitários de plantas nativas.

A distinção entre ter “perdido o selo” e a “escolha” pela retirada do processo de certificação, é ilustrada através de uma situação contada por um dos participantes da Rede. Segundo o entrevistado, na ocasião de uma Audiência Pública – realizada na presença de funcionários da empresa – onde se discutia o EIA/RIMA da “Fábrica C”, a Seama havia sido provocada por ele pelo fato de aprovar condicionantes da mesma empresa que teve as operações negadas pelo selo da FSC. A resposta partiu do gerente de sustentabilidade da empresa, Carlos Roxo, afirmando que não haviam perdido e sim desistido da certificação: “Lembro-me de ter respondido: Se a Aracruz não perdeu, então deixou de ganhar!” (Informação verbal, M., 40 anos, Fase, Rede Alerta).

A realização do seminário nacional do Movimento Alerta Contra o Deserto Verde na UFES (2001) reuniu centenas de entidades e pessoas e, contou inclusive, com a participação de alguns dos ambientalistas, que no ano seguinte, formariam o Fórum das ONGs Ambientalistas do Espírito Santo. André Ruschi na ocasião, contribuiu com o seminário e foi debatedor de uma das mesas redondas do evento.

Havia nesse período, antes da “polarização dos grupos”, uma reunião de esforços de entidades e pessoas em função das preocupações geradas pela organização do espaço pelos monocultivos de eucalipto. Ao narrar umas das primeiras reuniões do “Movimento Alerta” e a diversidade das entidades presentes, uma das militantes da Rede descreve a participação de entidades que hoje formam o Fórum nas reuniões: “As entidades ambientalistas do Espírito Santo foram chamadas. Depois que entenderam o espírito político da Rede não conseguiram continuar... (Informação verbal, M. 48 anos, geógrafa, AGB, Rede Alerta)¹²⁵ .

¹²⁵ Um dos entrevistados do Fórum das ONGs apresentou dúvidas em relação às ações da Rede Alerta: “Para as pretensas atividades que eles têm, não tem atuação eficaz. Eles simplesmente tomam dinheiro dos outros. Atuação eficaz é você ter vários fóruns de atuação... Eles são muito presentes no jornal do Rogério Medeiros, eles têm uma relação muito grande de manipulação com a população indígena, através da FASE. A FASE é outra coisa “way of life South America”... A coisa deles é um pouco inútil. Tudo ali é ruim? Não! Não é ruim... Essa

Por parte das entidades do Fórum das ONGs, as divergências expressam a distinção que fazem entre o “ambiental” e o “social”¹²⁶, razão da polarização entre as duas coalizões de entidades ¹²⁷:

Nem todas as entidades ambientalistas fazem parte da Rede Alerta Contra o Deserto Verde. A Rede Alerta tem ali uma diversidade de pessoas participando, mas algumas entidades ambientalistas participam eventualmente, alguns ambientalistas, mas existe uma coisa que estamos mobilizando agora que se chama Fórum das ONGs. Então, o Fórum das ONGs é um âmbito, e a Rede Alerta Contra o Deserto Verde é outro círculo, é uma Rede mas tem foco próprio, e não é uma coisa difusa pro Espírito Santo como um todo, o Deserto Verde é um tema que deve ser discutido...(Informação verbal, C., 53 anos, médico, Avidepa, Fórum das ONGs).

Na versão de um ambientalista que participou por um momento do Fórum das ONGs e que, atualmente, é um dos componentes da Rede Alerta, os acordos dos ambientalistas com as empresas poluidoras são a razão principal das divergências entre as entidades, em particular o acordo com a Aracruz Celulose, devido aos “passivos ambientais” que a empresa acumula. O entrevistado chama atenção não apenas aos impactos dos plantios nos modos de vida das

oxigenação entre o novo e velho mundo, tá acontecendo através deles. O rei da Suécia vendeu parte da ações da Aracruz por pressão popular. Povo que não aceitava que ele através de seu governo tivesse relação dentro de uma empresa que não respeitava o meio ambiente e que não respeitava a população nativa; então o rei da Suécia vendeu no ano passado, percentual do controle acionário” (Informação verbal, M., 52 anos, empresário, Acapema, Fórum das ONGs).

¹²⁶ A comparação entre o “social” e o “ambiental”, está presente em diversos depoimentos dos ambientalistas: “Eu acho que a principal questão do “Deserto Verde”, é uma questão muito social, né? Essas áreas de eucaliptais elas não são habitadas por praticamente ninguém... Porque quem faz todo o trabalho são empreiteiras contratadas, para fazer a manutenção. Então, primeiro é um deserto de gente! Isso é a primeira verdade” (Informação verbal, 53 anos, professor universitário, IPEMA, Fórum das ONGs).

¹²⁷ No regimento de fundação do Fórum das ONGs, são apresentadas os problemas ambientais do estado: Desmatamento, Exploração de madeiras nativas, Fragmentação de habitat, Falta de Implementação de Unidades de Conservação, Projetos Agropecuários não-sustentáveis, Ampliação de pastagens, Ampliação de plantação de florestas exóticas, Licenciamentos ambientais inconsistentes. As soluções para tais problemas, são os seguintes: O pleno funcionamento do Sistema Estadual de Meio Ambiente, Implementação do Programa Corredor Central da Mata Atlântica, Implementação do SISEUC – Sistema Estadual de Unidade de Conservação -, Implementação das Unidades de Conservação existentes, Definição de áreas prioritárias para a criação de novas unidades de Conservação, Definição de um Sistema de Unidades de Conservação Marinhas, Implementação de um Programa de Recuperação de Áreas de Preservação Permanente e Áreas de Reserva Legal, pleno Funcionamento do Sistema Estadual do Meio Ambiente.

populações, mas ao modo como as relações com os grupos locais foram conduzidas:

Sem contar o que eles fizeram com os índios, e com os negros... Com os índios lá de Aracruz, e até hoje, fizeram um cartaz: 'Aracruz trouxe o progresso; a FUNAI os índios'... Uma empresa que fala um negócio desses?... Ainda bem que não estou no Fórum das ONGs, eu ia xingar todo mundo e a mãe de todo mundo as gerações deles todas... Sentar pra fazer um acordo com essa empresa: não! Acordo com fomento, não! Não tem como fazer acordo não! (T., 52 anos, advogado, Rede Alerta).

Algumas movimentações conjuntas foram realizadas até o estabelecimento posterior da polarização. A entidade Acapema é lembrada por alguns dos componentes da Rede Alerta por sua participação no início das mobilizações, como também outros ambientalistas participantes de outras entidades. A ONG APTA, que hoje participa da Rede, chegou em certo momento a participar dos dois coletivos e, de acordo com o coordenador da entidade, houveram reformulações nos quadros internos da entidade, resultando nas mudanças das antigas formas de abordagem. Já o SINTICEL, histórico participante das mobilizações da Rede Alerta, deixou de fazer parte desta coalizão quando mudou a diretoria do sindicato. De acordo com conversa informal com um ex-sindicalista, a nova chapa tomou a frente da entidade após discutível manobra eleitoral em 2004¹²⁸.

A mudança do pessoal que compõe as entidades ou as transformações nas avaliações de processos políticos aparecem como motivos de recuo ou adesão e mudança em posicionamentos políticos. Os processos de aproximação e afastamento de grupos, nesse contexto, lembram o que Moacir Palmeira (2000) identifica como formação de "facções" e seus rachas¹²⁹. No momento das rupturas dos grupos, percebe-se a formação de outros espaços de sociabilidade marcados por certas afinidades, além do importante papel de fazer-se reconhecer "pelos de fora". Este processo é circunscrito em determinada

¹²⁸ Durante a ocupação do Portocel, em dezembro de 2006, foi registrado enfrentamento direto entre os manifestantes da Rede, indígenas e os trabalhadores da Aracruz Celulose S.A.

¹²⁹ Guardando as devidas diferenças, dado que o autor analisa eleições municipais, estruturadas principalmente no "tempo da política" eleitoral.

temporalidade política, em que disputa-se a legitimidade do grupo, negando a do outro. Em menores escalas, pode-se compreender “facções” internas aos dois coletivos, por disputarem espaço em algumas arenas que se expressam em manifestos contra algum grupo político, cartas de apoios a outros, momentos de definições de posições, parcerias externas, entre outras.

Segundo um dos membros do Fórum das ONGs, os esforços da empresa no atendimento às exigências do TAC, resultado da ACP, fizeram com que a empresa fosse a única parte do acordo que honrou seus compromissos, com estudos e levantamentos sobre suas plantações. Foi o chamado “Plano de Melhorias” que, dentre algumas ações, era composto pelo “Estudo de Monitoramento de Microbacias”. Para ele, o acordo pressionou a empresa na criação desta importante pesquisa:

Estudo clássico de hidrologia e hidrografia identificou falhas nos processos deles... Revelar com dados o que a gente falava... começaram a corrigir algumas coisas. No terceiro ano, tudo que tinham investido, foi pago... No quarto ano tudo que ela gastou na briga jurídica com a gente, eles estavam com lucro... Já tinha idéia de tudo que seria necessário, eles já tinham a maior parte das coisas prontas, tava dando lucro. No penúltimo ano da ação civil, eles estavam com lucro... 1993 até 1999 investiram 50 milhões de dólares em Universidades, fazendo pesquisa... Então eles tiram a tudo que dava pra tirar que era indesejável ecologicamente, através de fomento à pesquisa. Geraram um desenvolvimento tecnológico da silvicultura no país, uma parte é know how deles, a outra parte é know how científico nacional. É o cientista brasileiro que sabe, fazendo o plantio do eucalipto não ser mais aquele bicho de sete cabeças que era (Informação verbal, A., 54 anos, ecólogo, Acapema, Fórum das ONGS).

Estas ações teriam sido responsáveis pela relativa mudança nas posturas de certas entidades ambientalistas em relação à empresa. As tecnologias desenvolvidas através dos estudos possibilitaram, segundo o entrevistado, melhorias e diminuições dos impactos, ganhos computados como vitórias por certos grupos ambientalistas. As plantações de eucalipto passam a ser “bem vindas”, se comparadas às áreas de pastos¹³⁰. As tecnologias desenvolvidas

¹³⁰ “Botar eucalipto planejado nessas novas técnicas de hoje, é 30 a 40 vezes melhor do que ter o pasto. Tanto ecologicamente, como economicamente. Preserva o lençol freático, preserva a

superaram, segundo o entrevistado, os perversos impactos nos solos e no lençol freático; a fauna consegue mobilidade através de corredores permanentes que não são cortados, além da preservação da APP e da reserva legal, que garantem a regeneração das florestas nativas.

Com clones que facilitam, por exemplo, tem variedade de eucalipto que solta uma substância que mata tudo que têm embaixo, e não deixa nada germinar, chama alelopatia... A maior parte já não tem mais isso já foi eliminado... Esses eucaliptos não tem mais a capacidade de produzir essas substância... E a idéia de que a concentração da terra, em termos de propriedade de grandes áreas, é indesejável socialmente... Principalmente em Estado que tem grande concentração de gente em certas áreas, o estado pequeno, propriedades rurais pequenas. Aí vem alguém e começa a comprar grandes áreas, isso é um impacto insuperável pra diversas gerações, para uma região... (ibid).

Os “ganhos ambientais”, tanto por parte da empresa, quanto da melhoria dos impactos sobre o ecossistema da Mata Atlântica, estão associados, como vimos, às tecnológicas desenvolvidas. As alterações nas relações com o ecossistema possibilitaram “melhorias ambientais” pela via do acordo e do diálogo com a empresa. A estratégia dos ambientalistas enfatiza, assim, o tempo a ser poupado de desmatamento e degradação das bacias hidrográficas.

Os acordos consubstanciados pelas ações de “melhoria ambiental”, inscritas nos planos de mitigação de impactos e de determinações legais transformam em benefícios para a empresa algo que antes era considerado como “penalização”. Segundo o biólogo, autor da referida ACP, houve uma profunda mudança na relação da empresa com os recursos naturais por ela utilizados.

Existe uma transformação dessa empresa, Aracruz, com essa monocultura eucalipto do início dos anos 60 pro final dos anos 90, e eu sou grande responsável por essa transformação. Não obtive nenhuma ajuda para fazer isso do movimento que se intitula “Alerta contra o Deserto Verde”. Nunca colaboraram nesse sentido. Não sabem o que estão fazendo, falando, o termo Deserto Verde, não é adequado, eles usam impropriamente. Segundo: eles não oferecem nenhum projeto alternativo, nada! (ibid).

biodiversidade, tem corredores, vegetação, você não colhe tudo de uma vez, você faz mosaicos, não mantém o solo permanentemente exposto” (ibid).

A redução das contaminações das bacias hidrográficas se deve, conforme o mesmo informante, aos estudos de “Monitoramento Ambiental das Microbacias”, inseridos no “Plano de Melhorias Ambientais”. Os riscos causados pelas substâncias alelopáticas, que inibem a reprodução de microorganismos existentes no solo e impossibilitam a fertilidade do mesmo, foram extinguidos, através dos esforços de clonagem das mudas utilizadas nos plantios da empresa.

As alterações técnicas nos plantios não interromperam, porém, as críticas dos grupos locais que convivem desde a década de 1960 com a ocupação territorial pelo monocultivo: os quilombolas demonstram que não conseguem capinar a roça de mandioca e, quando o fazem, a seca não permite que os plantios vinguem, levando os grupos a perder autonomia na produção de alimentos. Segundo camponeses, as novidades introduzidas pela empresa criam problemas para eles, como o “gel” utilizado nas mudas que garante o crescimento do eucalipto mesmo durante meses de seca.

Pra descascar o eucalipto, era mão-de-obra humana a partir do facão. Só que hoje é feito tudo com máquina. Hoje, inclusive, a Aracruz não ara mais a terra. Ela pega as áreas de terra, joga veneno, muito veneno, mata aquela vegetação que tem ali, e passa o sugador e planta as mudas de eucalipto. Hoje, inclusive, podemos dizer que hoje se usa muito mais veneno do que no passado, porque a capina é feita com o veneno. Além de todos os produtos químicos que usa, por exemplo, aquele gel que usa na muda do eucalipto, isso afeta muito o solo. Tanto que não tem vida, não encontra animal nenhum. No período agora da colheita, que na época gerava muito emprego, acabou a categoria de motosserrista, por exemplo, acabou no ES, foi dizimada, literalmente (A. 52 anos, assentado, MST, Rede Alerta).

Para estes grupos, os alcances das tecnologias nos plantios de eucalipto garantem ganhos de produtividade à empresa, mas não ocasionam propriamente melhorias ao meio ambiente. A concentração de terras provoca modificações nos modos de vida das pessoas que convivem com os plantios.

A cisão entre a Rede Alerta e o Fórum das ONGs inicia-se em 2002, por ocasião dos trabalhos da “CPI Aracruz”. A formação do Fórum das ONGs, no ano anterior, veio preparando o processo de diferenciação.



Núcleo de difusão das espécies nativas da Mata Atlântica – Asambiental (Vila Velha/ES)
Fonte: César Musso

A oficialização do acordo entre o Fórum das ONGs Ambientalistas e a Aracruz Celulose em 2003 levou dois anos mais tarde, à criação da Asambiental e ao programa de distribuição de mudas nativas nos municípios envolvidos no fomento florestal¹³¹. O primeiro viveiro foi construído em um município da

¹³¹ O texto que homologou o “Pacto pela Revitalização dos Remanescentes da Mata Atlântica”, esclarece o objetivo do acordo: “Cessada a fase mais violenta do desmatamento, no entanto, advieram as conseqüências representadas pela erosão do solo e conseqüente assoreamento dos rios, além da alteração do regime dos recursos hídricos. A sociedade, então, se apercebe da destruição causada e da necessidade de conter o avanço da supressão dos remanescentes da Mata Atlântica e de buscar meios de reparar os males cometidos” (ibdi, p.01). Em seguida o texto esclarece que as ações nas áreas degradadas e a conservação de remanescentes naturais da Mata Atlântica dependeriam, igualmente, da gestão e produção de mudas de essências nativas. A “integração social”, entre os setores organizados e as comunidades envolvidas; “Acompanhamento dos remanescentes”; “Localização estratégica regional” dos núcleos de mudas, ligados à logística necessária de distribuição; “Atendimento aos diversos ecossistemas do bioma Mata Atlântica”, manutenção da diversidade da fauna, na devolução de recursos

Grande Vitória, Vila Velha, e lá, dividiu espaço com a sede da Avidepa e da Asambiental. A partir de 2002, as ações, atividades, reuniões e programas da Rede Alerta desenvolveram-se independentemente daquelas do Fórum das ONGs Ambientalistas.

4.2. OS COLETIVOS E O “FOMENTO FLORESTAL”

No “Relatório de Sustentabilidade 2005”, a Aracruz Celulose menciona o diálogo com o Fórum das ONGs Ambientalistas: “Acreditamos que as ONGs representam um importante agente de que a sociedade dispõe para aprimorar suas relações com as empresas,” ao buscar “discutir e melhor compreender os pontos de vista” das partes interessadas.

As exigências previstas no Código Florestal de 1965, mantidas até hoje, contemplando as APP`s – Áreas de Preservação Permanente e Reserva Legal -, são o principal foco da aliança entre a empresa e o coletivos de ONGs ambientalistas. Conforme depoimentos dos participantes do Fórum, a inoperância dos órgãos ambientais competentes e a utilização de áreas indevidas para plantio do eucalipto, são grandes responsáveis pela desconsideração da lei: “O IDAF licencia, mas não obriga a existência das reservas legais, não conseguimos pelo Conselho que isso fosse obrigação da empresa” (Informação verbal, S. 53 anos, professor universitário, IPEMA, FÓRUM das ONGs). A interpretação dos componentes do Fórum em relação às negligências por parte do Estado para com a legislação ambiental em áreas fomentadas, pode ser compreendida como resultado da experiência das entidades nos Conselhos.

A obrigação de manutenção das áreas de Reserva Legal e APP`s nas áreas fomentadas seria de responsabilidade do produtor. No entanto, a empresa tem

naturais e culturais às comunidades; “Estímulo à conservação de Reservas Legais e de APP`s”; são prioridades comuns entre as partes envolvidas.

assumido esta “tarefa” devido às pressões públicas, e o interesse nas certificações ambientais que a qualificam como uma empresa “sustentável”: “A vantagem para ela é a imagem”, segundo entrevistado pertencente ao Fórum. O acordo entre o Fórum e a empresa pressupõe a estratégia empresarial de buscar uma imagem positiva que cumpre com as obrigações legais, já que as áreas fomentadas desde 1990, não eram devidamente fiscalizadas. “Como já fomentaram durante dez anos, agora eles resolveram fazer isso, porque as conseqüências estão se voltando contra eles” (Informação verbal, E., 55 anos empresário, ABC, Fórum das ONGs).

Os membros do Fórum das ONGs avaliam que se a legislação obriga à preservação, se existem os passivos e os condicionantes e se a empresa possui recursos disponíveis, os projetos de preservação devem ser realizados. O acordo constituiria uma brecha para o coletivo de ONGs ambientalistas executarem ações “em favor da preservação da Mata Atlântica”¹³². O Fórum das ONGs seriam os representantes da “sociedade civil organizada” na efetivação das obrigações com o meio ambiente que a empresa promete assumir: “Todo mundo da nossa geração aprendeu que existem leis, mas que não são respeitadas” (Informação verbal, C., 53 anos, médico, Avidepa, Fórum das ONGs)¹³³.

O termo “planejamento da propriedade rural” - utilizado pela empresa e por algumas das entidades - é um dos que norteiam o programa de diversificação

¹³² Um dos ambientalistas reflete sobre as possíveis relações entre as ONGs e a iniciativa privada, exemplificando o “Pacto pela preservação da Mata Atlântica”. Segundo ele, seria fundamental: “Ficamos atentos pra ver até onde você tá sendo financiado e ter a coragem de colocar o dedo na ferida... O objetivo é recuperar a Mata Atlântica, se conseguir o objetivo, tá valendo!” (L., 52 anos, médico, Instituto Orca, Fórum das ONGs).

¹³³ O Código exige para a região Sudeste, o mínimo de 20 % de “Reserva Legal”, para qualquer propriedade rural, além das Áreas de Proteção Permanente (APP's) que compõe: cursos d'água, topos de morro, ao redor de lagoas, lagos, ou reservatórios de água, nascentes, encostas ou declividades superior a 45°, restingas fixadoras de dunas, estabilizadores de mangue, bordas de tabuleiros ou chapadas, dentre outras.

dos plantios nas pequenas e médias propriedades rurais¹³⁴. Ele é realizado por um corpo técnico dos órgãos de extensão rural do Estado, no auxílio do melhor aproveitamento do território em sua propriedade. A pesquisa desenvolvida por Schettino¹³⁵ (1992, p.69) que descreve parte do processo das plantações do fomento em pequenas propriedades, aponta a “baixa qualificação” do produtor rural:

A baixa escolaridade dificulta ao pequeno produtor a adoção de novas tecnologias, perpetuando sua pequena capacidade empresarial. Assim, a tecnologia por ele usada, distancia daquela recomendada pela pesquisa. Apesar de o reflorestamento ser baseado em práticas simples, diante do baixo nível de escolaridade dos agricultores estudados, é necessária maior atenção dos extensionistas na orientação dos mesmos na condução de seus plantios.

Conforme Schettino a “atividade do reflorestamento” em expansão desde 1967, beneficiava apenas os grandes empreendimentos industriais, uma vez que possuíam terras próprias para cultivos do eucalipto e do *pinus*, além da exigência de preservação de 1% da área total dos projetos em matas nativas. Sendo assim, “[...] Não introduziam mecanismos que recuperassem as florestas nativas” (ibid, p.53). Segundo ele, as áreas plantadas com fomentos além de aumentarem o limitado retorno da agricultura tradicional, auxiliam na conservação do meio ambiente, ao: “Evitar a pressão sobre os remanescentes das florestas nativas e coibir o déficit de madeira existente. Hoje se faz em todo o estado com participação da Aracruz Florestal” (ibidi, p.129)¹³⁶.

¹³⁴ O discurso do “planejamento da propriedade rural” é, também, utilizado por alguns ambientalistas participantes do Fórum das ONGs”, no que tange as áreas cultivadas pelo fomento florestal: “Quer dizer, o produtor rural ser capacitado e estar sendo sensibilizado da importância de diversificar a produção e ter sua área de conservação permanente protegidas, ter uma área que ele pode fazer silvicultura, outra pra fazer horticultura, outra pra fazer cafeicultura, isso inclusive deixaria o produtor rural menos susceptível as oscilações do mercado... Isso vive acontecendo e é um problema da falta de diversificação” (Informação verbal, S., 53 anos, professor universitário, IPEMA, Fórum das ONGs).

¹³⁵ Ex-secretário de Meio Ambiente do Estado do Espírito Santo.

¹³⁶ Um dos entrevistados ao analisar as concentrações fundiárias pelas plantações de eucalipto e áreas de pastagem, questiona os plantios de eucalipto, analisando os impactos das lavouras de café e a degradação dos recursos naturais: “Na região de pastagem ou silvicultura você tem uma ou meia dúzia de proprietários para grandes extensões. Então, o modelo da monocultura de fato, ele é socialmente perverso. E ambientalmente perverso. Agora não que você vá considerar que uma cultura em si, seja por natureza, melhor ou pior do que a outra... E os cafezais? Não se critica tanto os cafezais, quanto os eucaliptais. Mas o impacto dos cafezais na região serrana é impressionante, plantado nas declividades altíssimas, o solo fica exposto, você perde o solo

A Aracruz conta com arsenal publicitário na contratação de áreas para o fomento e com o apoio na fragilidade da condição econômica do pequeno agricultor. O agronegócio introduz o pequeno proprietário rural à cosmologia que remete à noção de “modernidade”, das “técnicas avançadas”, distanciada dos “recursos limitados” e inaugurando a entrada do pequeno e médio agricultor no mundo dos “grandes negócios” rurais. O Fomento Florestal mostrar-se-ia como meio de passagem a um mundo com mais conforto e rentabilidade, ao invés do difícil processo de produção de alimentos. O produtor – seduzido pelas idéias da “modernidade” – passaria a comerciar com uma empresa transnacional, líder no mercado ¹³⁷.

O Fomento Florestal é, na compreensão de entidades da Rede Alerta mais um dos projetos lucrativos da empresa, o Estado financiando a empresa com o “Pronaf Florestal” para o projeto de “reflorestamento” nas pequenas propriedades. Entidades da Rede Alerta reafirmam que o Fomento é “bom negócio só para a Aracruz Celulose”, sem contar que se utiliza da condição de carência das políticas públicas no campo atraindo os agricultores para tal projeto.

A alternativa à agroindústria e ao “Deserto Verde” através da agroecologia é defendida por algumas entidades, que a percebem como um dos importantes - e

rapidamente, depois tem que investir em tonelada de fertilizantes para poder manter a produtividade de café, aí tem contaminação por produtos químicos, é um impacto muito grande também” (Informação verbal, S., 53 anos, professor universitário, IPEMA, Fórum das ONGs).

¹³⁷ Com matéria intitulada “Fomentados da Aracruz cobram melhores preços e reclamam prejuízos”, publicada no Século Diário, denuncia além do preço estipulado pela Aracruz Celulose na compra da madeira, a concentração de tecnologia pela empresa: “Somos a parte mais vulnerável da cadeia produtiva da Aracruz Celulose”, Valter Matielo, engenheiro agrônomo e presidente de Associação de Produtores Florestais do ES. Matielo conta que o transporte e o corte da madeira, que fica por conta do produtor rural, consomem até 40% do custo, já que a empresa recebe a madeira em um lugar estabelecido por ela. A reportagem relata, também, mudas contaminadas distribuídas pela mesma empresa: “Ele denunciou que a empresa, após realizar o fomento, pressiona as famílias que aderem ao programa a sub-rogar suas terras, gerando enormes prejuízos. Entre as falhas apontadas, esta a falta de incentivo de plantios de árvores nativas, que deveriam ser doadas pela empresa para serem plantadas no entorno dos plantios de eucaliptos” (BERNARDES, 2007).

viáveis - caminhos na relação com a terra, à água e a autonomia com a sua produção. As reivindicações por segurança alimentar, por espaços para realização da agricultura familiar e a menor dependência da agricultura química implicaria outro entendimento da relação com a terra¹³⁸.

A diversificação! Tem que fazer a auto-sustentação, ter alimentos pra comunidade e paras pessoas que moram nas periferias das cidades, se não os alimentos vai chegar caro, porque só tem eucaliptos, não vão comer caule de eucalipto, não vão comer folha de eucalipto... Nós temos que cultivar essas coisas, por que se você quer fazer uma globalização da morte, pode estar se suicidando, tem que fazer o progresso pra gerar mais vida, ter uma longa vida, o progresso que nós queremos... Tirar a essa preocupação da vida das crianças no futuro... Se cultivar coisas muito importantes, vai receber coisas importantes... A visão de nossas comunidades, sempre foi isso (T., 44 anos, Comissão de Caciques, REDE ALERTA).

As propostas alternativas ao uso do território, como a via da agricultura familiar expressa por algumas das entidades da Rede Alerta, contrasta com os projetos do Fórum, que pensa no ajustamento das práticas existentes. O Fórum das ONGs auxilia, assim, a Aracruz Celulose na efetivação dessas áreas, assegurando a destinação das mudas de espécies nativas produzidas pela empresa. Um dos ambientalistas assegura a importância desses esforços:

Uma coisa é lutar pra implantar o projeto: uma siderúrgica, uma estrada de ferro, uma plataforma de petróleo, 200 mil hectares de eucalipto plantado, uma coisa é você lutar contra. Outra coisa é depois que ela já existe você conseguir reverter o processo, a partir de seu próprio andamento, então uma das condicionantes que são colocadas, é que as próprias empresas colocam pra elas próprias é: produção e distribuição de mudas. Só que, quem é que vai fiscalizar quantas mudas e qual o método de produção de mudas nativas a Aracruz faz? Pra ela é uma franja no processo industrial dela, no complexo. Porque na verdade ela é especializada na produção de muda, a tecnologia dela ta toda ali, a produção de celulose é um processo industrial (L., AMIP, Fórum das ONGs).

¹³⁸ É o caso das propostas do Movimento dos Pequenos Agricultores: 1º - Produzir de casa de tudo para comer bem, comida saudável e variada. E garantir a subsistência familiar sem depender de comprar comida no mercado. 2º - Produzir para o comércio alguns produtos que tragam boa renda com tecnologias de baixo custo e que dependam o mínimo possível das grandes empresas agro-químicas e seus produtos caros que só dão lucros para eles. 3º - Iniciar imediatamente a mudança de modelo tecnológico, saindo da agricultura química e entrando na agricultura ecológica, também na produção para o mercado. A combinação destas três alternativas é que vai viabilizar a produção dos pequenos agricultores (MOVIMENTO DOS... s.d, p. 34-35).

Como vimos, há distâncias entre os projetos do Fórum e da Rede. Estas diferenças não são apenas a respeito dos projetos e seus conteúdos, mas indicam temporalidades diferenciadas. A temporalidade do Fórum das ONGs responde à morosidade das ações judiciais e à ineficácia de uma sistemática oficial que não cumpriria as obrigações de preservação do meio ambiente. Os acordos com a empresa responderiam à urgência da correção das práticas, enquanto a Rede Alerta contra o Deserto Verde pressupõe a mudança das estruturas de poder sobre os recursos ambientais no campo.

4.3. OS PADRÕES ORGANIZACIONAIS DOS COLETIVOS

A Rede constitui-se como um espaço de encontro de diferentes expressões e possibilidades de ação unidos em torno da resistência à ocupação territorial da agroindústria da celulose. Ela não descarta críticas a outros setores no estado dependentes da extração dos recursos naturais: como a cana-de-açúcar, siderurgia e extração de rochas. Além do modo de ocupação ordenado do monocultivo do eucalipto, questiona-se também a apropriação de terras em nome da empresa Aracruz Celulose.

As ações da Rede Alerta se materializam nos manifestos publicados nacional e internacionalmente, nas denúncias de irregularidades encaminhadas às instituições públicas – que cobram e questionam posturas em relação aos impactos dos monocultivos do eucalipto -, e declaram apoios às ações dos grupos que a compõem.

Há uma diferença nas dimensões das mobilizações das entidades que formam o coletivo e a Rede, propriamente dita, mesmo que os conteúdos propostos estejam num grau considerável de proximidade. As “auto-demarcações” dos territórios indígenas refletem ações específicas deste movimento social e são assinadas por ele. A ocupação ou marcha dos movimentos da Via Campesina – MST, MPA, CPT, Escolas Famílias Agrícolas e outros - têm suas próprias

reivindicações, que não se esgotam no universo da Rede Alerta, mas podem ser fomentadas naquele espaço.

Embora os grupos desenvolvem ações específicas, é visível a importância do apoio dos demais participantes do coletivo nas distintas escalas de mobilização. É no momento efetivo da ação que se percebe a existência da Rede. A realização da ação é constituída por mobilizações dos demais grupos que fortalecem e consolidam as ocupações, as marchas, as “auto-demarkações”, as formas de manifestação em geral.

A Rede Alerta opera como um fórum de estratégias e reflexões a partir de análises de conjuntura política, realizadas pelas entidades e pessoas baseadas na diversidade das trajetórias das partes que a formam. A Rede só pode ser compreendida a partir da complexidade que permeia as ações e projetos, sob a forma do enlace de práticas e discursos envolvidos nos conflitos pela utilização da terra, água e das relações de trabalho que compreendem a extensão territorial do projeto monocultor da celulose no Espírito Santo.

Em meio à complexidade existente no espaço da Rede, percebem-se os processos de definição das arenas políticas que podem ser interpretadas como resultado do momento “ritualístico” (TURNER, 2008) observado nas reuniões do coletivo, mas que eventualmente pode demonstrar um aspecto dramático. As dinâmicas desenvolvidas nas reuniões dependendo do contexto político podem indicar mudanças consideráveis de ações sociais do coletivo ou de alguma das entidades¹³⁹.

Estas reuniões funcionam como um espaço onde se corporificam análises de conjunturas políticas, avaliações das ações de movimentos que compõe o grupo, questionamentos e reflexões coletivas. Nas reuniões se estabelecem

¹³⁹ Este sentido das reuniões enquanto “momentos rituais” aponta possibilidade não de dissolução, mas ao menos de amenizar ou distender conflitos.

acordos e rupturas em relação a uma possível postura do coletivo, já que as “proximidades” entre determinadas entidades são evidenciadas. Esses encontros cumprem, também, a função da “localização histórica”: em tal reunião, realizada em tal lugar, se discutiu determinado assunto. Eis uma das diferenças entre os coletivos – Rede e o Fórum – uma vez que o Fórum das ONGs¹⁴⁰, não realiza reuniões com a mesma frequência que a Rede Alerta.

Os “momentos rituais” dão visibilidade aos espaços de disputa política a que Bourdieu (1996) deu o nome de Campo. Estas ações indicam as movimentações dos atores sociais no interior do contexto de legitimação e deslegitimação dos monocultivos do eucalipto, delimitando os espaços de ação.

O sentido que sustenta as ações das aldeias indígenas envolve concepções distintas daquela que justifica a apropriação privada dos territórios. Segundo relato de um dos caciques a respeito da ação policial nas aldeias, quando um dos policiais da tropa disse aos indígenas que teriam de deixar o lugar, sua mãe, uma liderança Guarani, teria respondido: “Foi você que fez a mata, pra mandar a gente sair daqui?”¹⁴¹.

O MST, por sua vez, compreende o monocultivo do eucalipto no estado como um dos maiores complicadores para a efetivação da reforma agrária, questionando, dessa forma, o discurso da “produtividade” dos eucaliptais plantados em seqüência industrial, para o abastecimento do mercado externo¹⁴².

¹⁴⁰ De acordo com os depoimentos fornecidos pelos ambientalistas, compreendemos que as reuniões do Fórum das ONGs Ambientalistas do Espírito Santo não ocorrem com a mesma frequência do que na Rede. Entretanto, é necessário registrar que os encontros virtuais, por meio do uso da internet, são utilizados com intensidade, como consta, também, em várias entrevistas. Registrei uma “reunião itinerante” do Fórum das ONGs Ambientalistas, durante uma visita de reconhecimento do que seria um futuro Núcleo de Mudanças Nativas, no sul do estado, no município de Mimoso do Sul.

¹⁴¹ (Informação verbal, Toninho, 44 anos, Comissão de Caciques, Rede Alerta).

¹⁴² O participante do MST narra a chegada da Via Campesina no coletivo: “Vai pra dentro da Rede Alerta, que tem um caráter, de antemão, muito mais ambientalista, do ponto de vista geral. Porque é luta contra a monocultura do eucalipto, da depredação do meio ambiente e dentro disso a luta pela preservação dos povos indígenas, das populações tradicionais. Porque, já extrapola um pouco isso, já tá com Geraizeiros, de Minas Gerais, dentro da Rede. Então,

Já o MPA baseado em seu lema “organizar, produzir e alimentar”, destaca a ausência de políticas públicas no campo, a falta de incentivos à “agricultura camponesa” que “prioriza a soberania alimentar do povo”, criticando a destinação dos investimentos públicos a indústria agro-exportadora da celulose. Os camponeses do MPA propõem uma forma específica de relação com os recursos naturais devido aos cuidados com as sementes, a água, a terra através da diversificação dos plantios, livres da influência dos métodos e técnicas comercializados pela indústria da agricultura.

A forma de organização da Rede Alerta gera debates internos. Segundo alguns dos participantes que defendem a “horizontalidade” dos processos de organização, a não existência de estatutos, de diretorias, de cargos específicos que produzam uma sistemática do coletivo, funciona como uma “alternativa” aos modos de organização e mobilização já conhecidos e viciados. É neste debate que se registra a mudança do termo “Movimento” para “Rede”, visto que a última pressupõe, segundo os participantes, reavaliação da estrutura burocratizada e hierárquica das organizações correntes. Como a Rede sublinha a horizontalidade, qualquer dos participantes pode habilitar-se a falar em nome do coletivo.

Entretanto, outros participantes da Rede acreditam que a horizontalidade não deixou de gerar concentração de determinadas tarefas nas mãos de um seletivo grupo, que inevitavelmente, as assume. É o que aconteceu com a ONG responsável pelo apoio de coordenação. Pelo fato de possuir estrutura física e recursos disponíveis concentrou em sua sede, por bom tempo, reuniões e informações da Rede que ali chegavam, o que pode ser interpretado como um dos motivos para que alguns dos representantes das entidades ambientalistas do Fórum – e de outros espaços - confundissem a Rede Alerta com uma de suas entidades.

sintetizando, essa forma importantíssima de articulação dos diversos movimentos. Cada movimento tem sua autonomia, sua forma de luta” (A., MST, Rede Alerta).

O Fórum das ONGs Ambientalistas tem em seu princípio fundador a “conciliação” dos anseios e entendimentos das diversas histórias e atuações das entidades ambientalistas do Espírito Santo. Como um dos entrevistados definiu, o Fórum resultaria da reunião destas entidades condensando um “entendimento único sobre as coisas”. A sintonia quanto à participação nos Conselhos de Meio Ambiente tem origem no forte poder decisório concedido à Federação das Indústrias na aprovação dos licenciamentos ambientais exigido às empresas.

Os ambientalistas do Fórum das ONGs, no geral, compartilharam de uma história de mobilização em favor da preservação dos ecossistemas capixabas, que passa a um caráter mais específico, nos anos 1990. O Fórum das ONGs cristaliza as diferentes “setorizações”, tão citadas como características do “ambientalismo”, compatível com as premissas dos “direitos difusos” expressas no Artigo 225 da Constituição Brasileira.

As diferenças entre as entidades, através do que os ambientalistas definem por “setorização”, podem permitir que sejam classificadas como: “de projetos”, “de ação na justiça”, ou do caráter mais “popular”. Existem as que se dedicam as ações junto às comunidades, ou então, especializadas em “unidades de conservação”, como resumiu um dos ambientalistas entrevistados. Há uma proximidade com a forma na qual que Viola e Leis (1992) definiram o movimento ambientalista brasileiro como “multisetorial”. Mas que através de certas leituras estabelece um sujeito único, “o ambientalismo”, que reivindica unidade do ambiente, transcendendo o interesse dos grupos¹⁴³.

¹⁴³ Crespo utilizando a compreensão universalista do meio ambiente, apresentada por Viola, resume: “Sob esta ótica, o ambientalismo transcenderia, então, todos os cortes sociais conhecidos: cor, raça, idade, classe social, localização geográfica, etc... Postulando uma visão ‘ecológica’ do mundo, preenche de uma problemática real e ‘global’ os antes do ambientalismo seriam, potencialmente, todos os cidadãos do planeta, todos aqueles que se sensibilizam e de alguma forma adquirem uma ‘consciência’ em relação à crise ambiental e a necessidade de reverter o processo de devastação da biosfera” (CRESPO, 1995, p.4).

O Fórum das ONGs, pode ser interpretado como resultado da convergência dos discursos e diferentes escopos dos projetos desenvolvidos pelas ONGs ambientalistas, consubstanciados na representação unificada do coletivo nos espaços dos Conselhos no ano 2001. O Fórum das ONGs mobiliza-se a favor da preservação do meio ambiente, como “algo mais difuso”, já que a recuperação da Mata Atlântica, resultaria em benefícios a diferentes espécies animais, vegetais e aos recursos hídricos locais.

Para uma entidade ambientalista tornar-se componente do Fórum das ONGs, é exigido que ela apresente seu estatuto interno, ata da última assembleia que elegeu o representante legal e um carta da entidade que autoriza a representação do eleito. Com isso a entidade ambientalista está qualificada a participar do Fórum Permanente das entidades ambientalistas do Espírito Santo.

Por se tratar do único coletivo organizado de entidades “ambientalistas” do estado, o Fórum das ONGs reivindica o reconhecimento e a legitimidade da coalizão de ONGs ambientalistas, já que trata-se de um grupo formalizado que concentra um capital simbólico específico, necessário aos órgãos oficiais que lidam com a administração dos recursos naturais capixabas. De acordo com um dos participantes, o não reconhecimento do potencial político do Fórum dá-se pelo fato de “desestabilizarem a boa vida dos governos e das empresas”, como resultado da mobilização nos Conselhos de Meio Ambiente. É somente no ano de 2003 que algumas das entidades que compõem o Fórum das ONGs firmam o acordo com a empresa de celulose, que, por sua vez, buscava diálogo com entidades da sociedade civil. Na visão do entrevistado, a posição das entidades componentes do Fórum possibilitou que os ambientalistas definissem os principais alvos do acordo.

Com isso, as áreas ocupadas como o “Fomento Florestal” foram definidas como prioridades: o projeto visava a identificação e o levantamento das regiões e sua flora específica, seleção e produção das essências nativas e a distribuição das

mudas para o atendimento das áreas destinadas ao Programa Fomento Florestal. As áreas atendidas pelas ações do acordo entre a empresa e as ONGs, estariam baseadas nas exigências do Código Florestal de 1965. É no ano de 2005 que o projeto de distribuição das essências nativas da Mata Atlântica ganha corpo com a criação da Asambiental. Tal entidade é formada por algumas das entidades do Fórum e é a responsável pela execução desse projeto. A Asambiental capta o recursos e executa o projetos dos “Núcleo de Difusão de Mudas Nativas”, situados em lugares estratégicos, que deveriam atender a todos os municípios do estados com terras ocupadas com o Fomento Florestal.

4.3.1 AÇÕES ENTRE AS ESCALAS.

Os debates nos planos político-sociológicos situam ora o processo da globalização como algo “inexorável e irreversível” ao incorporarem o desmonte do Estado Nação, a reestruturação produtiva e a financeirização da economia mundial. Outras perspectivas compreendem a globalização não como uma nova fase do capitalismo, mas como uma retórica utilizada pelos aparatos oficiais para justificarem a submissão voluntária aos mercados financeiros. Se para algumas interpretações o que se percebe é a unificação do espaço global, em detrimentos da dissolução dos Estados nacionais, para outros, este mesmo processo pode ser explicado da mesma maneira: “a globalização não é uma homogeneização, mas, ao contrário, é uma extensão de um grupo de nações dominantes sobre o conjunto das praças financeiras nacionais” (BOURDIEU, 1998 apud VAINER, 2002, p.15).

Em meio a esta discussão as escalas: “local” e “nacional” são postas no centro do debate. A segunda, de maneira hegemônica, é vista como espaço e ator esvaziado da ação política. Já a primeira é eleita pelas mais variadas correntes de pensamento, tanto pelos “conversadores” – neolocalistas competitivos -, quanto pelos “progressistas radicais”, defensores do neolocalismo

autogestionário e libertário. Como efeito, se fortalece ao mesmo tempo, a proposta da “cidadania global”. Que seria a resistência à fragmentação, aos chauvinismos a: “explosão dos tribalismos, e fundamentalismos através dos quais a globalização ameaça a própria sobrevivência da sociedade, como conceito e experiência comum de vida societal” (ibdi, p.22).

Algumas das ações políticas elaboradas por estratégias específicas internas ao campo de forças estão ilustradas no gráfico abaixo. Buscamos localizar as escalas das ações dos dois coletivos, bem como as do Estado e da empresa. O gráfico a seguir dá visibilidade a algumas ações internas ao campo de forças que envolve diferentes projetos territoriais e representações acerca da ocupação espacial dos monocultivos da celulose. A identificação das escalas é produzida em função das estratégias políticas dos diferentes atores envolvidos no conflito, e não como algo dado espacialmente: “[...] a escala não esta ontologicamente dada, nem constitui em território geograficamente definível a priori nem é uma estratégia discursiva politicamente neutra na construção de narrativas” (SWYNGEDOUW, 1997 apud VAINER, 2002).

As construções das escalas se dão através do processo social produzido a partir da interação da ação social com as estruturas geográficas: “Escolher uma escala é também, quase sempre, escolher um determinado sujeito, tanto quanto um determinado campo de confrontação” (ibdi, p. 25). As lutas políticas contra a desigualdade de poder em relação aos recursos naturais travadas na esfera local e tornadas públicas acionam e articulam outras escalas de poder ao conflito. O que é denominado por “ações locais”, no gráfico abaixo, é um dos momentos de intersecção entre as diferentes escalas da ação: o resultado do espaço de vinculação econômica, política e social, exprimindo um momento político específico (ibdi). O autor faz referência ao geógrafo David Harvey no que se refere à distinção entre as escalas e os níveis de abstração: a abordagem analítica e a estratégia “propositiva transescalar”.

Para melhor visualização das apropriações e definição das escalas de ação, utilizaremos algumas das mobilizações e seus alcances. As ações que ilustram parte do campo de forças, no contexto de disputa em torno das estratégias de legitimação dos plantios de eucalipto, foram escolhidas respeitando nosso critério de relevância na demonstração de uma seqüência das ações transescalares. Por isso, mobilizações igualmente relevantes internas a este campo, podem não aparecer localizadas no gráfico abaixo.

Tabela 1 - As escalas das ações dos agentes envolvidos no campo do conflito ambiental no Espírito Santo

Ações Internacionais

Movimento Alerta Verde denuncia as ONG's internacionais impactos do eucalipto	Joint Venture: Aracruz Sora Enso (fabrica Bahia)	Fase encaminhada a OEA Relatório escola	Documentário "Cruzando o Deserto Verde" exibido na Europa	Tribunal Povos Unidos: apropriação de terras indígenas (Venezia)	Familia Real Sueca vende ações, Aracruz invade terras indígenas
---	--	---	---	--	---

Ações Nacionais

Resolução Conama nº 248 Proteção Mata Atlântica	S.N.V.C.	STF "cancela" Lei nº 5859/96 sobre trabalhos	Fieruz/Fase análise da sua índigena quilombola	AC-APEMA propõe MPF investir em plantio de eucalipto/cana	Rede: risco milícia contra os índios	Publicação das portarias das terras indígenas nº 1463 e 1464 pelo Min. da Justiça
Entidades capixabas e bahianas fundam Mov. Alerta contra o Deserto Verde	Aracruz adquiriu 12,25% ações Votorantim papel/celulose	Aquisição Rocel Pela Aracruz	Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável (condicionais)	Encontro Rede: demarcação de terras indígenas e quilombolas (Laceraipe - ES)	Abaixo assinado Rede: demarcação de terras indígena/quilombolas	
"Plano de Melhorias" TAC (ACP) Aracruz visa certificar plantios bahianos	Aracruz aprovou licença fabrica C (sem expansão dos plantios)	Art. 4887 regulamento territórios Quilombolas	Rede: questioa certificada Celfor	Reconstrução das aldeias "Olho d'água" e "Corrego D'our"	Rede denuncia Invasão violenta Polícia Federal	Publicada portaria que demarca o território Quilombola Linharinho (Nº 78/DOU)
Rio Doce desviado para fabrica Aracruz (Correma aprova)	Correma aprova licença fabrica C (sem expansão dos plantios)	Paralisados trabalhos da CPI	Publicado 1,3 desmatamento CST e Aracruz campanha e literal	Intra reconhece Aracruz terras devolutas (Norte do ES)	Rede: risco milícia contra os índios	
Governador cria os contremas	Governador aprova licença III (Rima) sem expansão dos plantios	Instalada a CPI da Aracruz	Manifestação Via Campesina (BR 101) Carpetas	Juiz concede poder de polícia à Aracruz contra o MST	Abaixo assinado Rede: demarcação de terras indígena/quilombolas	
Deputado Claudio Vereza (PT) propõe cancelamento do decreto	Programa do plantio de 30.000 ha de eucalipto	Inaugurada fabrica "C" da Aracruz	Fundada Comissão Quilombola Sape do Norte	Indígenas ocupam fabrica da Aracruz	Rede exige U.C. livre eucaliptos (Linhares)	
Decreto anula o plantio de 30.000 ha de eucalipto	Seminário Mov. contra Deserto Verde (UFES)	Firmado acordo Aracruz Fórum das ONG's		Viveiro de mudas nativas Asasimbal (Vila Velha)	MST ocupa ASHILL (apelo mulheres Via Campesina)	
	Seminário Internacional sobre impactos Legistativa	Encontro Nacional Rede Alerta (porto Seguro)		Criada Assembléia Ambiental Fórum das ONG's	PF destrói aldeias	
	Audiências públicas zoneamento agroecológico (rede participativa)	Art. 4887 regulamento territórios Quilombolas				
	Lei 6780/01 derruba veto do Governador					
	Lei Namer: proíbe plantios industriais zoneamento agroecológico					
	Lei Namer: para fins industriais zoneamento agroecológico					
	Lei Namer: proíbe plantios industriais zoneamento agroecológico					
	Lei Namer: para fins industriais zoneamento agroecológico					
	Lei Namer: proíbe plantios industriais zoneamento agroecológico					
	Lei Namer: para fins industriais zoneamento agroecológico					
	Lei Namer: proíbe plantios industriais zoneamento agroecológico					
	Lei Namer: para fins industriais zoneamento agroecológico					
	Lei Namer: proíbe plantios industriais zoneamento agroecológico					
	Lei Namer: para fins industriais zoneamento agroecológico					
	Lei Namer: proíbe plantios industriais zoneamento agroecológico					
	Lei Namer: para fins industriais zoneamento agroecológico					
	Lei Namer: proíbe plantios industriais zoneamento agroecológico					
	Lei Namer: para fins industriais zoneamento agroecológico					
	Lei Namer: proíbe plantios industriais zoneamento agroecológico					
	Lei Namer: para fins industriais zoneamento agroecológico					
	Lei Namer: proíbe plantios industriais zoneamento agroecológico					
	Lei Namer: para fins industriais zoneamento agroecológico					
	Lei Namer: proíbe plantios industriais zoneamento agroecológico					
	Lei Namer: para fins industriais zoneamento agroecológico					
	Lei Namer: proíbe plantios industriais zoneamento agroecológico					
	Lei Namer: para fins industriais zoneamento agroecológico					
	Lei Namer: proíbe plantios industriais zoneamento agroecológico					
	Lei Namer: para fins industriais zoneamento agroecológico					
	Lei Namer: proíbe plantios industriais zoneamento agroecológico					
	Lei Namer: para fins industriais zoneamento agroecológico					
	Lei Namer: proíbe plantios industriais zoneamento agroecológico					
	Lei Namer: para fins industriais zoneamento agroecológico					
	Lei Namer: proíbe plantios industriais zoneamento agroecológico					
	Lei Namer: para fins industriais zoneamento agroecológico					
	Lei Namer: proíbe plantios industriais zoneamento agroecológico					
	Lei Namer: para fins industriais zoneamento agroecológico					
	Lei Namer: proíbe plantios industriais zoneamento agroecológico					
	Lei Namer: para fins industriais zoneamento agroecológico					
	Lei Namer: proíbe plantios industriais zoneamento agroecológico					
	Lei Namer: para fins industriais zoneamento agroecológico					
	Lei Namer: proíbe plantios industriais zoneamento agroecológico					
	Lei Namer: para fins industriais zoneamento agroecológico					
	Lei Namer: proíbe plantios industriais zoneamento agroecológico					
	Lei Namer: para fins industriais zoneamento agroecológico					
	Lei Namer: proíbe plantios industriais zoneamento agroecológico					
	Lei Namer: para fins industriais zoneamento agroecológico					
	Lei Namer: proíbe plantios industriais zoneamento agroecológico					
	Lei Namer: para fins industriais zoneamento agroecológico					
	Lei Namer: proíbe plantios industriais zoneamento agroecológico					
	Lei Namer: para fins industriais zoneamento agroecológico					
	Lei Namer: proíbe plantios industriais zoneamento agroecológico					
	Lei Namer: para fins industriais zoneamento agroecológico					
	Lei Namer: proíbe plantios industriais zoneamento agroecológico					
	Lei Namer: para fins industriais zoneamento agroecológico					
	Lei Namer: proíbe plantios industriais zoneamento agroecológico					
	Lei Namer: para fins industriais zoneamento agroecológico					
	Lei Namer: proíbe plantios industriais zoneamento agroecológico					
	Lei Namer: para fins industriais zoneamento agroecológico					
	Lei Namer: proíbe plantios industriais zoneamento agroecológico					
	Lei Namer: para fins industriais zoneamento agroecológico					
	Lei Namer: proíbe plantios industriais zoneamento agroecológico					
	Lei Namer: para fins industriais zoneamento agroecológico					
	Lei Namer: proíbe plantios industriais zoneamento agroecológico					
	Lei Namer: para fins industriais zoneamento agroecológico					
	Lei Namer: proíbe plantios industriais zoneamento agroecológico					
	Lei Namer: para fins industriais zoneamento agroecológico					
	Lei Namer: proíbe plantios industriais zoneamento agroecológico					
	Lei Namer: para fins industriais zoneamento agroecológico					
	Lei Namer: proíbe plantios industriais zoneamento agroecológico					
	Lei Namer: para fins industriais zoneamento agroecológico					
	Lei Namer: proíbe plantios industriais zoneamento agroecológico					
	Lei Namer: para fins industriais zoneamento agroecológico					
	Lei Namer: proíbe plantios industriais zoneamento agroecológico					
	Lei Namer: para fins industriais zoneamento agroecológico					
	Lei Namer: proíbe plantios industriais zoneamento agroecológico					
	Lei Namer: para fins industriais zoneamento agroecológico					
	Lei Namer: proíbe plantios industriais zoneamento agroecológico					
	Lei Namer: para fins industriais zoneamento agroecológico					
	Lei Namer: proíbe plantios industriais zoneamento agroecológico					
	Lei Namer: para fins industriais zoneamento agroecológico					
	Lei Namer: proíbe plantios industriais zoneamento agroecológico					
	Lei Namer: para fins industriais zoneamento agroecológico					
	Lei Namer: proíbe plantios industriais zoneamento agroecológico					
	Lei Namer: para fins industriais zoneamento agroecológico					
	Lei Namer: proíbe plantios industriais zoneamento agroecológico					
	Lei Namer: para fins industriais zoneamento agroecológico					
	Lei Namer: proíbe plantios industriais zoneamento agroecológico					
	Lei Namer: para fins industriais zoneamento agroecológico					
	Lei Namer: proíbe plantios industriais zoneamento agroecológico					
	Lei Namer: para fins industriais zoneamento agroecológico					
	Lei Namer: proíbe plantios industriais zoneamento agroecológico					
	Lei Namer: para fins industriais zoneamento agroecológico					
	Lei Namer: proíbe plantios industriais zoneamento agroecológico					
	Lei Namer: para fins industriais zoneamento agroecológico					
	Lei Namer: proíbe plantios industriais zoneamento agroecológico					
	Lei Namer: para fins industriais zoneamento agroecológico					
	Lei Namer: proíbe plantios industriais zoneamento agroecológico					
	Lei Namer: para fins industriais zoneamento agroecológico					
	Lei Namer: proíbe plantios industriais zoneamento agroecológico					
	Lei Namer: para fins industriais zoneamento agroecológico					
	Lei Namer: proíbe plantios industriais zoneamento agroecológico					
	Lei Namer: para fins industriais zoneamento agroecológico					
	Lei Namer: proíbe plantios industriais zoneamento agroecológico					
	Lei Namer: para fins industriais zoneamento agroecológico					
	Lei Namer: proíbe plantios industriais zoneamento agroecológico					
	Lei Namer: para fins industriais zoneamento agroecológico					
	Lei Namer: proíbe plantios industriais zoneamento agroecológico					
	Lei Namer: para fins industriais zoneamento agroecológico					
	Lei Namer: proíbe plantios industriais zoneamento agroecológico					
	Lei Namer: para fins industriais zoneamento agroecológico					
	Lei Namer: proíbe plantios industriais zoneamento agroecológico					
	Lei Namer: para fins industriais zoneamento agroecológico					
	Lei Namer: proíbe plantios industriais zoneamento agroecológico					
	Lei Namer: para fins industriais zoneamento agroecológico					
	Lei Namer: proíbe plantios industriais zoneamento agroecológico					
	Lei Namer: para fins industriais zoneamento agroecológico					
	Lei Namer: proíbe plantios industriais zoneamento agroecológico					
	Lei Namer: para fins industriais zoneamento agroecológico					
	Lei Namer: proíbe plantios industriais zoneamento agroecológico					
	Lei Namer: para fins industriais zoneamento agroecológico					
	Lei Namer: proíbe plantios industriais zoneamento agroecológico					
	Lei Namer: para fins industriais zoneamento agroecológico					
	Lei Namer: proíbe plantios industriais zoneamento agroecológico					
	Lei Namer: para fins industriais zoneamento agroecológico					
	Lei Namer: proíbe plantios industriais zoneamento agroecológico					
	Lei Namer: para fins industriais zoneamento agroecológico					
	Lei Namer: proíbe plantios industriais zoneamento agroecológico					
	Lei Namer: para fins industriais zoneamento agroecológico					
	Lei Namer: proíbe plantios industriais zoneamento agroecológico					
	Lei Namer: para fins industriais zoneamento agroecológico					
	Lei Namer: proíbe plantios industriais zoneamento agroecológico					
	Lei Namer: para fins industriais zoneamento agroecológico					
	Lei Namer: proíbe plantios industriais zoneamento agroecológico					
	Lei Namer: para fins industriais zoneamento agroecológico					
	Lei Namer: proíbe plantios industriais zoneamento agroecológico					
	Lei Namer: para fins industriais zoneamento agroecológico					
	Lei Namer: proíbe plantios industriais zoneamento agroecológico					
	Lei Namer: para fins industriais zoneamento agroecológico					
	Lei Namer: proíbe plantios industriais zoneamento agroecológico					
	Lei Namer: para fins industriais zoneamento agroecológico					
	Lei Namer: proíbe plantios industriais zoneamento agroecológico					
	Lei Namer: para fins industriais zoneamento agroecológico					
	Lei Namer: proíbe plantios industriais zoneamento agroecológico					
	Lei Namer: para fins industriais zoneamento agroecológico					
	Lei Namer: proíbe plantios industriais zoneamento agroecológico					
	Lei Namer: para fins industriais zoneamento agroecológico					
	Lei Namer: proíbe plantios industriais zoneamento agroecológico					
	Lei Namer: para fins industriais zoneamento agroecológico					
	Lei Namer: proíbe plantios industriais zoneamento agroecológico					
	Lei Namer: para fins industriais zoneamento agroecológico					
	Lei Namer: proíbe plantios industriais zoneamento agroecológico					
	Lei Namer: para fins industriais zoneamento agroecológico					
	Lei Namer: proíbe plantios industriais zoneamento agroecológico					
	Lei Namer: para fins industriais zoneamento agroecológico					
	Lei Namer: proíbe plantios industriais zoneamento agroecológico					
	Lei Namer: para fins industriais zoneamento agroecológico					
	Lei Namer: proíbe plantios industriais zoneamento agroecológico					
	Lei Namer: para fins industriais zoneamento agroecológico					
	Lei Namer: proíbe plantios industriais zoneamento agroecológico					
	Lei Namer: para fins industriais zoneamento agroecológico					
	Lei Namer: proíbe plantios industriais zoneamento agroecológico					
	Lei Namer: para fins industriais zoneamento agroecológico					
	Lei Namer: proíbe plantios industriais zoneamento agroecológico					
	Lei Namer: para fins industriais zoneamento agroecológico					
	Lei Namer: proíbe plantios industriais zoneamento agroecológico					
	Lei Namer: para fins industriais zoneamento agroecológico					
	Lei Namer: proíbe plantios industriais zoneamento agroecológico					
	Lei Namer: para fins industriais zoneamento agroecológico					
	Lei Namer: proíbe plantios industriais zoneamento agroecológico					
	Lei Namer: para fins industriais zoneamento agroecológico					
	Lei Namer: proíbe plantios industriais zoneamento agroecológico					
	Lei Namer: para fins industriais zoneamento agroecológico					
	Lei Namer: proíbe plantios industriais zoneamento agroecológico					
	Lei Namer: para fins industriais zoneamento agroecológico					
	Lei Namer: proíbe plantios industriais zoneamento agroecológico					
	Lei Namer: para fins industriais zoneamento agroecológico					
	Lei Namer: proíbe plantios industriais zoneamento agroecológico					
	Lei Namer: para fins industriais zoneamento agroecológico					
	Lei Namer: proíbe plantios industriais zoneamento agroecológico					
	Lei Namer: para fins industriais zoneamento agroecológico					
	Lei Namer: proíbe plantios industriais zoneamento agroecológico					
	Lei Namer: para fins industriais zoneamento agroecológico					
	Lei Namer: proíbe plantios industriais zoneamento agroecológico					
	Lei Namer: para fins industriais zoneamento agroecológico					
	Lei Namer: proíbe plantios industriais zoneamento agroecológico					
	Lei Namer: para fins industriais zoneamento agroecológico					
	Lei Namer: proíbe plantios industriais zoneamento agroecológico					
	Lei Namer: para fins industriais zoneamento agroecológico					
	Lei Namer: proíbe plantios industriais zoneamento agroecológico					
	Lei Namer: para fins industriais zoneamento agroecológico					
	Lei Namer: proíbe plantios industriais zoneamento agroecológico					
	Lei Namer: para fins industriais zoneamento agroecológico					
	Lei Namer: proíbe plantios industriais zoneamento agroecológico					
	Lei Namer: para fins industriais zoneamento agroecológico	</				

Na tentativa de explicitar as trajetórias das ações demonstradas no gráfico, - acontecimentos localizados no eixo cartesiano – trataremos, através do esquema apresentado, da trajetória da “Terceira Auto-demarcação Indígena Tupiniquim e Guarani”, em 2005. A mobilização está inserida no árduo e conflituoso processo de luta dos índios pela terra, há 40 anos, com a Aracruz Celulose, no município de Aracruz. Parte da motivação desta ação pode ser interpretada como reflexo da publicação do relatório da Funai, em 2005, que confirmava as constatações do relatório realizado em 1994, e indicava que 18.027 ha são pertencentes às aldeias indígenas. As aldeias ocupavam, até então, somente 7.061 ha destes territórios.

O processo de “auto-demarcação” das aldeias indígenas contou com apoio de algumas das entidades da Rede Alerta, que auxiliaram na sustentação da ação. Segundo relatos de uma das participantes da Rede existiam espaços e momentos limitados aos indígenas, onde “brancos não poderiam entrar”. Essa prerrogativa foi explicada pela entrevistada por duas razões: A primeira, relativa à qualificação jurídica do indígena, que não se estende aos que os apoiam. De acordo com a participante do coletivo e pesquisadora das ações indígenas: “pela necessidade em serem reconhecidos como sujeitos da ação, já que são acusados de serem manobrados por terceiros” (Informação verbal, M., 48 anos, geógrafa, AGB, Rede Alerta).

O processo de auto-demarcação possibilitou a reconstrução das aldeias Olho d’água e Córrego d’ouro, até então ocupadas por densas plantações de eucalipto. Algum tempo depois do início do processo de auto-demarcação das aldeias, percebeu-se a estagnação do processo de reconhecimento de seus territórios por parte do Ministério da Justiça. Por isso, os indígenas ocuparam a fábrica da empresa, situada onde um dia existiu a antiga aldeia Macacos, e o Porto da Barra do Riacho. Algumas das entidades e pessoas componentes da Rede Alerta participaram das manifestações e foram enquadradas em processos de “interdito proibitório” movidos pela empresa. Os autuados são acusados de

ameaçarem o patrimônio físico, financeiro e as reservas ambientais da Aracruz Celulose por conta dos apoios à manifestação.



Ocupação do Portocel: 3ª "Auto-demarkação Indígena Tupinikim/Guarani (dezembro/2006). Fonte: Rede Alerta Contra a o Deserto Verde.

Dado o processo de auto-demarkação dos territórios indígenas, as denúncias de conflitos entre este grupo e a Aracruz Celulose chegaram à Conferência do Tribunal dos Povos Unidos, realizada em Viena, que por sua vez, reconheceu a apropriação indevida das terras indígenas pela empresa. Tal manifestação resultou, no ano seguinte, na venda das ações da Aracruz Celulose por parte da família real sueca, motivada por manifestações da população daquele país.

No mesmo ano de 2006, a Polícia Federal invadiu e destruiu as aldeias reconstruídas durante o processo da terceira auto-demarkação, utilizando para isso tratores emprestados da Aracruz Celulose. A reconstrução dos territórios destruídos deu-se, novamente, com o auxílio de parceiros da Rede Alerta. Já no

final do ano de 2007, os indígenas Tupiniquim e Guarani de Aracruz, conseguem o reconhecimento de 18.027 ha pelo Ministério da Justiça, de acordo com as Portarias – nº 1463 e nº 1464.

A vitória das aldeias, que coroa os anos de luta pelo reconhecimento de seus territórios, fez com que a empresa sob a justificativa de que não iria recorrer judicialmente da decisão do Ministério da Justiça, propusesse a assinatura de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC). Depois de muitas negociações, reuniões e avaliações entre as aldeias e entidades indígenas – Comissão de Caciques e Lideranças Tupiniquim e Guarani e a Associação Indígena Tupiniquim e Guarani – decidiu-se pela assinatura do TAC com a empresa, mediado pelo Ministério Público Federal, apesar das críticas de algumas das entidades da Rede Alerta. A assinatura de tal termo pelas representações indígenas deixou clara a prioridade dada ao reconhecimento de seu território. Mas do que indicar em qual âmbito a ação política se constitui, o gráfico acima indica a capacidade com que a ação política, protagonizada pelos indígenas e com o apoio de outras entidades, articulou outras escalas de poder.

4.3.2. AS RELAÇÕES PARA ALÉM DO TERRITÓRIO CAPIXABA

As relações entre as entidades da Rede e as do Fórum que são externas ao território do Espírito Santo são múltiplas, como exemplificaremos a seguir. O Fórum das ONGs, representado pelas associações de suas entidades, mantém relações com a Rede de ONGs da Mata Atlântica, a Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, a Fundação SOS Mata Atlântica, a Ashoka , empreendedores sociais, Ministério do Meio Ambiente, Ministério da Ciência e Tecnologia, o Fundo de Parcerias para Ecossistemas Críticos, a Bracelpa, a Conservation International do Brasil. A entidade Asambiental relaciona-se diretamente com as empresas Aracruz Celulose, Samarco, CST, CVRD, e a Cesan. Cabe lembrar que o Fórum das ONGs não é entidade formal de

execução de projetos pela preservação de ecossistemas, pois trata-se de uma instância representativa, sem CNPJ.

Da mesma forma, a Rede Alerta possui aproximações por meio de suas entidades, nas relações com outros fóruns e grupos com objetivos específicos das entidades que compõe a coalizão. Alguns dos intercâmbios são possíveis pelas relações com a articulação internacional camponesa - a Via Campesina -, a Rede Brasileira de Justiça Ambiental, a Conaq, a Fundação Palmares, o Ministério do Meio Ambiente, o Ministério do Desenvolvimento Agrário, o Fórum de Entidades Nacional dos Direitos Humanos, Pão para o Mundo, Movimento Nacional de Direitos Humanos, Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais, Christian Aid, Articulação Nacional de Agroecologia, Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, APOINME – Articulações de Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo, Movimento Mundial pelos Bosques Tropicais – WRM, entre outros.

Existem entidades neste coletivo que participam de alguns Conselhos Estaduais, mesmo que a Rede Alerta negue a legitimidade de tais arenas. Assim como ocorre com o Fórum das ONGs, a Rede não responde do ponto de vista formal por estes acordos e parcerias, que são realizados pelas entidades que formam o coletivo da Rede: Comissão Quilombola, entidades indígenas, ONGs, Movimento Sem-Terra e outros.

As fontes de financiamento podem aparecer como um dos artifícios de questionamento das práticas entre as duas coalizões. Indicar a procedência dos recursos utilizados nos programas das entidades pode servir como argumento de descrédito ou de deslegitimação. Vale lembrar que entre os dois coletivos existem entidades que não possuem nenhuma fonte de recursos além de doações. Grupos religiosos, Agências multilaterais, ONGs Internacionais, Estado e empresas aparecem como fornecedores dos auxílios nacionais e internacionais às entidades que formam as duas coalizões. Para um dos

ambientalistas: “No Brasil os recursos vêm mais do setor público do que do privado. As empresas preferem fazer campanhas de marketing do que iniciativa com ONGs (Informação verbal, S., 53 anos, professor universitário, Ipema, Fórum das ONGs).

Na polêmica em torno de financiamentos, um dos membros do Fórum das ONGs, sugeriu que os recursos da Rede Alerta teriam origem em grupos econômicos concorrentes da Aracruz Celulose. Estes apoios estariam “travestidos de entidades ecumênicas européias”, não sabendo informar, porém, o nome da suposta entidade européia financiadora de ações que estariam representando interesses concorrentes.

Membros da Rede contestam, alegando que agências como “Pão para o Mundo” e “Christian Aid” são mundialmente conhecidas por financiar ações contra a pobreza e a fome. Lembram, ainda, que esse tipo de argumentação não corresponde às condições efetivas da atual fase da organização capitalista que baseia-se em acumulação oligopólica e famosas *joint ventures*¹⁴⁴: “A Aracruz concorre com a Stora Enso, ao mesmo tempo em que também são sócias. O mercado da celulose está oligopolizado... A ‘livre concorrência’ de Adam Smith não faz sentido atualmente” (M., 40 anos, economista, FASE, Rede Alerta).

No processo de polarização entre os grupos, as estratégias de deslegitimação (HIRSCHMAN, 1992) ocorrem e podem ser acionadas dentro do campo por qualquer dos atores que nele se localizam. O poder de barganha de movimentos e manifestações que questionam empresas agro-exportadoras transnacionais são limitados. Mesmo “limitadas”, as ações dos movimentos críticos permitem por parte da Aracruz Celulose apresentar-se como vítima, alegando que, apesar de gerar empregos e impostos, de suas ações de “responsabilidade” social e

¹⁴⁴ Citadas anteriormente. Ver abordagem de Dalcomuni (1991) a respeito das *joint ventures* da celulose.

ambiental, a empresa é obrigada a lidar com “difamações” por parte dos concorrentes estrangeiros, que se estariam utilizando dos grupos locais.

4.3.3 PROXIMIDADES ENTRE COLETIVOS

Não cabe de maneira nenhuma reificar os coletivos analisados: O Fórum das ONGs Ambientalistas do Espírito Santo e a Rede Alerta Contra o Deserto Verde, bem como suas práticas e discursos. As duas coalizões, sendo formadas por diferentes entidades, de complexas origens, debates políticos e projetos e visões de mundo, produzem diferenciações que aparecem de modo situacional, devido à inserção na arena política em que se apresentam. Assim sendo, as discordâncias não tocam apenas os dois coletivos, a Rede e o Fórum, mas também suas escalas internas de organizações.

Neste aspecto, há semelhanças entre os dois coletivos¹⁴⁵. Os históricos das mobilizações de cada entidade - do ponto de vista interno às duas coalizões - o papel importante de cada um deles, tanto na Rede quanto no Fórum, são levados em consideração pelas entidades parceiras. O “peso” que é atribuído à “autoridade” de determinado grupo depende do momento e explicita a relevância de certa arena para esta entidade. As realizações de alguns grupos, o modo de participação – ou a história pessoal de algum participante em especial – definem diferentes graus de “credibilidade” perante o coletivo. Uma fala quando apresentada às entidades aliadas, por mais que seja uma colocação conivente ou legítima, tem menos peso, se comparada ao grupo – ou pessoa – de “maior

¹⁴⁵ As s entidades associativas não governamentais que se relacionam ao monocultivo da celulose em território capixaba, através dos interlocutores das duas coalizões, relevaram preocupação a respeito de um novo agente envolvido no campo. Trata da organização não-governamental chamada “Espírito Santo em Ação”, criada pelas grandes empresas sediadas no estado, oriundo dos seguintes setores: siderúrgico, para-químico, de comunicação, construção civil, grupos financeiros, entre outros. Esta entidade vem disputando os espaços de participação do “terceiro setor” e desenvolve serviços de consultoria para o Estado. A entidade, na visão dos participantes dos coletivos, é séria ameaça aos poucos espaços democráticos que restam.

reconhecimento”. O processo de qualificação dos discursos apresentados define as “hierarquias de credibilidade”¹⁴⁶.

Compreendemos, nos dois coletivos, a compreensão do “habitus”¹⁴⁷ permitindo a identificação de processos de conformação de identidades que expressam as relações entre as estruturas dos campos e permite a incorporação de modelos “ambientalistas”, “militantes”, “cientistas”, “anti-científico”, “legalista”, “anarquista”, “competente”, “menos competente”; remetendo, assim, à valorações diferenciadas. Há uma espécie de “concorrência” por papéis, falas e status e, por conseqüência, criam-se “posturas ideais”, capazes de interferir na articulação e “profundidade” do discurso (BOURDIEU, 2006).

A incorporação de posturas e elementos discursivos qualifica as exposições entre “mais ou menos eficientes” e “adequadas”. O efeito dos discursos, em seu poder de convencimento, é outro elemento que ajuda a definir internamente as arenas de confronto, o que faz considerar a existência de diferentes reconhecimentos coletivos por meio de facções (internas e externas), entidades ou mesmo pessoas, respectivamente na Rede Alerta e no Fórum das ONGs.

Em meio ao contexto de conflito ambientais no território capixaba frente aos plantios industriais do eucalipto, identificamos um campo de forças sociais que, devido à dinamicidade das ações dos atores envolvidos, reelabora-se práticas e discursos e discursos sob a forma de canais de comunicação encaminhados à arena pública. Identidades se fortalecem, modificam e se constituem em função do contexto da luta simbólica em que estão envolvidas.

¹⁴⁶ Como demonstra Howard Becker (1977) sobre a credibilidade do gerente da fábrica frente a outros possíveis interlocutores, como por exemplo, os operários.

¹⁴⁷ O conceito de habitus revela o conhecimento adquirido do sujeito na ação, a partir da incorporação do sentido prático da disputa envolvida. As posturas incorporadas traduzem as práticas imersas na dimensão da disputa política em questão. É resultado de um processo de percepção do contexto somado ao espaço do ator na estrutura objetiva: O “Corpo socializado, um corpo estruturado, um corpo que incorporou as estruturas imanentes de um mundo ou de um setor particular desse mundo, de um campo, que estrutura tanto a percepção desse mundo como a ação nesse mundo” (BOURDIEU, 1996, p.144).

Num contexto como esse, assumir identidades e papéis sociais significa tomar partido num sistema social ordenado por múltiplas realidades, domínios e universos de significação, uma vez que cada sub-universo está estruturado por valores específicos, que estabelecem visões especiais e particulares da totalidade social. Roberto Damata (1976) ao analisar os custos das identidades sociais discute como os processos de “seleção das identidades”, geram certos sancionamentos correspondentes à dinâmica relacional. Segundo o autor, a seleção de certos papéis sociais – a entrada e ou a saída de um sub-sistema de significação – indica uma série de qualificações, exigências e formas de custos sociais.

Dessa forma, podemos exemplificar o contexto que permite aos componentes do MPC - Movimento Paz no Campo, que não participa de nenhum dos dois coletivos analisados no trabalho, mas que questiona o processo de identificação dos Territórios Quilombolas no Sapê do Norte – atribuírem aos remanescentes de quilombos o adjetivo “oportunistas”. Pois, de acordo com o MPC, os quilombolas instrumentalizam os “benefícios” garantidos pelo Estado brasileiro. O processo de identificação e demarcação dos territórios quilombolas é visto não como um direito adquirido e garantido pela Constituição Federal, mas como um privilégio. Por outro lado, a mesma arena política permite aos quilombolas e as entidades parceiras interpretarem a resistência aos seus direitos com relação às “terras tradicionalmente ocupadas”, como expressão de valores de cunho racista, intolerantes às diferenças e ao passado escravocrata.

Para Damata (1976), a “seleção das identidades”, só deve ser entendida imersa no contexto de disputa em que ela é inserida que revela o conflito por legitimidade do grupo, noções de História, bem como seus projetos para o território, utilizando-se de capitais específicos à sua argumentação: “Cada domínio tem mais ou menos recursos para institucionalizar seu ponto de vista da

totalidade social, estendendo ou não seu ponto de vista a todo o sistema social” (ibdi, 38). Os agentes envolvidos na luta pelos territórios no Sapê do Norte, protagonizados pelas entidades quilombolas – mas que envolve de modo mais amplo: o Estado, a Aracruz Celulose, a Rede Alerta Contra o Deserto Verde e o MPC, fazendeiros, empresas produtoras de cana de açúcar – exprimem os apelos, as versões de passado e projetos territoriais que legitimam a existência no contexto de disputa das respectivas identidades. Dessa forma, a luta simbólica inclui a luta pelo poder de legitimidade dos diferentes atores.

As configurações de forças de diferentes contextos resultam em estratégias específicas, e que são “definidas de modo situacional. Decisões tomadas por determinada entidade componente da Rede Alerta podem ser avaliadas como “indevidas” por outro grupo componente do mesmo coletivo. Circunstâncias como essas, exprimem diferentes escalas de prioridades e arenas de confrontos que, automaticamente, traduzem a complexidade e a diferença dos espaços destes grupos na estrutura social, embora mobilizem recursos através de uma mesma coalizão política e concentrem esforços contra um mesmo antagonista: a agroindústria da celulose no Espírito Santo.

Estrategicamente, os grupos acionam artifícios discursivos de descrédito das posturas do outro, aproximando-se do que Albert Hirschman (1992) identificou como “efeito perverso” da retórica que analisa as justificativas das políticas escolhidas pelos grupos opositores. As narrativas remetem a visões de mundo e, com elas, interpretações que deslegitimam posturas e práticas do outro. Uma ação, um acordo ou a escolha de determinada parceria por alguma das entidades ambientalista - ou pelo coletivo do Fórum - podem desencadear um repertório argumentativo por parte da Rede Alerta - ou de algumas de suas entidades. O contrário também ocorre.

As disputas internas entre os dois coletivos além de demarcarem a diversidade não só das entidades - mas dos históricos de cada uma delas - identifica,

também, as trajetórias individuais dos membros dos grupos. As disputas se dão pelo reconhecimento das atividades, bem como pela competência de uma atividade em especial em que a entidade está engajada. Existem nos dois conjuntos das entidades, disputas por formas distintas de capitais: social e político, que podem condicionar a legitimidade e a representatividade das entidades interna e externamente ao coletivo. A busca pela legitimidade é, por vezes, acompanhada pelas críticas ao outro, apontando certas posições em determinado momento político, ações, discursos ou possíveis parecerias.

As estratégias experimentadas de modo não coincidente num mesmo coletivo – tanto entre as entidades que formam a Rede, como as ONGs do Fórum – revelam que os entendimentos, identidades e decisões dos grupos nunca são idênticas. Projetos, financiamentos ou parcerias de algumas entidades do Fórum podem transparecer como pouco legítimos sob a perspectiva de outras partes que formam o mesmo coletivo.

Os momentos das disputas internas, tanto no Fórum das ONGs, quanto na Rede Alerta, revelam conflitos de projetos, prioridades, aproximação entre determinadas entidades ou rompimento nas relações de outras. E até o afastamento de algum indivíduo ou entidade das atividades dos coletivos. Nestes momentos é possível identificar que a produção do discurso externo – para fora da entidade, dirigido ao coletivo – pode, ou não, estar descolado das intenções políticas dispostas na situação. A valorização e a deslegitimação de certas arenas políticas, pode depender das formas como os indivíduos (e as entidades) elaboram suas práticas e endereçam suas críticas aos outros.

Pode-se perceber também, entre as duas coalizões, o Fórum das ONGs e a Rede Alerta, formas de re-significação de determinadas noções usadas de modo freqüente, numa ressemantização de discursos sobre, por exemplo, “sociedade

civil”, “comunidade”, “autonomia”, “participação” e “meio ambiente”, podendo estes termos remeter a diferentes situações e relações¹⁴⁸.

4.4. QUAL MEIO AMBIENTE?

As representações hegemônicas do “meio ambiente” o consideram como pura objetividade de matéria e energia, desconsiderando os distintos sentidos sócio-culturais que diferentes sujeitos podem atribuir a um mesma configuração material. Eis um traço distintivo das duas coalizões que aqui analisamos, como o descreve um membro do Fórum das ONGs:

Tenho muito respeito pela Rede Alerta, porque ela mobiliza os movimentos sociais, A grande diferença é que ela trabalha com sujeitos de direito. Que são as comunidades, são os humanos. E o movimento ambientalista, ele trabalha com os objetos de direito. Essa é a diferença fundamental. Então as estratégias são diferentes, e elas se justificam, tanto de uma quanto de outra. Por isso que eu disse que elas são complementares (Informação verbal, L., 52 anos, médico, AMIP, Fórum das ONGs).

Com esse entendimento, a ação do Fórum tendê a concentrar-se na busca de aperfeiçoamentos tecnológicos próprios a uma estratégia de “modernização ecológica”, termo que indica o processo de incorporação das instituições pelas questões da crise ambiental, aliada ao crescimento econômico e “a resolução dos problemas ambientais, dando-se ênfase à adaptação tecnológica, à celebração da economia de mercado, à crença na colaboração e no consenso” (BLOWERS 1997 apud ACSELRAD, 2004, p. 32).

¹⁴⁸ Situação semelhante aparece em Comerford (1999, p.19), ao analisar a amplitude de significados que pode assumir o termo “Luta” entre os trabalhadores rurais, no Oeste da Bahia: “Esses diferentes significados remetem a diferentes situações, agentes e relações, e fazem parte de discursos distintos. Podendo, esse termo significar o esforço do trabalho centrado na visão cotidiana, da dignidade, opondo-se a preguiça, em meio ao contexto que denuncia a situação de carência de quem fala”.

Assim é que um dos membros da Rede Alerta relatou ter sido abordado por um ambientalista de sua região, que o informou que a empresa produtora de celulose poderia financiar projetos se houvesse interesse de sua parte:

Quem falou isso foi um rapaz lá de Itaúnas, ele tem uma associação, nem sei como que chama, de ave de rapina. Ele é contemplado, é só pedir porque ele já tem: “Você vê que na Bahia tá comprando as fazendas, tá deixando sei não quantos por cento pra reflorestamento...” [E o jovem quilombola haveria respondido]. “Rapaz, muito obrigado pelo seu conselho, mas eu prefiro a minha luta, entende? Então, o que eu quero? Por mim, se ela pegar uma área aí de 1000 ha pra deixar 500 ha de floresta, e ter as 500 ha dela de produção, pra mim tá tranqüilo. Agora, o que eu quero, é o território que pertence à minha família, que pertence a minha comunidade (Informação verbal, T. 21 anos, agricultor, Comissão Quilombola, Rede Alerta).

A questão é, assim, recolocada, visto que na perspectiva acima enunciada pelo membro da Comissão Quilombola, não existiria ambiente sem sujeito e, sim, sujeitos de determinados ambientes. Por sua vez, a concepção exposta pelo membro do Fórum, de uma ambiente uno, constituído de pura matéria, fundamento de uma causa supra-classista e universal, desconsidera as condições sociais concretas de apropriação e de poder sobre os recursos ambientais. As entidades da Rede Alerta, formadas pelas entidades da Via Campesina, quilombolas, indígenas, ABG, FASE, Brigada Indígena, Comissão de Direitos Humanos, se opõem, assim, ao modelo de produção corporificado pela agroindústria da celulose, questionando a desigualdade na distribuição de poder sobre os recursos ambientais no Espírito Santo, enquanto as práticas do Fórum inscrevem-se no interior deste modelo, visando a redução de seus efeitos colaterais supostamente indesejáveis para o conjunto socialmente indiferenciado dos homens.

As denúncias da Rede Alerta apontam para as mudanças no espaço físico-cultural geradas pelos monocultivos: o alto nível de desmatamento das florestas nativas, a extinção da caça, o desaparecimento e a intoxicação de cursos d'água, a impossibilidade da pesca, a queda da fertilidade do solo. Sem contar, os casos de contaminação - que resultaram em cegueira, mutilações,

envenenamento e morte – que configuram as precárias condições e relações de trabalho (geralmente terceirizado pela multinacional). Um dos participantes deste coletivo diferencia as representações do grupo, frente aos acordos e parcerias com a Aracruz Celulose:

Então o que eles pensam? É possível conviver um grande latifúndio do eucalipto, com um camponês, com um quilombola cultivando café, mandioca, essas coisas... É possível sentar na mesa com Aracruz e dizer, é possível... Enfim... Eles acreditam que é possível essa relação entre explorador e explorado (V., 35 anos, camponês, MPA, Rede Alerta).

O mesmo entrevistado assim exprime a impossibilidade de dissociação entre os recursos ambientais e os sentidos sócio-culturais que eles carregam: “O camponês, o quilombola e o índio sem a natureza, não é ninguém... O capital quer separar isso”. A relação entre o conjunto de fatores cognitivos e culturais específicos das sociedades e a seus ambientes não deveria ser compreendida enquanto corpos isolados. O “meio ambiente” e a “cultura” devem ser entendidos como dois componentes de um só processo de reprodução socio-cultural, visto que “todo projeto social é um projeto ecológico, da mesma forma que todo projeto ecológico é um projeto social” (HARVEY, 1992 apud ACSELRAD, 2004).

O Rio Doce que sofreu processo de transposição para abastecimento da indústria da Aracruz Celulose, não tem o mesmo sentido para os pequenos agricultores que vivem em Linhares e que utilizam o rio como fator fundamental na reprodução de suas comunidades. Os recursos ambientais, nesta perspectiva, não podem ser vistos numa única e objetiva unidade de significação, mas, sim, como parte de um campo de forças, onde, entre outros sujeitos, instituições e atores coletivos, entidades ambientalistas e ONGs se posicionam.

Nesta arena de conflito, num primeiro momento, observou-se a disputa pela apropriação do território e seus recursos. Aos poucos vão-se revelando os

diferentes projetos envolvidos numa luta simbólica denotando formas distintas de apropriação e uso do território¹⁴⁹.

Alternativas à ocupação territorial expressa pelo modelo agro-exportador da celulose, vislumbrado pela Rede Alerta, podem ser exemplificadas pelos sujeitos das “terras tradicionalmente ocupadas” (ALMEIDA, 2006). Os territórios, nesse sentido, acabam sendo revestidos de dimensões culturais, como resultado de ações coletivas que conferem significação ao espaço vivido, em proximidade ao que se definiu por processo de “territorialização”. Os projetos territoriais no contexto analisado incorporam, ainda, a histórica luta política pela reforma agrária, reivindicada pelo movimento camponês no estado, como em todo o Brasil.

Um segundo momento da “luta simbólica” ocorre concomitantemente ao primeiro, mas se diferencia pelo fato de ser onde se descrevem as categorizações, os critérios de classificações e princípios de justiça dos diferentes grupos presentes no campo; onde se percebem os embates de sentidos, que são embates políticos, expressando também as desigualdades de poder simbólico. Evocam-se as categorias de “deserto verde” e de “retomada de territórios quilombolas”, por um lado, ou de “ecologismo de resultados”, por outro, que orientam, respectivamente as duas coalizões aqui analisadas, com suas legitimidades em constante movimento.

“É o espaço em que se confrontam as representações, valores, esquemas de percepção e idéias que organizam as visões de mundo e legitimam os modos de distribuição de poder verificados no primeiro espaço” (ACSELRAD, 2004b, p.23). Dessa forma, diferenciam-se as linhas de confronto e as linhas das arenas

¹⁴⁹ Os documentos do Fórum das ONGs das Ambientalistas, por exemplo, utilizam ora “preservação”, ora “conservação” da Mata Atlântica. Diegues (2004) relaciona “conservação” à racionalização dos recursos naturais no atendimento ao mercado. Já o termo “preservação”, para ele, é associado a noção da beleza cênica e a dimensão espiritual da vida selvagem.

políticas, mas que sobrepostas desvelam as legitimidades que estão em constante movimento.

Tabela 2 – Comparação geral das características entre o Fórum das ONGS ambientalistas do Espírito Santo e da Rede Alerta Contra o Deserto Verde.

FÓRUM DAS ONGS	REDE ALERTA
Desmatamento	Terra
Busca por uma sustentabilidade (equilíbrio) Informações Técnicas Científicas	Não há sustentabilidade, relação com pesticidas Concentra água e terra, expulsa populações locais
Consolidação de uma política de reflorestamento: recomposição da cobertura vegetal	Retomada das terras dos “povos tradicionais”. Questionar a ocupação territorial pelo monocultivo
Levantamento técnico; trabalho junto ao produtor rural (educação ambiental); Distribuição eficiente das mudas nativas	Passeatas, auto-demarcações, ocupações, denúncias internacionais, dossiês
Representação nos Conselhos	Não reconhece legitimidade dos espaços de representação
Sul do estado	Norte do estado
Estado ineficiente em suas obrigações fiscalizadoras: estudo de impactos ambiental. Convivência. Permite o desmatamento.	Estado catalisador dos interesses da empresa: financia, protege, viabiliza. Criminalização das críticas ao “desenvolvimento”.
Há possibilidade de convivência com os plantios, através de projetos em parceria: empresa/Estado	Impossibilidade de acordos com Estado/empresa
Somente ONGs ambientalistas	Movimentos, ONGs, indivíduos
Adequar aos plantios (nas áreas de fomentos) às exigências “ambientais”	Crítica anti-capitalista a partir da ocupação dos plantios, ao “modelo de desenvolvimento”

As remissões ao meio ambiente, numa perspectiva crítica ou da modernização ecológica, concorrem para, na arena de disputa material e simbólica, deslegitimar ou legitimar os plantios de eucaliptos em escala industrial no Espírito Santo. Entender o meio ambiente e o ambientalismo, como espaços em

conflitos, possibilita vislumbrar a construção de espaços – materiais e argumentativos - por atores coletivos que denunciam a concentração fundiária e de poder sobre os recursos do território, ou, ao contrário, aderem ao discurso modernizador e consensualista do progresso econômico e técnico.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao enunciar o meio ambiente neste contexto da luta simbólica, os dois agregados de entidades associativas não governamentais do Espírito Santo desvelam projetos de organização territorial e compreensões de democracia específicos, assim como distintos princípios de classificação e justificação das ações dos grupos. O que se buscou neste trabalho foi descrever como os dois grupos diferentes de entidades associativas não governamentais articulam e desempenham papéis de significação do mundo social que encontram expressão nos conflitos ambientais internos ao campo do monocultivo da celulose no Espírito Santo. Ao fazê-lo lançam-se igualmente no campo mutável de relações que constituem o “não-governamental” em disputa por sua legitimidade respectiva.

Com base no entendimento da noção de luta simbólica foi possível identificar o caráter situacional de certos termos, ou seja, o fato de que os sentidos de determinadas palavras são re-elaborados conforme a disputa e o antagonista. A categoria não-governamental carrega para os ambientalistas do Fórum das ONGs o sentido de profissionalização das entidades em função de suas trajetórias históricas e de suas mobilizações no estado, ao mesmo tempo em que remete à “seriedade com o trabalho”. O pertencimento à categoria não governamental relaciona-se, desta forma, aos registros, aos documentos “em dia”, ao tempo de institucionalização da entidade, ao conhecimento técnico acumulado pelos participantes e às parcerias - das mais variadas - entre as entidades que acreditam possuir autonomia tanto em relação ao Estado quanto em relação à iniciativa privada (o que permitiria gozar de liberdade para

estabelecerem acordos, comungando do princípio do que é possível fazer, dentro de determinadas circunstâncias).

Para a Rede Alerta, o mesmo termo possui uma dimensão pejorativa. Está relacionado aos interesses instrumentais e à não-politização das questões sociais e ambientais. Transforma-se, inclusive, em um princípio de acusação: “ongueiro”, ou “tornou-se ongueiro”. Ser “ongueiro” pressupõe atividades que possam ser realizadas com a mediação de pagamentos em dinheiro. Mesmo as poucas entidades participantes da Rede Alerta, que são categorizadas do ponto de vista jurídico como ONGs, se diferenciam das outras que não comungam das atividades do coletivo: “somos uma ONG, mas não somos como a maioria delas”. Isso porque a “maioria delas” possui financiamentos públicos ou de empresas que, com efeito, direcionam os programas desenvolvidos por elas, desqualificando estas práticas como imorais. No geral, as entidades que formam a Rede Alerta se auto-identificam como portadoras de um projeto socialista. Este projeto fundamentaria a reivindicação da reforma agrária, a reelaboração das prioridades do Estado – desvinculadas dos interesses das empresas -, e o projeto da agricultura camponesa que prevê alternativas radicais à ocupação do território. Sendo assim, evoca um sentido e uma temporalidade diferentes das ações e discursos do “profissionalismo” das conhecidas ONGs, que estariam preocupadas com projetos mais imediatistas e de curto prazo, “na medida do possível”.

O Fórum das ONGs, através da construção de espaços de participação alternativos aos conselhos, atinge seus objetivos em favor da “revitalização” dos remanescentes de áreas da Mata Atlântica, em acordo com um dos objetivos do Sistema Estadual de Meio Ambiente. Por outro lado, a execução dos “pactos” e “acordos”, permite a realização de “estratégias corporativas” por parte das empresas poluidoras, inseridas no paradigma do “ambientalismo corporativo” (ANDRADE, 2001).

A lógica pela justificação do desenvolvimento econômico permitiu a entrada dos grandes projetos de impacto no Espírito Santo e, como sabemos, redefiniu radicalmente as relações no território capixaba. A justificativa desenvolvimentista, aliada à brutalidade do Estado de exceção, dificultou durante um período os questionamentos sobre a natureza das relações entre as indústrias agro-exportadoras, recursos naturais e o território.

Como tentamos mostrar neste texto, os agentes comprometidos com a acumulação capitalista recorrem a uma ordem de justificação específica. É o que se observa em relação ao discurso do desenvolvimento econômico articulado à “sustentabilidade” dos recursos ambientais. De acordo com os autores Boltanski e Chiapello (1999), na história do capitalismo estes agentes sempre recorreram aos princípios de suas críticas e, a partir delas, elaboraram argumentos em favor do princípio de justiça que consolidam sua base moral, incorporando, inclusive, elementos que não os herdados da teoria econômica.

O “novo espírito do capitalismo” recorre aos esquemas de pensamento mais importantes, inscritos nos contextos sociais que lhe são próprios - e mesmo aqueles que lhe são hostis - e os incorporam por meio da sua justificação. Para os autores há, atualmente, uma relação dinâmica entre a ética do capitalismo e as críticas que a endereçam, na medida em que se responde aos pontos destacados pela crítica para que assim se conserve sua adesão e reprodução.

Na utilização de modelos que buscam desarmar suas críticas, os agentes do capital consagram o encobrimento dos conflitos, fortalecendo as leituras “consensualistas” e universalistas, principalmente abstraindo as diferenças de poder entre os diferentes atores sociais sobre o uso dos recursos naturais: “Estamos fazendo pelo bem de todos”. As ações e os programas desenvolvidos pelas empresas implicam em referências que deslocam a busca pelos benefícios destas, neutralizando parte dos questionamentos que lhe são dirigidos.

Desta forma, as exigências dos mercados internacionais, as indicações das medidas compensatórias e as pressões morais pelo “ambientalmente correto”, podem ser representadas pela expectativa de unificação de diferentes atores sociais dirigidos ao que entendem por “bem comum”. Ao mesmo tempo, este cenário da harmonização dos esforços e interesses envolvendo o meio ambiente pressupõe a despolitização dos mecanismos de apropriação dos recursos naturais e de seus mecanismos de gestão. A dimensão política inerente a este contexto é tratada na ordem do “viável”, do “possível” num quadro dado.

Os temas políticos se despolitizam e passam pra o âmbito do privado. As instituições privadas da sociedade civil passam a encarnar a unidade, antes prerrogativa da autoridade política estatal. Os valores, modelos culturais e regras em jogo que diferem os interesses são considerados indiscutíveis e os interesses diversos são simbolicamente unificados (ACSELRAD, 2006, p.237).

A ampliação do “não-político”, ou melhor, a utilização da ciência e da tecnologia como orientação adequada para a definição de políticas ambientais vai ao encontro do que Jacques Rancière (1996) sustenta como “democracia pós-consensual”. Por este princípio, dominante nas mais variadas faces da vida pública, os agente sociais tendem a atuar em favor de mecanismos que favorecem o “encobrimento do conflito”, diluindo as distâncias entre as formas de poder no tecido social.

As lutas sociais envolvendo o meio ambiente tendem, em consequência, a ser despolitizadas pela cientificização das políticas ambientais, sendo a própria despolitização, por certo, uma estratégia de afirmação da distribuição de poder no campo de forças. Assim é que as agencias estatais de meio ambiente, sustenta Fabiani, limitam-se, por vezes, à ação simbólica de administrar as representações da Natureza, separando a Natureza a conservar da Natureza ordinária, aberta aos apetites econômicos (ACSELRAD, op. cit., p.21).

Rancière sugere os modos nos quais os discursos oficiais celebram as vitórias da razão consensual diante das “ultrapassadas” formas de conflito político, qualificando determinados segmentos sociais como capazes de negociar com o Estado, buscando distanciar as diferenças entre os papéis sociais e as qualidades de poder, propondo que todos são iguais e inexistem as divergências de interesses. Assim os agentes sociais tendem a objetivar os problemas,

saberes requeridos e as parceiras para que juntos, encontrem uma solução razoável:

[...] Os atores sociais chamados a assumir suas responsabilidades para o tratamento concentrado dos problemas são sobretudo convidados a verificar que a solução “mais razoável” é na verdade a única possível, a única autorizada pelos dados da situação tais como os conhecem os Estados e seus especialistas. O consenso então não é nada mais que a supressão da política (RANCIÈRE, 1996, p. 379).

Diante disso, o atual e hegemônico modelo “consensualista”, pressupõe uma lógica universal da razão entre os discursos: “Quanto menos coisas há a discutir, mais se celebra a ética da discussão, da razão comunicativa, como fundamento da política” (ibid, p.367). A razão consensual pressupõe uma objetivação do mundo social e dos papéis dos agentes. Reforça-se o entendimento do “equilíbrio da natureza” como princípio da racionalização do território - contrário ao caos social, que necessita ser administrado - independente dos outros valores que o compõem. A “destruição do meio ambiente” é exposta sob a forma de ausência de conhecimentos tecnológicos ou como expressão de valores anti-ecológicos irresponsáveis.

A análise dos distintos agregados de organizações envolvidos no debate público sobre o monocultivo do eucalipto no Espírito Santo sugere que conflitos ocorrem quando certos atores sociais denunciam a desigual distribuição de poder sobre o território e seus recursos. Emerge, então, um vasto arsenal simbólico relacionado à condição dos grupos marginalizados pelas políticas públicas e pelo histórico processo de concentração fundiária e excludente ocupação espacial protagonizada pela indústria agro-exportadora. Manifestam-se igualmente expressões mais pragmáticas de quem “naturaliza” os ambientes, reduzindo-os a pura matéria e energia sob ameaça de esgotamento.

As diferentes abordagens da noção de “meio ambiente” expressas pelos dois coletivos aqui analisados – Fórum das ONGs Ambientalistas do Espírito Santo e a Rede Alerta Contra o Deserto Verde – exemplificam as distintas formas assumidas pelo “ambientalismo”, expressas numa zona de confronto na qual a

modernização e o progresso econômico, representados pela empresa de celulose, aparecem circunstancialmente como objeto de ameaça e os movimentos sociais críticos como agentes da desordem.

V REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H. Conflitos Ambientais - a atualidade do objeto. In. ACSELRAD, H. (org.) **Conflitos Ambientais no Brasil**. Relume Darumá: Fundação Heinrich Boll. Rio de Janeiro, RJ, 2004a.

_____. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In. _____ (org.) **Conflitos Ambientais no Brasil**. Relume Darumá: Fundação Heinrich Boll. Rio de Janeiro, RJ, 2004b.

_____. Las políticas ambientales ante las coacciones de la globalización. In.: Alimonda, H (org). **Los tormentos de la materia. Aportes para una ecología política latinoamericana**. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciências Sociales, Buenos Aires. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar>>, 2006.

ALIMONDA, H. **Cuando los árboles son un desierto**. Análisis OSAL– Observatório Social da América Latina, Ano VI, nº 17 mayo-agosto. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciências Sociales, Buenos Aires/Argentina. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar>, 2005.

ALMEIDA, A. W. B. de **Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização, movimentos sociais e uso comum**. Manaus: PPGSCA, 2006.

ANDRADE, J. C. S. **Conflito, Cooperação e Convenções: análise das estratégias sócio-ambientais para a gestão sustentável das plantações de eucalipto da Aracruz Celulose S.A.** Resumo da tese doutoral defendida no Núcleo de Pós-Graduação em Administração, da Universidade Federal da Bahia (NPGA/UFBA), 2000.

_____. **A dimensão político-institucional das estratégias sócio-ambientais: o caso da gestão sustentável das plantações de eucalipto na Aracruz Celulose S.A.** 34º. Congresso Anual de Celulose e Papel. ABTCP - Associação Brasileira Técnica de Celulose e Papel, 2001

ARAÚJO, F. G. B. de, ; VAINER, C. B. **Grandes projetos hidrelétricos e desenvolvimento regional**. Rio de Janeiro: CEDI, 1992

ASSAD, L. Transformando conflitos em oportunidades (entrevista), In.: **Revista do Terceiro Setor**, setembro, 2007. Disponível em <www.rits.org.br> Acesso em 23 de setembro de 2007.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESPÍRITO SANTO. **CPI da Aracruz**, maio 2002. Processo nº 156, 2002.

ASSUMPÇÃO, L. L. **A invenção das ONGs – Serviço invisível à profissão sem nome**. Tese (Doutorado PPGAS – Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Museu Nacional) UFRJ, Rio de Janeiro/RJ, 1993.

A “TERRA SEM MALES” está no litoral capixaba. **ES: MALDIÇÃO ECOLÓGICA**, número 01, Vitória, 1983.

BANCO MUNDIAL, **Região da América Latina e Caribe**: agências multilaterais promovem consenso político na América Latina e o Caribe para alcançar os objetivos de desenvolvimento do milênio, Disponível em www.bancomundial.com.br. Acesso em 12 de maio de 2007.

BECKER, H. **Uma teoria da ação coletiva**. Zahar, Rio de Janeiro, RJ, 1977.

BERNARDES, F. ONGs abandonam o Consema e Conselho de Recursos Hídricos. **Século Diário**, Disponível em <www.seculodiario.com.br>. Acesso em 14 de julho de 2007a .

_____. Fomentados da Aracruz cobram melhores preços e reclamam prejuízos, Disponível em <www.seculodiario.com.br>. Acesso em 16 de outubro de 2007b.

_____. Pacto entre poluidoras e MPE causa suspeitas entre ambientalistas. **Século Diário**, Disponível em <www.seculodiario.com.br>. Acesso em 19 de maio de 2007c.

BOLTANSKI, L. e CHIAPELLO, E. **Le nouvel esprit du capitalisme**. Éditions Gallimard, 1999.

BOURDIEU, P. ¿Que és lo que hace uma classe social? Acerca de la existencia teórica y práctica de los grupos. In: **Revista Paraguaya de Sociologia**, nº 89 (enero-abril), 1994.

_____. Espaço Social e Espaço Simbólico, In.: **Razões práticas sobre a teoria da ação**. Papirus Editora, Campinas, SP. Tradução: Mariza Corrêa, 1996.

_____. A identidade e a representação. Elementos para uma reflexão crítica sobre a idéia de região. In.: **O Poder Simbólico**. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, RJ. Tradução: Fernando Tomaz, 2006

_____; CHAMBOREDON, J.; PASSERON, J. **Ofício do sociólogo: metodologia de pesquisa na sociologia**. Ed. Petrópolis, Vozes, RJ. Tradução: Guilherme João de Freitas Teixeira, 2007.

BORGES, C. X. A. **Territorialidade sócio-ambiental e o desenvolvimento sustentável na perspectiva da Aracruz Celulose**. 34º. Congresso Anual de Celulose e Papel. ABTCP - Associação Brasileira Técnica de Celulose e Papel, 2001.

CICCARONE, C. e SCARIM, P. A Aracruz Celulose e a questão indígena. **Tempo e Presença**, v. 25, n. 330, 2003.

COIMBRA, U. Aracruz celulose tem 462 mil hectares de eucalipto, dizem deputados. **Século Diário**, Disponível em: <<http://www.seculodiario.com.br>>. Acesso em: 10 de janeiro de 2008.

COMERFORD, J. C. **Fazendo a Luta: sociabilidade, falas e rituais na construção de organizações camponesas**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999.

CRESPO, S. **Verdes que amadurecem: os desafios da especialização e profissionalização das organizações e dos militantes ambientalistas no Brasil**. Trabalho apresentado no XIX Encontro Nacional da ANPOCS - Associação

Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa e Ciências Sociais. Caxambu/ MG, 1995.

CRONOGRAMA de protesto é traçado **A Gazeta**, Vitória, 10 de novembro de 1979.

DAMATA, R. Quanto custa ser índio no Brasil? Considerações sobre o problema da identidade étnica. In.: **Dados**. Rio de Janeiro. IUPERJ. nº. 13, 1976.

DALCOMUNI, S. M. **A implantação da Aracruz Celulose no Espírito Santo – principais interesses em jogo**. Dissertação (Mestrado em Pós-Graduação em Desenvolvimento Agrícola) UFRRJ, Itaguaí, RJ, 1990.

DE`NADAI , A (et al) **Promessas de emprego e destruição do trabalho: O caso Aracruz Celulose no Brasil**. Coleção WRM sobre as plantações, nº2. Brasil, 2005

DIEGUES, A. C. **O mito moderno da natureza intocada**. Editora Hucitec. Nupaub/USP, 4º edição, 2004.

DOIMO, A. M. **Movimento Social urbano, igreja e participação popular: Movimento de transporte coletivo de Vila Velha, Espírito Santo**. Vozes. Petrópolis, 1984.

ESPÍRITO Santo pode virar deserto! **ES AGORA**, número 01, Vitória, 1972.

ESTEVEZ, V. J. **Modernizacion Neoliberal, sociedad y tercer sector em Chile**. II Encuentro de la Red Latinoamericana y del Caribe de la sociedad internacional de Investigacion del Tercer Sector (ISTR) em 1999. Disponível em: <www.rits.org.br> Acesso 23 de abril de 2007.

EURICO pede a Aracruz para explicar a poluição. **A Gazeta**, Vitória, 10 de novembro de 1979.

- EYS, T. V. **Solidariedade com os pobres ou comércio no mercado do desenvolvimento?** As organizações não-governamentais em Moçambique. Lusotopie, 2002.
- FALCONI, A. M e BETETA H. C. **Las organizaciones de médio ambiente y los comendores populares: dos casos para evaluar el sector sin fines de lucro en el Peru.** II Encuentro de la Red Latinoamericana y del Caribe de la sociedad internacional de Investigacion del Tercer Sector (ISTR) em 1999. Disponível em: <www.rits.org.br> Acesso 23 de abril de 2007.
- FANZERES, A. (coord). **Diagnóstico de conflitos sócio-ambientais em relação à plantação de árvores.** Relatório Final: Março, 2005.
- FASE, **Relatório sobre a violação de direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais na monocultura do eucalipto:** A Aracruz Celulose e o estado do Espírito Santo-Brasil. Vitória, Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional, 2002.
- FASE, **O caso Aracruz Celulose no Brasil:** ECAs exportando insustentabilidade. Espírito Santo, Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional. Brasil, 2003.
- FERREIRA, S. R. B. **Da fartura à escassez:** a agroindústria de celulose e o fim dos territórios no extremo norte de Espírito Santo. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana). USP, São Paulo/SP, 2002.
- FERNANDES, R. C. **Privado porem público:** o terceiro setor na América Latina. Relume- Darumá. Rio de Janeiro, 1994.
- FISHER, W. **Doing Good?** The Politics and Antipolitics of NGO practices. Annu. Rev. Anthropol. 26, 1999.
- FONTES, V. **Sociedade civil, classes sociais e conversão mercantil-filantrópica.** Ano VII nº 19, OSAL – Observatório Social da América Latina, enero-abril. CLACSO, Buenos Aires/Argentina, 2006. Disponível em:<<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar>>, Acesso em 12 de março de 2007.

FRAGA, P. C. P. **ONGs no espaço público uma trajetória de mudança.** Dissertação (Mestrado Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional - IPPUR) UFRJ, Rio de Janeiro/RJ, 1995.

GARRISON, J. W., **Do Confronto à Colaboração:** Relações entre a Sociedade Civil, o Governo e o Banco Mundial no Brasil. Banco Mundial. Brasília, DF, 2000. Disponível em:<www.bancomundial.org.br>, Acesso em 10 de março de 2007.

GRAMSCI, A **Maquiavel, a Política e o Estado Moderno.** Tradução: Luiz Mário Gazzaneo. 8ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

GOHN, M. G. Organizações Não Governamentais – ONGs: A modernidade da participação social. **ONGs – Parecerias e Educação Popular.** GEMDEC – Grupo de Estudos Sobre Movimentos Sociais, Educação e Cidadania. Numero 3 - Dezembro. Faculdade de Educação, UNICAMP, Campinas, SP, 1994.

GOMES, H. **Potencial e Limites às políticas regionais de desenvolvimento no estado do Espírito Santo:** O apego às formas tradicionais de intermediação de interesses. Dissertação (Mestrado do Programa de Pós-graduação em Economia), UFES, Vitória/ES, 1998.

_____. **Relatório sobre a implantação e sobre as atividades do Grupo Aracruz no território capixaba (RELATO PRELIMINAR).** s.l.:s,n., 2002.

GOVERNO pensa em ampliar porto na barra do riacho. **A Gazeta,** Vitória, 1979.

GRANDE Vitória dá início à guerra contra a poluição. **A Gazeta,** Vitória, 24 de dezembro de 1979.

HERCULANO, S. C. ONGs e movimentos sociais: a questão de novos sujeitos políticos para a sustentabilidade. In. Herculano, S. C (org). **Meio ambiente:**

questões conceituais. Pos-Graduação em Ciências Ambientais da UFF, Niterói. Riocor, 2000.

HIRSCHMAN, A. O. **A retórica da intransigência:** perversidade, futilidade, ameaça. Tradução: Tomás Rosa Bueno. Companhia das Letras: São Paulo, 1992.

JELIN, E. Ciudadania emergente o exclusión? Movimientos sociales y ONGs en los años noventa. In.: **Revista Mexicana de Sociologia**, ano LVI, n. 4, octubre-diciembre, 1994.

JORNALISTA norueguês acusa Aracruz Celulose de praticar genocídio. **A Gazeta**, Vitória, 06 de dezembro de 1979.

KOTHARI, R. The NGOs, The State and Word Capitalism. In.: **Issus of Third World Concern**. Third World Network Dossier, 1989.

LANDIM, L. Múltiplas Identidades das ONGs. In.: Haddad, S. (org.). **ONGs e as universidades.** Desafios para a cooperação na América Latina. São Paulo: ABONG; Peirópolis, 2002.

LEITE, S. e PALMEIRA, M. Debates econômicos, processos sociais e lutas políticas. In: COSTA, C. F.L e SANTOS, R. (org.). **Política e Reforma Agrária.** Rio de Janeiro, Mauad, 1998.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade.** São Paulo, Centauro, 2001.

LOBÃO, R. J. S. **Cosmologias Políticas do Neocolonialismo:** como uma política pública pode se transformar em uma Política do Ressentimento. Tese (Doutorado do Programa de Pós-graduação em Antropologia Social) UNB, Brasília/DF, 2006.

LOIOLA, M. **População vê com desconfiança o trabalho das ONGs ambientais.** RITS – Revista do Terceiro Setor. Disponível em: <www.rits.org.br>. Acesso em 24 de janeiro de 2007.

- LOUREIRO, C.B. **O movimento ambientalista e o pensamento crítico: uma abordagem política.** Rio de Janeiro: Quartet, 2003.
- LOUREIRO, K. **O processo de modernização autoritária da agricultura no Espírito Santo: os índios Tupiniquim e Guarani Mbya e a empresa Aracruz Celulose S/A (1967-1983).** Dissertação (Mestrado do Programa em História Social das Relações Políticas), UFES, Vitória/ ES, 2006.
- LOPES, J. S. L.(et al.) **A Ambientalização dos conflitos sociais.** Relume Darumá: Fundação Heinrich Boll. Rio de Janeiro, RJ, 2004.
- KOOPMANS, J. **Além do eucalipto: o papel do Extremo Sul.** Salvador: Memorial das Letras. 2ª. Edição, 2005.
- MARTINS, J. de S. **Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político.** 2ª edição. Petrópolis, Vozes, 1983.
- _____. **Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano.** São Paulo: Hucitec, 1997.
- MEDEIROS, R. Na guerra anti-beija flor, todos os cartuchos contra Ruschi. **ES: MALDIÇÃO ECOLÓGICA.** Volume 01. Ano 1983
- MELO, P. V. **Terceiro Setor e interorganizações: uma análise crítica a partir da realidade baiana.** Dissertação (Mestrado da Escola de Administração) UFBA, Salvador/BA, 2002.
- MOVIMENTO Alerta Contra O Deserto Verde. **Os danos socioambientais da monocultura do eucalipto no Espírito Santo e na Bahia.** Seminário, junho 2000, Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil, 2001.
- MOVIMENTO dos Pequenos Agricultores. Luta camponesa soberania alimentar e poder popular. **Caderno pedagógico: reflexões e construção de uma educação camponesa. "Educar para transformar com poder popular".** s.l.:s.n, s.d.

MULTIDÃO vai às ruas contra usina nuclear no estado. **A Gazeta**, Vitória, 29 de novembro de 1979.

NÚCLEO de difusão da Mata Atlântica. **Asambiental**, 2006.

OLIVEIRA, F. **Elegia para uma re(li)gião**: SUDENE, Nordeste. Planejamento e conflito de classes. 2ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

_____. Entre a complexidade e o reducionismo: para onde vão as ONGs da democratização? In: Haddad, S. (org.). **ONGs e as universidades**. Desafios para a cooperação na América Latina. São Paulo: Abong; Peirópolis, 2002.

PALMEIRA, M. **Eleição municipal, política e cidadania**. Tempo e Presença. Número 310, maio/junho, 2000.

PASSOS, A. C. D. **O ambientalismo como espaço histórico e político da educação ambiental**: sentidos produzidos. Dissertação (Mestrado Programa de Pós-graduação em Educação) UFES, Vitória/ES, 2005.

PEREIRA, T. D. **O não-governamental em questão**: um estudo sobre o universo ABONG. Rio de Janeiro: FASE, 2003.

PETRAS, J. **ONGs y movimientos sociopolíticos**. Disponível em: www.rebellion.org, dia 10 de janeiro de 2008.

PLANO de Diversificação E Desenvolvimento Agrícola, Governo de Cristiano Dias Lopes. **Estudos para o desenvolvimento do estado do Espírito Santo**. ASPLAN, VOLUME 1, 1968.

PRODUTOR florestal, **Revista do Programa Produtor Florestal da Aracruz Celulose**, ano II, número 11, agosto de 2006.

PUTNAM, R. D. **Comunidade e Democracia**: a experiência na Itália Moderna. Fundação Getulio Vargas, Rio de Janeiro. Tradução: Luiz Alberto Monjardim, 1996.

RANCIÈRE, J. O. Dissenso. In.: Novaes, A.(org.). **A Crise da Razão**. São Paulo: Companhia das Letras; Brasília, DF: Ministério da Cultura; Rio de Janeiro: Fundação Nacional de Arte, 1996.

RIBEIRO, A. C. T. **A natureza do poder: técnica e ação social**. Apresentado na mesa redonda “Comunicação e Redes de Poder em Saúde”, 2º. Congresso Brasileiro de Ciências Sociais em Saúde, São Paulo, 2000.

ROCHA, H. C. ; MORANDI, A. M. **Cafeicultura e grande indústria: a transição no Espírito Santo 1955-1985**. Vitória: Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1999.

ROQUE, A. **ONGs, cidadania e globalização: notas para uma discussão**, s.l., 1997.

SALOMÃO, J. F. **O outro lado do desenvolvimento: o bairro São Benedito (Vitória/ES) e os impactos urbanos da agroindústria de celulose**. Dissertação (Mestrado IPPUR – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional) UFRJ, Rio de Janeiro/RJ, 2006.

SARAGOUSSI, M ; LÉNA, P. **A atuação sócio-ambiental de uma ONG ambientalista na Amazônia: A Fundação Vitória Amazônica Lusotopie**, 2002/1.

SCHERER-WARREN, I ; KRISCHE, P. (org.). **Uma revolução no Cotidiano? Os Movimentos sociais na América Latina**. São Paulo, Brasiliense, 1987.

_____. **ONGs: elos de uma rede**. Resumo apresentado no Workshop ANPUR . Eixo temático: Novas formas de interação. Outubro de 1994, Gramado, RS, 1994.

SCHETTINO, L. F. **Avaliação Técnica e socioeconômica do reflorestamento em pequenas e medias propriedades rurais, em três municípios da região serrana do estado do Espírito Santo**. Dissertação (Mestrado em Ciência Florestal) UFV, Viçosa/MG, 1992.

SEIBEL ; GIANINI: ONGs: o novo inimigo do capitalismo. **Exame**. 19 outubro de 2006.

SILVA, M. Z. **Espírito Santo**: Estado, interesse e poder. FCAA/SPDC: UFES. Vitória/ ES, 1995.

SIQUEIRA, M. P. S. **Industrialização e empobrecimento urbano**: o caso da Grande Vitória, 1950-1980. Vitória: EdUFES, 2001.

SOUZA FILHO, E. A. ; DURANDEGUI, A. B. **Representações sociais sobre o meio ambiente entre ecologistas ligados a ONGs no Brasil**. Revista de Ciências Humanas, Florianópolis: EDUFSC, n.32, outubro, 2002.

TEIXEIRA, A.C.C. **Identidades em Construção**: as Organizações Não-governamentais no processo brasileiro de democratização. São Paulo: Annablume; Fapesp; Instituto Pólis, 2003.

TELLES, V. da S. ; PAOLI, M. C. Direitos Sociais: conflitos e negociações no Brasil contemporâneo. In ALVAREZ, Sonia E.; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo (orgs). **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos**. Editora da UFMG. Belo Horizonte, MG, 2000.

TIMPSON, S. Declaração. In.: **Desenvolvimento, Cooperação internacional e as ONGs**. 1º Encontro Internacional de ONGs e o sistema de agencias das Nações Unidas. IBASE /PNDU. Rio de Janeiro, RJ, 1992.

TURNER, V. **Dramas, campos e metáforas**: ação simbólica da sociedade humana. EDUFF, Niterói/RJ, 2008.

PARTENAIRES du Développement L'Union Européenne Et Les Ong, União Européia, s.l, s.d.

QUE mal fez Aracruz? **ES AGORA**, Novembro de 1979.

VALVERDE, S.R. (et al) Participação do setor florestal nos indicadores socioeconômicos do estado do Espírito Santo. **Revista Árvore**, Sociedade de Investigações Florestais. V. 29, n.1. Viçosa, MG, 2005.

VAINER, C.B Planejamento e questão ambiental: qual é o meio ambiente que queremos planejar? In.: **Encruzilhadas das modernidades e planejamento**. V Encontro Nacional da ANPUR UFMG/CEDEPLAR, Belo Horizonte: MG, 1995.

_____. As escalas do poder e o poder das escalas: o que pode o poder local? In.: **Cadernos IPPUR**. Planejamento e Território: ensaios sobre a desigualdade. Ano XV, nº2, Ago-Dez 2001/Ano XVI nº1, jan-jul 2002. IPPUR/UFRJ. Editora DP&A, 2002.

VIOLA, E ; H. LELIS. **O Ambientalismo Multissetorial no Brasil para além da Rio-92**: O desafio de uma estratégia global viável, Camara dos Deputados, Diretrizes de Ação para o Meio ambiente no Brasil. s.l, 1992.

VISITA de Charles Provoca Protestos e Suspiros, **A Gazeta**, Vitória, dia 26 de abril de 1991.

WEFFORT, F. **Democracia política e desenvolvimento econômico** In.: Desenvolvimento, Cooperação internacional e as ONGs. 1º Encontro Internacional de ONGs e o sistema de agencias das Nações Unidas. IBASE /PNDU. Rio de Janeiro, RJ, 1992.

WOLFE, A. **Três caminhos para o desenvolvimento: Estado, Mercado e Sociedade Civil**. In.: Desenvolvimento, Cooperação internacional e as ONGs. 1º Encontro Internacional de ONGs e o sistema de agencias das Nações Unidas. IBASE /PNDU. Rio de Janeiro, RJ, 1992.

SITES VISITADOS:

www.aracruz.com.br

www.bancomunidal.com.br

www.desertoverde.com.br

www.rits.com.br

www.seculodiario.com.br

ANEXO 1 – OS GRENDES PROJETOS INDUSTRIAS NO ES

1) *Complexo Siderúrgico*

a) Usina Siderúrgica de Tubarão

Empresa: CST

Controle acionário, ano 1975: SIDEBRÁS (51%), KAWASAKI STEEL CO (24,5%), FINSIDER (24,5%)

Linha de Produção: semi-acabados (slabs), 50% mercado interno, 50% exportação.

Investimentos: US\$ 2,3 bilhões

Localização: Grande Vitória (Serra)

- Projeto Concretizado. Início das Operações: 1983.

b) Usina de Laminação Não-Planos:

Empresa Ferro e Aço de Vitória (COFAVI)

Controle Acionário, ano 1975: BNDE (93, 5%), Tesouro Nacional (6,0%) e outros (0,5%); 50% mercado interno, 50% exportação.

Linha de Produção: não-planos (fio máquina, barras, perfis, cantoneiras)

Investimentos: US\$ 50 milhões

Localização: Grande Vitória (Cariacica)

- Projeto concretizado. Início das operações: 1978

c) Usina de Pelotização da Vale do Rio Doce:

Empresa Itabrasco

Controle Acionário: CVRD (51%), FINIDER (49%)

Linha de Produção: pellets de minério de ferro

Investimentos: US\$ 55 milhões

- Projeto concretizado. Início das operações: 1976

Empresa: Hispanobrás

Controle Acionário: CVRD(51%), Instituto Nacional de Indústria da Espanha (49%)

Investimentos: US\$ 55 milhões

- Projeto concretizado. Iniciou as operações: 1978

Empresa: Nibrasco

Controle Acionário; CVRD (51%), Nippon Steel Corporation, Nippon Kokan Kabushik, Suminoto Metal Indústrias, Kawasaki Steel Corporation, Kobe Steel Ltda. e Mishin Steel.(49%)

Investimentos: US\$ 110 milhões

- Projeto concretizado. Iniciou as operações: 1978

d) Usina de Pelotização SAMARCO

Empersa: SAMARCO

Controle Acionário: SAMITRI (51%), MARCONA INTERNACIONAL (49%)

Linha de produção: pellets de minério de ferro

Investimento: US\$ 190 milhões (incluindo instalações portuárias)

Localização: Ubu – Anchieta

- Projeto concretizado: iniciou as operações: 1978

2) *Complexo Naval*

a) Estaleiros de Reparos Navais

Controle Acionário: DOCENAVE, FRONAPE E LOYD (51%), Grupo Estrangeiro (49%)

Investimento: US\$ 90 milhões

Localização: Grande Vitória (Vitória)

- Esse empreendimento não se concretizou

3) *Complexo Paraquímico*

a) Empresa: Aracruz Celulose

Controle Acionário (na época de sua criação): Supergasbras Distribuidora de Gás Ind. e Com. S/A (17,5%), Cedibras – Financeiras do Brasil S/A (6,45%), Refinaria e Exploração de Petróleo União (6,39%), Companhia Brasileira de Projetos e Obras – CBPO (6,32%), Paranapanema S/A Mineração e Indústria de Construção (5,03%), UNIBANCO S/A (5,00%), Brasil Holanda Ind. S/A (3,92%), Banco Brascan de Investimentos (3,69%), Estabelecimentos comerciais Reunidos (2,55%), Brasil Warrant Cia Comércio e Participações (2,36%) e outros (41,24%).

Localização: Município de Aracruz

Linha de produção: celulose branqueada tipo “Kraft”

Áreas de florestas: 52.000 ha

Localização dos Plantios: Aracruz, Linhares, São Mateus e Conceição da Barra.

Investimentos: Indústria (US\$ 319 milhões), Floresta (US\$ 51 milhões), Infraestrutura do porto (US\$ 26 milhões).

- Projeto concretizado. Inauguração da indústria em 1978

b) Empresa: Flonibra empreendimentos florestais

Controle Acionário: CVRD, Japan Brazil Pulp

Linha de Produção: Celulose em polpa

Localização: Linhares e São Mateus

Investimento: US\$ 390 milhões

- Esse empreendimento não se concretizou limitando apenas uma parcela do reflorestamento previsto

4) *Complexo Portuário*

- a) Superporto de Tubarão – Usina Siderúrgica de Semi-acabados
- b) PORTPCEL – Porto da Barra do Riacho – Terminal da Aracruz Celulose.
- c) Porto de Ubu - Terminal de Exportação de minérios finos da SAMARCO.
- d) Projeto Portuário do Canal da Baía de Vitória

5) Complexo Turístico

Associação: EMCATUR

Localização: Guarapari – Rodovia do Sol – Cidade do Sol

Linhares – Parque Juparanã.¹⁵⁰

¹⁵⁰ Quadro baseado no trabalho de Loureiro (2006).

ANEXO 2 - LINHA DO TEMPO

1950

- Augusto Ruschi lança resultado do estudo “Fitogeografia do estado do Espírito Santo”, apontando a desertificação como um dos impactos do monocultivo do eucalipto;

1951

- Governo de Jones dos Santos Neves (51-54), políticas desenvolvimentistas, implementação de infra-estrutura, pequena base de apoio à indústria local;

1958

- Fundação da FINDES – Federação das Indústrias do Espírito Santo;

1962

- Política Federal de Erradicação dos Cafezais.

1964

- Sistema Nacional de Crédito Rural;

1965

- Novo Código Florestal, Lei nº 4.771/65, vértice da política florestal do país;

1966

- Estudos técnicos da ECOTEC – Economia e Engenharia Industrial; consultores capixabas, liderado por Leopoldo Garcia Brandão, sobre a viabilidade de uma empresa no mercado da celulose;
- Promulgada a Lei nº 5.106/66, amplia incentivos fiscais ao reflorestamento;
- Lançamento do PIFFR – Programa de Incentivos Fiscais ao Florestamento e Reflorestamento, criado a partir do Código Florestal;

1967

- Grupo Aracruz Florestal S.A (produção e comercialização);
- Plantações de eucaliptos 8 mil ha, áreas pertencente até então a COFAVI; além das terras em seu entorno (Especulação do preço das terras).

1967

- Criação do IBDF;
- Formada a primeira turma de Engenheiros Florestais (IBDF e FAO);
- Posse do Governador Cristiano Dias Lopes (67-71), nomeado pelo governo militar;
- Aracruz Florestal: plantios do eucalipto;
- Reforma Administrativa Lei nº 2.296/67 do Governo Estadual: Criação da Companhia de Desenvolvimento do ES (CODES);

- Inserção da CODES no “Programa de Diversificação para o Espírito Santo”;
 - Nível nacional: DNER, EMBRATUR, ENCATUR, BNDES, BNH, COHAB, DETRAN;
- 1968
- Criam-se condições para a instalação de indústrias no estado: ESCELSA, BR 262, BR 101, Porto CVRD;
- 1969
- Fundo de Recuperação Econômica do ES – FUNRES, Decreto Lei nº 880, gerido pelo GERES – Grupo Executivo para a Recuperação do ES. Em favor da diversificação econômica para projetos agropecuários, industrial, nas áreas de pesca e turismo;
 - Conversão do CODES em BANDES – Banco de Desenvolvimento do ES; Governo Médice – “Milagre Brasileiro”
 - I PND – Plano Nacional de Desenvolvimento;
 - Augusto Ruschi prossegue com a produção dos artigos em relação aos impactos sócio-ambientais pela substituição das Florestas nativas pelas Florestas Plantadas. (1969 -1975) auge de sua produção;
- 1970
- Decreto Lei nº 1.134/70, diferenciando o financiamento da Lei nº 5.106/66;
 - Auge dos GPI – Grandes Projetos Industriais;
- 1971
- Jaakoo Pöyri empresa finlandesa para os estudos de viabilidade econômica, para a produção industrial da celulose;
 - Posse do Governador Gerhardt Santos – característica técnica da administração (71-74), ex-liderança da FINDES e futuro diretor da Aracruz Celulose;
- 1972
- Conferência Mundial do Meio Ambiente, promovida pela ONU em Estocolmo, publicação do Relatório “Nosso Futuro Comum” (Brundtland). Participação do Governo autoritário brasileiro registra: “maior poluição é a miséria”, declarando abertura às indústrias estrangeiras;
 - Aracruz Florestal incorporada ao Grupo Aracruz, compra acervo florestal.
- 1973
- Fundada a SEMA – Secretaria Especial do Meio Ambiente (Ministério do Interior), Lei nº 73.030/73;
- 1974
- I PNPC – Programa Nacional de Papel e Celulose, inserido no II PND – Plano Nacional de Desenvolvimento (74/79);
 - Decreto Lei 1.376/74 cria a Fiset – Fundo de Investimentos Setoriais, alimentado pelo Imposto de Renda (física e jurídica), para “empreendimentos florestais”;
- 1975

- Primeira auto-demarcação dos Territórios Indígenas (75-83), 51 milhões de pés de eucaliptos em 70% dos 40 mil ha de terras indígenas;
- Aracruz Celulose adquire recursos junto ao BNDE para construção da primeira fábrica, Fábrica “A” : 45% financiamentos (FINAME) , US\$ 337 milhões. Iniciam-se as obras da primeira fábrica;
- Relatório da FUNAI, sobre os Índios Tupiniquim do município de Aracruz, processo nº 3.649/75;
- “Eucalipto e a Ecologia” relatório do estudo encomendado pela Aracruz, argumentando sobre os benefícios dos plantios. Respostas às críticas de Augusto Ruschi;

1976

- Governo Geisel - Decreto Lei nº 7.9046: “regiões prioritárias” e “distritos florestais”, concessão de incentivos; reforça o PNPC;

1978

- Inauguração da Primeira fábrica do Complexo Paraquímico, Fábrica “A”. Com a presença de Ernesto Geisel, capacidade 400 mil/ton ano;

1981

- Criado o CONAMA – Conselho Nacional de Meio Ambiente;
- Política Nacional de Meio Ambiente, nº 6938/81;
- Ação Cível Pública, nº 7347/85 disciplina responsabilidade por danos causados ao Meio Ambiente;

1985

- Inaugurado o Portocel (60% de investimentos do BNDE);
- Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente;

1986

- Jakko Poyri realiza Estudo de IEIA/RIMA: mitigação dos impactos sócio-ambientais, provenientes da eucaliptocultura;
- Avaliação de Impacto Ambiental – AIA, Resolução do CONAMA, nº 001/86, definições, critérios básicos e as diretrizes para uso e implementação do AIA;
- Governo Sarney: Crise Fiscal e privatização: BNDE, vende para o Banco Safra as ações que dispunha no grupo Aracruz Celulose S.A: 25, 90%;

1987

- Aracruz Celulose produz 60 % das exportações brasileiras ocupa 100.000 ha de terra distribuídos em 41.000 ha no município de Aracruz e 59.000 em Conceição da Barra e São Mateus;

1988

- Constituição Federal: art. 225: Estabelece a competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios de preservar Florestas, a fauna e a flora e de legislar concorrentemente sobre a proteção do Meio Ambiente. Conteúdo baseado no Relatório “Nosso Futuro Comum” (Brundtland);
- Artigo 68 ADCT/CF/1988, reconhece aos remanescente de quilombos a propriedade definitiva de suas terras;

- Parceria entre a empresa e o Governo do estado: Programa de Extensão Florestal;
- SEAMA condiciona para a duplicação da capacidade instalada a não expansão de eucaliptos em áreas próprias no Espírito Santo. A empresa adquire 48.00 ha no extremo Sul Baiano;
- Finalização do PIFFR - Programa de Incentivos Fiscais ao Florestamento e Reflorestamento;

1989

- Início do processo movido por André Ruschi (ACAPEMA) junto ao MPF – Procuradoria da República. Transformada em Ação Civil Pública (ACP) em 1993 contra o IBAMA, Governo do Estado e, como réu principal, Aracruz Celulose S.A;
- Convenção 167 OIT – Organização Internacional do Trabalho, sobre povos indígenas e tribais;

1990

- Lançamento do Programa Fomento Florestal;

1991

- Início da Construção da segunda fábrica, Fábrica “B”;

1992

- Manifestação do Greenpeace, no Porto de Vitória contra os impactos ambientais das empresas produtoras de celulose: “com sua monocultura de eucalipto a Aracruz destruiu mais de 20.000 ha de Mata Atlântica”, diziam os documentos distribuídos durante a manifestação;
- Durante a ECO-92, a empresa reage as provocações lançando o livro “Changing Course”, através do WBSCD – World Business Council for Sustainable Development. Considerado o marco do chamado “ambientalismo corporativo da terceira era”. Enfatizando 4 princípios básicos da gestão ambiental: “cumprimento além da legislação ambiental, prevenção da população, eco-eficiência e participação das stakeholders”;
- Manifestação de grupos ambientalistas contra a visita do príncipe inglês a fábrica da Aracruz Celulose no Espírito Santo;
- Criado o Ministério do Meio Ambiente - MMA;
- Lançamento de ADRs (American Deposit Receipt) na Bolsa de Nova York;

1993

- Segunda auto-demarcação dos Territórios Indígenas (93 -98), “Segunda Luta”;
- Embargo das licenças do “Programa Fomento Florestal”, como resultado da ACP (Ação Civil Pública), suspensão pela SEAMA da “licença de operação”;
- Negociação da empresa com a SEAMA. Acordo em forma de “Termo de Compromisso”, ainda como repercussão da Ação Civil Pública;
- Estabelecimento de áreas e critérios para a proteção da Mata Atlântica, Decreto Federal nº 759/93: restrição ao corte, exploração e supressão de vegetação primária ou nos estágios avançados e médio de regeneração;

como também atividade de reflorestamento em áreas de domínio da Mata Atlântica;

1994

- Relatório final da FUNAI de re-estudo da identificação das terras Caieras Velhas, Pau Brasil e Comboios (Grupo Técnico, portaria nº 0783/94), identificou 18.070 hectares de terra indígena no município de Aracruz;

1995

- Aracruz certifica suas atividades com ISO 9001;

1996

- Aracruz integrante da câmara empresarial – FSC/Brasil;

1997

- Aracruz certifica suas atividades com ISO 9002;

1998

- Termo de Ajustamento de Conduta – Aracruz e partes envolvidas (SEAMA e Governo do Estado), mediado pela Procuradoria da República do ES, põe fim ao ACP (Ação Civil Pública), movida por André Ruschi - ACAPEMA;
- Ministro da Justiça limita a ampliação das terras indígenas a 2.571 ha, em protesto os indígenas ocuparam áreas de eucaliptais. A empresa obteve reintegração de posse;
- Acordo entre as aldeias indígenas e a empresa: financiamento de projetos nas aldeias;

1999

- “Plano de Melhorias Ambientais”, cumprimento dos compromissos assumidos pelo TAC, visando, ainda a Certificação pelo FSC, dos plantios baianos;
- Inicia-se no Sul da Bahia, articulação entre entidades, movimentos sociais e pessoas (capixabas e baianas), envolvidas com os plantios do eucaliptos, reunindo questionamentos contra a sustentabilidade e a produtividade dos plantios do eucalipto. Fundado o Movimento Contra o Deserto Verde;
- Fracasso da Aracruz S.A pela certificação do “Selo Verde”, junto à FSC;
- Empresa argumenta ausência de critérios técnicos no processo de certificação do FSC;
- Resolução CONAMA nº 248/99, estabelece Proteção da Mata Atlântica, a necessidade de manejo florestal sustentável e licenciamento ambiental das atividades econômicas, na Bahia, que envolvam a utilização dos recursos florestais procedentes de áreas cobertas por floresta ombrófila densa, em estágio primário, médio e avançado da Mata Atlântica;
- Introduzido o Programa Fomento Florestal nas aldeias indígenas de Aracruz pela intermediação do TAC;
- Inauguração da Unidade Industrial para produtos de madeira (Lyptus);

2000

- Produção 1,3 milhões de t/ano para 2 milhões;
- Sistema Nacional e Unidades de Conservação – SNUC, Lei nº 9.985, art. 225, da Constituição Federal;

2001

- Fundação do Fórum das ONGs Ambientalistas do ES;
- 12,3% das ações do grupo Votorantim Celulose e Papel passam para o nome da Aracruz S/A;
- Aprovada a proposta da “Lei Nasser” que previa proibição de novos plantios de eucalipto para fins de celulose até que se realizasse o Zoneamento Agro-ecológico do estado, com o objetivo de identificar terras aptas à plantio do eucalipto;
- A “Lei Nasser” é vetada pelo Governador José Ignácio, defensor desta monocultura desde sua campanha pelo Governo do Estado;
- Pressão da Rede Alerta, derruba o veto do Governador, aprovando a “Lei Nasser”, Lei nº 6.780/01;
- Realizadas neste ano 10 audiências públicas, para a elaboração do Zoneamento Agro-ecológico em diferentes municípios do estado, participação média de 100 representantes locais por audiência;

2002

- Instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito, na Assembléia Legislativa do ES, “CPI da Aracruz”;
- Criada a comissão que discutiria o zoneamento agro-ecológico;
- Paralisação dos trabalhos do zoneamento agro-ecológico por decisão do STF – Supremo Tribunal Federal, que julgou a “Lei Nasser” (Lei nº 6.780/01) ilegal;
- Relatório encaminhado à OEA – Organização dos Estados Americanos – sobre a violação dos Direitos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais - DESCA, praticados pela Aracruz Celulose S.A. no Espírito Santo. Pela FASE/ES.
- Inauguração da terceira fábrica, “Fábrica C” (plena capacidade até 2003);
- Paralisação da “CPI da Aracruz”;

2003

- Firmado acordo entre Aracruz e o Fórum das ONGs Ambientalistas do ES, pelas áreas do Programa Fomento Florestal;
- Aquisição da Riocell;
- Art. 4887 – regulamenta os territórios quilombolas;
- Encontro Nacional da Rede Alerta em Porto Seguro;

2004

- Fundada a Comissão Quilombola do Sapê do Norte;
- Encontro da Rede Alerta pela demarcação dos territórios indígenas e quilombolas;
- Criada a Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável;

2005

- Terceira Auto-demarcação Indígena (05-07): Ocupação Indígena da Fábrica da Aracruz Celulose, pela demarcação de seus territórios;
- Criação da ASAMBIENTAL, entidade executora do Fórum das ONGs Ambientalistas do ES, nos acordos com as empresas poluidoras e o Estado;

- Ocupação da Grill Agroflorestal, propriedade do Grupo Aracruz, pelo MST. Identificada pelo MST como terras devolutas. Poder de polícia concedido pelo Juiz Camilo Couto, para empresa expulsar os ocupantes;
- Inauguração da VERACEL;
- Estudo do Grupo de Trabalho da FUNAI confirma o relatório de 1994, e indica 18.027 ha pertencentes as aldeias Tupiniquim e Guarani. Somente 7.061 ha estavam ocupados pelas aldeias;

2006

- Rede Alerta denuncia invasão pela Polícia Federal nas aldeias (Córrego D'ouro e Olho D'água);
- Família Real Sueca vende suas ações do grupo Aracruz Celulose devido pressões popular, em função de ocupação de terras indígenas pela empresa;
- MST ocupa fazenda Grill Agroflorestal, em protesto contra a criminalização das mulheres na Via Campesina, (RS);
- Representante do Banco Mundial (Corporação Financeira Internacional – IFC), financiador da Aracruz Celulose, visita aldeias indígenas do município de Aracruz, por pressão de ONG internacionais ambientalistas (Forest People Programme, Rainforest Foundation UK, Global Witness, Sinks Watch, Down to Earth e WRW etc.);
- BNDES anuncia R\$ 20 bilhões para a indústria de papel e celulose até 2010;
- Marcha de 600 manifestantes da Via Campesina contra a Rede Gazeta, o IBAMA, ao Governador Paulo Hartung e a Aracruz Celulose;
- Publicação Relatório Técnico de Identificação e Delimitação do Território da Comunidade Quilombola de Linharinho (DO UNIÃO, 13/04/2006);
- Ocupação do Cemitério de Escravos situado no território de Linharinho;
- Indígenas percorrem países da Europa para denunciar a empresa monocultora de celulose;
- Cartilha distribuída pela Aracruz renega índios capixabas é denunciada ao Ministério Público Federal;
- Protestos da Brigada Indígena contra empresas poluidoras na Feira do Verde em Vitória;

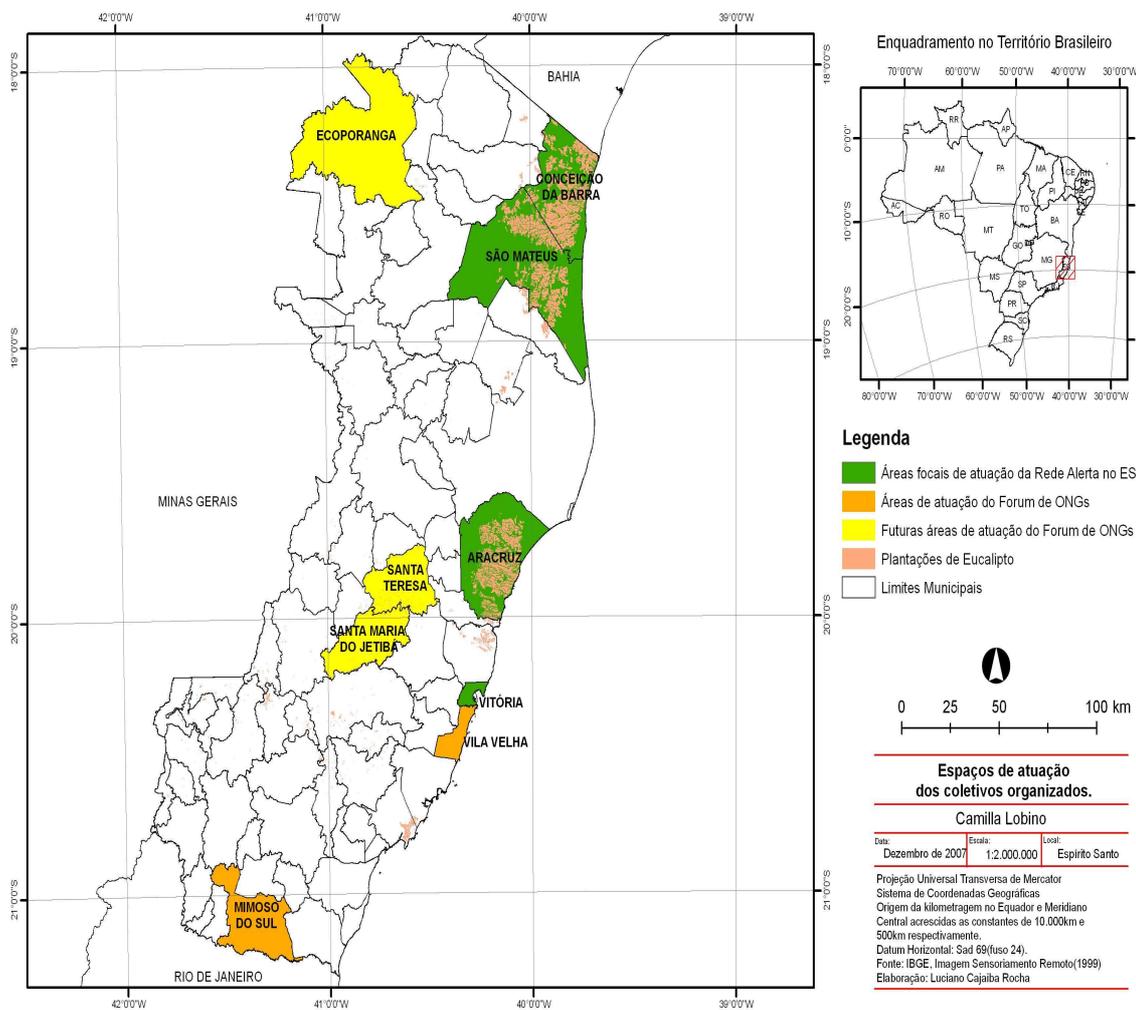
2007

- Publicação da Portaria de Demarcação do Território Quilombola de Linharinho (Portaria nº 78, DO UNIÃO, 14/05/2007);
- Fórum das ONGs recua na representação dos COSEMA (Conselho Estadual de Meio Ambiente e o de Recursos Hídricos) e os Conselhos Regionais de Meio Ambiente;
- Fundado o “Movimento Pela Paz no Campo”;
- Pacto Pela “Revitalização da Mata Atlântica”, entre ASAMBIENTAL, Aracruz Celulose, Samarco, CST, CVRD, CESAN e o Ministério Público Estadual;
- Retomada do Território Quilombola de Linharinho, Sapê do Norte, Conceição da Barra;

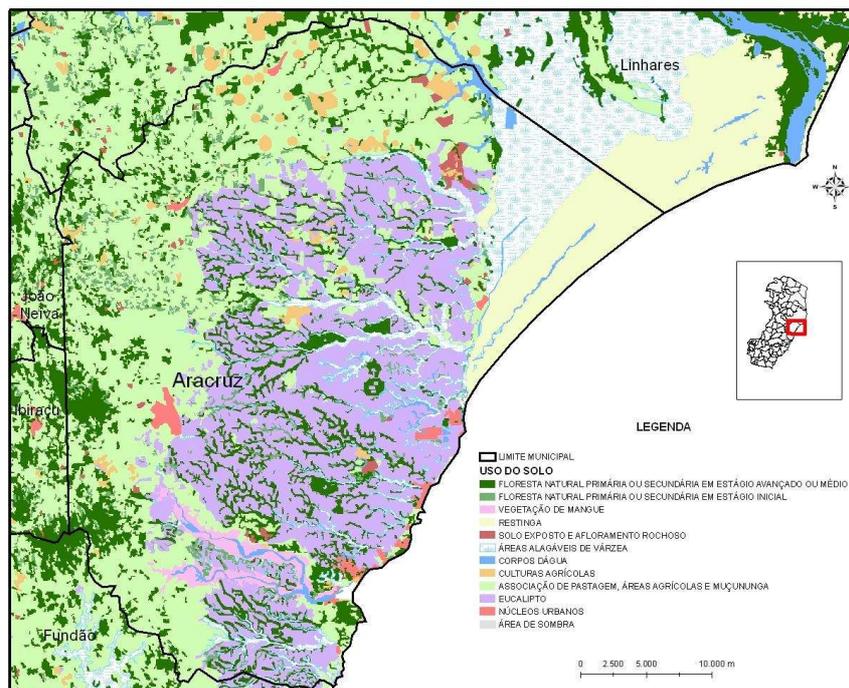
- Publicação das Portarias (nº 1463 e 1464) assinada pelo Ministro da Justiça, Tarso Genro, pelo Reconhecimento das Terras Indígenas do município de Aracruz;
- Aracruz Celulose S.A. cria 3 reservas RPPN – Reserva Particular do Patrimônio Natural, em parceria com o Instituto BioAtlântico. Efetivada pelo IDAF;
- Marcha Rede Alerta e Via Campesina: “Pela Terra e Pela Vida”, durante 11 dias do município de São Mateus à Aracruz;
- Negociação do TAC entre a empresa e as Aldeias Indígenas;

FONTES: Gomes (2000), Gomes (1998), FASE (2003), Ferreira (2002), Andrade (2001), Ciccarone e Scarim (2003), Loureiro (2006), site oficial da Aracruz Celulose, site BNDES, jornal A Tribuna, jornal Século Diário.

ANEXO 3 – ÁREAS DE ATUAÇÃO DOS COLETIVOS



ANEXO 4 – PLANTIOS DE EUCALIPTO NO MUNICÍPIO DE ARACRUZ



Mapa 02: Uso do Solo - Aracruz/ES
 Fonte: ARACRUZ CELULOSE S.A. // IMAGEM Sensoriamento Remoto, 1999.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)